

FEVEREIRO DE 2014

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago,  
Massomba Dominique e  
Venancio C. Dombele

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1 Ricos ontem, muito ricos hoje, ainda mais amanhã	1
1.2 Cozinhas comunitárias falidas	2
1.3 Mambos dispersos de Luanda	3
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>5</b>
2.1 Kixi-Crédito sobe o valor dos contratos	5
2.2 Mais incentivos para os jovens	5
2.3 KixiCrédito de 149 milhões no Uíge	5
2.4 Fundos previstos não entraram no cofre	5
2.5 Uma longa estrada que esta por percorrer	6
2.6 Ministro admite fracasso dos Bué'	7
2.7 Crédito que não é para todos	8
2.8 O programa Angola Investe	8
2.9 Mercado Elogia Desempenho do Programa Angola Investe	9
2.10 BCI reforça em 100% o valor do financiamento ao Angola Investe	10
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>12</b>
3.1 Agentes policiais estarão a lucrar com a detenção de «zungueiras»	12
3.2 GPL	13
3.3 Kupapatas acusados de serem um fenómeno de desordem social	13
3.4 O mundo medíocre dos motoqueiros	14
3.5 Ainda é um mal necessário	15
3.6 As assimetrias e as zungueira	15
3.7 Bom para uns, mau para outros	16
3.8 Cidadãos são contra a prisão de vendedores ambulantes	17
3.9 Como iremos sobreviver?	17
3.10 É possível dar-se um fim a zunga nociva apenas com campanhas de repressão?	18
3.11 Entre a exploração e a sobrevivencia	19
3.12 Factos	20
3.13 Não. Nós não nos calamos diante destes governantes insensíveis	21
3.14 Negócio lucrativo	22
3.15 O que fazer com as zungueiras?	23
3.16 Pesquisa de opinião sobre o comércio de rua	23
3.17 Um novo olhar sobre os zungueiros que vá além das soluções cosméticas	24
3.18 Uma guerra sem quartel	25
3.19 "Estrangeiros vêm para desenvolver economia paralela"	27
3.20 Executivo vai agravar sanções às transgressões da venda ilegal	27
3.21 Informalidade da economia prejudica o crescimento	28
3.22 Papagro gera controvérsia no Chinguar	31
3.23 Comércio mais que desordenado	31
3.24 Diz Economista	33
3.25 Polícia Nacional incrementa novas acções operativas no país	34
3.26 Os Kupapatas nas cidades	34
3.27 A "zunga" é útil	35
3.28 Pelo combate à informalidade. E à informalidade económica	35
3.29 Solução para o problema das Zungueiras	37

<b>4.</b>	<b>OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>38</b>
4.1	Análise. OPSA e ADRA “destapam” lacunas no OGE-2014	38
4.2	Aumento do investimento e cortes no sector social' dominam OGE	40
<b>5.</b>	<b>GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>42</b>
5.1	Curso Médio de Administração Local e Autárquica	42
5.2	Finanças querem dar autonomia fiscal aos governos províncias	42
5.3	IFAL enfrenta grandes desafios	43
5.4	Instituto de Formação de Administração promove novos cursos médio e superior	44
5.5	Autarquias em todo o país	44
5.6	Bento Bento faz últimas mexidas no GPL antes do adeus	45
5.7	MAT manda quatro diplomas para consulta pública	46
5.8	Com o poder autárquico não existirão minorias étnicas	47
<b>6.</b>	<b>URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>48</b>
6.1	Realojados vendem moradias no Zango	48
6.2	Sonip acelera para a conclusão das centralidades habitacionais	48
6.3	Centralidade de Cacuo vive sérios problemas	49
6.4	Ex-moradores da Chicala-3 abandonados no Zango	50
6.5	Mais habitações são entregues ao Tando Zinze	51
6.6	Moradores da centralidade de Cacuo clamam por apoio urgente	51
6.7	Moradores da Centralidade de Cacuo estão agastados com o triste Situação que assola aquela cidade	52
6.8	O imobiliário é um sector em amadurecimento	53
6.9	Comissão Administrativa de Luanda 'Cada família vai receber apenas uma casa'	54
6.10	Moradores dos prédios “Sul-Africanos” dizem-se coagidos pelo GPL	54
6.11	Oito das 40 famílias recusam abandonar os prédios Sul-Africanos	55
6.12	Delta retoma entrega das Casas no Zango	56
6.13	Obras de revitalização incluem a construção de um passeio público à beira-mar	57
6.14	A qualidade paga-se	57
6.15	Efectivos da Polícia agraciados com novas moradias	59
<b>7.</b>	<b>TERRA</b>	<b>61</b>
7.1	Se não nos darem casas vamos ser bandidos	61
7.2	Só angolanos admitem tamanha humilhação	61
7.3	Realojados vendem moradias no Zango	62
7.4	Demolições vão ao Parlamento	63
7.5	30 De Dezembro	63
7.6	Ex-moradores da Chicala-3 abandonados no Zango	63
7.7	Governo combate construção desordenada	64
7.8	Ensino dos filhos dos desalojados de Caxito demora a chegar	64
7.9	Comissão Administrativa de Luanda 'Cada família vai receber apenas uma casa'	66
7.10	Emissões de títulos de reconhecimento de terras conhece avanços na Huila	66
7.11	Moradores dos prédios “Sul-Africanos” dizem-se coagidos pelo GPL	67
7.12	Oito das 40 famílias recusam abandonar os prédios Sul-Africanos	68
7.13	Fiscais: os principais «predadores»	68
7.14	Normas absurdas em Cacuo	69
7.15	A «máfia» dos terrenos em Luanda	69
7.16	«Estamos aqui desde 86»	70
7.17	O drama do sequele – 2	71
7.18	Reserva fundiária possui zona verde	72

7.19	Baixa e Talatona dividem a fortuna do mercado Imobiliária	72
7.20	Rui Falcão ameaça afastar funcionários envolvidos na venda ilegal de terrenos no município do Namibe	73
7.21	Governo Promove mais Deveres dos Cidadãos em Detrimento dos seus Direitos	74
7.22	Famílias da Chikala e Kilombo não têm paz	75
7.23	Demolições prosseguem	76

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 77

8.1	Lixo hospitalar continua a ser um problema	77
8.2	Moradores clamam pela presença da Elisal	78
8.3	Novo modelo vai melhorar a limpeza da província de Luanda	80
8.4	O dilema da Boavista	82
8.5	Samba e Benfica atolados de lixo e charcos	82
8.6	Saneamento básico em Viana é lamentável	83
8.7	Dos Anjos também soterrado pelo lixo	84
8.8	Mais e cinco mil famílias já consomem água potável na periferia da Gana	85
8.9	Reciclagem. O lixo recupera vidas	85
8.10	Centralidade de Cacuo vive sérios problemas	87
8.11	Investimento público na energia e águas	88
8.12	Moradores da centralidade de Cacuo clamam por apoio Urgente	89
8.13	Corimba sem água e sem luz	89
8.14	Novação	90
8.15	Sistemas de distribuição nas comunidades rurais	90
8.16	Moradores deitam o lixo em frente à escola	90
8.17	Soyo consome água potável em breve	92
8.18	EP AL reuniu os quadros técnicos	92
8.19	As perspectivas no fornecimento de água e energia	93
8.20	Mais de 18 mil toneladas de resíduos sólidos recolhidas mensalmente	94
8.21	Falta de água potável causa doenças	94
8.22	Novas Empresas sem Meios	94
8.23	Ofensa a Verdadeira Transparência	96
8.24	Motorizadas Armadilhadas vendem água Porta a Porta	96
8.25	Asfalto em farrapos obriga ao corte de trânsito	96
8.26	Sector da energia e águas prevê uma abertura de 80 % na zona rural e 100 % urbana	97
8.27	Bairro Popular 'engolido' por aterro sanitário	97
8.28	Débil fornecimento de água e luz enfurece moradores do Morro Bento	99
8.29	A água que não estamos com ela	99

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 100

9.1	Se não nos darem casas vamos ser bandidos	100
9.2	Assaltos atormentam moradores	101
9.3	Comandante PAULO DE ALMEIDA "Índice de criminalidade em Angola não é elevado"	101
9.4	Crimes Diminuem, Diz a Policia	102
9.5	Luanda: 9 Crimes comuns registados, 20 Crimes esclarecidos três deles em flagrante e 17 investigados, 45 pessoas detidas dentre elas 18 estrangeiro ilegais	102
9.6	Criminalidade a doença de Luanda	102
9.7	Onde há mais Crimes e os Crimes mais Comuns	103
9.8	Um Assalto por dia	104
9.9	Silêncio das vítimas é um dos principais obstáculos	104
9.10	População faz entrega voluntária	106
9.11	Causas da criminalidade em Angola	106

## 10. AMBIENTE 107



10.1	Cheias no rio Caitou cortam a estrada	107
10.2	Desabamento de casa mata criança no Zaire	107
10.3	Mudanças climáticas comprometam a pesca	108
10.4	Famílias desalojadas beneficiam de apoio	108
10.5	Indústrias e zonas residenciais: dilema	109
10.6	Palanca. Vala inacabada enluta famílias	111
10.7	Bairro Huambo pode ser engolido nos próximos dias	112
10.8	GPL	113
10.9	Exploração ilegal de madeira causa graves danos	113
10.10	Vítimas das chuvas recebem apoio	114
10.11	Falta de chuva compromete colheitas	115
10.12	Residentes pedem socorro	115
10.13	Asfalto em farrapos obriga ao corte de trânsito	116

## II. IMIGRAÇÃO

117

11.1	Polícia Nacional cerca ilegais	117
11.2	Polícia da SADC prioriza combate a imigração ilegal	117
11.3	Imigração ilegal negócio de seitas	118

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Ricos ontem, muito ricos hoje, ainda mais amanhã

*Jornal Folha 08*

*01 De Fevereiro de 2014*

Um relatório da organização internacional Oxfam, diz que metade da riqueza total do mundo está nas mãos de apenas um por cento da população. Bem vistas as coisas, também nesta matéria o nosso país está bem colocado e não deixa os seus créditos por fortunas alheias. Ou seja, mais de 90 por cento da riqueza nacional privada é subtraída do erário público e está concentrada em menos de 0,5% da população.

O relatório revela ainda que sete em cada dez pessoas vivem em países onde as desigualdades económicas se agravaram nos últimos 30 anos (no nosso caso é desde 1975), além de sublinhar que a soma da fortuna das 85 pessoas mais ricas do mundo é equivalente à riqueza da metade mais pobre da população. Será que contabilizaram o modesto contributo de Isabel dos Santos e do restante clã do Presidente?

Na base deste documento, a que foi dado o nome "Working for the few" ("Trabalhando para uma minoria"), estão dados do Fórum Económico Mundial e do Credit Suisse de 2013.

Para a Oxfam, fica também evidente que as pessoas não confiam que as desigualdades, em qualquer das suas formas, possam acabar. No nosso caso não é uma questão de confiança mas, isso sim, de certeza. O sentimento é o de que as leis são feitas para beneficiar os mais ricos, lê-se no relatório, que cita uma pesquisa realizada em seis países - Espanha, Brasil, Índia, África do Sul, Reino Unido e EUA. Se nos tivessem incluído veriam como elas mordem. Aproveitando a realização do Fórum Económico Mundial em Davos, a Oxfam apela à adopção de políticas que combatam a cada vez maior separação entre ricos e pobres, e chama a atenção para os potenciais riscos do agravamento deste fosso. Fosso que, obviamente, vai continuar a aumentar. Também se não fosse assim, reconheça-se, nunca seria possível que Angola tivesse um clã que representa só por si quase 100 por cento do Produto Interno Bruto.

Importa contudo desmistificar o que é propalado por esse mundo e que, como bem diz o Presidente José Eduardo dos Santos, apenas pretende denegrir a impoluta imagem do regime. A África Progress Panel (APC), presidido pelo ex-secretário-geral da ONU e Nobel da Paz, Kofi Annan, assinala que por cá se nota, "de forma mais poderosa, a divergência entre riqueza de recursos e bem-estar social". Para constatar o óbvio não seria, com certeza, preciso fazer um relatório. Mas... Pelos vistos, e ao contrário da percepção interna (a oficial, é claro) a riqueza natural do país e o desenvolvimento humano estão em extremos opostos. Para esta conclusão foram decisivos dados de estudos internacionais e de relatórios, entre outros, do Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. Desconhece-se a razão pela qual não foram levados em conta os estudos do Governo e do MPLA. Dos peritos que contribuíram para este estudo constam, entre outros, Michel Camdessus, ex-director-geral do FMI; Olusegun Obasanjo, antigo Presidente da Nigéria; Graça Machel, ex-primeira dama de Moçambique e mulher de Nelson Mandela, fundadora do grupo Whatana Investments ou da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade em Moçambique; o músico irlandês Bob Geldof ou o fundador da Transparency International Peter Eigen.

Mais uma vez, apesar dos nossos esforços, não foi possível apurar as razões da não inclusão de peritos do regime, o que eventualmente se deve à sua quantidade que, ao que parece, dificultou qualquer escolha.

O documento, de 120 páginas, conclui que a desigualdade se mantém ou aumentaram devido à ausência de políticas que a combatam, e impede que o crescimento em países ricos em recursos reduza a pobreza, não só em Angola, mas também na Nigéria, Congo-Kinshasa ou Guiné-Equatorial.

Com um quadro de peritos tão alinhados com a Oposição política interna, não admira que tenham concluído que por cá existam os padrões mais desiguais de distribuição do rendimento, apresentando-nos como "um dos exemplos mais acabados" de um cenário em que a actividade das empresas do Estado se esconde por trás de um sistema financeiro opaco, não cumpre regras mínimas de transparência e beneficia figuras públicas ou políticas ligadas ao regime. Mau grado o reconhecimento de que Angola é um dos países mais influentes da África Austral, assinalam os fracos índices de desenvolvimento, referem que a taxa de mortalidade infantil, até aos cinco anos, está no topo da lista: é a oitava maior do mundo, com 161 mortes em 1000 crianças por ano, o que representa 116 mil mortes todos os anos.

O documento lembra também - não se sabe a que propósito - que Angola é o segundo país exportador de petróleo da África subsariana e o quinto produtor mundial de diamantes e está entre o terço de países que, desde 2000, mais cresceram no mundo.

É claro, dizem eles sem o imprescindível conhecimento directo da realidade, que o efeito desse crescimento foi praticamente nulo na forma como a maioria da população continua a viver. "Enquanto a elite angolana usa o rendimento do petróleo para comprar activos no estrangeiro, em Angola as crianças passam fome", nota o relatório. Provavelmente com um elevado grau de inveja, diz-se também que Luanda dispõe de reservas de petróleo suficientes para manter nos próximos 21 anos os actuais níveis de produção, que rendem anualmente entre 60 e 70 mil milhões de dólares em receitas de exportações, e que o Povo continua a viver (isto é como quem diz) com menos de 1,25 dólares por dia.

"A elite de Angola não beneficiou apenas da oportunidade de enriquecer. Também se empenhou assiduamente em garantir que os rendimentos do petróleo pudessem servir os seus interesses", lê-se no capítulo "A grande divergência".

Vejamos: "Enquanto as casas da elite frente ao mar dispõem de electricidade e água altamente subsidiadas pelos rendimentos do petróleo, os bairros para lá da Avenida Marginal não têm luz. E algumas das pessoas mais pobres de Angola são obrigadas a comprar água, a preços elevados, a comerciantes privados."

O relatório de Kofi Annan diz ainda: "No caso de Angola, um paradoxo que coloca a ostentação de um dos lugares mais caros do mundo, junto à baía de Luanda, e os seus condomínios privados, clubes e hotéis exclusivos que servem a elite do país e os executivos das multinacionais com presença em Luanda, a conviver ao lado de bairros de lata sem água ou electricidade, onde cabe metade da população da capital".

## 1.2 Cozinhas comunitárias falidas

*Jornal Gazeta*

*06 De Fevereiro de 2014*

O projecto de cozinhas comunitárias, criado pela comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza, coordenada pela ministra do Comércio, Rosa Pacavira, encontra-se em aparente 'falência'. Os vários contentores postos à disposição das comunidades para servir comida a preços acessíveis deixaram de funcionar. O projecto, que consta de um Decreto Presidencial e foi lançado pela Comissão

Nacional de Luta Contra Pobreza em 2012, previa que cada refeição custasse entre os 50 e os 300 kwanzas.

Em cada recinto foram instalados três contentores de 40 pés, pintados com as cores da bandeira nacional (vermelho, amarelo e preto). Em Luanda, por exemplo, apenas as três cozinhas do bairro Cantinton funcionam (ver caixa)

com uma gestão privada. No Sambizanga, as três cozinhas da rua '12 de Julho' foram transformadas em salões de festas que acolhem aos fins-de-semana, casamentos, baptizados, festas de aniversários e outras. Em Cacucaco, as três cozinhas criadas deram lugar a um restaurante privado, antes mesmo da inauguração.

Em Viana, nem chegaram a ser equipadas.

No Cazenga, previa-se, em 2012, a instalação de 49 cozinhas num período de três meses: 33 no mercado da Asa Branca' e as restantes no mercado da Sucupira. Nesses locais, não há qualquer cozinha comunitária.

### AINDA EM PROJECTO

Nó última conselho de auscultação, realizada este ano na comuna da 'Hoji-ya-Henda', foi passada a informação de que a administrador Victor Nataniel Narciso solicitou a administração comunal para encontrar terreno que servisse para a instalação das cozinhas. Victor Nataniel Narciso prometeu erguer ainda este ano "as cozinhas" no município.

Nas restantes províncias, a cenário é idêntica ao de Luanda. A 'velocidade' com que se pensou na instalação é a mesma que se observou na paragem das cozinhas. Em Cabinda, a governadora, Aldina da Lamba, havia prometida em 20.12 a introdução de cozinhas comunitárias em 2013 a que não aconteceu. A governadora previa que a projecta fosse "melhorar a dieta alimentar

das populações".

Na Huíla, a Governo investiu mais de 250 milhões de kwanzas na instalação de cozinhas e padarias comunitárias em todos os municípios.

Inaugurou, a ano passado, apenas duas, urna em Quilengues, orçada em 150 milhões de kwanzas com capacidade para atender 100 pessoas ao mesmo tempo e outra na Chibia que custou 11 milhões de kwanzas. O governador João Marcelino Typingue garantiu que, no mesmo ano, seriam inauguradas mais 14 cozinhas comunitárias que seriam instaladas em Cacula, Cuvanga, Humpata, Quipunga, Chipinda,



Jamba, Matala, Caluquembe, Caconda, Lubanga, Gambos, Chicomba e nos Serviços Prisionais da Huíla.

A ministra do comércio, Rasa Pacavira, durante a inauguração das três cozinhas comunitárias do bairro. Cantinton, na Maianga, em Luanda, havia dito que o projecto iria "beneficiar pessoas de baixa renda" e que o funcionamento seria garantido por pessoas que confeccionavam alimentos ao ar livre, "sem saneamento e de, forma informal". No entanto, o projecto parece estar adiado.

### COMIDA NUTRITIVA

As cozinhas comunitárias devem servir uma alimentação baseada em proteínas, carne, peixe, feijão, ovos, grão-de-bico e muitas verduras, segundo o nutricionista Reinaldo Pimentel que faz parte da comissão de acompanhamento da instalação das cozinhas.

"O mais importante para uma vida saudável é melhorar a concepção e venda de refeições é garantir condições de higiene aceitáveis". As sopas eram de legumes e puré de batata de produção nacional.

## 1.3 Mambos dispersos de Luanda

*Semanário Angolense*

*15 De Fevereiro de 2014*

A Saúde é o sector cujas deficiências mais afectam a população, particularmente a desfavorecida, pois é dela que depende o estado da sua saúde, a sua vida. Muito se tem escrito e falado sobre os males que enfermam essa área vital da sociedade, nomeadamente o mau atendimento, as superlotações dos hospitais, centros e postos de saúde, em que impera a «gasosa».

Acresce-se à falta de equipamentos, o número insuficiente de infra-estruturas, com maior incidência em Luanda, uma província superpovoada. São uma gota no oceano os hospitais municipais e corresponderia melhor à demanda, se em cada município e distrito da capital fossem erguidos três ou quatro estabelecimentos desses. Esta é, aliás, a opinião de técnicos do sector da Saúde.

Mas há carências de meios técnicos, que, por se revestirem de transcendental importância, deviam ser inconcebíveis. É o caso de um aparelho de Raio-X e de um gerador de energia eléctrica, que o Centro de Saúde do Sambizanga não possui. Por isso, ali não se faz radiografia e quando falha a luz da EDEL, pára tudo.

É verdade, a capital de Angola - um país cuja economia, estamos fartos de ouvir, é das que mais cresce todos os dias - ainda vive esse tipo de problemas, numa circunscrição que é das mais populosas de Luanda, a província mais povoada da nação. Um aparelho de Raio-X e um gerador são problemas básicos para um centro de saúde aqui, um país onde até se torra muito dinheiro em coisas supérfluas.

Tenho o hábito de comparar Angola, potencialmente rico e cuja economia se vem tornando num gigante, com outros países, geralmente mais pobres, como, por exemplo, a Namíbia, o Zimbabwe, Moçambique, etc. Como compreender que cidadãos angolanos continuem a ir tratar-se na pátria de Sam Nujoma?

Assaltantes de motorizadas

A Polícia Nacional deverá ser mais rigorosa com esses meios de transporte em Luanda, fazendo revistas minuciosas, pois muitos deles transportam armas que os proprietários usam em assaltos que ocorrem nesta urbe. Têm estado a multiplicar-se as acções de meliantes que conduzem as chamadas moto-rápidas.

Na passada terça-feira, 11, por exemplo, um jovem, que levantou dois milhões de Kwanzas no BFA no Cine S. Paulo, foi assaltado em plena luz do dia naquela movimentada rua, por dois indivíduos

numa motorizada, depois de o terem ameaçado com uma pistola.

Após um deles ter disparado um tiro para o ar, arrancaram-lhe a mochila em que trazia o dinheiro e fugiram em direcção à rua Cristiano dos Santos, em sentido contrário. «Há funcionários dos bancos que dão pista...», comentou na altura uma jovem circunstante, ante o desespero da vítima.

O assaltado teve um dia de azar, já que naquela área do S. Paulo, onde normalmente há sempre efectivos da Polícia, nessa hora nem sequer um lá se encontrava. Ele lamentava, dizendo que o kumbu era alheio. Mas também, aqui, na Nguimbi, um indivíduo não deve transportar tanto dinheiro assim sem protecção.

Ainda esta semana, numa rua entre um representante da Coca-Cola e a fábrica Suave, em Viana, do lado oposto da estrada, um grupo de jovens foi surpreendido por dois elementos, numa moto-rápida, que os aliviaram de alguns pertences, nomeadamente telefones, dinheiro, relógios. Alguns ainda conseguiram fugir, entrando num quintal.

Sem polícia nem luz

Nessa mesma zona, a EDEL está a prestar um péssimo serviço - o contrário seria de estranhar - pois em vez de dar luz, essa empresa pública tira-a, privando os moradores desse bem indispensável e obrigando-os a recorrerem aos geradores. A distribuidora de electricidade desliga a energia, prejudicando até os que têm contrato em dia.

Essa situação tem estado a criar terreno fértil para os delinquentes, que se aproveitam da penumbra para actuar à seu bel-prazer. O quadro torna-se ainda mais inseguro porque o perímetro está desprovido de qualquer esquadra policial. Aproveita-se para apelar à Polícia Nacional para dotar o local de pelo menos uma esquadra móvel.

Sobre as estradas de Luanda, estamos fartos de apelar às autoridades para que haja mais preocupação com os utentes das vias, tal como têm com a Taxa de Circulação. Na quarta-feira, 12, um alto funcionário do Ministério das Finanças disse à TPA que os automobilistas têm a obrigação de pagar essa contribuição.

Estamos de acordo: em qualquer sociedade organizada, os cidadãos, empresas e afins têm o dever de pagar as suas obrigações fiscais, mas têm também direitos, como, no caso vertente, o de o Governo proporcionar estradas transitáveis.

O termo Taxa de Circulação significa exactamente isso: os cidadãos pagam para que possam circular em óptimas estradas. É uma obrigação das autoridades! O indivíduo do MINFI esqueceu-se (ou omitiu de propósito?) de dizer que, por seu turno, o Estado é obrigado a criar condições dignas para os contribuintes, que também têm pressa.

Até quando o esquema nas habitações?

Muita tinta igualmente já se gastou sobre este direito básico e fundamental do ser humano à habitação. A corrupção e o compadrio sempre fizeram morada dos diversos projectos habitacionais do Estado, desde o Panguila, passando pelos Zangos, até às centralidades de Cacucaco e do Kilamba, para além de outros menos conhecidos.

Em qualquer desses conglomerados, é (mau) hábito dirigentes de diversos sectores públicos, que normalmente já têm mais de uma casa, ocuparem mais de uma residência, em detrimento dos cidadãos que têm direito, remetendo-se estes para tendas durante longo tempo - veja-se o pessoal que saiu da Chicala.

O Semanário Angolense soube que, nesse processo de alojamento daquela ilha, alguns dignitários também se envolveram com vista a obter casas para si. Parece que os seus intentos saíram frustrados, devido à integridade moral das pessoas que estão à frente do projecto. Consta que, por isso, não são bem vistos por aqueles (ir)responsáveis.

O Estado tem-se revelado incapaz e incompetente para conseguir gerir o assunto das transferências de áreas demolidas e a venda de residências nas centralidades. A impressão que têm dado é que o governo central tem-se mantido à margem desses processos, estando a atribuição de habitações nas centralidades envolta de muitos esquemas.

Será que a Sonip já resolveu o problema de todos os interessa dos com quem se comprometeu? Tomando o fio à meada, uma alta instância do Estado, o Presidente da República ou o seu vice deviam assumir a questão ou então criar-se uma comissão para as assuntos habitacionais, como muitas que têm sido criadas.

Como os leitores sabem, sobre os problemas que afligem a cosmopolita Luanda, estes aqui relatados são só uma gota no oceano, não podem ser tudo, até porque todo o jornal não seria suficiente para abordá-los todos .

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Kixi-Crédito sobe o valor dos contratos

*Jornal de Angola*  
07 De Fevereiro de 2014

O projecto Kixi-Crédito disponibilizou 149 milhões de kwanzas para transacções na província do Uíge, beneficiando 876 candidatos, disse à Angop o gerente da agência local, Paulino Cudila.

O gestor reconheceu um aumento da procura no ano passado, em relação ao ano anterior, quando 608 candidatos beneficiaram de 144 milhões de kwanzas.

Paulino Cudila manifestou satisfação pela atitude dos clientes, que disse corresponder às obrigações de reembolsar os valores contratados. "Os que receberam cem mil kwanzas em crédito devolvem 10.040 kwanzas por mês e os que recebem 50 mil devolvem 5.020 kwanzas. Este critério de empréstimo é permanente, pelo que está em curso também neste ano de 2014", disse. O gerente assegurou que actividade análoga está a ser realizada no município de Negage, a nordeste da cidade do Uíge, com previsões de abrir brevemente no Songo, 40 quilómetros a norte da capital da província.

### 2.2 Mais incentivos para os jovens

*Jornal de Angola*  
07 De Fevereiro de 2014

O representante do coordenador do Fórum Nacional de Jovens Empreendedores garantiu que há parcerias com instituições bancárias para apoiar iniciativas que garantam o desenvolvimento do país. A informação foi dada na palestra sobre "Regras básicas para tomar-se um empreendedor de sucesso", que teve lugar ontem no Instituto Superior de Serviço Social.

Miguel Tropa disse que o fórum é uma plataforma para apoiar todas as iniciativas existentes sem distinção: "temos parcerias com o BNI e BPC que facilitam os créditos. Queremos que os jovens com projectos estejam connosco para os ajudarmos a financiá-los", disse.

Aconselhou os jovens para que antes de entrarem no mundo dos negócios estejam seguros do que pretendem: "o empreendedorismo não pode ser como uma moda. É importante que os jovens saibam o que pretendem e procurem juntos das instituições competentes desenvolver as iniciativas". A gestora

Dulce Lubrano lembrou que o bom empreendedor deve antes de qualquer investimento fazer um estudo de viabilidade: "a persistência é fundamental para um bom empreendedor". O coordenador do Núcleo de Empreendedores de Belas, Edson Veloso, disse que o objectivo do fórum não é apenas congregar jovens: "queremos chamar todos os que tenham iniciativas, jovens ou adultos. O país faz-se com união e é neste espírito que vamos trabalhar", disse.

### 2.3 KixiCrédito de 149 milhões no Uíge

*Semanário Angolense*  
08 De Fevereiro de 2014

Em 2013, 149 milhões de kwanzas é quanto foi concedido de financiamento, pelo projecto Kixicrédito, a 876 cidadãos, na província do Uíge, para a realização de negócios.

Segundo o gerente da Kixi-Crédito, Paulino Cudila, houve um aumento na procura em relação a 2012 quando foram atendidos 608 cidadãos com 144 milhões de kwanzas reembolsáveis. O gerente assegurou que actividade análoga está a ser realizada no município de Negage, 37 Km a nordeste da cidade do Uíge,

com previsões de abrir brevemente no Songo, 40 quilómetros a norte da sede capital da província.

### 2.4 Fundos previstos não entraram no cofre

*Novo Jornal*  
14 De Fevereiro de 2014

Os PROGRAMAS de apoio financeiro ao empresariado integrados no Angola Investe ficaram abaixo do previsto em 2013. Os dados foram avançados por Abraão Gourgel, no final do ano passado, que revelou ainda que houve um corte no financiamento do Fundo de Garantia de Crédito (FGC).

Segundo o ministro, as iniciativas de financiamento do Angola Investe funcionaram, ao longo de 2013, com um orçamento correspondente a apenas. 33 por cento do previsto, segundo o semanário Expansão. Os financiamentos, afirmou, "decorreram num ambiente adverso e de estagnação do crédito ao sector produtivo".

Por sua vez, o valor disponibilizado para o FGC, que deveria ter sido de 230 milhões dólares, foi cortado em cerca de 80 milhões de dólares. "Foram

disponibilizados ao FGC 50 milhões de dólares pelo Ministério das Finanças,

equivalentes às tranches de capitalização previstas para Maio e Junho. No total, o FGC tem à sua disposição 150 milhões de dólares", um valor inferior ao estimado, segundo o governante.

#### FACRA ABAIXO DO ORÇAMENTADO

Outra estrutura criada no âmbito do apoio ao empresariado, o Fundo Publico de Capital de Risco (FACRA), foi concebido para ser financiado com 250 milhões de dólares. No entanto, explicou o governante, "no Orçamento Geral do Estado para 2013 foram apenas incluídos 100 milhões de dólares", dos quais, até ao momento, foram disponibilizados 70 milhões.

Apesar dos cortes, o ministro manifestou-se satisfeito com alguns números que marcaram o Angola Investe em 2013. "A iniciativa de bonificação de juros é já o maior programa de apoio ao crédito lançado pelo executivo", disse, revelando que o valor total de crédito aprovado (32,5 mil milhões de kwanzas) é superior cerca de 17 mil milhões de kwanzas aos montantes financiados, quer no crédito agrícola de campanha (14,3 mil milhões de kwanzas), quer no Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN).

## 2.5 Uma longa estrada que esta por percorrer

*Novo Jornal*

*14 De Fevereiro de 2014*

SEGUNDO O MINEC já foram disponibilizados e entregues aos empresários cerca de 14 mil milhões de kwanzas, que representam 101 projectos financiados. Este valor corresponde a cerca de um ano e meio de trabalho. O objectivo inicial do programa era simples e mantém-se como um desafio decisivo para o futuro do país: melhorar o ambiente de negócios e incrementar o processo de diversificação da economia.

Angola continua a figurar no fundo do índice "Doing Business", promovido pelo Banco Mundial. O ranking analisa os procedimentos administrativos e legais necessários para constituir uma empresa ou começar um novo negócio. Este contexto deu origem ao Angola Investe, como explica Licínio Vaz Contreiras em conversa com o Novo Jornal. Contreiras é assessor do ministro da Economia, Abraão Gourgel, e um dos rostos oficiais da iniciativa.

"Esta é uma reacção às queixas que temos ouvido da parte dos empresários nacionais. Temos consciência que o ambiente de negócios ainda não é dos melhores para quem tem ideias e quer desenvolver iniciativas empresariais. O programa teve na sua base quatro eixos fundamentais: facilitação de crédito, apoio na constituição das empresas, desburocratização de processos e apoio à produção nacional", lembra economista do MINEC.

Mesmo assim, e segundo a última análise do Banco Mundial, Angola apenas recuperou um lugar na tabela "Doing Business". "Temos de fazer muito mais. Não há dúvidas sobre isto. Agora, também acredito que no próximo ano vamos conseguir recuperar alguns lugares nessa classificação. Em 2013, ainda não foram contabilizadas as medidas que têm sido implementadas. O nosso conceito é simples: queremos menos custos na criação de empresas, em menos tempo e com menos procedimentos", frisa Licínio Contreiras.

Actualmente, a simples iniciativa administrativa de constituir uma empresa custa à volta de 500 mil kwanzas (cerca de 5 mil dólares).

Um valor elevado e que afasta logo à partida uma série de empreendedores.

#### ARQUITECTURA DO PROGRAMA

O Angola Investe nasceu com os objectivos já referidos e com sectores prioritários para investir: agro-pecuária e pescas, materiais de construção, indústria transformadora, e serviços de apoio ao sector produtivo.

Os interessados têm, em primeira instância, de certificar a sua empresa junto do INAPEM - Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. Só assim poderão candidatar-se aos fundos disponíveis mas o instituto apenas está representado fisicamente em 12 províncias. Mais um obstáculo.

A partir daqui a luta passa a ser com os bancos. São eles que operacionalizam o programa Angola Investe junto dos empreendedores.

Vinte e duas instituições bancárias aderiram ao programa. E as principais críticas partem destes procedimentos, que obrigam a longas esperas, dias-a-fio nas instituições públicas e também a algum investimento financeiro. Muitas vezes para chegar ao fim da linha e ouvir um rotundo "não".

Licínio Vaz Contreiras assume que os bancos ainda sofrem de alguns constrangimentos que limitam o sucesso deste tipo de iniciativas.



"Por exemplo, após um ano e meio de trabalho, dos vinte e dois bancos que aderiram, o Banco Valor, o Banco Comercial Angolano, o Banco Privado Atlântico e o BAI Micro-Finanças ainda não aprovaram qualquer projecto relacionado com o Angola Investe. Eu penso que os nossos bancos ainda têm alguma aversão ao risco. Até porque já tivemos no país outras intervenções que correram manifestamente mal".

O Estado, para tentar demover os bancos de uma postura conservadora, montou o Angola Investe assumindo o risco dos projectos (em caso de incumprimento) até ao máximo de 70 por cento do valor do investimento. Mesmo assim os bancos não conseguem ser suficientemente dinâmicos. As queixas são velhas: falta de pessoal capacitado para analisar este tipo de projectos (sobretudo nas províncias), baixa cobertura territorial e escassos fundos para financiamentos de longo prazo.

No Angola Investe, o Estado bonifica os juros pagos pelas Mineiro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's), sendo o valor máximo da taxa de juro anual efectivamente paga por estas empresas de menor dimensão de 5 por cento e o prazo máximo de reembolso de sete anos, com um período de carência do capital de, pelo menos, seis meses. O programa Angola Investe termina em 2017 - ano que marca o fim da actual legislatura.

## 2.6 Ministro admite fracasso dos Bué'

*Novo Jornal*

*21 De Fevereiro de 2014*

O ministro da justiça, Rui Carneiro Mangureira, admitiu o fracasso dos Balcões Únicos do Empreendedor, mas apesar disso, revelou que o governo vai insistir e introduzir alterações que façam vingar o projecto criando mais balcões para facilitar a criação de empresas.

Segundo Rui Mangureira que falava durante o 9º Conselho Consultivo do Ministério da Justiça que decorreu no Waku-Kungo, a aprovação do Estatuto orgânico dos BUÉ's permitiu a negociação das actividades deste serviço, anunciando a abertura de 32 novas unidades, em 2014, "tão logo se ultrapassem questões ligadas à gestão de recursos humanos e de logística".

O delegado provincial da Lunda-Norte, Baptista João referiu ainda que os BUE'S não vingaram e em diversas províncias e já não funcionam. "Há algumas omissões na legislação, mas vai haver uma reformulação e vai-se encontrar uma solução, porque

havia uma incompatibilidade no seu funcionamento", justificou.

Admitindo o fracasso em quase todo o território, o ministro da Justiça disse que 2014 será diferente e os BUE's conhecerão dias melhores.

"No domínio dos BUE's foram realizados em 2013 diversos encontros alargados com os representantes provinciais, onde foram formadas decisões para o bom funcionamento dos serviços. No entanto, é necessário aprimorar a questão da gestão do Balcão Único' do Empreendedor por parte dos governos provinciais", informou.

Sob o lema, «Modernizar a justiça e garantir os direitos humanos», os participantes discutiram o plano geral dos direitos humanos e o balanço e estratégia da reforma do direito e da justiça.

No âmbito do reajuste do plano de actividades do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos ao Orçamento Geral do Estado, em função da quota orçamental disponibilizada, está prevista em 2014 a conclusão de diversas infra-estruturas, tais como lojas dos registos, postos de identificação e conservatórias para melhorar a resposta nestes serviços.

Quanto à reforma da justiça e do direito, a plenária disse terem sido dados importantes passos no que concerne à criação de infra-estruturas, formação de quadros e elaboração de Legislação.

O ministro referiu-se também ao programa de registo de angolanos: avançando que até 31 de Dezembro de 2016, "o projecto de massifica O governante sublinhou, por outro lado, que ao longo deste ano toda a sociedade vai ser convidada a dar o seu contributo no que diz respeito à reforma da justiça e do direito, na medida em que é urgente o desenvolvimento da justiça mais moderna e mais acessível aos cidadãos.

Baptista João, destacou o registo como uma das prioridades. "O nosso objectivo principal é registar e identificar oito milhões de cidadãos angolanos até 2016. Essa é a tarefa que cada delegado, cada participante a este conselho consultivo leva", evidenciou.

Durante os dois dias, os participantes falaram da estratégia de luta contra as drogas, a Defesa Pública, o julgado de menores e a aplicação da Lei das sociedades unipessoais, entre outros temas na agenda, que incluía ainda a base de dados «Legis Palop»,

Participaram no encontro todos os quadros seniores do Ministério da Justiça, magistrados judiciais e do Ministério Público.



## 2.7 Credito que não é para todos

*Jornal A Capital*

22 De Fevereiro de 2014

Os beneficiários dos empréstimos a serem concedidos no quadro do "Angola Investe" deverão fazer o reembolso num período de 7 anos, na base de uma taxa de juro máxima de 5 por cento, e um período de graça não inferior a 6 meses.

Ocorre, entretanto, que a facilidade é lançada a favor não de todo o segmento de empresas, na medida em que estão excluídas as estruturas empresariais com características fora daquelas que determinam o perfil da micro, pequena e média empresa.

A literatura define micro empresa, aquela cuja facturação bruta anual vai até 250 mil dólares, empregando até 10 trabalhadores. A esta categoria de empresas o programa permite a concessão de crédito num limite máximo de 200 mil dólares. As que empregam mais de dez até 100 trabalhadores e cujo negócio lhes permite uma facturação anual até 3 milhões de dólares são classificadas como pequenas empresas, podendo concorrer para um empréstimo em montante até 1,5 milhões de dólares.

Já para aceder a um crédito equivalente em kwanzas a um valor até 5 milhões de dólares, o candidato deverá, nos termos do acordos, representar uma empresa de média dimensão.

Ou seja, uma empresa com facturação bruta anual que varie entre 3 milhões a 10 milhões de dólares norte-americanos, e cuja actividade é assegurada por um universo de mais de 100 até 200 trabalhadores.

Desta feita, as consideradas empresas de grande dimensão contentam-se com o que o mercado financeiro actualmente oferece em matéria de empréstimo.

Sucede, todavia, que tais empréstimos são disponibilizados a preços proibitivos, como foi o crédito solicitado por Fernando Cândido junto do banco com o qual possui relações comerciais.

"Os juros são bastante altos para aquilo que é a capacidade do empresariado angolano", considerou o presidente do grupo Cândido & Filhos, que defende, por isso, a necessidade da abertura de novas linhas de crédito bonificado extensivas aos demais segmentos do sector produtivo nacional.

## 2.8 O programa Angola Investe

*Jornal A Capital*

22 De Fevereiro de 2014

O programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas nacionais, também conhecido por programa Angola Investe.

Mas o entusiasmo com que há ano e meio reagiu ao lançamento de tal iniciativa transformou-se em desânimo, quando recebeu a explicação de que a sua proposta de investimento carecia de requisitos exigidos pelos bancos associados ao programa.

O "não" recebido deitou por terra a esperança de que Maurício António alimentou até à data.

E não é o único. Desfraldada da expectativa inicial está também a proprietária da "Casa de Doces", Eunice Pereira, que há mais de três anos luta por complementar o negócio com a abertura de um restaurante anexo à pastelaria em referência. Só que o projecto esbarrou no mesmo problema

de que a maioria dos empreendedores lamenta: o facto de ver as suas propostas chumbadas, por alegadamente não parecer projectos economicamente viáveis.

Recentemente, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, veio em defesa da atitude dos bancos com os quais o governo rubricou acordos para a abertura de facilidades de crédito no quadro do programa Angola Investe.

Reconheceu, ele também, que grande parte das propostas que concorrem para tais financiamentos não responde às exigências impostas, o que, segundo o governante, faz com que a banca condiciona a concessão de crédito a muitos empresários.

Empreendedores como a jovem Eunice esperam que por detrás do "não" recebido estejam apenas factores ligados a qualidade das propostas com que concorre para o financiamento, sob pena, como disseram, dos bancos comprometerem o sucesso de um programa assente em boas intenções.

Sorte para uma centena Se Eunice e Maurício não encontraram no programa Angola Investe financiamento para os seus projectos, umas dezenas de empreendedores estarão, por essa altura, a esfregar as mãos de contentes.

É que pouco mais de 100 financiamentos decorrentes dessa iniciativa foram já aprovados a favor de promotores de pequenos e médios negócios, com a província de Luanda a pertencer 50% do total do crédito disponibilizado pelos bancos com os quais o Estado tem compromisso nesse sentido.

Entre os felizardos o empresário Mário Cândido, que no âmbito de tal programa, concorreu com uma proposta de investimento num projecto avícola nos arredores de Luanda, onde já detém alguma estrutura cujo arranque esteve condicionado à financiamento bancário.

"Vamos aplicar na aquisição de pintos de reprodução e em ração", planeou o empreendedor, referindo-se ao dinheiro a decorrer do empréstimo que já mereceu aprovação do banco com qual possui relações comerciais.

O empresário diz estar a par de, pelo menos, mais um projecto do sector avícola em vias de beneficiar do financiamento viabilizado pelo programa de apoio a micro, pequena e média empresas, o que, segundo ele, "será um passo significativo no relançar do parque aviário do país", onde a produção de ovos e frangos ainda está muito aquém de satisfazer as necessidades de consumo nacional.

A liderar a concessão de crédito está o Banco Millennium Angola, seguido pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI) e pelo BPC. Mas a lista inclui ainda designações como o Banco BIC e Banco Totta, a quem se atribui uma quota dos financiamentos até aqui aprovados.

Dados disponíveis indicam que até Janeiro de 2014, o total de financiamentos decorrente do programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas esteve contabilizado em 14 mil milhões de kwanzas, associados a 101 dos cerca de 190 projectos aprovados.

Ainda assim, o ministro da Economia considera que o volume de crédito disponibilizado continua longe de satisfazer as necessidades do mercado, um pouco por culpa dos empreendedores que se revelam incapazes de apresentar propostas de investimento com a qualidade recomendada para fins de financiamentos bancários.

Seja como for, o governante entende que o Programa Angola Investe começa a ser um sucesso mesurado pelos resultados gerados até ao momento, traduzidos na concessão de crédito à custos bonificados, por força de um fundo de garantia, através do qual o Executivo assume os riscos a decorrer do não

pagamento dos empréstimos a favor de projectos da "lavra" de pequenos e médios empreendedores.

Na prática, o governo, ao abrigo do memorando assinado em tempos com 19 bancos comerciais, aplica até 200 milhões de dólares e assegura um fundo de bonificações de juros até 155 milhões de dólares, tal como afirmou Abraão Gourgel, que aponta como responsabilidade dos bancos conceder crédito até um limite global de 1,4 mil milhões de dólares.

O fundo de garantia, segundo garantias do Executivo, poderá cobrir 70% dos valores que os bancos emprestem para o financiamento dos projectos. Um iniciativa que se enquadra nos esforços de diversificação da economia angolana, grandemente dependente dos proventos decorrentes da indústria petrolífera.

## 2.9 Mercado Elogia Desempenho do Programa Angola Investe

*Jornal de Angola*

*23 De Fevereiro de 2014*

O programa Angola Investe é "excelente e adequado às características dos empresários nacionais", considerou o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino.

Em declarações à Angop, José Severino disse que o programa está a contribuir significativamente para a diversificação da economia nacional e a gerar muitos postos de trabalho, com incidência nos Sectores das bebidas, agro-indústria e materiais de construção.

Os "frutos" seriam maiores se os empresários optassem mais por projectos de pequena ou média dimensão, uma vez que os riscos, o compromisso com o banco e as exigências de garantia são menores, além de haver mais facilidade na gestão do negócio e dos valores disponibilizados pelo banco, acrescentou.

A Angop refere também declarações do economista Manuel Lourenço, que considera que o Angola

Investe cria e fortalece as micro, pequenas e médias empresas angolanas, apresentando-se como um

forte instrumento de apoio ao investimento e à diversificação da economia do país.

Manuel Lourenço afirmou que o programa Angola Investe destaca-se pela atribuição de uma linha de

financiamento com juros bonificados, "mais reduzidos que um financiamento bancário tradicional

para as empresas", salientou. As linhas de crédito bonificado permitem aos empresários um crédito com uma taxa de juro anual máxima de cinco por cento, sendo o diferencial para a taxa de juro comercial assumida pelo Estado.

Além disso, os empresários com acesso ao financiamento bonificado beneficiam da redução de taxas previstas no código de imposto industrial e de isenção do imposto de consumo sobre as matérias-primas.

O Executivo criou o Angola Investe em meados de 2012 para apoiar micro, pequenas e médias empresas em investimentos em sectores de actividade produtiva.

De acordo com o regulamento do programa, as microempresas podem receber financiamentos até 20 milhões de kwanzas, as pequenas até 150 milhões e as médias até 500 milhões de kwanzas.

Números divulgados na quarta feira pelos gestores do Angola Investe indicam que o programa

aprovou, até ao dia 14 de Fevereiro, pouco mais de um ano depois de ter iniciado as suas actividades, um total de 204 financiamentos.

Apesar dessa quantidade de projectos aprovados, apenas 111 receberam financiamentos avaliados em 16.571 milhões de kwanzas, cerca de duas vezes mais do que concedido até Agosto, o que marca a dinâmica de crescimento do projecto.

## 2.10 BCI reforça em 100% o valor do financiamento ao Angola Investe

*Jornal Expansão*

*28 De Fevereiro de 2014*

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) vai disponibilizar mais 20 milhões USD (2,2 mil milhões Kz) no Angola Investe, representando um aumento de 100%, quando comparado com igual montante injectado no início do programa assumido com o Governo, de acordo com o seu director da área de empresas, Luís de Almeida.

No início do programa em 2012, a instituição financeira colocou à disposição dos empresários cerca de 20 milhões USD, aumentando em mais 20 milhões USD para o ano de 2014, perfazendo uma 'injecção' total de 40 milhões USD.

Segundo Luís de Almeida, em entrevista ao Expansão, o reforço de capital no programa Angola Investe está inserido num novo acordo que a

instituição financeira assumiu com o Ministério da Economia, prevendo apoiar cerca de 16 empresas do sector produtivo.

"Acabámos, no princípio do mês de Novembro, de assumir um compromisso adicional com o Ministério da Economia. Além dos 20 milhões USD iniciais, assumimos o compromisso de conceder mais 20 milhões USD para o Angola Investe, o que perfaz 40 milhões USD", afirmou.

Luís de Almeida disse também que, com este aumento, o banco espera um desembolso de 2,3 mil milhões Kz, que, como disse, virão das empresas que serão contempladas no projecto.

Ainda assim, o responsável revelou que, no âmbito dos memorandos assinados com o Executivo, designadamente da linha de crédito dos juros bonificados e do fundo de garantias públicas, o BCI disponibilizou até ao momento cerca de 1,4 mil milhões Kz, dos quais foram beneficiárias 14 empresas nacionais, ligadas ao sector produtivo.

"Em 2012, felizmente, fomos o primeiro banco comercial a conceder empréstimos no âmbito do Angola Investe, onde contemplámos 14 empresas", recordou o responsável, manifestando a satisfação da instituição em aderir ao programa.

Das 14 empresas, prosseguiu, um grupo está ligado ao ramo de implementação, produção e purificação de água mineral, localizado na província do Kwanza Norte, sendo que duas no Kwanza Sul, porém, uma vocacionada na implementação de fábrica de molho de tomate e outra voltada para o fabrico de pacote de sumos, polpa de fruta, entre outras distribuídas noutras regiões do País.

"A nível de Luanda, financiámos uma fábrica de salgadinhos, que, também, é um ramo de actividade elegível no âmbito do Angola Investe. Também em Luanda, financiámos a construção de duas padarias e uma fábrica de carteiras escolares", salientou.

Recorde-se que, no âmbito do programa Angola Investe, iniciado em finais de 2012, foram já concedidos, desde o lançamento do programa, até à data, cerca de 60 mil milhões Kz, para financiamentos das micro, pequenas e médias empresas (MPME) nacionais, segundo revelou esta semana Samora Kitumba, administrador do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Fundos próprios Vs. garantias do Estado

Sobre os mecanismos de disponibilização do financiamento às 14 empresas, Luís de Almeida

apontou duas opções: fundos/garantias dos clientes e o Fundo de Garantia de Crédito do Estado, que, inicialmente, reservava 230 milhões USD, mas que foi cortado em cerca de 80 milhões USD.

Para o fundo de garantias dos clientes, o quadro sénior do BCI informou que a instituição atendeu sete empresas, que beneficiaram de 903 milhões Kz (9 milhões USD).

"Este caso, que mencionei agora, foi atendido no âmbito do memorando das linhas de crédito de juros bonificados. Ou seja, são clientes que recorreram ao banco no qual tinham garantias sólidas, então, nós concedemos sem fazer recurso ao fundo de garantia", detalhou.

Já com recurso ao fundo de garantias do Estado, avançou Luís de Almeida, a instituição concedeu igualmente sete financiamentos a igual número de empresas, num valor de 527,8 milhões Kz (5,2 milhões USD).

"Contemplámos uma empresa na qual o objectivo é montagem e distribuição de filtros de águas, e outra que tem que ver com a implementação de oficina e estufa de camiões, sediadas em Luanda." Outras, acrescenta, nomeadamente quatro fazendas, ligadas ao ramo da agricultura, estão localizadas na província da Huíla.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Agentes policiais estarão a lucrar com a detenção de «zungueiras»

*Semanário Angolense*  
01 De Fevereiro de 2014

Efectivos da Polícia Nacional no distrito urbano do Rangel terão transformado a campanha de detenção de vendedoras ambulantes, as chamadas «zungueiras», no quadro de «ordens superiores» emanadas do GPL, num negócio lucrativo em termos individuais, segundo noticiou o portal Maka Angola nesta quinta-feira.

Consta que a campanha de combate à «zunga» teria sido ordenada por Bento Bento, no quadro de alegados esforços para se dar «uma outra imagem» à cidade, mas ela parece ser mais «draconiana» no município de Luanda, uma circunscrição autónoma da província, cuja «comissão administração», liderada por José Tavares, tem surgido completa e estranhamente independente do GPL.

De acordo com o aludido site, no período da tarde desse mesmo dia, o seu repórter António Quissanga terá testemunhou vários casos de detenção no Mercado dos Congolenses e arredores. Em troca de liberdade imediata, os agentes policiais e fiscais do governo provincial de Luanda estariam a exigir entre 2000 e 5000 Kwanzas.

Assim terá sido o caso do jovem Txutxu Bapema, 34 anos, detido quando se encontrava junto a um prédio vizinho do Mercado dos Congolenses. Esteve meia hora numa viatura policial de patrulha da divisão policial do Rangel,

juntamente com mais cinco mulheres, duas das quais carregando bebês, e um outro jovem.

Na quarta-feira, o mesmo site já havia noticiado uma outra matéria sobre o assunto, na qual dava conta de que as «zungueiras» e «zungueiros» ~ capturadas estariam a ser encarceradas em condições desumanas, falando da amontoação de cerca de 50 pessoas numa minúscula cela de uma esquadra do Marçal, circunscrição pertencente ao distrito urbano do Rangel, para onde estariam a -ser encaminhadas, desde sexta-feira da semana passada, as vendedoras ambulantes, alega da mente em conflito com as normas administrativas do GPL.

Entretanto, em face das dúvidas sobre se as «ordens superiores» teriam partido mesmo de Bento Bento ou de José Tavares, uma vez que, repetimos, curiosamente, a campanha se tem revelado mais incisiva na circunscrição dominada por este general na reserva, o *Semanário Angolense* procurou ouvir o Director Provincial da Comunicação Social do GPL, Ladislau Silva, que confirmou que a ordem teria mesmo partido de Bento Bento, mas com uma diferença: «Ninguém foi orientado a perseguir as zungueiras que fazem o seu negócio como muitas das nossas mães faziam ao tempo colonial, por exemplo, pegando o peixe na Ilha, para o ir vendendo pela cidade, mas sim aquelas que insistem em fazer 'pracinhas' em tudo que for canto, chegando mesmo a impedir o trânsito rodoviário». Estas últimas, segundo ele, tem mesmo de «levar no lombo».

Quando interrogado sobre as supostas' condições de detenção horrendas a que estariam a ser submetidas as pessoas consideradas em contravenção, Ladislau Silva acabou por nos remeter ao Director Provincial dos Serviços de Fiscalização, Tony Catembo, para que nos fornecesse mais pormenores, mas este, por sua vez, também nos faria chegar a uma outra figura, o chefe dos fiscais do município «independente» de Luanda, identificado apenas por Francisco, que disse não ter conhecimento algum do drama noticiado pelo Maka Angola.

Depois de prometer que haveria de se inteirar da situação o mais rápido possível, pediu que o contactássemos na sexta-feira, para nos dar a sua versão do assunto, algo que, por ir além do dia do fecho dessa nossa edição (quinta-feira), não tínhamos como apresentar.

No entanto, após muita insistência do jornalista (também é dos que só falam depois do famigerado «envio de uma carta» às «instâncias superiores», lá acedeu a explicar qual o tratamento que, oficialmente, tem de ser dispensado às «zungueiras» que sejam detidas sob a alegação de estarem a proporcionar urna «má imagem» da cidade, no seu complicado afã pela sobrevivência. Disse nomeadamente que elas são identificadas, cadastradas e depois postas em liberdade, mas com a obrigação de não reincidirem, sob pena de virem a ser levadas a julgamento por crime de desobediência às autoridades. E mais não disse o «camarada» Francisco.



### 3.2 GPL

*Jornal Manchete*  
07 De Fevereiro de 2014

Continuam as operações conjuntas entre elementos da Polícia Nacional e das repartições de fiscalização os municípios contra as vende dos ambulantes, as chamadas "zungueiras", sob orientação do Governo Provincial de Luanda (GPL).

Nos últimos tempos nos municípios de Viana, Cazenga e nos distritos do Rangel, Maianga, Ingombota e Kilamba Kiaxi várias operações foram levadas a cabo por efectivos da Polícia da Ordem Pública e fiscais do GPL em cumprimento de uma ordem interna dada pelo governador de Luanda, Bento Francisco Bento.

As "zungueiras" queixam-se de arbitrariedades e de corrupção por parte dos agentes que exigem pagamentos para as soltarem.

Dizer que as operações contra as "zungueiras" já foram condenadas pela organização de direitos humanos Human Rights Watch.

### 3.3 Kupapatas acusados de serem um fenómeno de desordem social

*Jornal Manchete*  
07 De Fevereiro de 2014

A actividade de moto-taxi, vulgo Kupapata, começou a ganhar notoriedade depois do conflito armado que o país viveu. Em Luanda, particularmente o município de Viana, foi um dos primeiros onde surgiu estes serviços de transporte individual, seguindo-se o Cacuaco, precisamente em princípio de 2003. A partir deste ano, dezenas de grupos de motoqueiros começaram a nascer como cogumelos em tempo de chuva, em todos os cantos, nos arredores da cidade.

Hoje conta-se aos milhares os cidadãos que exercem esta actividade, e têm-na como a maior fonte para o seu sustento. Entretanto, diariamente transportam pessoas da porta de casa à porta do serviço, e vice-versa, e atingem lugares recônditos, com realce para os bairros de difícil acesso aos veículos automóvel de quatro rodas.

Infelizmente, os níveis de acidentes que envolvem viaturas e motorizadas nas estradas têm sido assustadores, resultando em mortes e ferimentos graves, segundo dados da Polícia Nacional. Consta ainda que várias pessoas têm sofrido lesões graves, em consequência da condução desregrada dos

motoqueiros que pululam, sem a observância aos sinais de trânsito. Por este facto muitos cidadãos defendem que deviam ser habilitados ao serviço de moto-táxi, apenas elementos devidamente documentados e com idade acima dos 35 anos.

Um residente, por exemplo, queixou-se que "no município de Cacuaco, há muito se assiste espectáculos insólitos protagonizados pelos kupapatas, justamente nas barbas dos agentes de trânsito".

Sem qualquer receio, os motoqueiros transportam dezenas de pessoas nas carroçarias, em pequenos e médios percursos, sem fazer o uso do capacete e, como se não bastasse, conduzem em sentido contrário, sem que, no entanto, a polícia mova alguma palha, para punir os prevaricadores.

A fonte, por sinal, moradora naquela circunscrição, conclui que os motoqueiros utilizam uma condução de risco, resultando em muitos acidentes ou "Por desconhecerem as regras de trânsito, andam de qualquer maneira e acabam por atropelar crianças e até mesmos adultos nas ruas", disse, afirmando que estes casos são frequentes a nível dos bairros de Cacuaco.

Entretanto, a Direcção Nacional de Viação e Trânsito (DNVT), manifestou, recentemente, a necessidade de se tomar medidas urgentes a todos os condutores de veículos motorizados e demais utentes da via pública.

"O Estado está preocupado pelo incumprimento das regras básicas constituídas no Código de Estrada. Isto está a deixar de ser simples preocupação e a ser uma desordem", argumentou o director nacional adjunto de Viação e Trânsito, Conceição Gomes, que se referia aos problemas da actividade de moto-táxi no país, tendo considerado mesmo inadmissível a sua legalização pelo caos que originam.

#### PROIBIDOS NO KUANDO KUBANGO

O Governo Provincial do Kuando Kubango proibiu, recentemente, a circulação de moto-táxis, na cidade de Menongue. A medida surgiu pelo facto de ter sido registado doze acidentes de viação num único dia, isto é, no dia 30 do passado mês de Janeiro, que envolveram kupapatas, provocando a morte de cinco pessoas e sete feridos.

Para fazer face ao lugar deixado pelos moto-táxis nos transportes de pessoas e bens no centro da cidade de Menongue, o governo garantiu que vai aumentar o número de viaturas para o serviço de táxi. E os Kupapatas por sua vez, estes deverão apenas circular na periferia, tal como afirmou o porta-voz do

Comando Provincial da Polícia Nacional naquela região sul do país.

Ao Manchete, o presidente da Associação de Motoqueiros de Angola (AMOTRANG), Bento Rafael, considerou a medida do Governo do Kuando Kubango, como sendo de "limitação e não de proibição". O responsável avalia que o Governo do Kuando Kubango terá tomado tal medida, antes mesmo da realização da conferência sobre sinistralidade rodoviária que decorreu recentemente na capital do país.

Bento Rafael questionou "em que posições ficarão as pessoas que beneficiam destes serviços, uma vez que as motorizadas são os únicos meios que até agora fazem o transporte individual, levando as pessoas da porta de casa para a porta do serviço. No Kuando Kubango será que os táxis terão a capacidade de corresponder as deslocações dos populares?", questionou-se.

O presidente da AMOTRANG mostrou claro o seu sentido de defesa para com os seus filiados, quanto às críticas que têm sido alvo. Fez saber que a organização tem levado a cabo programas de sensibilização, como também tem estado a dar formação aos filiados. o responsável manifestou que gostaria que organização fizesse mais, além do que já tem feito, mas os custos constitui o principal problema. "Conseguimos identificar que o maior mal dos nossos associados está no desconhecimento do Código de Estrada. Por essa razão, temos estado a solicitar apoio ao Governo, no sentido de levarmos os mesmos em salas improvisadas para aprenderem os sinais de trânsito", esclareceu.

Outro problema identificado é o nível baixo de escolaridade por parte dos indivíduos que exercem o serviço de moto-táxi a nível do país. Explica também que esses indivíduos nem se quer algum dia passaram por uma escola, porque alguns deles vêem do processo militar e da guerra.

"Ora, esse mal deixou sequelas em que muitos de nós ainda vivemos, e os elementos que fazem desta actividades como ganha-pão não têm outra profissão, nem outro emprego", disse, acrescentando que, devido ao baixo nível de escolaridade por parte de muitos deles, "preferimos ensaiar um sistema, que consistiu em contratar professores que conheçam a língua materna dos cidadãos, para administrar os sinais do Código de Estrada. Isso teve resultados positivos no Huambo e queremos levar este sistema para todo o país, mas não podemos fazê-lo já porque exigem custos", disse, Bento Rafael, apelando aos membros da associação para o cumprimento obrigatório do uso do capacete.

### 3.4 O mundo medíocre dos motoqueiros

*Jornal Manchete*

*07 De Fevereiro 2014*

A vida normal de um homem é conduzida pela sua consciência, pelo juiz perfeito do indivíduo, pela noção da nobreza da vida, pelo discernimento do bem e do mal, pelo respeito que nutre aos outros e por vários outros atributos. Os homens das "motorizadas gigantes", os motoqueiros mostram-nos estarem ausentes destes pressupostos. Por isso preferem produzir um barulho atrozador, esmeram-se numa condução desarvorada e soltam palavras há quem se contraponha as suas nocivas práticas.

A falta de urbanidade, da ética, da moral, do profissionalismo e do amor ao próximo por parte de quase todos motoqueiros, periga as nossas estradas e as torna mais vulneráveis do mundo. Este subsídio lúgubre que os motoqueiros doam nas nossas estradas, arrecada mortes, origina stress aos motoristas de automóveis, aos passageiros, aos peões e em geral perturba o normal funcionamento do trânsito. Se fosse possível a divisão literal de mundos, os motoqueiros teriam um aparte. Porque os lobos não podem ter uma convivência com as ovelhas.

É elegante e "necessário afirmar que os motoqueiros constituem um mal e/ou um alvo a combater! ... Porque sua má conduta afeita-nos a todos. O ruído tão retumbante produzido por qualquer uma daquelas "gigantes motorizadas" provoca pânico na dimensão toda da rua e deixa ensurdecedor a todos os utentes da via. Nós, cidadãos nacionais ou estrangeiros enquanto titulares do direito à tranquilidade, à paz nas estradas e beneficiários do princípio ao respeito mútuo exigimos escrupulosamente o fim das balbúrdias feitas pelos motoqueiros.

Sou apologista de um diploma legal que regule em especial a circulação das motorizadas na via pública, com uma tónica especial aos barulhentos, os motoqueiros. Porque a ousadia destes deve-se a falta de norma jurídica que disciplina de modo especial e ao excesso de zelo observada pela polícia regulador de trânsito.

Os motoqueiros são campeões das desordens nas estradas, por prazer, lazer, exibicionismo e alfabetismo. Mas na verdade trata-se de uma prática pobre e vulnerável. As impudências que se incrementam tal como o rale e o levantar de uma das rodas demonstram uma árida consciência por parte destes praticantes. Estas práticas fazem das nossas estradas uma autêntica selva e um local de cobardia.

Uma sociedade culta revela-se no seu nível de organização e a na sua imensa capacidade de respeito aos seus compatriotas e ao património público.

A poluição sonora nunca irá configurar seus agentes, numa prática de beneplácito. Qualquer acto que visa perturbar a ordem pública é passivo de incorrer ao seu autor em responsabilidade civil ou penal.

Por isso voltamos a dizer, a falta de norma jurídica sobre uma actividade específica, actos pérfidos ou incumprimento de ordens estaduais, feitos de modo reiterados numa comunidade pode tomar seus habitantes em condição de rebelião social.

Se nós queremos ter uma sociedade sã e ditosa é necessário que todo sector da vida comunitária funcione em plenas condições, o cidadão é o primeiro timoneiro do exercício das boas práticas. Se o mau comportamento colectivo da juventude não for corrigido, haverá grandes oportunidades de evoluir para enormes proporções. O tema em abordagem parece ser de menor importância ou sem importância nenhuma, mas podemos crer que estamos diante de um gravíssimo "problema". O surgimento cada vez mais dos motociclistas atrevidos, com intenções claras de produzirem sons ensurdecete prova que teremos nos próximos tempos uma geração alucinada e enferma. Mahézo Ngana!

### 3.5 Ainda é um mal necessário

*Semanário Angolense*  
08 De Fevereiro de 2014

O secretário nacional para a Informação do Partido de Renovação Social (PRS), Joaquim Nafóia, quando solicitado a emitir a sua opinião sobre o assunto em análise, disse que é desumano e ilegal a forma como o governo de Luanda combate e expropria produtos comercializados na rua por vendedores ambulantes.

«O que ocorre nas ruas desta grande cidade é um autêntico esbulho, roubo mesmo, que em certa medida prejudica o cidadão nacional que a cada dia se torna mais pobre. A venda ambulante, apesar das consequências negativas que carrega, é nas actuais condições do país um mal necessário porque é o único ganha-pão da esmagadora maioria de angolanos», sublinhou.

Joaquim Nafóia considera que, para agravar as coisas, o suposto combate não beneficia o Estado, mas sim uma meia dúzia de agentes e seus mandantes. «Todos os dias, sobretudo à hora do almoço, assistimos agentes da Polícia Nacional e da própria fiscalização a roubarem comida feita, como funji, arroz e feijão, em barracas das senhoras, instaladas em zonas de maior

concentração e movimentação populacional, por falta de restaurantes que pratiquem preços acessíveis. Destroem as barracas para roubar a comida e depois pontapeiam as painéis em caso de resistência das senhoras», conta o «porta-voz» do PRS.

Embora reconheça que não se deva encorajar a venda ambulante, a julgar pelos riscos que acarreta, Joaquim Nafóia considera que «cabe ao Estado angolano organizar a rede de comércio, protegendo as áreas em que ele deve ser exercido pelos nacionais, caso contrário será muito difícil estancar o fenómeno».

Se fosse governo

A uma pergunta a propósito, o secretário nacional para a Informação do PRS referiu que, caso o seu partido fosse Governo, dedicaria, primeiro, um maior bolo do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o desenvolvimento dos municípios do interior do país, a fim de atrair o regresso das populações que a cada dia vão abarrotando os grandes centros urbanos, como Luanda. Em segundo lugar, discutiria e promoveria campanhas de sensibilização com as igrejas, partidos políticos e a sociedade no seu todo.

Depois, optaria pela construção de mais mercados com as devidas condições. E, por fim, retirava a possibilidade de todo e qualquer expatriado, legal ou ilegal, exercer a prática de comércio precário, como cantinas, venda de inertes e água, etc. Esta medida estender-se-ia também ao negócio de táxis e outros serviços básicos que, na sua óptica, só os cidadãos nacionais deveriam fazer.

### 3.6 As assimetrias e as zungueira

*Semanário Angolense*  
08 De Fevereiro de 2014

Depois de quase uma década de paz, os fluxos migratórios em direcção aos principais centros urbanos do país continuam a ser importantes. Com base nos dados do registo eleitoral de 2007, constata-se que cerca de 63% da população do país está concentrada em apenas cinco províncias (Luanda, Huíla, Benguela, Huambo e Kwanza Sul). Deste total, cerca de 30% encontra-se na província de Luanda. A actual distribuição significativamente assimétrica da população foi agravada nos últimos 15 anos, com a população residente na província de Luanda a aumentar em 11 pontos percentuais.

Isto é um resultado lógico das políticas seguidas e que são caracterizadas por um persistente e inadequado desequilíbrio nos investimentos entre regiões.

Estes desequilíbrios nos investimentos contribuem para agravar os desequilíbrios demográficos e causam uma pressão insustentável sobre os serviços básicos nos grandes centros urbanos, tornando a sua gestão num enorme desafio.

As assimetrias demográficas dão lugar a problemas económicos e sociais, tais como a degradação sanitária das zonas urbanas, o aumento da economia informal, o aumento das periferias, o aumento das actividades criminosas, o aumento do desemprego (dado que os emigrantes tomam as suas decisões com base em probabilidades de obterem um emprego), a alocação assimétrica dos investimentos, o abandono de grandes extensões do território nacional (o que coloca problemas de soberania nacional), bem como outros de pendor psicológico e cultural. Em 2007, enquanto o PIBpc da província de Luanda ascendia os 8.700 dólares e o da província de Benguela ascendia os 4 300 dólares, outras quatro províncias (Kwanza Sul, Malange, Namibe e Uíge) apresentaram um PIBpc entre os 2 000 dólares e os 1.500 dólares, enquanto as restantes províncias apresentam um PIBpc abaixo dos 1.000 dólares. Com esta distribuição do PIBpc, não surpreende que cada vez mais famílias migrem para Luanda. As diferenças significativas que se verificam no PIBpc resultam das diferenças verificadas entre as províncias nos volumes de investimento, tanto privado como público. No entanto, sabe-se que o investimento privado tende a ser realizado naquelas regiões onde a infra-estrutura (que depende do investimento público) está melhor desenvolvida e onde a dimensão do mercado é significativa.

Sendo assim, o principal instrumento de redistribuição regional da actividade económica é, claramente, o investimento público.

### 3.7 Bom para uns, mau para outros

*Semanário Angolense*

*08 De Fevereiro de 2014*

Angola esteve décadas em guerra, é por demais sabido. O país esteve envolto por um terrível vendaval que obrigou muita gente a deixar as suas zonas de origem para encontrar locais mais calmos, com menos atrocidade e constante perigo. Neste sentido, Luanda, por ser considerado o lugar mais seguro então, foi como que «invadida» por populações provenientes de diversas áreas do país. Toda a gente aportava Luanda com os seus desesperos, os seus sonhos e as suas ambições, mas também com os seus hábitos e inaptidão à forma de vida de uma cidade como a capital de Angola.

Terminada a guerra, muita gente já não voltou às zonas de origem e na falta de melhor, ou talvez por hábito adquirido, as vendas ambulantes continuaram e até aumentaram. Actualmente, muitos jovens, de ambos os sexos, também optaram por essa vida, vendendo bugigangas e chinesices, como forma de custear despesas, como as dos estudos e outros.

Se por um lado, é um bem para essas pessoas, por outro, é um mal para a sociedade, pelos transtornos que causa, como a intransitabilidade de alguns locais, o barulho que incomoda, o lixo que se produz e fica aglomerado pelas ruas, entre outros.

Sendo um mal para a sociedade nos termos descritos, deveriam as autoridades orientar acções para minimizá-lo e criar condições alternativas para a sobrevivência dessas pessoas, em todos os municípios, nos bairros e comunas, enfim, ao mesmo tempo que deveria ser levada a cabo uma extensa campanha de sensibilização e educação, com exemplos simples de vantagens e desvantagens.

Contudo, o que acontece é que se vai deixando andar e o mal vai crescendo, tornando a situação insuportável, o que obriga à tomada de medidas drásticas para se tentar debelar a situação.

Só que, algumas das autoridades que reprimem a zunga desordenada (como os fiscais das administrações ou do governo provincial, assim como os administradores municipais e comunais) são as mesmas que, em muitos casos, «autorizam» as vendas, tirando proveito disso.

Muitas zungueiras, sobretudo as do São Paulo, vulgo «arreou-arreou» e as dos «Congolenses», denunciaram à Comunicação Social as sevícias de que têm sido alvo por parte de agentes da Polícia e dos fiscais. A algumas são-lhes arrebatados os bens que vendem, para depois pagar uma «gasosa» para reavê-los. Às outras exigem-se-lhes sexo para reaver os bens e não voltarem a ser incomodadas.

Mas, sempre que o indivíduo estiver com «apetite», a pobre zungueira, que até é esposa e mãe, tem que satisfazê-lo, para não sofrer represálias e poder voltar, à noite, com algum para casa.

Entretanto, há alguns aspectos a reter: a venda ambulante (ou «zunga» em kimbundu) sempre existiu em Angola, sobretudo em Luanda. Produtos do campo, frutas e peixe fresco sempre foram vendidos por «zungueiras». De

resto, a história cultural do nosso país regista episódios interessantes que marcam a nossa poesia e música. Também não é um fenómeno exclusivamente angolano. Em muitos países do mundo, inclusive os



desenvolvidos, há vendedores ambulantes, que, em alguns casos, até são atracções turísticas. Por isso, urge apenas discipliná-lo. O que é de facto aberrante são as praças de rua, de esquina, de quintal, sobre as passagens aéreas e linhas férreas. Isso é que tem de acabar. A situação não vai bem, não é mesmo boa, mas o Executivo, se necessário for, na pessoa do seu mais alto mandatário, tem que tomar medidas, há que impor autoridade nem que seja através de algum decreto. Afinal, quem manda, manda. Todos queremos uma sociedade organizada, disciplina e em que reine harmonia entre todos. Desorganização e sujeira não interessam a ninguém.

### 3.8 Cidadãos são contra a prisão de vendedores ambulantes

*Semanário Angolense*  
08 De Fevereiro de 2014

Os cidadãos inquiridos são liminarmente contra a prisão de vendedores ambulantes, apesar de dois terços serem a favor da sua retirada das ruas para locais apropriados, com todas as condições e não muito distante dos bairros residenciais. Portanto, os respondentes são desfavoráveis à medida da Comissão Administrativa da cidade de Luanda, de prisão de vendedores ambulantes.

Perguntámos primeiro se os inquiridos são favoráveis à retirada dos vendedores ambulantes das ruas das cidades. Tal como se pode verificar no gráfico 1, exactamente dois terços dos respondentes (67%) consideram que eles devem sair das ruas, enquanto um terço (33%) acha que se podem manter nas ruas.

São as mulheres quem em maior grau considera que os zungueiros devem ser retirados das ruas.

Mas uma coisa é pensar-se que eles devem sair da rua e outra é concordar com a perseguição e a voz de prisão que lhes está a ser dada pelas autoridades administrativas (da cidade capital e de alguns outros municípios citadinos). Os cidadãos inquiridos são contra este tipo de actuação (95%), ao ponto de apenas 5% concordarem com a medida administrativa em vigor.

Trata-se de um resultado que deixa clara a contestação à voz de prisão a quem está a exercer uma função de forma digna. Uma vez que foram entrevistadas somente pessoas com elevado grau de instrução, pertencentes a elites, pode adiantar-se a hipótese segundo a qual a esmagadora maioria dos angolanos será contra tal medida impopular.

Se olharmos para os 5% de inquiridos que são a favor dessa medida, pode dizer-se que se trata fundamentalmente de mulheres e de pessoas com idade abaixo dos 35 anos.

### 3.9 Como iremos sobreviver?

*Semanário Angolense*  
08 De Fevereiro de 2014

A norma administrativa que estipula a penalização de qualquer pessoa que for apanhada a vender ou a comprar artigos na rua tem adeptos entre os cidadãos, mas também tem muitos críticos, quais deles em maior número.

Os adeptos consideram que a sua aplicação poderá resultar no melhoramento da circulação dos transeuntes pelos passeios, a diminuição do lixo nas bermas das rodovias, menos perigo de atropelamentos, entre outros benefícios.

Os críticos, por seu lado, consideram que ela só irá atrapalhar a sua vida, uma vez que é na «zunga» onde adquirem quase tudo para eles próprios os seus lares, como vestuário, alimentos e outros bens de primeira necessidade. Isto porque muitos deles saem muito cedo de casa e só voltam à noite, altura em que os mercados formais já estão encerrados.

Mais críticos ainda são os principais visados pela proibição, os ambulantes e zungueiras, que alegam que é a falta de uma fonte oficial de receitas (emprego bom) que os impele a ir para rua vender seja o que for, para que «as panelas em casa não se apaguem», como soe dizer-se.

Algumas destas pessoas começam o seu negócio com uns dez mil kwanzas, dinheiro que não dá de imediato para se conseguir uma «bancada» em algum dos chamados mercados oficiais, onde custam não menos de 20 mil, algo não ao alcance de boa parte de quem se vai iniciar no metier ou mesmo já ande nele há vários meses, mais ainda agora que as «berridas» subiram de tom, o que às vezes pode significar a perda de tudo, entre dinheiro e mercadorias.

Descontente com toda esta situação, algumas zungueiras defendem que, ainda que seja pretensão do governo acabar com a venda ambulante, que o faça de forma pacífica, e não com agressões e outros actos deploráveis praticados pelos agentes policiais e fiscais mobilizados para o «kuata-kuata», que além de expropriarem os seus bens, as espancam e prendem. «Depois, para sermos soltos ainda temos que dar 'gasosa'. E é assim, todos os dias: para nos soltarem, cobram», afirmaram, desmentindo assim um «chefe»



dos fiscais que negou que isso tem estado a acontecer.

«Mentiroso».

As nossas entrevistadas, que preferiram não ser identificadas, rogam ao governo que crie mais empregos, por formas a absolver o grande exército de zungueiras que fazem pela vida nas ruas, algo que não acontece por simples vontade, mas devido à falta de melhor ocupação rentável. Enquanto isto não acontece, garantem que dificilmente conseguirão deixar de vender na rua, onde está o seu pão, aconteça o que acontecer.

Defendem também que as autoridades devem empenhar-se na construção de mais mercados, mas que, ao contrário do que acontece agora, os lugares devem ser distribuídos gratuitamente, para lhes facilitar a vida, e não vendidos a preços exorbitantes para as suas posses. Acreditam que, nos actuais mercados, as «bancadas» são

compradas por pessoas como posses, que não são comerciantes, para depois aluga-las, o que encarece ainda mais a busca por um «posto de venda» fixo.

Mercados às moscas

Luanda é a província que mais mercados municipais ou legalizados tem. No entanto, em boa parte deles, a taxa de ocupação é insignificante, sobretudo naqueles em que a afluência de clientes é tão pequena que manter «bancadas» neles é perda de dinheiro.

É esta particularidade que faz com que muitas vendedoras e vendedores, mesmo tendo «bancadas» em mercados municipais, prefiram converter-se em zungueiras e zungueiras para garantirem alguma rentabilidade ao seu negócio. Quando não é assim, surge uma espécie de rivalidade entre as que têm bancadas fixas, as oficiais, e as puras «zungueiras», a quem as primeiras acusam de lhes retirar a clientela, ao postarem nas imediações, com ofertas mais chamativas que as praticadas pelas «de dentro». Muitas vezes, são os protestos destas, e a seu chamado, que os agentes policiais e fiscais das administrações se põem às berridas contra as «ambulantes», uma vez que se sentem prejudicadas por verem o seu negócio parado, mas sempre com a obrigação de pagarem o «imposto diário» às autoridades administrativas dos mercados municipais ou legalizados, no que dá um rendimento que já fez correr alguma tinta, por não se saber bem para aonde é que vai.

E os homens do «kuata-kuata» agradecem, por mais uma oportunidade para se apropriarem de alguns produtos do «espólio» e agora também pelo dinheiro

que a ameaça de detenção em troca de «sossego» vai permitindo fazer, como já se disse noutros espaços dessa matéria.

No resto, é um ciclo vicioso, já que muitas vendedoras consideram que vender na rua dá mais lucro do que fazê-lo dentro de alguns dos mercados municipais espalhados por Luanda.

Um exemplo concreto é o do mercado que foi criado no Largo da Tourada, onde existem algumas quiosques que só funcionaram no dia da inauguração solene do espaço. Logo de seguida fecharam as portas. O SA ouviu algumas vendedoras do referido mercado, que disseram que não vendem dentro dos quiosques por causa de ordens baixadas pela administração do mercado, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas ali, assim como não se pode vender nada que envolve a presença de um fogareiro.

As vendedoras estão indignadas com tais ordens, que consideram impróprias para um lugar criado na perspectiva da descontração e lazer, tendo passado a comercializar os seus produtos ao redor da Tourada. Contudo, elas continuam proprietárias dos espaços fechados e quem ganha é a administração do mercado, que não deixa de receber as rendas correspondentes ao aluguer de cada quiosque, enquanto outras, que estão actualmente a deambular pelas ruas, bem precisariam deles para tocarem pela vida num espaço concebido para funcionar e não para ficar fechado.

### 3.10 É possível dar-se um fim a zunga nociva apenas com campanhas de repressão?

*Semanário Angolense*

*08 De Fevereiro de 2014*

O *Semanário Angolense* solicitou ao sociólogo Paulo de Carvalho, a quem, aliás, sempre recorre em assuntos dessa natureza (pesquisa de opinião), para que elaborasse um estudo sobre o comércio de rua, na sequência da campanha repressiva que o Governo Provincial de Luanda desencadeou nos últimos dias, na sua tentativa de vir a colocar o enormíssimo «enxame» de comerciantes ambulantes em ordem, o que é, desde já, uma tarefa hercúlea, que não se compadece com simplismos como os assistidos.

A presente sondagem é apenas parte do trabalho a que nos propusemos, uma vez que a própria redacção estava incumbida de ouvir a opinião de muito mais pessoas, como e sobretudo economistas, mas também políticos e cidadãos comuns, sobre o fenómeno, com incidência numa pergunta básica:

«Considera a actual : campanha repressiva desencadeada pelo GPL como uma medida eficaz para se colocar fim à balbúrdia em que se transformou (reconheçamos) o comércio de rua em Luanda? Desenvolva».

A «berrida às zungueiras», como SA convencionou designar a campanha repressiva do GPL, acabou por ser um assunto bastante mediatizado, em face das complicações que foram surgindo, como a violação de alguns direitos elementares dos cidadãos que têm tido o azar de cair nas mãos dos agentes e fiscais que lhes têm dado corpo.

Há relatos de acções de violência gratuita contra as zungueiras, algumas até com os filhos às costas, detenções em condições deploráveis, bem como a «uíla» de sempre com as mercadorias apreendidas e por aí, enfim, que desvirtuam os objectivos da operação, empreendida, se calhar, com intenções «nobres», na óptica de quem a idealizou.

O pior é que, mais de quinze dias depois do início da operação, a situação continua a mesmíssima de sempre, a confirmar apenas que a solução do problema está muito longe de residir única e simplesmente na repressão aos zungueiros, que, quais cogumelos, continuam a espalhar-se pela cidade como se nada estivesse a acontecer.

Talvez assim seja pelo facto da vida de milhares e milhares de pessoas depender dessa actividade, como já se sabe, na falta de um trabalho mais digno em muitos casos. Aliás, aqui deverá residir o buslís da questão, podendo os restos ser simples causas colaterais.

Diante desse problema, o SA decidiu dar alguma contribuição na busca de uma possível solução, elegendo o assunto como matéria principal desta sua edição, o que pressupunha desde já também a participação de especialistas, até por maioria de razão.

Porém, e sem compreendemos ainda bem porquê, a quase totalidade dos economistas solicitados, infelizmente, se recusou a falar de viva voz, deixando de prestar a sua contribuição neste esforço pela eventual busca de soluções para um problema que tem muito a ver com a matéria em que se especializaram. É provável que essa nossa gente veja conspiração em tudo e por isso é que preferiu se fechar em copas, com uma descabida «cagunfa» de represálias, que não se sabe donde e de quem viriam. Até mete dó. Houve quem, como desculpa, socorreu-se de uma também descabida falta de tempo suficiente de preparação para poder falar.

Uma aberração.

É claro que, com estes intelectuais mudos e quedos que temos, que, como diz o Paulo Flores, se calam quando deveriam falar, dificilmente o país avançará em termos de ideias e produção de pensamento.

Felizmente, como nem tudo é já deserto, lá conseguimos umas poucas opiniões de viva voz, que, a par das emitidas sob anonimato, no quadro da pesquisa de Paulo de Carvalho, conformam o destaque do SA para esta semana, esperando-se que, ao menos, possa provocar o necessário debate de um assunto que, no fundo, tem a ver com todos nós, enquanto problema social que precisa de solução ou, no mínimo, algum esbatimento, já que eliminá-lo em definitivo parece uma missão praticamente impossível.

### 3.11 Entre a exploração e a sobrevivência

*Jornal A capital*

*08 De Fevereiro de 21014*

As fábricas de blocos de cidadãos chineses tomaram-se lugares de atracção para menores provenientes das mais distintas províncias do país, em busca de melhores condições de vida. Na zona do Quilómetro 30, em Luanda, por exemplo, existem mais de três dessas fábricas onde vários jovens, entre crianças e adolescentes, trabalham sem o mínimo de condições.

Sem olharem para o tipo de serviço que prestam, os adolescentes, embora reconhecendo que se sentem explorados pelos chineses, dizem que é a única forma de ganhar a vida que encontraram para ajudarem no sustento das suas famílias.

Entre eles está Agostinho Inácio, 14 anos. À nossa reportagem ele adiantou que trabalha para os chineses há mais de dois meses. Ganha 27 mil kwanzas, mas, pelo facto de o dinheiro servir, também, para a sua alimentação, raras vezes consegue mandar dinheiro para a família que deixou no Bié.

Segundo o menor, o trabalho é duro e os seus chefes são muito exigentes.

"Trabalhar aqui é muito duro", desabafou, lamentando que, ainda assim, quase não se vê dinheiro no fim do mês.

"Quero voltar a estudar", por isso, esforça-se para amealhar, pelo menos, 50 mil kwanzas, e de seguida, abandonar este trabalho e voltar para a terra natal.

"Eles não se importam connosco já passaram por aqui mais de 50 pessoas", que no entanto, segundo o nosso entrevistado, não completam mais de dois meses. Abandonam.

"Eu, também, já não estou a aguentar mais. Quero trabalhar só mais este mês para aumentar no pouco dinheiro que já tenho", manifestou ao notar que se conseguir os almejados 50 mil kwanzas, vai-se embora.

Um sentimento que parece generalizado no seio de todos na mesma condição que Inácio. No local estão cerca de 25 jovens, na sua maioria provenientes das províncias do Bié, Huambo e Benguela. Trabalham na produção de blocos, desde a manutenção das máquinas até ao carregamento das carrinhas.

O esforço é titânico pelo que, sentem que deveriam ganhar mais, ou, pelo menos, verem os seus esforços respeitados.

"Os chineses só recebem o dinheiro dos clientes e conduzem as carrinhas. Nós é que fazemos tudo. Acordamos todos os dias às 06h00 da manhã para trabalhar e só paramos quando não houver mais clientes", isto é, prosseguiu, por volta das 19hoo.

"Trabalhamos todos os dias. Não temos repouso", aliás, informou, quem estiver cansado ou a sentir-se mal, dá a conhecer ao chefe que, ao anuir desconta um dia de salário que equivale a 900 kwanzas.

"Se estiveres muito doente, dão-te dinheiro de passagem para regressar à aldeia", disse.

Por sua vez, Luís de Carvalho, 16 anos, trabalha lá há cinco meses e auffer qualquer coisa como 27 mil kwanzas que, segundo ele, não chegam para quase nada, tendo em conta que é do mesmo montante que tira para sua alimentação.

"No fim do mês só restam 18 ou 15 mil kwanzas", frisou Luís, que durante este tempo todo, já assistiu à vários acidentes de trabalho.

"Um amigo meu cortou-se a perna", lamentou, quando se lhe formavam lágrimas nos olhos.

"Estávamos a trabalhar na betoneira. Ele escorregou e caiu na máquina que logo cortou-lhe a perna. Levaram-no para o hospital Maria Pia e lhe deixaram lá, não recebeu nem um tostão", denunciou.

Numa outra fábrica, ainda no Quilómetro 30, junto às bombas da Pumangol, frente ao CIF, as dificuldades dos trabalhadores são ainda maiores. Estão lá mais de 60 trabalhadores entre adolescentes

e senhores de certa idade, a residirem no interior das fábricas, assim como os chineses.

Só que existe uma grande disparidade na coabitação. Os trabalhadores chineses têm direito a um refeitório e vivem em casas climatizadas, enquanto que os jovens trabalhadores angolanos, dormem em tendas improvisadas.

Cozinham à lenha, fazem as necessidades nos montes de blocos espalhados no quintal da fábrica e, para, se alimentarem, têm que contribuir 100 kwanzas cada pessoa.

Seu prato de eleição é funje de fuba amarela com peixe seco assado. Comem quase sempre a mesma coisa, como disseram, para poderem guardar mais dinheiro para mandar às famílias.

Venâncio Daniel, contou que tomou conhecimento das vagas nas fábricas dos chineses através de amigos que já lá trabalhavam.

"Fui aconselhado pelos meus pais a procurar trabalho em Luanda. Assim que conseguir dinheiro que chega para comprar uma moto, vou abandonar este trabalho. É muito duro", reconheceu, ele que nota que quando veio para Luanda, não sabia que para ganhar 20 mil kwanzas tinha que se submeter a tantos maus-tratos por parte dos empregadores.

"Trabalhamos todos os dias, mesmo a ganhar pouco", disse, queixando-se de que os chineses os exploram muito. Por exemplo, prossegue, se no domingo não aparecer nenhum cliente, esse dia não conta, portanto, não é remunerado.

"Dão-nos apenas 100 kwanzas para comer. Quando há muitos clientes, não há repouso. Tanto é que há dias que carrego dois mil blocos nas carrinhas. Acordo, dia seguinte, muito cansado", contudo, se pedir para descansar, ameaçam-lhe com despedimentos.

### 3.12 Factos

*Jornal Acapital*

*08 De Fevereiro de 2014*

Bom, aqui é o que podemos constatar nas fábricas de blocos para construção tuteladas por chineses. Facto é que em surdina, o trabalho infantil em Angola é uma realidade. E, tudo acontece sob o olhar, aparentemente, cúmplice da sociedade.

Os mercados e praças são outros lugares de referência onde a prática é evidente. Crianças tomaram-se mão-de-obra fácil, para os mais

diversificados tipos de trabalho. Uns são mais leves, outros nem tanto, mas há aqueles que chegam a ser mais perigosos se se tiver em conta suas tenras idades.

Basta chegar a um mercado dá-se logo conta de um notável número de petizes a correrem atrás das viaturas. Não vão pedir esmola. Vão sim pedir trabalho, consistindo, não raras vezes, em ajudar a carregar os saquinhos de compras das pessoas. E como às vezes são em grande número para tão pouca clientela, a luta é tremenda. Tudo em prol de parcos 100 ou 200 kwanzas,

Rodrigues José, 13 anos, vende água na berma da via expressa, em Luanda. A mãe dele está adoentada e o pai é segurança numa empresa privada. Mais velhinho de seis irmãos, é a ele que cabe alguma responsabilidade pela subsistência deles.

"Estou a vender porque o meu pai está de serviço. Normalmente ele é que vende, mas quando vai trabalhar, eu faço a vez dele", pois, a mãe está internada no hospital de Cacuaco. Acrescentando que consegue levar para a casa até dois mil kwanzas por dia, dinheiro com o qual dá para ajudar nas despesas domésticas, para um mínimo de cinco dias.

Na mesma condição de José está o pequeno Pepé, de 11 anos. Ele é , engraxador de sapatos no largo Njinga Mbandi. Menino franzino, contou-nos que vive com a irmã no bairro dos Malanjino. Com os rendimentos da graxa, Pepé compra comida.

"Comecei com os meus amigos que já o faziam para apoiar as suas mães", explicou, tendo acrescentado que ganha, geralmente, mil kwanzas ao dia, o que representa um grande alívio na economia de casa.

### 3.13 Não. Nós não nos calamos diante destes governantes insensíveis

*Jornal Folha 08*

*08 De Fevereiro de 2014*

O governo de Luanda, ciente por ordem superior de que as zungueiras são agentes do crime organizado, eventualmente responsáveis pela corrupção no país, tão criticada nos areópagos internacionais, lançou uma operação de limpeza quase étnica contra as vendedoras ambulantes na cidade. É que, presume-se, a capital fica mal na fotografia que nos quer apresentar com fatos Hugo Boss ou Hermenegildo Zegna. É claro que as meias estão rotas, mas como não se vêem...

E nessa operação de limpeza pura e dura, como aliás faz parte do código genético do regime, vale tudo. Os

detidos, mulheres, homens e crianças são enclausurados segundo a regra número um dos direitos humanos que vigora por cá: todos a monte e sem as mínimas condições. A Polícia Nacional entende que pôr meia centena de pessoas numa cela é o adequado.

Acrescentam que quem não estiver satisfeito pode sempre fugir e, é claro, levar uns tiros.

As zungueiras, como angolanas de terceira categoria, são empilhadas numa cela no Posto Policial do Marçal, e nem mesmo o facto de estarem acompanhadas por filhos recém-nascidos evita que sejam tratadas como mercadoria de baixo valor. Não é um espectáculo digno para figurar nas tais fotos com que o regime mostra só uma das partes da capital. Mas como essas imagens dificilmente chegarão ao público, a Polícia Nacional e o regime mantêm-se impávidos e serenos, conhecida que é a conviência do mundo dito civilizado.

E, é claro, ficam virados do avesso e com o dedo no gatilho quando aqui perguntamos: Até quando?

E acrescentamos: Porra, isso é demais... prendem, violam, assassinam e todos nos calamos?

Depois de um manancial de ameaças, enquadráveis na estratégia de reeducação patriótica do regime, as vendedoras são libertadas e avisadas que, no caso de reincidirem, as penas serão bem mais pesadas.

Mas, como em qualquer democracia, se as zungueiras tiverem dinheiro para passar por debaixo da mesa, a situação altera-se.

É que, bem vistas as coisas, os polícias também têm família para sustentar e, no caso, um dinheiro extra calha sempre bem. E se a isso juntarem os bens confiscados, que não são inventariados, o pecúlio pode ser bem generoso.

Ainda não há muito tempo, foi em Novembro do ano passado, o director-geral adjunto do Instituto de Formação de Finanças Públicas (INFORFIP), José Magro, ressaltou a importância da Segurança Social abranger um maior número de contribuintes, num país onde o mercado de trabalho informal está em expansão. E até disse que "é necessário que também a Segurança Social tenha um maior leque de contribuintes, nomeadamente as zungueiras, que não têm qualquer protecção social.."

Ser zungueira em Angola não é, ao contrário do rótulo dado pelo regime, sinónima de delinquente. Pelo contrário, é uma alternativa que une o engenho e barriga numa luta desigual contra a fome. Num país assimétrico, há poucos empregos para os autóctones



que, contudo, têm família e direito legítimo a uma vida digna.

As nossas mulheres, sim as zungueiras são cidadãs de pleno direito e não uma espécie menor de escravas, carregam os filhos pelas ruas de Luanda porque a isso são obrigadas. Se tivessem outra opção não hesitariam, em colocá-las em creches sociais. Este governo sabe o que isso é?

Seguramente não.

Querê-las equiparar, como faz o Governo, a marginais e delinquentes é, só por si, um crime contra os mais elementares direitos humanos. Nem todas, nenhuma até, conseguem ter o privilégio de vender ovos e assim tomarem-se nas mulheres mais ricas de África, como aconteceu com Isabel dos Santos.

Num país com elevadas taxas de desemprego e em que o acesso a uma formação escolar ou profissional são privilégios só ao alcance de muito poucos, ser zungueira é um acto heróico que - admite-se precisa de ser regularizado, exactamente na perspectiva que advogava José Magro.

Sujeitando-se a todo o tipo de violência física e moral, muitas vezes por parte das autoridades, as zungueiras comem o pão que o Diabo amassou para, sabe Deus como, amearhar alguma coisa que as sustente e alimente a barriga, tradicionalmente vazia, dos filhos e outros familiares. Trabalham de sol a sol, palmilham longas distâncias, apregoam a vida que transportam nas suas mercadorias, e como se esse martírio não fosse suficiente, ainda são tratadas pelo regime como se de escravas se tratassem.

Tivessem os governantes capacidade para servirem em vez de se servirem, todos estes dramas poderiam ser evitados. O respeito por quem zunga e kinguila é o mínimo que se pode, e deve, exigir aos que, pelo acaso da vida (raramente por competência) estiveram (ou passaram) do lado certo da história, tomando-se dependentes do partido e que, por isso, tudo fazem para manter os imerecidos privilégios, renegando os irmãos que por coerência ou má sorte vivem do outro lado, nos musseques.

Regressemos às preocupações manifestadas em Luanda pelo director-geral adjunto do INFORFIP, José Magro, na conferência sobre o Plano de Pensões e Protecção Social em Angola - Situação Actual e Desafios Futuros, promovida pela MERCER empresa portuguesa com actividades nas áreas de risco, estratégia e capital humano.

"Os trabalhadores têm que ter consciência que se isso (Segurança Social) não estiver a ser feito, no futuro vão ter problemas, estão a ser penalizados. Podem

neste momento ter algum benefício, porque este valor que recebem hoje é bom, mas amanhã poderá ser mau", referiu José Magro, corroborando a importância da Segurança Social abranger um maior número de contribuintes, num país onde o mercado de trabalho informal é elevado

"É necessário que também a Segurança Social tenha um maior leque de contribuintes, nomeadamente as zungueiras, que não têm qualquer protecção social, os que estão doentes, os que têm os filhos doentes e também as domésticas, estas classes têm de ser pensadas no sentido de amanhã terem o seu futuro salvaguardado", sublinhou José Magro.

No que diz respeito à fiscalização, José Magro disse que a Segurança Social e as Finanças têm feito as suas inspecções, mas é necessário que elas tenham uma maior abrangência tendo em conta a dimensão do país, salientando ainda que o trabalho de consciencialização deve ser maior no sector privado, visto que no Estado os descontos são já uma tradição.

### 3.14 Negócio lucrativo

*Semanário Angolense*

*08 De Fevereiro de 2014*

A este propósito, possivelmente «para mostrar trabalho», como soe dizer-se na gíria luandense, a Comissão Administrativa de Luanda, baixou recentemente orientações para se pôr fim à grande balbúrdia que se vive na área do São Paulo e Congolenses. Realce-se que, como já foi dito, as

medidas são tomadas da noite para o dia, ou do pé para a mão, sem que sejam levadas em conta alternativas ou contrapartidas, para se acabar com a situação de uma vez por todas, com autoridade, mas sempre pensando na sobrevivência dos cidadãos.

Para os efectivos da Polícia Nacional e fiscais no distrito do Rangel, em Luanda, a campanha de proibição e detenção de vendedoras

ambulantes, as «zungueiras», transformou-se de imediato num negócio lucrativo em termos individuais. Ou seja, foi como que a «sorte grande» no princípio do ano. Em troca de liberdade imediata, os agentes policiais e fiscais do governo provincial de Luanda têm exigido o pagamento de «impostos» que oscilam entre os dois e os dez mil kwanzas. Quem não possuir a quantia exigida, corre o risco de detenção sumária, o em condições impróprias.

Os agentes, quais loucos, chegam de rompante e começam a pontapear, coisas e pessoas, apanham os



produtos deixados pelas donas que fogem espavoridas e depositam-nas carrinhas. Depois das carrinhas cheias, humilham as vendedoras que pedem de volta os seus produtos. Quem resiste, pode sofrer outras sevícias, como foi o caso de uma jovem que não deixava que levassem os seus produtos, tendo sido duramente espancada, a ponto de desmaiar.

Uma ambulante disse: «Já conhecemos os métodos deles. Como estavam fracos, vieram aqui e levaram o que queriam e agora vão vender noutra sítio ou vão entregar às mulheres deles para fazê-lo».

### 3.15 O que fazer com as zungueiras?

*Semanário Angolense*  
08 De Fevereiro de 2014

Sabendo-se que os angolanos serão contra a medida de prisão dos zungueiros, más, mais a favor da sua retirada das ruas, é preciso então saber o que se sugere que se faça com eles.

Se olharmos para o gráfico 3, constatamos que 98% dos respondentes são a favor da criação de espaços apropriados para a maioria dos vendedores ambulantes, deixando a possibilidade de alguns deles se manterem nas ruas. Foram referidos alguns dos que se devem manter nas ruas, tais como peixeiros, vendedores de gelados, vendedores de refrigerantes ou ardinas - ou seja, funções cuja presença nas ruas tem já tradição por cá.

Depois de haver espaços apropriados para venda, metade dos respondentes (51%) considera que nenhum vendedor ambulante pode ir mais para a rua, enquanto a outra metade (46%) é a favor de alguma permissividade.

São as mulheres quem em maior grau é a favor da repressão da venda de produtos na rua, depois de haver espaços apropriados para o efeito.

A tabela apresenta as opiniões relacionadas com o que fazer com os zungueiros, emitidas em pergunta aberta. Para além da já referida necessidade de confinar a maioria dos vendedores ambulantes e de rua a espaços apropriados (sejam fixos, sejam itinerantes), antes de qualquer outra medida, os inquiridos consideram que as autoridades se devem preocupar com a formação académica e profissional dos zungueiros, com o fomento do emprego e com o diálogo com eles próprios (seja através de estudos feitos por profissionais especializados, seja através de uma associação de vendedores ambulantes).

Sugere-se também a criação de uma licença camarária para os vendedores ambulantes, bem como a tomada

de medidas mais amplas que visem o enquadramento dos zungueiros no comércio formal (por um lado) e a diminuição do fluxo migratório para as grandes cidades (por outro lado).

### 3.16 Pesquisa de opinião sobre o comércio de rua

*Semanário Angolense*  
08 De Fevereiro de 2014

O estudo, cujos resultados apresentamos hoje, não é representativo de qualquer população, visto não ter sido utilizada qualquer amostra representativa de um universo dado.

A intenção do autor do estudo foi ouvir a opinião de angolanos utilizadores da internet, possuidores de endereço electrónico. O questionário foi enviado a 630 endereços electrónicos, tendo-se pedido para que cada um dos seus utentes ou detentores o endossasse a outras pessoas.

A margem de resposta foi de 29% (veja-se a ficha técnica), o que denota continuar a não haver entre nós o costume de resposta a inquéritos via e-mail. Pode ter ocorrido que a temática do estudo não terá interessado às pessoas, bem como algum temor em relação à manutenção do anonimato.

Pedimos a opinião de utilizadores de internet, a respeito da medida da Comissão Administrativa da cidade de Luanda, de combate e prisão aos vendedores ambulantes.

Queremos voltar a chamar à atenção para o facto de os resultados aqui apresentados não poderem ser generalizados para a população angolana, para os habitantes da cidade de Luanda ou para os angolanos utilizadores de internet. Também não representam a opinião do autor do estudo. Os dados que se apresentam dizem respeito unicamente ao grupo de entrevistados, sendo a opinião global desse grupo.

Recebemos 183 respostas ao questionário. Os respondentes são maioritariamente do sexo masculino (77%, contra 23% de mulheres) e têm idade compreendida entre 22 e 78 anos (média de idades de 45,7 anos).

Quanto à instrução dos inquiridos, varia entre a 10ª classe e o doutoramento (a média de classes concluídas é de 16,4 classes, ou seja, a licenciatura).

Os entrevistados (todos angolanos) residem maioritariamente em Luanda (75%), mas há também quem viva na cidade do Kilamba, em Cacucaco, em Viana, Benguela, Caxito, Dundo, Funchal, Huambo,

Lubango, Sumbe; Donaueschingen (Alemanha), Lisboa, Londres, Ottawa, Paris, Rio de Janeiro ou Washington.

Ao invés de o autor do estudo apresentar aqui a sua própria opinião, preferiu apresentar uma opinião mais abrangente c. das 183 pessoas que aceitaram emití-la, a quem, desde já, agradece o gesto.

### 3.17 Um novo olhar sobre os zungueiros que vá além das soluções cosméticas

*Semanário Angolense*

*08 De Fevereiro de 2014*

No contexto angolano, o histórico das relações entre o Estado e os agentes do comércio informal tem sido um percurso sinuoso.

Entre as severas acções repressivas da primeira metade da década de 80 do século XX (de que foram exemplos paradigmáticos a destruição do mercado Banga Sumo, na zona do Prenda, queimado na sequência da intervenção das forças policiais, ou a destruição pelas autoridades dos mercados Cala-a-Boca e Tira Bikini), e o encerramento dos mercados da Estalagem, Kinaxixe e Rocha Pinto, em 2004, medearam largos períodos de condescendência, em que as autoridades se limitaram a controlarem à distância o funcionamento dos agentes informais. A atitude persecutória, no caso do comércio praticado nos mercados informais, por vezes, focalizou-se em determinados segmentos do comércio informal, nomeadamente os dos medicamentos e os dos suportes de reprodução áudio e vídeo (cds e dvds), tendo sido, frequente e pontualmente, direccionada para o comércio ambulante (zungueiros).

A partir do final de 2006, desencadearam-se diversas acções no sentido da formalização da rede de mercados e da actividade comercial e mercantil, no quadro mais amplo do programa de reestruturação da rede de abastecimento comercial, no qual se incluiu o PRESILD, o Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População - Nova Rede Comercial. Foram inaugurados quatro novos mercados construídos em Luanda com financiamento da linha de crédito da China: os mercados do Cazenga (ex-Asa Branca), do Palanca (Kilamba Kiáxi), do Kífica, no Benfica, e o da Vidrul, no Cacucaco. No âmbito do comércio retalhista, o objectivo do PRESILD, para além da construção de 163 mercados municipais, apontava para a construção de 31 supermercados da rede Nosso Super, bem como para a edificação de 10 mil

estabelecimentos para a actividade de pequeno retalho.

O encerramento em Setembro de 2010 do mercado Roque Santeiro, ao Sambizanga, com a simultânea inauguração do mercado do Panguila, no Cacucaco, na sequência de um processo político longamente preparado, que enfatizou a melhoria de condições dos operadores e consumidores, a questão de saúde e segurança públicas, a eliminação de um foco importante de congestionamento de tráfego e as necessidades decorrentes da reabilitação/requalificação urbana da cidade de Luanda como imperativos inadiáveis, numa lógica de progresso e desenvolvimento, constituiu a peça mais significativa do puzzle que vinha sendo elaborado (registre-se, apesar de ser ainda cedo para a avaliação em profundidade e com o grau de detalhe que se exige, uma não adesão significativa dos operadores e dos consumidores em relação ao mercado do Panguila, do mesmo modo que importa realçar o insucesso, já reconhecido pelas autoridades, da rede de supermercados Nosso Super, um dos elementos mais emblemáticos do PRESILD).

Outubro de 2012 marcou o reinício da atitude intervencionista, em particular na cidade de Luanda, com a orientação do Governo Provincial centrada na edificação de mercados, objectivando a retirada dos ambulantes das ruas.

Mais recentemente, em Janeiro de 2014, fez eco a intenção revelada pelo Presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda de publicar um conjunto de normas destinadas a punir os vendedores ambulantes e também os consumidores que adquiram produtos aos zungueiros. Foi também notícia, uma vez mais, a intensificação das práticas repressivas promovidas pelas forças policiais e pelas unidades de fiscalização das Administrações Municipais.

Depois de um longo período caracterizado pela inexistência de uma orientação política especificamente direccionada para a economia informal, pela promoção de acções casuísticas, e pela manutenção de uma atitude oscilante, ambígua e ambivalente, entre a repressão e a tolerância, como traços caracterizadores dominantes da relação entre o Estado e o comércio e outras actividades informais, emergem actualmente, no contexto angolano, alguns sinais de continuidade e de mudança.

Se o «mix» entre a política do «acantonamento» dos comerciantes, do arresto dos produtos e do «cassetete» já não é novidade, o que parece surgir diferente é o reconhecimento oficial, em sede da Comissão Económica do Conselho de Ministros, da realidade e da importância económico-social da

economia informal, de que o comércio informal é um dos segmentos mais significativos. Referimo-nos à apreciação de uma proposta do Programa de Reconversão da Economia Informal, inserido no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, com o objectivo de reduzir os níveis de informalidade da economia angolana e de promover a formalização progressiva das actividades informais. O aumento da segurança dos negócios actualmente praticados no mercado informal, o combate à fome e à pobreza, a promoção do emprego em condições dignas, o incremento da segurança dos consumidores, a melhoria da arrecadação fiscal do Estado e o aumento do índice de bancarização do país são outros dos objectivos que o PREI se propõe alcançar, sustentado numa lógica de intervenção articulada das instâncias ministeriais e' numa filosofia de formalização, formação e financiamento dos agentes informais.

Apesar de não existir ainda suficiente informação pública e publicada sobre o PREI, a expectativa é que possa significar que se está em presença de um novo modo de olhar para a economia e para o comércio informais, que não se fixe apenas nas dimensões negativas do fenómeno, mas que o enquadre, numa perspectiva estrutural, na realidade complexa que é a economia angolana, que procure soluções alicerçadas num conhecimento extensivo e detalhado da realidade, sem perder de vista as exigências de sensibilidade social que são um imperativo da acção governativa promotora do desenvolvimento.

A expectativa é que a intervenção política a efectuar não isole a economia e o comércio informais das condicionantes estruturais que as originam, nomeadamente a insuficiente diversificação da economia, que constrija a capacidade de oferta de emprego decente e protegido por parte do Estado e do sector privado formal, o desfasamento entre as qualificações escolares e profissionais de muitos jovens e mulheres angolanos e os requisitos de competências do mercado formal de emprego ou a sobre concentração populacional nos principais centros urbanos, em particular na cidade capital.

Ficar apenas pelo «reajuntamento» dos zungueiros e pela «acção disciplinar» será sempre uma solução efémera e/ou cosmética.

(\*) Docente universitário e investigador na área das Ciências Sociais.

### 3.18 Uma guerra sem quartel

*Semanário Angolense*  
08 De Fevereiro de 2014

Tudo o que hoje se passa em Luanda no que toca à informalização da Actividade comercial, com destaque para o que acontece com o comércio ambulante (vulgo zunga) - cujo combate é a nova briga que o GPL/CACL comprou, mas ainda não pagou - só pode ser o resultado de um impacto demográfico exponencial, que há muito deixou de estar sob controlo das autoridades.

As causas desta progressão estão minimamente identificadas, pelo que, mesmo que haja vontade política consequente para se inverter esta tendência, os resultados só se farão sentir a médio prazo, caso a «luandização» do poder e da distribuição do rendimento nacional seja substituída por uma estratégia mais coerente de combate às profundas assimetrias regionais. De outra forma, não há solução sustentável.

Penso que esta conclusão já faz parte do domínio do óbvio, mas, num país como Angola, nunca é demais revisitar estas evidências, pois, por vezes até parece que estamos a ser atingidos por uma epidemia de «autismo institucional», com todo o respeito que merecem os portadores desta terrível doença sem aspas.

Estamos a falar de uma cidade que, do ponto de vista do mercado de trabalho, está a rebentar pelas costuras, que está saturada, que já não tem mais nada para oferecer aos seus habitantes.

Estamos a falar de uma cidade que continua, entretanto, a ser procurada por compatriotas nossos que abandonam as suas zonas de origem, por terem chegado à conclusão de que, mesmo sendo hoje um pequeno «inferno», a capital ainda consegue ser melhor em matéria de oportunidades do que o «paraíso» onde nasceram ou se encontram a viver.

Luanda continua a ser um pólo de «atração fatal» para todos os angolanos que nas outras regiões do país não conseguem encontrar soluções, locais para os seus problemas socioeconómicos.

É a armadilha da capital.

É uma constatação grave, mas que corresponde à realidade de um país que nas décadas de 60/70 ria as famílias, onde a minha estar a incluída, a saírem de Luanda à procura de melhores condições de vida no interior.

Tenho para os meus botões que Angola só voltará a se reequilibrar, quando, novamente, as pessoas sentirem esta necessidade de deixar Luanda voluntariamente, 1 procura de outros mercados por este imenso país.

O drama de Luanda, definitivamente, nunca será resolvido, dentro das fronteiras da macrocéfala capital angolana, apenas com a construção de mercados municipais.

Há que pensar em Angola na ma imensidão e nas suas potencialidades.

Há que pensar em fazer outras Luandas, outras capitais, outras verdadeiras novas centralidades, que não sejam apenas dormitórios periféricos da mesma e grande cidade.

Definitivamente, Luanda já não tem capacidade para, ao nível do mercado formal, absorver a crescente procura existente, pelo que, ao excedente desta força de trabalho, só lhe resta mesmo o recurso ao comércio de rua.

O outro recurso é morrer de fome, pois, o terceiro que seria o regresso às suas zonas de origens ou a procura de um modo de vida numa outra região do país, não nos parece que já seja uma opção com relevância estatística para ser considerada a nível nacional.

Todas as tentativas até agora feitas em Luanda para acantonar «este povo» nos chamados «mercados municipais» falharam redondamente, porque nas zonas onde eles foram implantados não existe procura suficiente nem poder de compra, para garantir alguma rentabilidade (por mínima que seja) à actividade comercial, como facilmente se pode constatar no

terreno, com as bancas vazias de clientes.

Antes de se pensar em atacar as consequências de um determinado fenómeno socioeconómico, seja com que medidas forem, qualquer Governo que se preze tem de fazer uma avaliação a mais objectiva possível da realidade, para ver se a estratégia a adoptar tem alguma possibilidade de surtir os efeitos desejados.

Mesmo que não seja coroada de êxito total, o que é sempre difícil de se conseguir em qualquer conjuntura onde as adversidades são predominantes, é preciso evitar que a estratégia seja um completo fracasso, o que é sempre mau para credibilidade de quem está no «poleiro».

Isto significa dizer que, por vezes, é melhor não apostar tudo numa determinada direcção, sob o risco

de termos de recuar ainda mais, caso as coisas de em para o torto.

A aposta do GPL/CACL em mais esta recente ofensiva contra a zunga, pois não é a primeira e pelos vistos não será a última, tem os contornos do ou tudo ou nada, a traduzir mesmo alguma transferência de táticas militares para o domínio do confronto social que o Executivo elegeu como método

para tentar erradicar o problema do comércio de rua informal.

A ideia que em tempos já defendi, e que acho que continua a fazer todo o sentido, é que, neste combate, os dois «beligerantes», quer a zunga, quer o governo, estão antecipadamente derrotados.

A zunga está naturalmente derrotada, porque a pobreza, enquanto for ela mesma, nunca há-de ganhar nada, para além de alguns tostões e de algum tempo/ oxigénio para continuar a correr e a fugir dos fiscais e dos polícias, rumo ao desespero permanente de uma existência sem objectivos que ultrapassem a própria sobrevivência quotidiana do ser humano.

Este é o problema maior da zunga para quem a combate, o que faz dela um «projecto» particularmente resistente a todo o tipo de ataques e ofensivas, seja de quem for.

De facto, quem já não tem nada a perder, perdido está, sendo em consequência o seu comportamento muito difícil de controlar com meios convencionais, como é fácil de comprovar pela progressão que assistimos nas ruas de Luanda.

Qualquer avanço do seu combate nas ruas de Luanda será apenas temporário.

Aqui não se trata bem de estar contra ou a favor.

A coisa é muito mais complicada e sensível.

É evidente que não podemos estar de acordo com a transformação das ruas/passeios em mercados de levante, mas também sabemos que ninguém fica em casa, se a tiver, à espera da morte por inanição, sem lutar pela sua sobrevivência e dos seus filhos.

E a zunga é pura luta pela sobrevivência.

A zunga (tal como as favelas) só tem uma solução e todos nós sabemos qual é, como resultado de um exercício simples, que tem a ver com a descoberta das razões que levam as pessoas a procurarem a sua sobrevivência no comércio de rua. A conclusão é evidente.



O que é particularmente grave na cidade de Luanda é que a zunga está a aumentar a olhos vistos e de forma absolutamente exponencial, a contrariar todas as outras «evidências» oficiais de que se estará a registar uma redução na taxa de pobreza/miséria.

### 3.19 "Estrangeiros vêm para desenvolver economia paralela"

*Novo Jornal*

*14 De Fevereiro de 2014*

O MINISTRO DA DEFESA Nacional, Cândido Pereira dos Santos Va-Dúnem, acusou alguns estrangeiros de virem para Angola para desenvolverem a chamada "economia paralela", que é palco da cobiça de grupos nocivos que, violando o espaço terrestre, marítimo e fluvial, procuram, a todo o custo, atingir as zonas preferidas do interior.

O governante, que falava durante a reunião dos dirigentes das Forças Armadas Angolanas (FAA), justificou que "as fronteiras terrestres, quer a marítima e a fluvial, em todas as suas extensões, são espaços estratégicos classificados no conceito de Defesa Nacional e das Forças Armadas, já que do ponto de vista da política externa, são estes que delimitam a soberania do território".

"Infelizmente, estes espaços são utilizados como passagem de grupos organizados para o interior do nosso país, mesmo sem a devida autorização das autoridades nacionais. Por esta razão, a consolidação da segurança e da estabilidade que o país vive passa necessariamente pelo reforço contínuo do dispositivo tático operativo e combativo das FAA, que devem ser potenciados, do ponto de vista técnico, material e humano, adequando-os à natureza dos actuais desafios, no contexto interno e externo", sublinhou.

O general das FAA defendeu o profissionalismo, adiantando que é fundamental que se insista na formação geral do pessoal, na sua educação forense, e eleve a sua consciência patriótica, moral e cívica, aperfeiçoando assim o domínio dos regulamentos que regem a vida desta instituição militar e o respeito dos princípios que orientam a Constituição da República.

Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnem a prometer que a instituição continuará a prestar atenção às FAA, conferindo aos seus efectivos pleno exercício da sua actividade.

"Os dirigentes das FAA têm a responsabilidade e a missão histórica de encontrar as melhores formas e métodos de organização e de acção que permitam

realizar com êxito a primordial tarefa da Pátria: defesa e preservação da independência e da soberania nacional, da integridade territorial, da paz e da unidade nacional", enumerou.

Para o ministro da Defesa Nacional, as FAA são para a sociedade uma instituição digna de respeito, fruto de educação organizada para o amor à Pátria, bem como da alta capacidade de direcção, comando e chefia dos generais, almirantes e oficiais, do estoicismo e lealdade dos sargentos e praças, constituindo-se numa importante instituição de orgulho para a Nação e fonte de inspiração para todos os seus membros.

Por sua vez, Roque Monita, 2º comandante da Marinha de Guerra Angolana, referiu-se à urgência na aprovação do pacote legislativo das FAA e da necessidade premente do reequipamento deste órgão das forças armadas.

Esta reunião visou fazer o balanço das actividades desenvolvidas pelas FAA durante o ano de preparação operativa, combativa, educativa e patriótica que termina e perspectivar as acções a desenvolver no próximo ano de instrução.

### 3.20 Executivo vai agravar sanções às transgressões da venda ilegal

*Jornal Expansão*

*14 De Fevereiro de 2014*

O Executivo está a trabalhar na criação de um decreto presidencial com vista a agravar as sanções sobre a venda ilegal na rua, abrangendo também quem compra os produtos.

A intenção é conceder maior rigor à lei das transgressões administrativas' afirmou ao Expansão o director da repartição do Comércio da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), Paulo Sebastião.

"Está em perspectiva a criação de uma sanção que abranja o comprador, sendo que na actual lei das transgressões administrativas existem sanções apenas para o vendedor anárquico", anunciou. "É um tanto ou quanto difícil, mas temos de o fazer", adiantou.

O combate à venda anárquica insere-se num processo legal de transgressões administrativas e tem respaldo legal através da Lei nº 12/11. De acordo com Paulo Sebastião, esse processo tem que ver com algumas desordens que este tipo de actividade cria no ordenamento do território, quer seja do ponto de vista da própria convivência social em determinados espaços, quer seja do próprio constrangimento a nível



do trânsito, pondo em perigo a vida das pessoas que praticam este tipo de actividade.

"E também cito o próprio problema de saúde pública particularmente naquelas pessoas que praticam esse tipo de venda de forma sedentária, ali onde elas praticam esta actividade habitualmente cria-se um foco de lixo que muito dificilmente é removido, e nessas condições não se pode exercer a actividade comercial, principalmente a de bens alimentares", explicou.

Fez saber que, do ponto de vista económico, essa prática incorre na fuga ao fisco bem como na concorrência desleal face ao empresário formal que paga impostos e, devido à venda anárquica, tem dificuldade em vender.

Segundo o director da repartição de comércio da CACL, as sanções da actual lei das transgressões administrativas para quem incorre nesta prática são "brandas e não se adequam à realidade actual". O responsável revelou que a multa para esta prática é equivalente a quatro salários mínimos, segundo a mesma lei, cerca de 52 mil Kz. Quanto às mercadorias apreendidas, o seu destino tem sido a doação a instituições de solidariedade social.

Sem avançar as alterações de fundo que o decreto presidencial trará ao sector por estar ainda em estudo, Paulo Sebastião acresceu ainda que o Estado quer colocar "uma mão mais pesada" no que diz respeito às penalizações, uma vez que as mesmas têm como função adicional a pedagogia. A seu ver, quanto mais pesadas forem as sanções, mais sensibilizados ficam os vendedores e temem infringir a lei por não possuírem condições para pagar a multa aplicada.

As razões da anarquia

Em busca das razões para a prática da venda em locais impróprios como vias públicas, pontes, estradas e outros locais interditos pela lei, o Expansão contactou vendedores de diversos pontos da cidade de Luanda.

De acordo a vendedor Moisés Gaspar, os mercados municipais estão lotados bem como há dificuldade e demora em conseguir

autorização por parte da administração municipal. Por sua vez, Rosa Sebastião desconhece o procedimento para obter uma licença de feirante e afirma nunca ter participado numa campanha de sensibilização por parte das autoridades.

Em contraponto, Luzia Santos, igualmente vendedora, afirma que grande parte das pessoas que conseguiram um lugar nos mercados autorizados

optaram por voltar às ruas devido ao facto de os clientes pouco aderirem aos locais de venda, optando por comprar na via pública por terem desde já o artigo ao alcance.

"Foi a atitude dos vendedores que se recusaram a ficar nas bancadas que levou outros a voltarem para as ruas", reconheceu.

"Mas é aqui onde conseguimos vender apesar dos riscos. Se o Governo tirar todos vendedores da rua, os clientes vão ter de ir aos mercados."

O director da repartição do comércio da CACL reconheceu a existência desse fenómeno e apontou como solução, a par das alterações que o decreto trará, a intensificação da campanha de sensibilização por parte Governo.

Para si, a estratégia passa por retirar essas pessoas da rua, e afirmou existir por parte do Estado um papel mobilizador do ponto de vista social, em particular a CACL, que tem uma área específica que frequentemente mobiliza os comerciantes quer nos mercados como fora deles.

Daí a preocupação do Governo representada pela comissão administrativa no sentido de persuadir essas pessoas a aderirem aos mercados que o Governo tem estado a criar para que elas possam praticar essa actividade com toda a segurança.

"São espaços que existem e outros estão a ser construídos nos mais variados distritos que compõem a província de Luanda. Para além daqueles que já existem de forma tradicional, vão-se criando outros, mas a verdade é que grande parte dessas pessoas que estão na rua já estiveram no mercado, foram catalogadas, mas abandonaram esses espaços e foram para a rua", concluiu.

### 3.21 Informalidade da economia prejudica o crescimento

*Jornal Expansão*

*14 De Fevereiro de 2014*

A formalização da economia nacional, de forma a que esta substitua a forte Actividade informal passe para o circuito legal, o fim da venda ambulante e a criação de postos de trabalho, constituem num dos maiores desafios do Executivo angolano para os próximos anos. Dados de instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e analistas nacionais afirmam que esta actividade representa perto de 70 por cento, o que torna precário e vulnerável o crescimento e o desenvolvimento da economia de Angola. Nesta

edição, e na senda deste tema, o JE procurou ouvir Paulo Sapateiro, economista e consultor económico, que apresenta a sua visão sobre que passos devem ser dados rumo à formalização da economia e o fim da venda ambulante no país.

Qual é a avaliação que faz da economia informal angolana e dos contornos desta ao mercado paralelo?

É consensualmente reconhecido por analistas nacionais, e até internacionais, e por todas as franjas da sociedade angolana que o sector informal angolano é uma realidade incontornável e visível nos dias de hoje, e esta realidade vem do passado, tanto nos meios urbanos como nos rurais que, para a maioria da população, a venda de bens e serviços pela via do mercado informal é o único veículo de subsistência dos agregados familiares no país. Poderá dizer-se que entre 60 e 75 por cento da população de Angola vivem e sobrevivem dos rendimentos do comércio informal, daí que esta realidade deve ser tida em conta, quando se avalia a economia angolana.

Está o país preparados para formalizar a actividade comercial de forma a que esta passa contribuir melhor para o crescimento e talvez mesmo para o desenvolvimento da economia?

O nosso país está preparado e as pessoas em geral estão preparadas para que paulatinamente se formalize o comércio de bens e serviços no país. Penso ser urgente a redução acentuada dos custos de emolumentos da abertura de novas empresas que tem inviabilizado o surgimento de muitas pequenas empresas que, à partida, morrem à nascença. A comunicação massiva dos benefícios da formalização das empresas do tipo unipessoais com contabilidade simplificada, isentas de matéria colectável, neste caso, de imposto industrial nos primeiros anos, avaliados em cinco milhões de kwanzas deve ser reavaliada e a ajuda das entidades oficiais do Ministério da Administração Pública Trabalho Emprego e Segurança Social (MAPTESS), Ministério do Comércio e da Economia, associações comerciais e sindicais devem apoiar ou talvez realizar o cadastramento de empreendedores e empresários, funcionários e património para se avaliar os activos.

Que hipóteses temos de acabar com a venda ambulante que, entre muitos aspectos, tem prejudicado muitos agentes económicos formais e obstruído principalmente o trânsito na capital?

Somos um país jovem, com a maior parte da população com menos de 35 anos, cheia de vontade de ser mais próspera, ser sempre genuinamente africana e até destacar-se a nível da região austral. As hipóteses advêm sempre da vontade de cada um de

nós individualmente e depois pelos grupos, até a nível do Executivo, e sinto que o caminho é a formalização da economia, de forma a que se consiga mais empregos formais e, neste aspecto, o Executivo terá mais receitas fiscais, diminuindo a carga fiscal existente e desta forma conseguir mais contribuintes para a economia nacional.

Por onde ou que medidas devem ser adoptadas para que se comece a formalizar este segmento da sociedade que se dedica a actividade económica informal?

Formalizar as empresas e os negócios pode ser um bom ponto de partida. Tendo uma empresa formal, sabemos de antemão que estamos a contribuir para o país com pagamento de impostos. É formalizando este sector que os empregados, com direitos de descontos para o INSS e saúde, que se ganha credibilidade de parceiros de negócios e da banca local.

E qual deve ser a posição do Executivo neste particular?

Do lado do Executivo, para o sucesso no alcance de objectivos na formalização do comércio, o importante é que este seja o principal agente facilitador para que novas empresas sejam criadas, num regime simplificado de contabilidade, supervisão económica e de segurança alimentar. Entre outros elementos, a criação de mais espaços comerciais com condições condignas, o credenciamento das pessoas que se dedicam ao comércio ambulante, ou ao informal nas ruas e a ajuda a estas pessoas a formalizarem empresas, associações, cooperativas podem ser a grande solução para este dilema. Por exemplo, rastrear todo 'O circuito de mercadorias, qualidade e preços praticados, também pode ser agregado.

E com a realização do censo populacional não seria uma grande oportunidade para se saber quantas pessoas estão inseridos no sector informal?

Claro que é uma grande oportunidade. Aproveitar os recenseadores do censo de 2014 para este fim pode dar-nos a noção real de quantos estão nesta actividade e podermos ter uma maior visão de como atacar este dilema.

Falamos de aspectos muito gerais, mas que risco tem esta actividade para a economia nacional?

Os riscos para a economia nacional são inúmeros. Primeiro, o Estado não recebe as receitas fiscais com origem na venda de bens e serviços provenientes da economia informal. Em segundo, é a falta de controlo dos bens que são vendidos nas ruas. A

qualidade e a variação dos preços são outro problema. Além disso, prejudica imenso aqueles agentes cuja actividade contribui para o produto interno bruto (PIB). Há razões de saúde pública em que se coloca em risco a vida das pessoas e que são fundamentais no mundo actual, que se tornou uma "aldeia global".

Depois, temos ainda as pessoas que trabalham sem quaisquer contribuições para o INSS, saúde no trabalho e outros benefícios que as empresas formais normalmente prestam ao cidadão e ao Estado no geral.

Quando olha para a informalidade do mercado, o que mais lhe salta a vista?

A informalidade tem sido até aqui uma alternativa para o sustento de muitas famílias. Às vezes, o Executivo fica sem alternativas para contrapor esta situação, mas também deve ser equacionada com cautela, muita coisa está em jogo. Mas a verdade é que o cenário que se vê, sobretudo nas ruas, são pessoas a vender, com filhos às costas, fruta, peixe, legumes, e outros produtos que em condições normais não deviam lá estar. As pessoas devem perceber que se o Governo quiser resolver este assunto já, vai ser para o bem delas, porque caminham quilómetros por dia, sabendo unicamente que têm que vender e todos os dias é diferente, sempre em condições pouco humanas que atentam contra a vida das pessoas.

Neste sentido quem mais sofre ou quem mais sai a ganhar?

Individualmente, há ganhos aparentes, principalmente porque as pessoas que vendem ganham alguma coisa, mas, no geral, é mais prejudicial do que lucrativo. Por outro lado, os importadores de bens como telefones, roupa, calçado, ourivesaria, carros e outros produtos que são comercializados no circuito informal, sem qualquer possibilidade de controlo aduaneiro ou

fiscal, saem a perder. Por isso, penso que todos perdemos, mas é algo que estou em crer que o Executivo angolano vai resolver a médio ou longo prazo.

Acha que o aumento da bancarização da população poderia ser um bom passo para a inclusão financeira?

A inclusão financeira da população também se faz pela bancarização, pois reconhece-se que a banca é um agente formal de poupança, investimento e educação financeira, levando as pessoas singulares e colectivas a uma cultura de educação dos cidadãos para a poupança e o investimento em instituições

formais e seguras, daí que acho ser sim um bom começo.

O que dizer do "bankita" no que toca ainda à inclusão financeiras?

O "bankita" é um excelente passo nesse caminho da inclusão financeira, pelo que devemos aproveitar o sucesso do programa e desenvolver novos modelos educativos para várias camadas da população. Por exemplo, o incentivo para a abertura de contas que fomenta a poupança específicas para a educação profissional, dos filhos, profissional" e a reforma ou habitação podem ser resolvidos por meio disto. No lado do investimento, haver mais programas e mais informação dos bancos para o micro-crédito, explorando os benefícios da poupança e do investimento em pequena escala, pode fazer a diferença. É preciso explorar vários mecanismos, quando o objectivo for, sempre, formalizar a economia.

O que é que a economia nacional perde continuando a manter um sector informal na ordem dos 70 por cento?

A economia nacional perde por exemplo em arrecadação de receitas, na distribuição de riqueza de forma mais eficaz. Perde ainda a possibilidade de diminuir as assimetrias. Temos desta forma menos postos de trabalho formais e com direito à saúde no trabalho, à alimentação, à formação e o «know-how» das pessoas. Perde igualmente na medida em que empreendedores não se possam juntar e criar empresas sustentáveis, credíveis e com acesso ao financiamento bancário e do Executivo.

Qual acha ser, no meio de tudo isso, o principal perigo?

Olhemos por exemplo para a economia informal como algo que gera graves ambientais nas ruas, promove a falta de higiene e desperdícios, além disso, reduz o controlo de segurança alimentar que devia ser feito sem muitos esforços. O Estado gasta a dobrar e não tem o retorno desejado.

Quais são as vantagens e desvantagens quando olhamos para esta actividade?

Começando pelas vantagens, nota-se que os vendedores praticam o comércio em qualquer local, não tendo custos de propriedade, de legalização, administrativos e fiscais, ou seja, não obedecem às regras. Os preços são fixados pela concorrência do vendedor ao lado e pela clientela, não há um controlo nas vendas, que pode facilitar os dados estatísticos. O ramo de actividade muda quase que instintivamente. Mas são vantagens muito pessoais.

E os pontos negativos desta actividade?

As desvantagens a meu ver, geralmente, consubstanciam-se no facto de esta gerar retornos limitados, tanto para quem se dedica a esta actividade e para o país. É pouco profissional. Uma parte do bolo da economia informal é a importação de bens como carros, roupa, calçado, ourivesaria, telefones, brinquedos sem garantia de assistência pós-venda, manutenção e revisão, fazendo concorrências desleal às empresas que cumprem com o que o Estado o define.

Que contribuição podem as instituições financeiras ao estatais dar para que no mínimo se reduza a informalização da economia?

Há um trabalho excelente que está a ser executado pelo Ministério' do Comércio, Banco Nacional de Angola (BNA) e pela banca em geral, mas a velocidade da transição da economia informal para a formal deve ser mais célere. Precisamos que a educação familiar; pedagógica nas escolas e a intervenção religiosa tenham papéis fulcrais nesta mudança de mentalidade que se precisa para que isto se efective. Todos os agentes económicos, sociais, políticos e religiosos devem ser sempre de mudança, simplificando processos, educando os vendedores informais através da apresentação dos benefícios que a actividade formal representa nas suas vidas. E a comunicação social desempenha um grande papel.

### 3.22 Papagro gera controvérsia no Chinguar

*O País*

*14 De Fevereiro de 2014*

Mulheres camponesas do município de Chinguar dizem que já não querem mais vender a sua produção ao Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários (PAPAGRO) implantado pelo Ministério do Comércio por causa dos preços que lhes estão ser impostos.

Num ambiente quase de revolta, mais de uma dezena delas disseram em uníssono, a O PAÍS, que o negócio com o PAPAGRO está a levá-las à falência. "Preferimos vender a nossa batata às pessoas que passam por aqui", disse dona Joana.

Em causa, segundo os depoimentos colhidos no local, está o facto de os responsáveis do PAPAGRO terem baixado para 60 kwanzas o quilo batata rena contra os anteriores 70 acorda dos inicialmente. Por seu turno a senhora Nolika Jamba disse que a

continuar a vender ao preço imposto não vai conseguir sustentar a sua família.

"Tenho que pagar o trabalhador e o transporte da batata rena da lavra até aqui e com este preço vou parar aonde. Disseram que querem combater a pobreza mas não estamos a ver nada disso", declarou. Dona Maria disse ser aquele o seu único negócio neste momento porque não ter a possibilidade de encontrar um emprego. "Se houvesse possibilidade eu mudava de emprego mesmo como trabalhadora de limpeza, mas para isso preciso de ter algum familiar lá, para montar o esquema", disse. A maioria das vendedoras daquele mercado adquirem os produtos na mão de terceiros o que encarece ainda mas o seu preço de venda. Entretanto no local é possível divisar uma barraca completamente vazia e urna estação bancária encerrada alegadamente por não ser o dia de venda.

A administradora do Chinguar, Beatriz Napembe, rejeitou da forma mais categórica que o PAPAGRO estava a criar dificuldades à população, manifestando-se mesmo agastada com algumas sugestões que apontam para a possibilidade de o programa estar à beira de um colapso. Ela disse que todo o processo de venda e compra dos produtos aos camponeses foi previamente acordado com os camponeses interessados não encontrando motivos para a contestação que se assiste. "O PAPAGRO está a funcionar regularmente e tem dias próprios para a venda que é às terças e sextas-feiras. Só quando há excedentes é que é permitida a venda nos restantes dias", garantiu Beatriz Napembe Diniz.

O Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários (PAPAGRO) foi oficialmente lançado a 5 de Novembro' de 2013 nas províncias do Uíje, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Benguela, Huambo, Bie, Huíla, Cunene e Luanda. O PAPAGRO tem como o propósito contribuir para o aumento do rendimento económico da produção agrícola familiar dos camponeses e de outros produtores. e assegurar o escoamento e comercialização regular, pelos Centros de Logística e Distribuição (CLOD), dos excedentes da produção familiar camponesa, das cooperativas e associações para o escoamento.

### 3.23 Comércio mais que desordenado

*Jornal Acapital*

*15 De Fevereiro de 2014*

Terça-feira, 04 de Fevereiro, é feriado nacional. No bairro Hoji Ya Henda, no município de Cazenga, a zona dos armazéns experimenta uma acalmia, longe da agitação que lhe é característica. Mais parece uma



zona habitacional. Populares circulam à vontade, sem os empurrões e a agitação imposta pela habitual presença,

no local, de vendedores ambulantes em número elevado. Os poucos que se fazem presentes até reclamaram da falta de movimento. "Não vendi nada até agora", reclamou, dizendo não se tratar de algo comum, sobretudo por, na altura em que a abordamos, o relógio marcava já 11 horas.

Uma realidade bem diferente da constatada na manhã do dia seguinte. Na quarta-feira, 05, a "normalidade" veio ao de cima. A avenida Ngola Kiluanji, então calma no dia anterior, estava agora apinhada de gente. As estradas de acesso repletas de automóveis que iam e viam num frenesim ilustrativo da desordem que paira sobre o comércio naquela região.

Mas Cláudia, frequentadora assídua, disse não se importar muito mais com a circulação de pessoas e bens.

"Já estou acostumada", referiu, enfatizando que, para si, o mais importante é efectuar as compras a um preço muito mais barato que o praticado em qualquer outro local de Luanda. Aqui, ela compra de tudo um pouco. Desde material escolar, electrodomésticos e bens alimentares, tal é a variedade do comércio que parece não existir limites para o que é permitido vender naquelas gigantescas naves ou nas lojas improvisadas ao seu redor. "Eles

vendem de tudo", disse, chamando a atenção para o facto de um único armazém poder vender uma infinidade de produtos diferentes.

Não importa a desorganização e o mau acondicionamento dos produtos, o facto é que há cada vez mais luandenses a fazerem ali as suas compras. Mesmo gente proveniente das províncias, carentes de toda a sorte de bens, procura essas estruturas para levarem para as suas zonas de origem aquilo de que necessitam. Afinal, como destacou Cláudia, a variedade é importante, mas mais importante ainda é o custo das mercadorias. "O preço, esse, já nem se fala, é muito baixo e por isso mais competitivo".

Essa actividade comercial desenrola-se, por outro lado, suportada por outras, a maioria delas exercidas à margem do sistema formal da economia. Fala-se, nomeadamente, da compra e venda de moeda estrangeira,

feita por centenas de homens e mulheres que se colocam à entrada dos armazéns, transformando maços de dinheiro em abanos para atrair clientes.

A instalação de tais estruturas comerciais, ao que parece, não acarreta custos elevados, mesmo no domínio da contratação de mão-de-obra. Um patrão, regra geral estrangeiro, e dois funcionários angolanos é quanto basta. Eunice Gomes, que ali se acha empregada, explicou que encontrou, nos armazéns, a oportunidade de emprego que procurava há bastante tempo. Apesar de ser apenas auxiliar de vendas, ela disse que tem feito de tudo para preservar este trabalho, enquanto não consegue alcançar o desejado.

E o desejado é um emprego mais digno, em que se paga impostos ou em que se pagam salários mais altos.

Ali, os angolanos auferem ordenados entre os 20 mil e 25 mil kwanzas, insuficientes para as suas necessidades pessoais, embora cada um deles procure fazer prevalecer o princípio de que mais vale um pássaro na mão que dois a voar. É assim que Engrácia Armando, também funcionária, contou que os armazéns mudaram a sua vida.

Como centenas de angolanos que ali trabalham, Engrácia conseguiu o seu primeiro emprego. O salário, disse, pode ser pouco, mas "sempre é melhor que nada".

Casas ou armazéns?

Qual réplica selvagem da Oxford Street de Londres, os armazéns de Luanda, inicialmente, foram montados em naves que pertenciam a empresas do parque industrial da capital angolana.

Por isso é que, por ali, de um lado estão as naves cheias de produtos e, do outro lado, igualmente repletos de toda a sorte de bens, estão os novos armazéns improvisados em quintais, varandas ou mesmo em quartos de residências.

Quem fez o mesmo é Joaquina, uma moradora que arrendou três compartimentos da sua residência em troca de uma renda mensal de 100 mil kwanzas. "É um bom negócio", disse ela.

Outros moradores da zona também conhecida como Santo António, devido à Paróquia com o mesmo nome que ali se situa, ganham uns trocados com o arrendar dos espaços. Eulália contou que, a princípio, não era sua intenção fazer negócio, mas o imigrante a quem disponibilizou a sua varanda, inicialmente a custo zero, de tempos em tempos oferecia-lhe alguns trocados. "Percebi que podia facturar, então estipulei o preço que ele paga até hoje". Por mês, ela arrecada cerca de 600 dólares americanos e de, tempos em tempo, aproveita para fazer algumas reestruturações, tanto no espaço arrendado, como na parte ainda livre da sua residência.



Os proprietários dos armazéns dizem-se favorecidos pela posição geográfica, o que na sua perspectiva facilita muito as vendas.

"Antes de entrarem no bairro, vêm a nossa mercadoria", disse Avenim, proprietário de um armazém grossista e retalhista que, ao mesmo tempo, está vocacionado para a venda de mobiliário de lar. Outro que fala das vantagens de estar mesmo ao pé da estrada principal é Christian, dono de um armazém misto, grossista e retalhista ao mesmo tempo. "Aqui vendemos bem", notou.

E os "louros" que arrecadam não são resultado de clientes singulares.

É que também recebem muitas empresas que compram ali produtos e os revendem a terceiros, com preços a triplicar, até. "Temos todo o tipo de cliente", contou, ao salientar que não é sem razão que as pessoas optam por aquele conjunto de estabelecimentos comerciais como "fonte" principal de abastecimento.

Dinheiro maldito

Nem todos os moradores encontram nos armazéns a oportunidade de fazer negócio. Dado o frenesim que se regista naquela zona comercial, os munícipes reclamam que não conseguem manter um padrão normal de vida e acabam por ter que se adaptar ao ritmo imposto pelos comerciantes.

Arminda disse que, por várias vezes, chamou a polícia à espera de "uma intervenção mais efectiva e coerciva, se calhar". Porém, nunca conseguiu mais do que uma intervenção por um dia. "Nada do que eles (os estrangeiros) me possam pagar vai devolver a minha paz". Por isso, referiu, "não faço negócio com eles".

As reclamações vão desde a confusão que se instala durante o período de venda às precárias condições de higiene, sem que, no final do dia, os comerciantes se preocupem em limpar o espaço. "Lidamos com o lixo permanentemente", reclamou.

Jacinta partilha da mesma opinião. Para ela, o pior erro que parte da vizinhança cometeu foi ter iniciado o processo de arrendamento das residências. "Agora é que eles nunca mais se vão embora", ressaltou.

O negócio vem da Ásia

Grande parte da mercadoria, sobretudo mobiliário e os seus acessórios decorativos, é proveniente da China.

Daquele canto asiático, Christian disse que consegue produtos a bom preço, de qualidade e que os clientes quase que nunca reclamam. Mas mesmo quando o fazem a solução é, para eles, simples. "Quando se queixam, nós trocamos a mercadoria e damos outra", afirmou.

Para os vendedores de outras mercadorias como vestuário e calçados, existem muitas paragens para a aquisição dos produtos como a Ponta Negra, mais próxima, a fronteira com a vizinha Namíbia, e mais além do oceano, a Tailândia.

Destes pontos, conforme Alfred, vem de tudo um pouco. E o baixo preço de venda dos produtos, uma vez em Angola, deve-se à concorrência. "Não adianta vender muito caro, ninguém compra", referiu o vendedor.

Negócios paralelos

A existência dos grandes armazéns na estrada principal do Hoji Ya Henda fez nascer outros negócios. Enquanto uns se dedicam, preferencialmente, à venda grossista, muitos dos seus clientes tomaram-se, também, revendedores.

Em certo ponto da rua, estão, ainda, bancadas com variados pratos confeccionados na hora. A bebida não fica atrás, neste seguimento alimentar.

Além destes negócios, digamos, oportunistas, lá estão os cambistas de rua a acenar os seus maços de dinheiro.

### 3.24 Diz Economista

*Jornal Acapital*

*15 De Fevereiro de 2014*

O economista António Raul considerou que, a medida em que os armazéns do Hoji Ya Henda dão receitas à economia, também as retiram. Os comerciantes, segundo explicou, dizem que fazem o pagamento de taxas para exercerem tal actividade naquele local.

Mas esse facto, notou, serve como suporte para que eles continuem com as vendas naquele local e naquelas condições. Mas, conforme o especialista, na verdade a economia ainda não absorve, na totalidade, os efeitos positivos deste processo de tributação. Por isso, ele considerou que, certamente, outros intervenientes estejam a ganhar com a desorganização que se regista naquela zona.

O economista disse que, até pode ser que a administração, a economia, em si ganhe com estes

pagamentos de taxas. Mas não ganha tanto quanto devia. "Não entra na mesma proporção que se factura", explicou.

Daí que, segundo a conclusão do economista, tais armazéns prejudicam a economia do país, no que toca à arrecadação de receitas para os cofres do Estado, porque este tipo de actividade só favorece à uma parte da população. "Só alguns beneficiam do resultado desta actividade".

### 3.25 Polícia Nacional incrementa novas acções operativas no país

*Continente*

*21 De Fevereiro de 2014*

Esta actividade fez-se notar inicialmente nas províncias da parte Sul e Centro do nosso país, designadamente Huambo, Huíla, Benguela e Kuando Kubango. Hoje, a referida actividade é notória em quase todo território nacional.

As motorizadas deixaram de ser apenas meios de transporte pessoal e passaram a ser um meio de transporte público importante, tal como o é nos países do oeste e centro africano e ainda como um meio de subsistência para muitas famílias angolanas. A falta de meios mais seguros para o transporte de pessoas e bens entre as cidades e as localidades como é o caso da maior parte dos países africanos onde Angola não é excepção, transformaram os moto-taxis e os kupapatas que também já distribuem água potável para a população, a única saída para milhares ou mesmo milhões.

Apesar de tudo, o novo meio de transporte público e de assistência oferece vantagens e desvantagens.

Das vantagens podemos elucidar a de chegar com maior rapidez aos mercados, escolas, em casa, acarretar água e tudo mais. Quanto às desvantagens é de realçar o elevado número de acidentes mortais que ocorrem quase por todo o país por desrespeito as regras de trânsito, cuidados na via da actividade dos denominados "kupapatas", mas também por falta do uso de capacetes por parte dos utentes intervenientes na referida actividade.

Há pouco tempo os "kupapatas" eram apenas oriundos do interior - Sul do país. Hoje, a referida actividade, não sabendo por que carga de água, atraiu também muita juventude desempregada de Luanda, principalmente nas suas zonas suburbanas e periféricas, como; Cazenga, Viana, Cacuaco, Kilamba Kiaxi, e Samba.

Para essa actividade as motorizadas mais utilizadas são as de duas rodas. Já as de três rodas são usadas para transporte de mercadorias e venda de água e são apelidadas de "Ong Bak" inspirado num filme tailandês, por causa do artista do referido filme andar de moto de três rodas se , na mesma falta a lona o apelido é "aleluia fome acabou ou simplesmente aleluia!".

Em conversa, André Isaías, um dos motoqueiros da referida actividade, referiu ao Continente que para conseguir fechar o dia, cada viagem é cobrada ao passageiro o valor de cem Kwanzas, numa curta distância, ao passo que para uma longa o valor dobra para duzentos Kwanzas.

Por outro lado, o nosso interlocutor, frisou que, por falta de emprego começou a trabalhar como roboteiro. Com o mesmo juntou alguns valores e conseguiu comprar uma motorizada. Hoje trabalha por conta própria, o pouco que ganha envia para a sua família na província do Huambo. "Trabalho como kupapata para não roubar, ou entrar em negócios ilícitos" disse André Isaías.

### 3.26 Os Kupapatas nas cidades

*Semanário o Continente*

*21 De Fevereiro de 2014*

Esta actividade fez-se notar inicialmente nas províncias da parte Sul e Centro do nosso país, designadamente Huambo, Huíla, Benguela e Kuando Kubango. Hoje, a referida actividade é notória em quase todo território nacional.

As motorizadas deixaram de ser apenas meios de transporte pessoal e passaram a ser um meio de transporte público importante, tal como o é nos países do oeste e centro africano e ainda como um meio de subsistência para muitas famílias angolanas. A falta de meios mais seguros para o transporte de pessoas e bens entre as cidades e as localidades como é o caso da maior parte dos países africanos onde Angola não é excepção, transformaram os moto-taxis e os kupapatas que também já distribuem água potável para a população, a única saída para milhares ou mesmo milhões.

Apesar de tudo, o novo meio de transporte público e de assistência oferece vantagens e desvantagens.

Das vantagens podemos elucidar a de chegar com maior rapidez aos mercados, escolas, em casa, acarretar água e tudo mais. Quanto às desvantagens é de realçar o elevado número de acidentes mortais que ocorrem quase por todo o país por desrespeito as regras de trânsito, cuidados na via da actividade dos

denominados "kupapatas", mas também por falta do uso de capacetes por parte dos utentes intervenientes na referida actividade.

Há pouco tempo os "kupapatas" eram apenas oriundos do interior - Sul do país. Hoje, a referida actividade, não sabendo por que carga de água, atraiu também muita juventude desempregada de Luanda, principalmente nas suas zonas suburbanas e periféricas, como; Cazenga, Viana, Cacucaco, Kilamba Kiaxi, e Samba.

Para essa actividade as motorizadas mais utilizadas são as de duas rodas. Já as de três rodas são usadas para transporte de mercadorias e venda de água e são apelidadas de "Ong Bak" inspirado num filme tailandês, por causa do artista do referido filme andar de moto de três rodas se, na mesma falta a lona o apelido é "aleluia fome acabou ou simplesmente aleluia!".

Em conversa, André Isaías, um dos motoqueiros da referida actividade, referiu ao Continente que para conseguir fechar o dia, cada viagem é cobrada ao passageiro o valor de cem Kwanzas, numa curta distância, ao passo que para uma longa o valor dobra para duzentos Kwanzas.

Por outro lado, o nosso interlocutor, frisou que, por falta de emprego começou a trabalhar como roboteiro. Com o mesmo juntou alguns valores e conseguiu comprar uma motorizada. Hoje trabalha por conta própria, o pouco que ganha envia para a sua família na província do Huambo.

"Trabalho como kupapata para não roubar, ou entrar em negócios ilícitos" disse André Isaías.

### 3.27 A "zunga" é útil

*Jornal de Angola*  
24 De Fevereiro de 2014

A medida tomada pelas autoridades para que as zungueiras fossem retiradas das ruas de Luanda está a surtir os efeitos desejados. Independentemente das vozes a favor, sou daqueles que pensa que alguma coisa tinha que ser feita. A cidade de Luanda, desde o centro à periferia, corria o risco de se tornar num mercado a céu aberto. Espero que as nossas compatriotas que viviam da "zunga" entendam que não se trata de perseguição.

E apenas uma questão de organização, porque a situação estava a tornar-se insustentável. Muitos atropelos, inúmeras irregularidades no trânsito, além das toneladas de lixo que a actividade provocava. Não nos esqueçamos que grande parte da podridão e

sujeira em que muitos locais da cidade e periferia se encontram é por consequência directa da actividade e presença de homens e mulheres que se dedicam à "zunga".

Vivo em São Paulo, uma zona de intenso comércio em Luanda e sei do que falo. A zona exala cheiro nauseabundo. Hoje, a área do cinema São Paulo é um urinol público com todas as consequências decorrentes para a saúde pública.

### 3.28 Pelo combate à informalidade. E à informalidade económica

*Semanário Económico*  
27 De Fevereiro de 2014

Certamente que vivemos hoje numa "aldeia global". Vivemos todos longe e perto. Cada vez mais perto do que longes.

Vivemos interligados e interconectados uns aos outros. Pela via comercial, financeira, política e social. Ou vivemos todos em paz ou a insegurança saltita de um ponto para o outro, sem fronteiras e sem limites. O que de menos ou mais positivo se passa num determinado espaço tem impacto noutra. Seja em relação à fase de ciclo económico, às instabilidades sociais e políticas, ou mesmo ao funcionamento da economia e do sistema político.

Só podemos viver bem na aldeia global com uma economia formalizada. A informalidade representa uma ameaça à paz, à segurança, à eficiência e justiça económica e social.

É assim que a informalidade económica num país afecta o próprio país e todo o mundo.

Neste sentido, a formalização de uma economia deve ser vista como um bem público nacional e global. Os países africanos conhecem muito bem essa realidade. Essa péssima realidade. Representa mais de 20% da riqueza nacional.

Experiências bem sucedidas demonstram que a qualidade do sistema democrático e das instituições são dois pilares essenciais para a promoção do desenvolvimento de qualquer país. Todas as instituições promotoras do desenvolvimento deviam focar prioritariamente nesses dois bens públicos. Desde logo, o G- 20 e outros organismos.

Accionando iniciativas conjuntas no sentido de assegurar a execução de medidas de políticas tendentes a suprimir e a eliminar o mercado informal.

Quem perde mais e sempre com a informalidade e a corrupção muito ligada a este sector são os cidadãos comuns. Directa e indirectamente. A informalidade aniquila o potencial de crescimento económico. Reduz os ganhos da produtividade e de eficiência, a longo prazo. Mata a concorrência saudável. Cria barreiras intransponíveis ao crescimento das pequenas e médias empresas criadoras de emprego e promotora da inovação. Deixa milhões de trabalhadores, homens e mulheres, fora da teia de segurança e sem qualquer acesso aos bens básicos essenciais' tais como seguros de saúde e de pensões.

A informalidade gera ainda ineficiências crescentes ao nível da cobrança de impostos. Limita a capacidade de intervenção do Estado. E o resultado disto tudo é a contracção da qualidade e da quantidade dos serviços públicos, por um lado, e o aumento, inevitável, da desigualdade de rendimentos e da injustiça social.

Exactamente, o que a política pública quer combater e evitar.

Combater a informalidade pode parecer uma tarefa essencialmente nacional E é, de certa forma, verdade.

É obrigação dos Governos nacionais agir.

Agir reduzindo a carga tributária, melhorando a forma de relacionamento fisco/contribuinte, simplificando os sistemas fiscais e apostando na informação, regulação e fiscalização. Agir ainda eliminando todas as barreiras à concorrência, simplificando processos de licenciamento, aumentando a transparência a todos os níveis da intervenção do Estado e dos privados e melhorando as condições de acesso ao financiamento.

É igualmente verdade que o combate à economia paralela exige cooperação e concertação internacionais. Tanto mais que este é um sector demasiado crítico para a paz e segurança mundial.

É sabido que os países e jurisdições "não cooperativas" e "não transparentes" que se comportam à margem das grandes redes de regulação global, seja no domínio fiscal, ambiental, hídrico ou jurídico, representam um fardo pesado para a economia mundial nos planos económico e político.

A economia hoje é mundial, globalizada, liberal e tende à eliminação efectiva e progressiva das barreiras à circulação de capitais, mercadorias, tecnologias e pessoas. Exige regulação. Regulação q.b.

Uma regulação cooperativa à escala global e imperativa para todos e abrangendo quase todas as dimensões da vida económica e social. O que está a

acontecer nos planos regionais tem de ser transposto para a escala global.

É neste enquadramento que deverão emergir, num futuro próximo, um conjunto de instituições e de regras planetárias e regionais reguladoras da vida económica e social.

A nossa segurança colectiva assim exige. Nos domínios dos transportes, do combate ao tráfico e terrorismo internacional, da economia e das finanças, do funcionamento do sistema democrático, da saúde, da segurança, das tecnologias e da vida quotidiana em rede, entre outros.

Cabo Verde é um país lusófono, africano e insular. É fundamental que o país crie o espaço necessário para a sua afirmação no seio dessas organizações ou grupos com os quais comunga valores, nomeadamente, junto do AOSIS (Alliance of Small Island States), defendendo os interesses e as especificidades dos pequenos países insulares, da CEDEAO ou da União Africana, abraçando as ambições da região Oeste-Africana e da África, e da CPLP, projectando a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.

Ao mesmo tempo que teremos de potenciar as nossas relações como a União Europeia, os EUA, a China, Índia, e demais economias emergentes. Cabo Verde só é útil no mundo e ao serviço do mundo. Sobretudo ao serviço da paz e da segurança mundiais.

Cabo Verde, situado no vasto corredor do atlântico, tem de contribuir para a agenda global. Tanto mais que somos um país, por definição, global, pela rede de diáspora espalhada pelo mundo.

Cabo Verde tem de integrar também a rede global sobre a Transparência e Troca de Informações para fins fiscais e outros sem beliscar os direitos individuais dos cidadãos, nacionais e estrangeiros.

Tudo isto só será possível através de um combate forte e medidas assertivas para formalizar a economia. Medidas tão simples como o pagamento voluntário de impostos, a promoção da baixa fiscalidade, uma legislação laboral flexível, a regulação eficiente do mercado e acções tendentes a melhorar o ambiente de negócios.

Só uma economia formalizada pode integrar todas essas redes. Quanto mais formalizada for a nossa economia, mais eficiente será e mais segurança transportará para o mundo.

Com um mundo mais seguro, viveremos todos melhor.

### 3.29 Solução para o problema das Zungueiras

*Terra Angolana*

*Fevereiro De 2014*

Este assunto é de tamanha importância porque afecta uma boa parte da nossa sociedade.

a análise dos fenómenos da natureza e da sociedade em particular, importa descobrir o aspecto principal da contradição: reside no desemprego. Nesse sentido, devem ser encontradas fórmulas para combater o desemprego.

Ora, não é possível que o Estado, formalmente, proporcione emprego a todos os seus cidadãos através do seu Governo. Mas onde termina o ângulo do Estado, inicia o do Sector privado.

Porém, para se dar resposta ao problema, importa caracterizar Angola sob o ponto de vista económico, social e cultural.

Essa base, podemos dizer que Angola caracteriza-se pela existência de uma fraca produtividade não só em termos de mão - de - obra, mas também em termos de terra, capital, baixos rendimentos por habitante, níveis de investimento e de consumo baixos, elevadas taxas de natalidade e mortalidade, grau de alfabetismo elevado, entre outros.

Em qualquer Estado nos campos económico e social, observamos 3 Sectores:

1. Sector Primário: Agricultura
2. Sector Secundário: Indústria
3. Sector Terciário: Educação, Saúde, Telecomunicações, Banca, Correios, Comércio, entre outros.

Na base dessa lógica e em função dos caracteres que Angola apresenta, a nossa opinião, para a resolução

dos problemas das Zungueiras, é vista da seguinte forma:

1. Apostar seriamente na produção interna (o sector rural é o segundo sector económico mais importante logo a seguir ao petrolífero). Essa opção vai trazer as seguintes vantagens:

- a) Empregar a mão-de-obra pouco qualificada
- b) Vai favorecer a expansão agrária orientada para a agricultura familiar o que vai garantir a segurança alimentar.

c) Vai resultar numa distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento económico.

d) Contribuir para o aumento dos padrões de vida e de renda.

e) Criar um amplo mercado para os bens de consumo o que vai estimular a expansão industrial.

f) Uma economia rural em expansão poderá promover uma inquestionável e necessária migração urbano - rural, com um salutar descongestionamento das principais cidades como Luanda, Lubango, Benguela e Huambo.

2. Promover um programa sério de educação virado para a alfabetização já que a educação liberta o homem e habilita-o a desafiar os problemas da vida.

3. Criação de mais empresas e formação de Empresários Nacionais.

4. Institucionalização do Poder Local para a descentralização político - administrativa.

As políticas direccionadas para o crescimento económico, visando o desenvolvimento da pessoa humana, têm de atender às especificidades de cada País, razão pela qual no início desta análise caracterizamos Angola.

Assim, quanto mais mecanizada e desenvolvida for a propriedade, menor será a necessidade de mão - de - obra, o que agrava o desemprego. Nesse contexto, o método que se usa deve atender a essa particularidade para um crescimento gradual onde as relações de trabalho estabelecidas entre o empregado e o empregador sejam determinadas pelo nível tecnológico inserido na produção, evitando que a resolução de um problema crie outros problemas.



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Análise. OPSA e ADRA “destapam” lacunas no OGE-2014

*Agora*

*21 De Fevereiro de 2014*

Aprovado pela Assembleia Nacional em Novembro do ano passado, o Orçamento Geral do Estado para este ano, elaborado na base de um crescimento económico do Produto Interno Bruto na ordem de 8%, foi alvo de aplausos, da Bancada Parlamentar do MPLA, mas também de críticas, quer dos partidos na oposição, como a UNITA e a CASA-CE, quer de organizações independentes, como o Observatório Político e Social de Angola (OPSA) e a Acção Angolana para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

As observações conjuntas da OPSA-ADRA, recentemente apresentadas em relatório à sociedade, dão ênfase aos cortes orçamentais feitos no OGE-2014 nos sectores da educação e saúde, bem como a fraca atenção nos domínios da agricultura e diversificação da economia.

Nestes dois últimos aspectos, o Executivo Angolano quer encontrar a fórmula para diminuir o peso do petróleo na economia.

Como diz a análise do OPSA-ADRA, na sequência da crise financeira de 2008, as autoridades angolanas decidiram-se a avançar com uma série de medidas, visando reduzir a dependência petrolífera. Em contrapartida, no OGE-2014, a agricultura, a silvicultura, a pesca e a caça sofreram um corte de 20,7% para 59,2 mil milhões de Kwanzas, equivalente a 0,8% dos gastos totais do Estado.

O relatório descreve que, em relação ao ano passado, o 'corte' não é coerente "com as sucessivas declarações das lideranças que não se cansam de afirmar que a agricultura constitui uma prioridade central, face ao seu potencial em termos de criação de emprego e, consequentemente, no combate à pobreza", mas o que se passa em 2014 é apenas a continuação de uma prática anterior, tendo em conta os dados disponíveis a partir de 2008.

Face a isso, o documento indica que "não há uma aposta séria na agricultura", justamente porque a agricultura familiar tem sido preterida relativamente à agricultura empresarial.

Além disso, sublinha a análise OPSA-ADRA, desde 2009, foram aprovados cerca de duas dezenas de projectos públicos de produção em larga escala no valor de 100 mil milhões de Kwanzas que se encontram em diversas fases de implementação e consomem mais de 80% das verbas gastas pelo OGE na produção agrícola.

"Salvo uma ou outra excepção, os resultados destes projectos têm sido pouco animadores em termos de produção e de gestão, com erros grosseiros e com enorme falta de capacidade, o que comprova as razões dos seus críticos".

#### EXEMPLOS FRACASSADOS

O longo relatório conjunto OPSA-ADRA reputa como um exemplo fracassado o Projecto do Algodão no Kwanza-Sul que já 'queimou' pouco mais de 30 milhões de dólares, sem que tenha produzido uma tonelada sequer "por mau dimensionamento do problema da energia para irrigação", referindo-se ainda ao caso do projecto de produção de milho no Cubal (Benguela), que está a 'cair', porque se conclui que a região não tinha condições hídricas para a cultura de milho de sequeiro, mas já se tinham feitos os investimentos em equipamentos. Os exemplos não terminam aqui. O documento fala, igualmente, na fracassada tentativa da construção de um matadouro industrial' em Camabatela (Kwanza-Norte), para abate de 200 animais por dia, quando o efectivo da região é de poucos milhares de cabeças e não se perspectiva o seu repovoamento de modo tão rápido quanto seria de desejar, tendo em conta as dificuldades com que se tem deparado o desenvolvimento da pecuária no país, em geral e nas regiões de maior tradição, em particular.

Desta feita, o relatório realça que Orçamento Geral do Estado não tem traduzido as políticas expressas, mas outras decorrentes de interesses e prioridades conjunturais ou mesmo pontuais, ocorrendo o mesmo com a sua execução.

#### COMBATE À POBREZA

O OPSA-ADRA refere-se, igualmente, ao Programa Integrado de Combate à Pobreza, cujas verbas aumentam 8% para 75,5 mil milhões de Kwanzas ou 1% do total da despesa pública orçamentada, acabando por ser o 12.º programa com mais verbas. Neste programa, Luanda, com 7 mil milhões de Kwanzas, é a província com mais 'kumbu' atribuído,

seguindo-se-lhe a do Uíje (6,4 mil milhões; 8,4%) e da Huíla (6,1 mil milhões de Kwanzas; 8,2%). As províncias de Cabinda, com 1,9 mil milhões, Lunda-Sul, com o mesmo valor e percentagem e Namibe (2,5 mil milhões, são as que menos recebem, ocorrendo o mesmo com o Kwanza-Sul, Kuando-Kubango, Malanje, Cunene e Benguela.

Por este facto, o relatório diz que a distribuição das verbas de combate à pobreza, quer em valor absoluto, quer em valor por habitante, volta a ter uma lógica pouco compreensível, "pois não estão a ser tidos em conta índices de pobreza", justificando que o Cunene, que tem o dobro da população do Bengo, recebe, praticamente, o mesmo 'envelope financeiro' para combater a pobreza. Por isso, acrescenta que a seca que afecta a província do Sul do país poderia e deveria justificar uma discriminação positiva, aconselhando que "uma alternativa seria utilizar os índices de pobreza saídos do IBEP 2008-2009 como critério de distribuição de verbas".

#### INVESTIMENTO PÚBLICO & DESENVOLVIMENTO

Como se sabe, a Constituição Angolana sustenta que "o Estado deve promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território, protegendo o ambiente, os recursos naturais e os patrimónios histórico, cultural e artístico nacional".

Contudo, de acordo com a análise em causa, no OGE-2014, o investimento público aumenta 49,6% para 1.701,2 mil milhões de Kwanzas, dos quais 1.270,8 inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) que, por sua vez, 'estica' 11,8%. Vistas as coisas neste prisma do aumento, como refere a fonte, não se vislumbra nenhuma lógica de desenvolvimento. Por isso, o OPSA-ADRA questiona o modelo de desenvolvimento nacional subjacente à distribuição do PIP, uma vez que, apesar do aumento global desta rubrica, apenas 11 das 18 províncias registam o aumento das suas fatias.

Nesta ordem de ideias, a análise destaca que três províncias viram o seu 'bolo' mais que duplicar: Benguela, cujo POP aumenta 165,6%, Huíla (154,3%) e Zaire (150,7%), enquanto sete outras registam uma significativa redução da dotação financeira.

Estas variações, tanto no aumento como na redução, conforme a nossa fonte, não parecem considerar as assimetrias existentes no país, podendo até contribuir para agravar, quando, por exemplo, se aumenta, significativamente, o POP em Benguela e se reduz no Cunene.

"Também não parece que a seca que, periodicamente, afecta dramaticamente várias províncias no Sul do país, tenha motivado investimentos específicos, visando diminuir a sua ocorrência ou, pelo menos, evitar as consequências mais dramáticas para as pessoas e animais". Por isso, conclui que a forma como são distribuídas as dotações do PIP não está em consonância com a promessa eleitoral de "capacitar do ponto de vista institucional as regiões menos desenvolvidas do país e promover as pré-condições do seu desenvolvimento endógeno".

Por outro lado, sendo que 85% do OGE-2014 comporta gastos efectuados ao nível da estrutura central e cerca de 15% em todas as províncias isto traduz, na óptica do OPSA-ADRA e significa que a estrutura central gasta nove vezes e meia mais que a soma de todos os orçamentos das províncias. E, como se não bastasse, conclui o documento, esses orçamentos tendem a ficar centralizados a nível das sedes provinciais e municipais, o que resulta na fraca participação e no distanciamento entre os cidadãos e os titulares dos órgãos decisores.

Sugere-se que as propostas de OGE, antes de serem levadas para a aprovação, devem ser disponibilizadas na Internet para permitir o seu conhecimento e consulta pelos cidadãos e daí alimentar o diálogo entre o Estado e o cidadão.

Com mais recursos financeiros disponíveis para apoiar o campo, mais cedo nos aproximaremos de uma verdadeira revolução verde. Este princípio tem sido inúmeras vezes reiterado pela Associação Industrial Angolana (AIA) que insiste na necessidade de se prestar maior atenção ao sector da agricultura familiar e às pequenas e médias empresas de transformação dos produtos do campo. Na realidade, o que a AIA quer é tornar a agricultura angolana desenvolvida, capaz de abastecer o mercado interno' e ainda concorrer com os produtos importados e exportar.

O presidente da AIA, José Severino, admitiu, recentemente, que 300 milhões de dólares para a agricultura era uma 'gota no oceano', sugerindo que esse valor fosse multiplicado por dez. a relatório elaborado conjuntamente pelo OPSA e a ADRA também destaca, por sua vez, a necessidade.

Avança que é preciso aumentar as verbas destinadas à assistência técnica aos agricultores e criadores de gado e à investigação agrária, ao mesmo tempo que insiste na elaboração de programas de desenvolvimento adequados.

Por fim, o estudo recomenda ao Executivo reorientar OGE, priorizando o bem-estar das populações e o

combate às assimetrias regionais, defendendo também a alteração dos critérios de atribuição de verbas aos municípios, no âmbito do Plano Municipal Integrado, que devem obedecer aos níveis de pobreza de cada localidade.

## 4.2 Aumento do investimento e cortes no sector social' dominam OGE

*Jornal Expansão*

*28 De Fevereiro de 2014*

A conferência com o tema "OGE 2014 e o Desenvolvimento de Angola" marcou o 5º aniversário do *Expansão*. Especialistas de diversos ramos de actividade analisaram a fundo as várias vertentes do documento que prevê o volume de receitas que o Estado espera arrecadar e as despesas a realizar.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2014 prevê receitas de 4.744,4 mil milhões Kz e despesas de 5.375,1 mil milhões Kz, o que resultará num défice global de 630,3 mil milhões Kz nas contas públicas (3,4%), sendo a primeira vez desde 2009 que a diferença entre aquilo que o Estado arrecada e o que gasta é negativa, contrariamente ao ligeiro superavit de 30 mil milhões Kz verificado em 2013.

Na apresentação do documento, Carlos Rosado de Carvalho, director do *Expansão*, justificou o agravamento com o facto de se ter um Orçamento "fortemente expansionista", com a despesa pública a aumentar 869,9 mil milhões Kz, praticamente o mesmo que vai aumentar o produto interno bruto (PIE).

Ao lançar o debate, Carlos Rosado de Carvalho destacou uma vertente positiva do OGE 2014, que tem que ver com o crescimento das receitas não petrolíferas, cujo peso passa de 27%, em 2013, para 30% este ano.

O director do *Expansão* destacou também do lado positivo o aumento das despesas com o investimento, que, se bem planeada, executada, fiscalizada e, depois, mantida, considerou "boa despesa". No OGE 2014, o investimento sobe 49,6%. O lado negativo, na visão de Carlos Rosado de Carvalho, é marcado por um corte nas despesas sociais, sobretudo na educação de cerca de 23,6% e na saúde (14,5%).

"Aumento das despesas com a economia é positivo"

Fernando Pacheco, coordenador do Observatório de Política Social de Angola (OPSA), uma das

personalidades convidadas para comentar a análise de Rosado de Carvalho, salientou o facto de haver um aumento das despesas com a economia no OGE em execução. "Conheço bem as condições em que vive a maioria dos cidadãos angolanos em geral, mas tenho de ser coerente e afirmar que não é possível melhorar as condições sociais sem melhorar as condições económicas." Para o também especialista em agricultura, o segredo para a melhoria das condições de vida dos angolanos passa muito pela geração de receitas, pela possibilidade de se gerar riquezas e de se criar emprego.

"Oxalá que o aumento das despesas com a economia não fique apenas no papel. Esperamos que, no final deste ano, quando fizermos o balanço tradicional, não se diga uma vez mais que não foi possível desenvolver determinado tipo de actividade económica, por razões de varia ordens que acabam por penalizar os cidadãos", frisou.

Os gastos com a saúde foram outro dos temas abordados por Pacheco. Os deputados à Assembleia Nacional recomendam que se dedique 15% do OGE ao sector, facto que não se tem concretizado. O coordenador do OPSA defende que tal é possível, apontando como exemplos a seguir a Zâmbia e Moçambique, que atribuem ao sector 15% e 20% dos seus Orçamentos, respectivamente.

Já o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, outro comentador convidado, disse estar convicto de que o défice previsto no OGE 2014 não se irá concretizar, porque algumas despesas previstas poderão não se realizar. E o caso do investimento devido às exigências da nova lei de contratação pública. "Muitas empresas não reunirão os requisitos exigidos por este diploma legal", previu.

José Severino alertou para a necessidade de se fazerem obras de qualidade, sob pena de se tornarem más despesas.

"Muito mais do que se aumentar o investimento, é importante que se façam investimentos de qualidade para não assistirmos ao que se vê com algumas estradas recentemente construídas ou reconstruídas. Estradas reabilitadas há pouco tempo, por exemplo, estão quase que totalmente degradadas. Gostaria que fossem recolocadas nestas obras as placas das empresas que as fizeram", referiu Severino, num gesto que visou chamar a atenção para o desperdício do investimento feito.

Ainda assim, o presidente da AIA louvou o investimento que o Estado tem feito em infra-estruturas físicas e lamentou o facto de o mesmo não estar a ser correspondido pelo empresariado, que,

apesar de se ter já acesso por via rodoviária e ferroviária a vários pontos do interior, insiste em investir apenas em Luanda.

"Maior fatia para a Defesa é necessária"

Por sua vez, Samora Kitumba, administrador do INAPEM, o terceiro comentador convidado, manifestou-se contra as vozes que defendem uma redução das despesas com a defesa, segurança e ordem pública, que absorve uma verba que corresponde a 16,5 % do OGE [mais 6 pontos percentuais que a Saúde e a Educação juntas].

"Com as perspectivas de crescimento que o País, com várias crises que temos assistido a nível internacional, sendo claro que já não estamos em guerra, é necessária a manutenção desta paz. Nós temos elevados índices de criminalidade, temos um elevado índice de pobreza. Portanto, a ordem pública e a segurança, mesmo ao nível das fronteiras, tornam o nosso País de certa forma acessível", justificou Kitumba.

Participaram na 3ª conferência sobre o OGE promovida pelo Expansão cerca de 150 personalidades do sector público e privado, dentre empresários, economistas, políticos, docentes e discentes universitários.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Curso Médio de Administração Local e Autárquica

*Novo Jornal*

*14 De Fevereiro de 2014*

O instituto de Formação da Administração Local (IFAL) vai desenvolver este ano um ambicioso programa de formação, abarcando acções dirigidas a todas as carreiras profissionais.

O anúncio foi feito esta semana pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, na abertura do ano lectivo 2014 no IFAL.

"Enquanto entidade com especiais responsabilidades na modernização da Administração Local do Estado, o IFAL joga um papel importante na formação de quadros", acrescentou o governante.

Bornito de Sousa salientou a promoção de cursos médios e superiores, designadamente de Administração Local e Autarquia, Recursos Humanos, Ciências Políticas e Administração do Território, Desenvolvimento Local, bem como pós-graduações e mestrados, em parceria com instituições do ensino superior.

Constitui também prioridade neste ano de instrução, disse, o alargamento das parcerias com as universidades públicas regionais, o que vai permitir a realização de cursos avançados de formação, cursos de graduação e pós-graduação entre o IFAL e as instituições universitárias.

O ministro deu a conhecer que IFAL terá um sistema 'online' de ensino à distância, programa em relação ao qual foram já ensaiadas acções de formação não presencial dos cursos de vice-governadores e de gestores municipais e urbanos e da modalidade não presencial para as aulas de apoio e complementares para os alunos do ensino médio.

Apontou ainda que será levada a cabo a reestruturação do plano curricular do Curso Médio de Administração Local e Autárquica, no sentido de alinhá-lo com a temática dos cursos de introdução ao serviço público e as necessidades de conhecimento sobre a gestão prática e quotidiana das administrações municipais, quanto à prestação de serviços aos cidadãos.

Constituirão também desafios, a formação para os serviços camarários relacionados com a educação, ensino e alfabetização, assistência médica e medicamentosa, gestão dos resíduos sólidos e saneamento básico, assistência social aos grupos vulneráveis, a promoção do activismo cultural, desportivo e turísticos locais.

Bornito de Sousa acentuou a utilidade de capacitação dos quadros da Administração Local do Estado (municipais e comunais), tendo em vista as tarefas e responsabilidades que serão acometidas a esses órgãos, tendentes à criação das condições para a melhoria de vidas das populações.

O IFAL é uma instituição colectiva pública, criada em 2003 para assegurar a execução da política de aperfeiçoamento e modernização' da administração local do Estado e das autarquias, através da formação dos seus agentes, de investigação e de assessoria técnica. D.F.

### 5.2 Finanças querem dar autonomia fiscal aos governos províncias

*Jornal Expansão*

*14 De Fevereiro de 2014*

O ministro das Finanças defendeu nesta semana que o processo de reforma fiscal em curso passa também por dar autonomia aos governos provinciais na gestão das políticas fiscais.

Armando Manuel, que falava na conferência internacional sobre tributação, subordinado ao tema Eficácia dos estímulos ao desenvolvimento económico o impacto dos benefícios na competitividade empresarial, organizada pelo Projecto Executivo de Reforma Tributária (PERT), disse que o "País avançará para um modelo de organização política e institucional mais descentralizado' criando-se a perspectiva de que a política fiscal será partilhada pelos governos subnacionais.

No seu discurso, o governante explicou que os benefícios fiscais "terão de reflectir também a visão dos governantes locais, mais próximos dos factos e situações a atender".

Em causa está, sobretudo, a necessidade de desconcentrar a administração fiscal central sediada em Luanda e, ao mesmo tempo, dar autoridade aos governos provinciais em relação a políticas de concessão de incentivos fiscais aos investimentos realizados nas províncias, previstos na Lei do Investimento Privado.



O ministro deu ainda destaque às responsabilidades do PERT, consubstanciadas na promoção do debate para a "edificação em Angola de um modelo tributário adequado à realidade presente e futura", associados aos objectivos do Governo previstos no plano de desenvolvimento de médio e longo prazo.

"As virtudes do benefício fiscal são inquestionáveis, mas há que se prevenir os riscos associados, adoptando-se um regime de benefícios bem planeado e aplicado consoante a realidade de cada País", alertou o ministro.

A experiência internacional, adiantou Armando Manuel, mostra que não basta estabelecer-se uma política de benefícios fiscais bem-intencionada.

"É necessário que tal política seja conduzida em coordenação com a gestão da política monetária e cambial, sob pena de os respectivos efeitos se anularem mutuamente na ocorrência", sublinhou. O titular das Finanças deu exemplo de uma "forte apreciação da taxa de câmbio", que, a seu ver, "comprometeria a competitividade do sector exportador, beneficiado com incentivos fiscais, e afectaria o equilíbrio da balança de pagamentos".

Armando Manuel apontou também as "bolhas financeiras" como outro exemplo de prejuízos da aplicação isolada das políticas dos benefícios fiscais.

Para a coordenação, esclareceu, é fundamental que se tomem em conta as especificidades do próprio País quanto às prioridades, os sectores a beneficiar e os mecanismos de subvenção a adoptar.

#### Ajuste à legislação fiscal

Ao olhar para as realidades da legislação fiscal no País e do impacto dos benefícios fiscais na competitividade empresarial, designadamente as taxas aduaneiras praticadas no País, o ministro lembrou que está em curso a revisão da pauta aduaneira que, como mencionou, visa "amparar" determinados segmentos do sector produtivo e estimular o investimento na produção local.

"Lembramos também que está, neste momento, em aprovação no Parlamento, o novo Código do Imposto Industrial, que define uma redução de 35% para 30%, na taxa aplicada aos lucros das empresas", apontou.

A legislação aplicável às micro, pequenas e médias empresas, detalhou, estabelece benefícios fiscais, dando lugar a uma redução do imposto industrial de 10% a 50% até cinco anos.

Entretanto, Salim Valimamade, professor da Universidade Católica de Angola (UCAN), considerou como um dos "principais factores de competitividade empresarial em Angola" a redução dos procedimentos administrativos para a constituição de negócios e comparou a realidade do País à de outros, sobretudo, no que diz respeito à promoção do empreendedorismo.

Rui Santos, presidente do conselho de administração da Sistec, fez 'coro' com o académico da UCAN. O empresário considerou que a realidade angolana "não pode ser comparada com outros países", por causa do que chamou de "inobservância de obrigações fiscais".

"Não é possível haver competitividade quando se comparam coisas incomparáveis. Ou seja, quando pegamos uma fábrica no Brasil, na China ou nos EUA, não podemos, de forma alguma, pensar da mesma forma em Angola, porque as economias são totalmente distintas", sublinhou.

Para José Severino, presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), outro 'problema' está no valor mínimo definido pela nova Lei do Investimento Privado - que estabeleceu um mínimo de 1 milhão USD para os investimentos privados no País.

O líder associativo reiterou que a 'lei do milhão' pode pôr em causa a atracção de novos investimentos e salientou que "os incentivos fiscais devem ser dados aos empresários que investirem em zonas 'de grandes assimetrias'".

"Para investir em Angola, um país que tem os seus constrangimentos, com um valor de 1 milhão USD, a empresa que vier investir terá de ter 3 a 3 milhões USD. Temos de ver nessa perspectiva", advertiu.

O encontro contou ainda com relatos de experiências tributárias da Holanda e de outras voltadas para o sector imobiliário, apresentadas depois do fecho desta edição.

## 5.3 IFAL enfrenta grandes desafios

*Jornal Economia e Finanças*

*14 De Fevereiro de 2014*

Apresentando o balanço anual de 2013, durante a cerimónia de abertura oficial do ano de instrução no Ifal, correspondente a 2014, o responsável frisou que o processo de descentralização em curso no país e o lançamento do plano de formação de quadros, levaram a instituição a introduzir importantes mudanças.

Neste contexto, destacou a aprovação do novo estatuto orgânico do Ifal, consagração do ensino superior feito em parceria, criação do gabinete de qualidade, bem como o plano de formação 2013, que foi inteiramente implementado nos municípios, na senda de estratégia de desconcentração formativa.

Disse que, ainda em 2013, o Ifal deu início à testagem do sistema de ensino à distância, tendo começado "pôr o pé no futuro", com a realização dos primeiros cursos online, no âmbito da formação dos administradores locais, governadores e vice-governadores provinciais.

Deste modo, acrescentou, foram assentadas as bases para uma verdadeira revolução no âmbito da desconcentração formativa que permitirá nos próximos anos, formar muitos funcionários da administração local e das futuras autarquias a custos menos onerosos.

O Ifal é uma instituição colectiva pública criada em 2003, para assegurar a execução da política de aperfeiçoamento e modernização da administração local do Estado e das autarquias, através da formação dos seus agentes, de investigação e de assessoria técnica.

Tem como principais atribuições, organizar e realizar em regime presencial e não presencial, cursos de formação, seminários de aperfeiçoamento técnico e estágios destinados a dirigentes, responsáveis, técnicos e funcionários da administração local do Estado e autarquia.

#### 5.4 Instituto de Formação de Administração promove novos cursos médio e superior

*Jornal Economia e Finanças*  
14 De Fevereiro de 2014

Ao proceder à abertura formal, o ministro da Administração do Território, Bornito de usa, salientou que, enquanto entidade com especiais responsabilidades na modernização da Administração Local do Estado, o IFAL desenvolverá neste ano, um ambicioso programa de formação, abarcando acções dirigidas a todas as carreiras profissionais.

Destacou neste contexto, a promoção de cursos médios e superiores, designada mente de administração local e autarquia, recursos humanos, ciências políticas e administração do território, desenvolvimento local, bem como pós-graduação e mestrado em parceria com instituições do ensino superior.

Constitui também prioridade neste ano de instrução, disse, o alargamento das parcerias com as universidades públicas regionais, o que vai permitir a realização de cursos avançados de formação, cursos de graduação e pós-graduação entre o Ifal e as instituições universitárias.

Deu a conhecer, que o Ifal terá um sistema on-line de ensino à distância, programa em relação ao qual foram já nsaiadas acções de formação não presencial dos cursos de vice-governadores e de gestores municipais e urbanos e, da modalidade não presencia I para as aulas de apoio e complementares para os alunos do ensino médio.

Apontou ainda, que será levada a cabo a reestruturação do plano curricular do curso médio de administração local e autárquica no sentido de alinhá-lo com a temática dos cursos de introdução ao serviço público e, das necessidades de conhecimento sobre a gestão prática e quotidiana das administrações municipais, quanto à prestação de serviços aos cidadãos.

Constituirão também desafios, a formação para os serviços camarários relacionados com a educação, ensino e alfabetização, assistência médica e medicamentosa, gestão dos resíduos sólidos e saneamento básico, assistência social aos grupos vulneráveis, a promoção do activismo cultural, desportivo e turísticos locais.

Bornito de Sousa acentuou a utilidade de capacitação dos quadros da administração local do Estado (municipais e comunais), tendo em vista as tarefas e responsabilidades que serão acometidas a esses órgãos, tendentes à criação das condições para a melhoria de vida da população.

O Ifal é uma instituição colectiva pública criada em 2003, para assegurar a execução da política de aperfeiçoamento e modernização da administração local do Estado e das autarquias, através da formação dos seus agentes, de investigação e de assessoria técnica.

E tiveram presentes, o governador da província de Luanda, Bento Bento, o secretário de Estado da Administração do Território, Adão de Almeida, entre outros convidados.

#### 5.5 Autarquias em todo o país

*Jornal O País*  
21 De Fevereiro de 2014

Contrariando o posicionamento do governante, Eduardo Kwangana apelou ao Executivo para que o

processo seja inclusivo. " A lei determina que as autarquias devem ser realizadas em todo o território nacional, e não se pode limitar apenas em algumas", desabafou, tendo em seguida acusado o partido que sustenta o Governo de as pretender realizar em regiões onde ele pensa arrecadar mais votos, ao prejuízo daquelas em que a posição pode vir suplantar o partido que sustenta o governo.

Acrescentou que não obstante ser a primeira vez que o país realizará este tipo de eleições, para a escolha das autoridades locais, o figurino deste processo não difere muito do de eleições legislativas ou mesmo gerais, e é com base neste modelo que ele defende intransigentemente que as autárquicas se estendam a todo o território nacional. "Elas têm de ser realizadas nesse sentido, se for o contrário' aí haverá a violação das mesmas", afirmou.

Para se evitar o que chamou de "falhas graves" do último processo eleitoral' Eduardo Kwangana defendeu que as futuras-Comissões Municipais Eleitorais (CME) estejam à altura para responder a missão que lhes for confiada, fazendo o seu trabalho" com rigor, isenção e transparência, e não repetir os erros cometidos", disse, apontando sobretudo os ligados aos locais de votação, como aconteceu em 2012. Para a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), órgão encarregue de organizar e supervisionar este processo, tornar facilitada a sua missão, deverá utilizar as suas estruturas a funcionarem ao nível municipal, quando forem chamadas para o efeito. "Creio que com as suas estruturas funcionais na maior parte do país, não haverá muitos constrangimentos, até porque os seus funcionários até hoje são remunerados", afirmou.

#### Censo populacional

Enquadrado já no processo das eleições autárquicas, o político e também deputado à Assembleia Nacional' mostrou-se satisfeito com a realização do registo populacional, a partir do dia 16 de Maio do ano em curso, 44 anos depois do último realizado em 1970, ainda na época colonial. " Com o Censo Piloto realizado em Maio do ano passado e agora com o verdadeiro que vai arrancar, também' em Maio de 2014, começa-se a acreditar no processo", disse.

Embora diga haver sinais para a realização do Censo, Kwangana criticou a Academia de Liderança (AL) do Instituto de Formação de Administração Local (IFAL), do Ministério da Administração do Território (MAT) de direccionar a sua formação apenas aos administradores municipais, ao contrário dos jovens que vão trabalhar nas autarquias. " Devia também abranger a juventude e não só a um grupo de administradores", opinou.

O político insurgiu-se também contra a paralisação das aulas em todo o sistema de ensino, ou seja, do primário à Universidade, em função da campanha de Censo, em que docentes e discentes estão chamados a participar activamente no processo de recenseamento das populações.

" O processo é louvável, mas peca por forçar a paralisação das aulas em todos os níveis", deplorou Eduardo Kwangana.

## 5.6 Bento Bento faz últimas mexidas no GPL antes do adeus

*Continente*

*28 De Fevereiro 2014*

Preocupado com o desempenho pouco ou nada satisfatório dos seus colaboradores directos, nas administrações distritais e municipais, o governador da Província de Luanda, Bento Bento, que tem também obrigações políticas junto do seu partido, MPLA, de um tempo a esta parte vem se manifestando preocupado com as péssimas acções e a perda de popularidade dos seus delfins.

Segundo fontes, as saídas previstas de alguns administradores estão a ser muito aguardadas com júbilo. Aliadas razões apresentadas pelo líder do governo de Luanda, pesam também sobre alguns dos sacrificados, acusações de má gestão do erário público (convocados a responder no Tribunal de Contas), ausências injustificadas nos locais de serviços, acumulação de tarefas, algumas das mesmas chegam até a causar grandes transtornos à vivência de seus habitantes.

Populares os apelidam de gestores distraídos (prevaricadores), as suas instituições são dominadas por autênticas desordens e como se não bastasse, não têm popularidade.

Segundo a nossa fonte, será mesmo, desta feita que José Manuel Moreno Mendes Fernando "Zeca Moreno", deixará o município satélite, já que é dos mais antigos administradores em Luanda, estando divorciado dos seus munícipes e Viana é a região da cidade capital com mais problemas de usurpação de terrenos quer seja de pacatos cidadãos e reservas do Estado.

Outro velho administrador, de saída, é Victor Nataniel de Oliveira Guilherme Narciso "Tani Narciso", administrador do Cazenga, que pouco ou nada tem estado a fazer, já que a maior parte das transformações deste município estão a cargo do

Gabinete de Requalificação pertencente ao Governo central.

Entretanto, pouco ou nada se pode comentar em relação a saída de Rosa João Janota Dias dos Santos, que apesar do seu município ser palco de assassinatos de políticos e policiais, até então, conseguiu arriscadamente concentrar os poderes administrativo e político, onde os camaradas tudo fazem para dominar.

O mesmo pode-se dizer do município de Quissama e de Ana Maria Rodrigues da Silva e Silva, onde o governador de Luanda, estará mais preocupado em manter a hegemonia política do MPLA, já que é tão-somente nesta etapa que esta região começou a marcar passos de desenvolvimento quer a melhoria de condições e extensão da administração do Estado, assim como no surgimento de demais infra-estruturas sociais, também a julgar pelo seu enquadramento no novo modelo administrativo da cidade capital do país.

Entretanto, nas terras do Herói Nacional, que até então acabou por ser uma das áreas de maior contemplação dos projectos do governo central, Icolo e Bengo que parecia estar adormecida, tendo em conta o passamento físico do antigo administrador, António Calado, diz-se mesmo, à boca pequena, que a actual administradora interina, Margarida Pedro, vai ascender a titular, por mostrar pujança.

Joana Quintas sai do mais novo município e fica somente com o poder político-partidário, para exercer com maior afinco o papel de primeira secretária do MPLA no município de Luanda para, junto de José Tavares, incrementar maior controlo sobre a gestão desta cidade e velar pela aplicação dos programas do seu partido.

Segundo a mesma fonte, as mexidas acontecerão também nos distritos do Rangel, Samba e Kilamba Kiaxi, respectivamente.

Importa dizer que pelo andamento da política nacional, Bento Bento, já foi informado pelo Ministério da Administração do Território sobre os possíveis municípios de Angola onde se poderão ensaiar as futuras eleições autárquicas.

Salienta-se que a divulgação destas remodelações está somente a espera do parecer do Chefe de Estado, por razões de segurança e preservação das estratégias de governação do partido no poder. Esperam-se também mudanças em todo o país.

## 5.7 MAT manda quatro diplomas para consulta pública

*Novo Jornal*

*28 De Fevereiro de 2014*

MINISTRO da Administração do Território (MAT), Bornito de Sousa, anunciou terça-feira, em Luanda, que o seu pelouro está a trabalhar na preparação de quatro diplomas, que vão a discussão pública, visando maior contribuição, antes de serem submetidas ao Chefe do Executivo e à Assembleia Nacional.

Bornito de Sousa, que avançou a informação durante um encontro com os jornalistas, apontou as propostas de Lei do Poder Tradicional, de Lei sobre a Toponímia e a proposta de Lei sobre as Autarquias Locais. Em relação à harmonização da grafia das localidades, que o MAT tem estado a usar na escrita, adiantou que não querem de modo algum desvirtuar a escrita, pelo contrário. O que se pretende é apenas harmonizar a grafia e permitir que todos escrevam de uma única maneira.

"A proposta de Lei sobre a Toponímia, em que estamos a trabalhar e que brevemente estará à disposição de todos para discussão, certamente vai esclarecer alguns equívocos que, infelizmente, muitos de nós temos estado a cometer", acrescentou.

"A imprensa já está a corrigir as designações. Por exemplo Kuanza Sul passa a ser escrita Cuanza Sul", explicou o governante, salientando que "uma proposta de projecto de lei sobre a denominação das províncias, localidades e municípios do país está já a ser preparada para ser submetida à Assembleia Nacional".

Para o efeito de alteração de novas grafias, segundo o ministro, o MAT "vai trabalhar com o Instituto Nacional de Estatística, durante a realização do Censo Geral da População e Habitação, que se realiza de 16 a 31 de Maio".

O ministro justificou esta junção do MAT e INE, afirmando que "evitará algumas lacunas do passado".

"O trabalho com o INE permite a padronização das comunas, municípios e localidades em conformidade com o que estava estabelecido pelo Ministério da Administração do Território, que tem como base de trabalho a utilização das grafias e os nomes das localidades em português, a língua oficial!", explicou.

Bornito de Sousa anunciou, por outro lado, novas alterações que vão ocorrer a nível dos ministérios. Para tal, adiantou que os ministérios vão passar a ter



uma Direcção Nacional de Recursos Humanos, alinhando-a com o Plano Nacional de Quadros.

"Todos os ministérios passam a ter, além da secretaria-geral, um gabinete de tecnologias de informação", informou.

## 5.8 Com o poder autárquico não existirão minorias étnicas

*Terra Angolana*  
*Fevereiro de 2014*

O Deputado à Assembleia Nacional, Estevão José Pedro Kachiungo afirmou recentemente numa palestra com os quadros na Huíla, que com a instituição do poder local autárquico, não existirão minorias excluídas porque se não participam no exercício do poder local participam pelo menos na influência do poder local.

Convidado a falar sobre "Autarquias Locais e seu Contributo no desenvolvimento sustentável das comunidades", pelo Secretariado Provincial da UNITA na Huíla, Estevão José Pedro Kachiungo fez uma análise comparativa do modelo de governação que o nosso país tem hoje com o modelo que se pretende implementar.

"Nós temos administrações locais, um modelo que consagra a nível local poderes emanados das estruturas centrais e não temos poder local, de tal maneira que o impacto desta estrutura organizativa do estado está muito mais que visível que não tem correspondido as exigências e sobretudo as expectativa da população, porque estamos com mais de 30 anos de experiência ( ... ) fica claro para aqueles que tem um sentimento patriótico honesto e desinibido, que precisamos de evoluir para um modelo em que não é a estrutura central que tudo decide e tudo impõem mas sejam as dinâmicas locais a tomar regras sobre o seu dia-a-dia sobre o seu futuro, realizar as suas próprias expectativas dentro de um quadro normativo controlado a nível central, é para aí que nós queremos evoluir, porque o sistema montado para governar o nosso país hoje é um sistema que está virado para a manutenção e aumento do poder e não para a resolução do problema do homem, um sistema ao serviço do poder, tudo pelo poder, todos pelo poder e nada pelo cidadão", adiantou o parlamentar.

Mais adiante sublinhou que o poder local, permite o dirigente ou governante ser mais fiel ao cidadão do partido político já que o Autarca presta conta a quem o elegeram.

"É por isso o MPLA não está interessado nas eleições Autárquicas", sugeriu.

O Colóquio, para além da troca de impressões sobre o contributo das Autarquias na vida sociopolítica das populações serviu também para entender qual é o ponto de vista do partido UNITA, sobre esta matéria que já está constitucionalmente prevista e que faz parte do calendário político do nosso país.

Estevão José Pedro Kachiungo, que também é o Secretário Nacional para os Assuntos Eleitorais da UNITA, disse que no entendimento do seu partido, só se pode falar de democracia quando o cidadão no seu modo de vida, no seu modo de estar, no seu modo de pensar e agir se sinta parte e participe da vida do país.

"A democracia não pode e não deve ser o princípio filosófico, político que é enunciado nos discursos e até acarinhado com pompa mas sem nenhum impacto prático tangível nas vidas das populações", afirmou o dirigente político.

Segundo adiantou, "no entender da UNITA, a democracia deve ser sentida em primeira mão e antes de mais, no ambiente particular e local dos cidadãos, não se pode falar de democracia no meu país quando não há democracia na minha localidade, a democracia é a governação mais próxima do cidadão".

Falando da implementação das autarquias de forma gradual, o Secretário Nacional para os Assuntos Eleitorais da UNITA, entende que o gradualismo não pode residir na capacidade da pessoa escolher os seus governantes, mas deve residir na capacidade de passarmos as competências aos eleitos, porque implementar o poder local em algumas localidades e não em todas é uma forma de discriminação que vai fazer recuar as localidades que já estão atrasadas e fazer avançar outras que já estão em frente. Segundo Kachiungo, existem forças que têm o monopólio da comunicação social que estão a criar travões na implementação das autarquias locais.

"Até ao momento o país tem assistido a um debate pouco claro, pouco objectivo, pouco transparente que está a excluir os cidadãos de cabeça pensante deste importante tópico para a democracia, porque na lógica instalada não interessa que a mensagem das autarquias passe agora", avançou, sugerindo um debate sem tabus e sem conspiração para o benefício da cidadania. Por seu turno, a Secretária Provincial da UNITA na Huíla Dr.<sup>a</sup> Amélia Judith reforçou a necessidade do partido na província trabalhar este ano com todas as forças vivas no sentido de disseminar o pressuposto deste desiderato importante para a vida do cidadão no estado democrático de direito.



## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Realojados vendem moradias no Zango

*Jornal de Angola*  
06 De Fevereiro de 2014

Alguns ex-moradores do KI-lombo, na Chicala 2, que foram realojados no Zango 4, venderam ou arrendaram as casas que lhes foram entregues pelo Estado, no âmbito do Programa de Realojamento de Famílias em Condições de Risco.

A situação foi denunciada pelo vice-governador para a Área Política e Social, Adriano Mendes de Carvalho, que confessou a desilusão sentida pelo Governo Provincial de Luanda.

Em conferência de imprensa realizada para dar a conhecer o número de famílias realojadas no Zango 4 e na Cabala foi divulgada uma lista com o nome de 17 indivíduos desalojados do Kilombo, que venderam ou arrendaram as moradias que lhes foram dadas no Zango 4.

"O Governo Provincial de Luanda constatou com tristeza que das mais de 1.700 moradias distribuídas, 32,5 por cento já foram vendidas e outras arrendadas", afirmou Adriano Mendes de Carvalho, que garantiu depois que as autoridades da província de Luanda não vão permitir que estas ações de má-fé prossigam, pelo que vai punir as pessoas que assim procederem.

Muitas famílias, perante as medidas anunciadas de realojamento, mandam vir pessoas de outras províncias para, de forma oportunista, beneficiarem destas moradias, acrescentou o vice-governador, que pediu a todas as famílias que estão a ser realojadas para denunciarem aqueles que tenham este tipo de comportamento.

Entrega de terrenos loteados

Para desencorajar as ocupações ilegais e desordenadas, o Governo Provincial de Luanda decidiu entregar terrenos loteados e chapas de zinco a todos os que forem desalojados de casas de chapa.

Esta medida já foi adoptada com famílias que estavam no Kilombo e foram realojadas na Cabala, na sequência de um estudo sobre o modo de vida delas, que reside na pesca e agricultura.

"Transferimos essas famílias para a Cabala, no município do Icolo e Bengo, por se tratar de uma área onde podem desenvolver actividades como a agricultura, pesca, artes e ofícios, e beneficiar de vários serviços sociais", explicou o vice-governador de Luanda para a Área Política e Social.

### 6.2 Sonip acelera para a conclusão das centralidades habitacionais

*Economia e finanças*  
7 DE Março de 2014

As moradias construídas na urbanização especial de Cabinda, como está a ser designado o projecto imobiliário desta província, está quase pronto para entrega, faltando apenas a conclusão dos trabalhos de infra-estruturas externas, nomeadamente o abastecimento de água e luz eléctrica a partir de uma subestação que está a ser montada nas proximidades da centralidade.

Segundo o vogal da Sonip, engenheiro Hamilton Jorge Faria, que falava à imprensa durante uma visita de campo às novas centralidades do interior do país, a urbanização de Cabinda foi construída com base em modelos habitacionais de alto padrão diferentes das outras centralidades, daí a designação acima mencionada.

Com urna arquitectura atraente dos, a urbanização especial de Cabinda, localizada no município sede com o mesmo nome, estará totalmente pronto para comercialização em Março do próximo ano. "Neste momento estão a ser feitos estudos que irão determinar o preço e datas exactas para a comercialização dos fogos construídos. Por isso, em momento oportuno faremos um comunicado para o efeito" afirmou Hamilton Faria.

Mais adiante, o vogal da Sonip referiu que a nova centralidade da província mais a Norte do país possui mil apartamentos com capacidade para albergar mais de seis mil habitantes, sendo que 768 residências são de tipologia T4 com cada moradia a ocupar urna área de 150 metros quadrados. Os restantes 234 apartamentos serão 13 com área de 120 metros quadrados erguidos em 90 edifícios de três pisos.

O projecto habitacional contempla ainda equipamentos sociais, tais como uma escola primária com 16 salas de aula com capacidade para 512 alunos, um infantário com quatro salas para 13 camas, uma estação de tratamento de água e urna malha rodoviária de seis quilómetros de estrada.

## Construções simultâneas

À semelhança do que ocorre na província de Cabinda, a Sonip desdobra-se em esforços para concluir nos próximos dois anos outras centralidades. Tal é o caso das províncias da Huíla, Namibe e Benguela, além dos projectos que estão a ser concluídos em Luanda, que serão quase todos concluídos em 2016. Na província da Huíla, por exemplo, na localidade de Quilemba, município do Lubango, está a ser construída a maior centralidade em termos de área de implementação, ocupando uma superfície de construção equivalente a 1.100 hectares contra os 900 hectares da centralidade do Kilamba, em Luanda.

O projecto, que está a ser executado pela construtora chinesa CITIC e fiscalizada pela Soapro, teve início em Junho de 2012 e prevê-se que esteja concluído até segundo semestre de 2016. As residências variam entre apartamentos de tipologia 13 em edifício de três pisos e habitações sociais perfazendo um total de 4.000 apartamentos e 6.160 moradias unifamiliares, cinco escolas primárias, quatro escolas secundárias e oito creches.

De acordo com o engenheiro Hamilton Faria, o principal constrangimento enfrentado até agora com a centralidade do Lubango prende-se com as ocupações de terreno nas reservas fundiárias.

"Das 11 mil habitações que prevemos construir nesta centralidade, cerca de 3.500 moradias estão impossibilitadas de serem erguidas devido a existência de fazendas e casas que foram erguidas dentro do perímetro da reserva fundiária" lamentou.

De igual modo, a província do Namibe também está a beneficiar da construção de duas centralidades, localizadas na praia

Amélia e no 5 de Abril, numa área de 295 hectares onde serão construídas 1.656 habitações sociais e 344 apartamentos para 12 mil habitantes. Além da província de Benguela que conta também com centralidades na Baía Farta, no Luhongo (Catumbela) e Lobito.

## 6.3 Centralidade de Cacuo vive sérios problemas

*Semanário Angolense*  
08 De Fevereiro de 2014

Depois de uma enxurrada que se abateu sobre Luanda, a equipa de reportagem do Semanário

Angolense, viajou até à Centralidade de Cacuo, com vista a

constatar os rumores, segundo os quais, a Centralidade de Cacuo debatia-se com a falta de água e energia eléctrica.

À nossa chegada ao novo conglomerado habitacional, deparámo-nos com jovens, mulheres sentadas com criança ao colo, com recipientes para água e materiais de limpeza. Abordámo-las e disseram: «somos trabalhadores

de limpeza, trabalhadora de limpeza.»

O ambiente estava calmo, vendo-se aqui e ali algumas pessoas circularem; edifícios há que ainda se encontram fechados, a maior parte dos detentores de apartamentos, ou por falta de meios para lá chegarem ou por o sítio carecer de outras necessidades indispensáveis, vão adiando a sua mudança para o novo bairro, sendo, porém, já visível a aflição dos poucos moradores.

Prosseguindo a nossa caminhada exploratória, encontrámos uma instituição encerrada, que, ao que soubemos, é uma instalação da tristemente célebre EDEL; por detrás, jovens com bidões, de 25 litros, sobre a cabeça, acarretando água para suas respectivas casas.

Aliás, nunca se sentiu a presença do precioso líquido nas torneiras das casas da Centralidade de Cacuo. Outros cidadãos transportavam recipientes idênticos aos últimos, amarrados às costas, como se de bebés de tratasse, tudo para pelo menos encontrar alguém que os contratasse para qualquer trabalho doméstico.

Negócio da água é rentável

No decurso da ronda ao local, a equipa do SA cruzou-se com um jovem, de nome Marcos, que, conduzindo um motorizada de três rodas, carregava 20 bidões de água para os edifícios, custando cada recipiente 150 mil Kwanzas, Marcos, morador da vila de Cacuo, explicou que fazia os seus biscates nalguns mercados, como do Kikolo e do Panguila, mas, desde que se apercebeu do problema da falta de água na Centralidade, decidiu transportar água com o seu motociclo para os referidos edifícios.

Outras duas mulheres batalhadoras, com bebés ao colo, carregavam igualmente bidões de água em direcção ao bloco I, II, III e IV. Questionadas sobre onde carretam a água, uma delas respondeu que saía do bloco X, de onde a tiram gratuitamente, mas que, devido à distância e à subida e descida das escadas para a cada casa, cobram entre 300 e 250 Kwanzas por cada recipiente.

Com isso quer dizer que os preços de cada bidão de água varia em função dos andares, se for do quarto para baixo 250 do quarto em diante 300 kwanzas. Donas de casa que abandonam as suas residência de manhã cedo em direcção à Centralidade à procura de algum trabalho para o sustento de casa.

Rosa Sebastião, moradora da Centralidade, disse a este jornal que estão sem água desde que foram lá viver, porque, segundo os construtores da obra, esses edifícios estão numa inclinação e lá o líquido tem pouca pressão.

Também falta hospital

Para além da água, a Centralidade está desprovida de um hospital, administração local, os semáforos não funcionam, causando grandes transtornos aos automobilistas, principalmente no período da noite.

«Acarreto água para a minha casa, não tenho dinheiro para pagar as senhoras todos os dias, vivo com uma filha, uma neta e o meu marido, quantos bidões de água tenho de comprar para uma semana, é muito dinheiro gasto», reclamou Rosa.

Por seu lado, Manuel Tavares, igualmente morador, há dois meses, explicou que os mestres da obra alegaram que é necessário comprar alguns tubos colossais para inverter a situação da água, uma das principais necessidades carências, senão a principal.

Há algum tempo, também já se registava dificuldade em termos de energia eléctrica. Esse «centralista» revelou que outro problema que apoquentas os habitantes diz respeito à fragilidade das chaves dos apartamentos, que facilmente se destroem.

«As chaves são muito frágeis, já houve casos de moradores que, ao abrirem a porta, a chave partiu-se e ficou presa na fechadura, situação essa que forçou a que alguns a passassem a noite fora de sua casa e outros arrombassem a porta» informou Manuel.

Mosquitos, ratos, baratas...

Acrescentando que, nesses casos, muitos recorrem aos chineses para que estes ajudem a retirar a chave sem causar dano à porta. Caso contrário, a situação complica-se.

Segundo o nosso interlocutor, as dificuldades que enfrentam são piores que na periferia. Por uma questão de prevenção, ele mandou fazer cópia da sua chave, mas com um material mais resistente.

Outro incómodo é o jardim de capim à volta dos edifícios, que tem causado muitos mosquitos durante a noite. O mínimo movimento de pessoas é suficiente

para agitar os mosquitos, a que se juntam baratas, ratos, formigas, perturbando o sossego dos moradores.

«Pelo menos que resolvessem mínimo das dificuldades antes da venda ou da distribuição das casas, eu, para ter água, tenho de movimentar a carrinha com bidões até à cidade», expressou.

Disse sentir receio de ali viver, pois os problemas a cada dia que passa vão-se multiplicando uns após outros», lamentou o morador, acrescentando que até o tipo de blocos com os quais foram construídos os edifícios são frágeis, temendo que um dia as edificações venham a desabar, pelo facto de ouvir que algumas delas já apresentam fissuras.

«Para mim, estes prédios não têm resistência, pelo tipo de blocos com foram edificadas, prova disso, ao tentar esburacar a parede, ela desfaz-se como se fosse um bloco feito com massa fraca», desabafou.

Pensa que devia haver um controlo de nivelamento dos prédios a cada cinco meses para que houvesse melhor verificação da estrutura. «Mas, por fora, a estrutura arquitectónica é uma beleza», admitiu o residente. Entretanto, alguns prédios da Centralidade do Kilamba, propriamente no bloco X, também estão com alguns problemas de energia eléctrica.

## 6.4 Ex-moradores da Chicala-3 abandonados no Zango

*Semanário Angolense*

*08 De Fevereiro de 2014*

As suas residências eram maiores em relação as que estão a ser distribuídas, lamentam os cidadãos e, como se não bastasse, as mesmas são de muito pouca qualidade, têm o tecto muito baixo, o que constitui um sério perigo para as pessoas altas. As casas são compostas por dois pequenos quartos de um metro e meio de lado e um minúsculo quarto de banho.

O *Semanário Angolense* (SA) esteve no terreno e constatou que as casas, não estão realmente bem acabadas e falta construir a sala, a cozinha e mais um quarto, tudo de dimensões bastante diminutas. Para além das casas não terem sido acabadas, os espaços são muito pequenos e nem cabe a mobília e haveres dos cidadãos. Pela marcação das partes não construídas, nota-se que as construções estão assentes apenas em blocos de areia e cimento, sem qualquer tipo de cabouco, o que periga a vida dos moradores sobretudo em épocas de chuva.

Desgastados com toda esta situação e sem meios financeiros, ainda foi dada à população a

responsabilidade do acabamento das suas «mini-residências». Pessoas há que desde o dia 22 de Janeiro até a presente data, têm os seus haveres ao relento porque simplesmente não cabem nas diminutas dimensões das ditas casas. Algumas famílias também dormem ao relento porque pelo número dos seus membros também não cabem no interior das mesmas.

Alguns populares aproveitaram para denunciar que algumas das casas que eram destinadas para eles já estavam ocupadas, fruto de um esquema dos próprios distribuidores. «Há quem recebeu as chaves de residências que já foram ocupadas por -outras pessoas alheias ao nosso processo.

Quando abriram a porta já as encontraram com haveres de outros.

Depois disso foi-lhes entregue outras casas mas com problemas nas portas, janelas a até mesmo no tecto», afirmam.

O SA contactou o órgão responsável, no terreno, pela distribuição das residências e, o senhor Santana, tentou explicar a situação de algumas pessoas a quem, foram entregues residências diferentes das que constam nas guias.

Santana alegou que a situação deveu-se ao facto de algumas casas estarem já com problemas de degradação, enquanto que outras estão sem as respectivas chaves.

Entretanto, os cidadãos trasladados da Chicala 3 afirmam que estão a ser vítimas de «cambalacho» e tudo não passa de manobras aproveitacionistas de indivíduos sem escrúpulos que sempre tiram benefício das desgraças dos outros. «Por isso há antigos vizinhos nossos que, por terem dinheiro, ou 'padrinhos na cozinha', estão a ir para outros locais do Zango, como no Zango 2, onde as condições e as casas são muito melhores», acusam.

## 6.5 Mais habitações são entregues ao Tando Zinze

*Jornal de Angola*

*11 De Fevereiro de 2014*

A Administração Municipal de Cabinda procedeu à entrega, na comuna de Tando Zinze, de 50 casas evolutivas às famílias carenciadas e recém regressadas ao país.

O acto de entrega das residências foi presidido pela governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba. As casas foram construídas pela

Administração Municipal de Cabinda no âmbito do Programa de Combate à Pobreza.

Berenice Vusúca, de 58 anos, mãe de um filho, é uma das beneficiárias. Agradeceu ao Governo Província por lhe ter disponibilizado a casa, um bem que, segunda afirmou, não tinha capacidade de conseguir, visto ser deficiente e não ter capacidades financeiras.

"Sinto-me bastante regozijada pelo facto de ter recebido este bem, pois não existe uma melhor oferta do que uma casa", disse.

A beneficiária espera que outras famílias carenciadas sejam também contempladas, de modo a se diminuir o sofrimento da população e disse acreditar nas acções do Governo Provincial que tudo tem feito para melhorar a condição da vida dos habitantes.

O regedor da aldeia de Cacata, Lourenço Chimpolo, considerou louvável a iniciativa do Governo em ter construído as casas, uma vez que vai contribuir para a minimização dos problemas de algumas famílias.

## 6.6 Moradores da centralidade de Cacuaco clamam por apoio urgente

*Jornal Manchete*

*14 De Fevereiro de 2014*

Os moradores da Centralidade de Cacuaco, continuam a enfrentar uma série de carências como à falta de água potável canalizada, assistência sanitária e transportes públicos. Os mesmos pediram a intervenção imediata da administração municipal, no sentido de resolver a situação o mais urgente possível.

O representante da comissão de moradores da mesma centralidade, Nelson dos Santos, começou por referir a situação da escola que ali foi construída, para albergar os alunos aí residentes. Segundo o mesmo, efectuaram-se mais de seis mil matrículas em diversas classes, mas até ao momento os estabelecimentos ainda mantêm as portas fechadas e nem sequer foram apetrechados.

Quanto ao abastecimento de água potável, Nelson dos Santos, disse que os moradores têm que percorrer longas distâncias a busca do preciso líquido.

Os mesmos já pediram várias vezes a EPAL no sentido de resolver o problema, tendo esta empresa, por sua vez, se comprometido em dar respostas ao assunto, o que não aconteceu até agora.

A falta de serviços de saúde é também outra preocupação daqueles moradores. Até ao momento



nem sequer foi construído um posto de saúde na zona, o que obriga os residentes a recorrer ao hospital municipal de Cacuaco.

Por sua vez, a administradora municipal considerou que o problema que os moradores da Centralidade de Cacuaco apresentaram devem merecer maior atenção.

A responsável não deixou de mostrar a sua preocupação com a situação da escola, uma vez que o ano lectivo já teve o seu início e a mesma ainda mantém as portas fechadas.

"É responsabilidade do Governo, não só a nível local, mas também da província de Luanda. Nas escolas da Centralidade de Cacuaco foram inscritos cerca de cinco mil alunos e esta é a altura que a Direcção Provincial de Educação deve encontrar solução urgente para resolver a situação dos moradores", disse.

A administradora Rosa Janota Dias dos Santos anunciou, por outro lado, que está para breve a colocação de posto de saúde móvel para atender a população, até que seja construído um hospital de referência naquela zona.

## 6.7 Moradores da Centralidade de Cacuaco estão agastados com o triste Situação que assola aquela cidade

*Jornal Continente*

*14 De Fevereiro de 2014*

A administradora do Cacuaco, Rosa João Dias dos Santos, esteve na Centralidade do Cacuaco, a convite dos moradores, preocupados com os serviços e bens locais, assim como o atraso do arranque das aulas, a falta de água potável, transportes públicos e unidade hospitalares, na esperança de encontrar as devidas soluções.

Os moradores da Centralidade do Cacuaco, preocupados com os serviços e bens locais, assim como o atraso do arranque das aulas, a falta de água potável, transportes públicos, unidade hospitalares, em função disso convidaram administradora Rosa João Dias dos Santos, na esperança de encontrar as devidas soluções.

Pink Floyd

A administradora Rosa João Dias dos Santos, respondeu o convite formulado pelos moradores da Centralidade do Cacuaco, e foi para aquela cidade para auscultar os grandes problemas que os

municípios atravessam e encontrar soluções para o bem-estar do povo. Entres todos os incómodos está à indefinição do arranque das aulas, neste ao lectivo de 2014, para os cerca de cinco mil alunos matriculados no ensino primário I e 11 ciclos, a falta de água potável nas residências, assim como a inactividade dos elevadores nos edifícios de oito an-

dares, recolha de resíduos sólidos.

O Continente esteve no local e constatou "in loco" o que os moradores passam e manifestaram as suas inquietações à administradora municipal de Cacuaco, Rosa Janota Dias dos Santos, que durante uma visita que a mesma efectuou aquela vila.

O coordenador da comissão de moradores da Centralidade, Nelson dos Santos, disse que até agora já se efectuaram mais de 6 mil matrículas em diversas classes, e até ao momento, as escolas ainda não foram apetrechadas.

No que refere ao abastecimento de água potável, o coordenador avançou que é um grande sacrifício que os moradores fazem todos os dias.

"Os moradores têm que percorrer varias distâncias para encontrar oi liquido precioso, e o que mais nos preocupa é a questão da educação, porque como sabemos as aulas já tiveram o seu início, mas, aqui na centralidade ainda não, as escolas continuam fechadas, porque não estão apetrechadas, temos também problemas quanto ao abastecimento de água potável "informou.

A abertura de unidades sanitárias, mercado, ronda policial para evitar assaltos às viaturas estacionadas fora das inquietações apresentadas à administradora de Cacuaco.

A administradora garantiu que, estas preocupações serão resolvidas o mais rápido possível, devido ao número de habitantes já na centralidade.

"São preocupações pertinentes e neste momento a nossa maior atenção estará virada para a educação, porque o ano lectivo já começou e as escolas ainda não estão equipadas", sublinhou. A governante disse ainda que a centralidade neste momento já tem 6 mil habitantes e onde existe este número de habitantes não pode deixar de existir, pelo menos um posto médico. "Nós vamos montar um posto móvel com todas as condições", assegurou Rosa Janota Dias dos Santos.

Em declarações à imprensa, no fim da reunião, Rosa Janota dos Santos, disse que o encontro foi útil e das dificuldades expostas pelos moradores, como educação, saneamento básico e saúde, devem ser



estudadas as prioridades para a solução dos problemas.

"Nesta altura a centralidade tem seis mil habitantes, sem posto de saúde, e dista 27 quilómetros da sede municipal, por isso é urgente a colocação de um posto móvel no local, para os primeiros socorros" sublinhou.

No concerne ao arranque do ano lectivo, esta condicionado a falta de apetrechamento, mas estando já no local os professores e todos os recursos humanos. Fez saber ainda que a Igreja Católica recebeu da Sonip, empresa gestora da centralidade, as chaves das instituições de ensino no local e o problema vai ser levado a Direcção provincial da educação bem como do Governo de Luanda para que sejam informados sobre a gestão da escola. Administradora lamentou o facto de que ainda não ter sido nomeada uma administração por parte da entidade do projecto, facto que, "nos obriga a assumirmos como tal, nós Administração municipal, a responsabilidade junto dos moradores e tentar resolver os problemas que lhes afligem", sustentou.

## 6.8 O imobiliário é um sector em amadurecimento

*Novo Jornal*

*14 De Fevereiro de 2014*

A Gestimóvel inaugurou no ano passado duas torres na zona do Talatona. Em que pé está a venda desse património?

Inauguramos apenas o edifício comercial. Das unidades disponíveis, falta apenas colocar uma loja.

Quanto é que essa operação rendeu para os cofres da empresa?

Este é um projecto global. As vendas desse edifício ascenderam a cerca de 900 milhões de kwanzas, mas nesta altura, o investimento total é largamente superior, pois estão já executadas parte das infra-estruturas que servirão o projecto final.

Ainda existe no país uma grande adesão aos produtos imobiliários?

Em particular em Luanda, eu diria que sim, desde que com qualidade e em estado pronto ou quase pronto.

Mas o mercado não está a sofrer agora uma grande retracção?

Em Luanda não sentimos essa retracção acentuada. Sentimos um mercado em maturação onde as pessoas

querem perceber a qualidade antes de comprar, o que não havia antes. O consumidor está mais exigente, o que é bom para quem trabalha com qualidade.

Para este ano estão previstas outras inaugurações?

Sim, do edifício do Lubango (Lubango Center) e no final do ano (ou logo no início de 2015), da primeira torre de escritórios das Zenith Towers. Para já, esta torre está "em dia" para conclusão em Novembro de 2014 e temos já algumas fracções comercializadas.

E qual é o segmento de maior procura? Escritórios, comércio ou habitação?

O comércio tem muita procura, por não existirem ainda muitos projectos com grande concentração de lojas ou outros com lojas de rua. Os escritórios estão com elevada procura em Talatona. A habitação tem excelente procura de produto novo' na cidade capital.

A relação qualidade/conforto/custo/imagem associada às normas de arquitectura estão salvaguardadas pela Gestimóvel?

Além de trabalharmos com gabinetes de arquitectura com muita experiência e qualidade comprovada, temos uma excelente equipa de assessoria técnica que nos permite encontrar as melhores soluções, aos melhores preços.

Com os arquitectos conseguimos o conforto, a qualidade e a imagem. Com essa equipa, aliada a uma presença constante da fiscalização e de "project-managers" exclusivos a cada projecto por parte da Gestimóvel, conseguimos garantir a qualidade e o preço.

Diz-se que a Gestimóvel vai construir edifícios para alguns ministérios. Quais?

Neste momento não estamos a construir especificamente para nenhuma instituição governamental ou pública, embora tenhamos produtos que seguramente se adequam às necessidades e exigências de qualidade dessas instituições.

E como avalia a concorrência no sector imobiliário em Angola?

É um sector em amadurecimento. Há alguns bons promotores a trabalharem neste sector, como há outros que prejudicam a confiança no imobiliário. Temos alguns exemplos em Angola de projectos que não aconteceram, ou aconteceram em qualidade muito inferior ao preconizado e comercializado.

Isso não ajuda ao desenvolvimento sustentado do sector.

Então, o que representa para a Gestimóvel o "boom" imobiliário surgido com a construção das novas centra nomeadamente o Kilamba, entre outras?

As centralidades do Kilamba visam um público-alvo diferente do que tem sido o foco da Gestimóvel.

Estamos a desenvolver espaços em centros urbanos, escritórios e residenciais de áreas muito citadinas.

Nenhum desses requisitos é preenchido nas ditas novas centralidades.

Mas os preços das habitações têm vindo a baixar, e consequentemente os negócios. E como contornar a situação?

Também não sentimos uma baixa significativa nos preços das casas novas e de qualidade, pelo menos na franja em que trabalhamos.

O futuro imobiliário é todavia promissor?

Sim continuamos a acreditar que o amadurecimento do mercado trará boas perspectivas a quem trabalha na promoção imobiliária de forma profissional e consistente.

E como está a Gestimóvel em termos de consultoria?

Muito bem servida, seja consultoria técnica externa, como a proveniente dos largos anos de experiência do Grupo accionista nesta área.

Certamente existirão também constrangimentos?

Muitos: desde a ainda muito recente legislação para registo das propriedades horizontais, à quase inexistência de crédito bancário acessível à classe média em ascensão, passando pela inexistência de uma indústria nacional que impeça

a importação de grande parte dos materiais. Tudo contras, entre alguns outros.

E como está a expansão da Gestimóvel pelo país?

Temos já um edifício pronto a habitar na cidade do Lubango, província da Huila e, em função do desenvolvimento dessa ou de outras províncias, não descartamos o nosso investimento nessas áreas fora da capital. De qualquer forma e sendo a promoção imobiliária fortemente penalizada por taxas de juro elevadas, associada ao facto de serem projectos sempre a médio e longo prazo, esses investimentos têm de ser muito bem equacionados e suportados por

desenvolvimentos reais da economia nessa ou nessas províncias.

## 6.9 Comissão Administrativa de Luanda 'Cada família vai receber apenas uma casa'

*O País*

*14 De Fevereiro de 2014*

Quando a nossa equipa de reportagem chegou ao local, encontrou uma senhora que contestava junto do representante da Comissão Administrativa de Luanda, Tadeu Fortes. A cidadã que parecia ser uma moradora antiga daqueles prédios, reclamava o seu direito, reclamando que devia ter recebido uma casa melhor.

Com os nervos à flor da pele, a senhora nem sequer quis dar entrevista ao nosso jornal e mostrou-se persistente diante do assessor Tadeu Fortes, que deixou claro que cada família apenas irá receber uma casa.

Segundo aquele responsável, enquanto mantinha uma conversa 'não autorizada' com o nosso repórter, o Estado está a cumprir com a obrigação que tem para com aquelas famílias, que consiste em "atribuir, a cada uma delas, uma residência do tipo T3, no Zango Iv, para deixarem o edifício, já que está degradado e pode desabar, a qualquer altura, e colocar em risco a vida dos residentes".

O representante da comissão administrativa disse ainda que alguns cidadãos querem se aproveitar da situação, exigindo a recepção de três casas quando só merecem uma.

## 6.10 Moradores dos prédios "Sul-Africanos" dizem-se coagidos pelo GPL

*O País*

*14 De Fevereiro 2014*

Os moradores dos conhecidos prédios "sul-africanos", localizados no distrito do Rangel, estão a ser desalojados por alegadas condições degradantes em que se encontram os edifícios. Quarenta famílias já foram encaminhadas ao Zango IV; onde receberam, cada, um apartamento T3, mas mesmo assim sentem -se prejudicados.

Ao contrário daquelas que já estão no Zango, apesar do descontentamento, outras dez famílias ainda habitam nos edifícios porque defendem que a

Comissão Administrativa de Luanda (CAL) deve negociar justamente com eles e não optar em "acordar uma coisa e fazer outra", afirmaram os moradores.

O cidadão Pedro Vasconcelos, de 38 anos, proprietário de um apartamento T4, no bloco 4, é um dos que ainda se encontram no local à espera de melhores negociações. A primeira negociação, como nos conta, "fizemos com o governo, acompanhados do nosso advogado, mas infelizmente, não foi tida nem achada. Temos documentos pedindo audiência ao presidente da CAL e nunca nos foi concedida".

Aquele cidadão aponta que as famílias deviam ser, pelo menos, ouvidas antes da ordem de despejo. Na esperança de serem atendidos, foi feita, segundo o Pedro, uma negociação com Tadeu Fortes, assessor do presidente da CAL para o sector administrativo' político e social.

Para o seu espanto, aqueles moradores foram ameaçados, quando esperavam ter uma conversa amena, segundo o que reportam. "Ameaçaram demolir os edifícios com as famílias aqui dentro. E mais: cortaram nos a água a energia, hoje (12/02)", disse, desesperadamente, o nosso entrevistado.

Por outro lado, de acordo o interlocutor, aqueles prédios existem há mais de 40 anos, as famílias cresceram e "o governo não quer se importar com isto. Eu vivo com 4 irmãos, cada um tem sua família constituída, estão a nos dar apenas um T3, com os compartimentos reduzidos. Agora, eu pergunto: como vamos viver? Não estão a dar as casas em função do agregado familiar, é triste", acrescentou.

"São casas inacabadas"

Pedra Vasconcelos e os seus vizinhos não paravam de frisar que não queriam ficar nos prédios para sempre' apenas precisam negociar com o GPL, porque as casas que estão a ser entregues carecem de melhorias. Para que sejam consideradas condignas, segundo ele, os cidadãos terão de gastar, no mínimo, 2 milhões de kwanzas.

"Estão a nos dizer que as casas têm os pavimentos ladrilhados, mas fomos ver, não é nada disso. As fossas são pequenas, temos de fazer tanque de água e construir o morro do quintal. Constatamos também que, por falta de espaço, as pessoas estão a deixar as mobílias fora de casa e, conseqüentemente, estão a ser roubadas", contaram.

Nós estamos a negociar, acrescentaram' para sermos ressarcidos em mais de uma casa, pois há oradores com agregado familiar menor que o nosso que receberam mais de uma residência. "A CAL disse que

conversou com o nosso advogado e este disse que não merecemos, mas aquilo que o advogado escreveu vem contradizer esta alegação", sentenciou Pedro, que em seguida mostrou, documento.

Recorda que em 2006, quando fizeram o cadastro, a Comissão Administrativa de Luanda disse que iria indemnizá-los em função do número de famílias que vive numa casa. Hoje, o discurso mudou e o advogado nunca mais foi visto - suspeitam que tenha sido corrompido.

"Somos 10 famílias que estamos nesta situação e assim vamos continuar até serem justos connosco. Estamos a ser coagidos a assinar o contrato de entrega das chaves para abandonar o edifício e nem sequer nos querem ver a reclamar. Estão a dizer para assinarmos e depois reclamar - nós já conhecemos este jogo", disse, sob anonimato, uma senhora que vive há 30 anos num daqueles edifícios.

A senhora é moradora do Bloco 2, tem 4 filhos (todos eles têm família constituída e vivem no apartamento da mãe). Alega também que uma casa no Zango, "de 3 quartos pequenitos, não é suficiente para a extensa família que tem", acrescentou ela que já explicou a sua situação ao assessor Tadeu e este dissera que nada podia fazer.

## 6.11 Oito das 40 famílias recusam abandonar os prédios Sul-Africanos

*Jornal Manchete*

*14 De Fevereiro 2014*

Mais de 30 famílias que viviam em situação de risco, nos prédios conhecidos como dos Sul-Africanos, no distrito urbano do Rangel, em Luanda, começaram já a abandonar os edifícios, estando a ser realojadas no Zango IV, em Viana. Mas, oito famílias não manifestaram a intenção de abandonar o local, alegadamente, porque as casas oferecidas pela Comissão Administrativa de Luanda não reúnem as condições adequadas.

São no total 5 edifícios projectados para um tempo de vida útil não superior a 20 anos. Entretanto, hoje os conhecidos prédios dos Sul-Africanos no Rangel têm mais de 40 anos de existência e encontram-se já em avançado estado de degradação.

A situação de risco e de vulnerabilidade a que muitos cidadãos viviam neste local motivou as autoridades governamentais a efectuar um processo de desalojamento que durou pelo menos 10 anos para que as partes chegassem ao acordo.

Em declarações ao *Manchete*, a propósito de desalojamento destas famílias, a administradora do distrito urbano do Rangel, Maria Clemente da Silva, afirmou que "realmente, esse é um processo muito antigo e que se pretende tirar as pessoas de lá há muitos anos. No entanto, o estado em que os prédios se apresentam é que motivou o Governo a determinar a retirada dos moradores para se evitar situações que pudessem ser piores". Oito das 48 famílias que viviam nos prédios disseram "não" a proposta da Comissão Administrativa de Luanda, eles explicaram o porque. Fernanda Eduardo, residente, salientou que "nós não gostamos da proposta, visto que nós estamos numa área bem localizada e as casas que nós temos são casas ladrilhadas".

Manuel Constantino, outro morador, frisou que "eu não digo que não saio, eu estou disposto a sair desde que a administração de Luanda faça um acordo razoável em virtude do espaço que tenho para melhor acomodar a minha família".

Anabela dos Santos, por seu lado, disse que "desde que a Comissão Administrativa venha com boa negociação não vamos complicar a situação, para o nosso bem e também para a administração de Luanda".

A administradora do Rangel diz não compreender as razões de apenas 8 famílias de um grupo enorme de cidadãos que sabem perfeitamente os riscos a que são sujeitos em insistirem em permanecer nos prédios. "Realmente são 48 famílias, a maior parte delas já saiu e 8 é que estão renitentes. Eu até não estou a perceber porque qualquer um de nós não aceitaria viver naquele estado, até não há necessidade de estar a argumentar assim tanto porque o cenário dos prédios fala por si, olhando para aquilo é lamentável e tudo que possa vir é bem-vindo", frisou, acrescentando que já arrancou o projecto de vedação do perímetro que vai terminar com a demolição dos edifícios em causa, embora não se saiba ao certo o que será feito nesse espaço.

## 6.12 Delta retoma entrega das Casas no Zango

*Jornal Folha 08*

*15 De Fevereiro de 2014*

A Sonip por intermédio do Delta Imobiliária deu início há cerca de quinze dias a entrega de apartamentos na centralidade do Zango às pessoas que tinham pago as respectivas rendas há cerca de um ano. O processo, no entanto, está a ser conduzido de forma pouco transparente visto que grande parte das

pessoas desconhece a situação, levantando algumas suspeitas e motivando ruídos. O *Folha8* apurou junto de funcionários da Delta que os "sortudos" estão a ser contactados por telefone para irem assinar os respectivos contractos e algumas pessoas garantiram que foi, de facto, da referida forma que aperceberam-se do processo.

"Recebi a minha chave há quase duas semanas. Telefonaram para mim; fui pra lá assinei o contrato e deram-me as chaves", recordou um dos beneficiários. Facto é que a forma como o processo está a ser conduzido está a motivar algum descontentamento no seio dos que aguardam há cerca de um ano. "Mas não dizem por que razão não há uma informação pública sobre isso. Também não esclarecem quais os critérios que estão a ser usados para chamarem o António ou a Domingas primeiro, e por aí. É sempre a mesma falta de transparência, porque facilita o tráfico de influências, a corrupção e tudo o mais que caracteriza as nossas instituições", reclamou um aos populares numa das redes sociais. Segundo dados apresentados pela SONIP e Delta em Setembro de 2013 quase 500 pessoas esperam por receber as respectivas casa na centralidade do Zango, enquanto 6.690 clientes da Cidade do Kilamba não receberam as suas casas e 4.954 na centralidade do Cacucaco, enquanto 120 no Km 44 e 230 no Kapari. «O que significa que temos um total 12.489 clientes ainda por atender. Todos serão atendidos nas diversas fases.

«Não há falta de imóveis para satisfazer estes clientes», assegurou, na altura, a directora comercial da SONIP Deolinda Sena, acrescentando que esperam não deixar ninguém de fora. «Se alguém se sentir esquecido tem o direito de reclamar e deve reclamar», sublinhou. Na ocasião, os responsáveis da SONIP e da Delta disseram também que já não havia apartamentos de T3 e muitas pessoas se tinham candidatado para os mesmos.

«De momento, os apartamentos disponíveis são da tipologia T5. Por instrução da SONIP, todos os clientes que se tenham candidatado aos T3 ou T3+1 poderão beneficiar da tipologia T5», afirmou o administrador do Delta Imobiliária, Paulo Cascão. No entanto, alguns dos que beneficiaram estes dias dizem que apesar de se terem candidatado para T 4 receberam T3. Dados apresentados em Setembro davam conta que tinham sido disponibilizados para a venda um total de 33.255 unidades habitacionais, sendo 20.002 na Cidade do Kilamba, 9.808 unidades na centralidade do Cacucaco, 2.688 no Zango, 264 no Km 44 e 496 no Kapari. Até ao momento tinham sido vendidas 19.460 unidades, sendo 12.425 na Cidade do Kilamba, 5.656 na centralidade de



Cacuaco, 928 no Zango, 221 no Km 44 e 240 no Kapari.

### 6.13 Obras de revitalização incluem a construção de um passeio público à beira-mar

*Jornal de Angola*  
26 De Fevereiro de 2014

A Praia da Nicha, Bairro Benfica, em Luanda, ganha uma nova Imagem com a revitalização da orla marítima e a urbanização das ruas. Está a ser construído um passeio público à beira-mar com pistas de exercícios físicos, ciclo vias, quiosques, áreas de jogos e jardins. As ruas estão a ser asfaltadas depois da instalação da rede de drenagem das águas pluviais, esgotos, iluminação pública, telecomunicações, energia e água.

Grande parte das ruas já está asfaltada. A colocação do tapete de asfalto na Rua 6 também já está na fase final. António Domingos é morador na Rua 6 e disse que "a reparação das ruas é um grande alívio. Antes eram buracos sobre buracos e no tempo de chuva, a água ficava parada e a zona ficava intransitável".

Eduardo Canga, da Fiscalização do Governo Provincial de Luanda, disse à nossa reportagem que as obras da Praia da Nicha se enquadram no Programa Estratégico de Reabilitação e Manutenção das Vias Secundárias e terciárias de Luanda, da responsabilidade do Ministério da Construção e do Governo Provincial de Luanda. As obras de requalificação das infra-estruturas da Praia da Nicha começaram em Agosto do ano passado e decorrem durante dois anos. Um dos empreiteiros da obra disse que os trabalhos correm a bom ritmo e que estão criadas todas as condições para que os prazos sejam cumpridos.

Os moradores estão satisfeitos com as obras porque apesar de ainda não estarem concluídas, já proporcionam uma vida com mais qualidade. Há muito que reclamam uma área de lazer, com campos polidesportivos principalmente para a juventude do bairro. O grande passeio público à beira-mar vai responder a todos os desejos dos habitantes do bairro. Aquela zona do bairro Benfica é calma, tem restaurantes e hotéis. A Praia da Nicha é mais agitada aos fins-de-semana.

Obras de reabilitação e manutenção das vias secundárias e terciárias, dentro do programa do Ministério da Construção, que melhoram o saneamento básico dos municípios, decorrem em toda a área metropolitana de Luanda.

### 6.14 A qualidade paga-se

*Jornal O Pais*  
28 De Fevereiro de 2014

A Novinvest é uma empresa do BAI. Procura responder às questões relacionadas com o imobiliário que surjam dentro do grupo financeiro BAI e desenvolve também projectos próprios. Na Projekta 2013 a Novinvest foi nomeada para o Melhor Projecto de Arquitectura, com o edifício vencedor, as Torres Dipanda.

Por outro lado, detém participações, como é o caso do Viana Park, onde tem 20% do projecto. Possui ainda uma terceira vertente, a consultoria, elaborando análises de viabilidade, pareceres técnicos e jurídicos e estudos económicos de projectos para entidades internas e externas ao grupo financeiro BAI.r.

É a Novinvest que gere e coordenar alguns projectos do banco, nomeadamente a Torre A do Empreendimento Gika, que será a nova sede do BAI. Sofia Mourão, a directora de Coordenação e Gestão da empresa diz esperar 'durante este ano conseguir que toda a estrutura BAI ocupe a torre e concentre os serviços, pois neste momento o banco está disperso'. A directora da Novinvest explica porque a empresa imobiliária não está muito preocupada com as flutuações do mercado, insistindo na qualidade. Esta tem um preço. A Novinvest, garante, não abdica dela.

O BAI irá ocupar só a Torre A do Empreendimento Comandante Gika?

Sim, cerca de 22 mil metros quadrados.

E quanto à sede?

O BAI está a analisar qual o destino a dar à actual sede, depende das oportunidades e necessidades dentro do grupo.

A Novinvest gere todo o activo imobiliário do BAI?

Não gerimos a totalidade dos activos. Mas é para isso que a Novinvest serve, para responder a todas as solicitações na área do imobiliário que existam dentro do Grupo Financeiro BAI, sejam as mais problemáticas, sejam os maiores desafios.

Actualmente a construção é sempre adjudicada à empresa de construção Griner, que também é do grupo?

Consultamos sempre o mercado e lançamos concursos para os nossos projectos angolanos. Nunca adjudicamos qualquer tipo de serviço sem ter pelo menos três propostas.



No final de 2012 o valor dos activos sob gestão da Novinvest era da ordem dos USD 233 milhões. No final de 2013 qual é o valor desses activos?

Se considerarmos tudo o que temos estamos a falar de cerca de USD 250 milhões (cerca de Kz 24,4 mil milhões). Claro que com diferente responsabilidade. Quando promovemos, como é o caso das Torres Dípanda, a responsabilidade é toda nossa, nomeadamente no plano financeiro. Não acontece o mesmo no Empreendimento Comandante Gika, onde desenvolvemos um trabalho de consultoria de gestão e coordenação.

O Masuika Office Plaza, em Talatona, é outro empreendimento da Novinvest. Qual o valor nele envolvido?

A Novinvest é apenas responsável pela gestão e coordenação do projecto e das vendas do Masuika. Este projecto representa cerca de USD 180 milhões de investimento (cerca de Kz 17,57 mil milhões). Será desenvolvido em três fases. A primeira fase representa um investimento de cerca de USD 80 milhões (cerca de Kz 7,8 mil milhões).

O que tem mais a Novinvest sob gestão?

Alguns imóveis sob arrendamento de que fazemos a gestão. Temos 12 moradias num condomínio em Talatona, que estão arrendadas a uma petrolífera. Temos vários apartamentos na cidade que estão arrendados a empresas e alguns ao próprio BAL. No Lobito temos uma GuestHouse que está sob a nossa responsabilidade. E depois temos o desafio de alguns terrenos.

Esses terrenos são centrais?

Em Luanda temos dois terrenos muito centrais, um no Largo Ambiente e outro na Rainha Ginga. Estamos a pensar se faz sentido avançarmos como promotores de empreendimentos a edificar nesses terrenos ou se os vamos vender e investir noutra local. Temos outros terrenos também centrais noutras províncias, como Cabinda e Lubango.

Como têm evoluído os resultados?

Neste momento a nossa preocupação é a estabilização financeira da empresa. Tanto o Empreendimento Dipanda como o Edifício Atrium Independência, que se ergue próximo da praça da Independência, foram investimentos muito grandes que precisam de ser estabilizados. O nosso objectivo é diminuir a nossa exposição bancária. Queremos essencialmente vender o que está acabado e construído para nos lançarmos em novos projectos.

O vosso financiamento é feito junto do BAL em condições favoráveis?

Temos exactamente as mesmas condições de mercado que qualquer outra promotora.

O custo do financiamento é elevado?

Os encargos financeiros são muito elevados. Temos tido resultados positivos antes de considerar os encargos financeiros.

E a margem de vendas é compensadora?

Até agora os nossos projectos não têm beneficiado de grandes margens e é algo que queremos alterar. Acontece também que há cinco anos os valores de construção não eram os de hoje, eram muito altos e ainda hoje estamos com os valores contratuais dessa altura. No caso do Empreendimento Dipanda o valor por metro quadrado foi muito elevado. O valor de construção é invariavelmente superior no início da obra ao valor de construção no final da obra.

Como gerem essa situação em termos do preço de venda?

Os nossos imóveis diferenciam-se pela qualidade. Se visitar um apartamento no Empreendimento Dípanda isso é muito claro. Quem valorize esse aspecto consegue não se agarrar ao facto do valor do metro quadrado ser elevado.

Qual é o valor do metro quadrado no Empreendimento Dipanda?

É de USD 6.500 (cerca de Kz 634,4 mil). Temos apostado na qualidade e muitas vezes fazemos opções que claramente não são financeiras.

No Empreendimento Dipanda enfrentam problemas no plano da comercialização?

O que se passa é que em Luanda todas as lojas foram comercializadas muito rapidamente. Na parte dos escritórios o Ministério das Finanças abarcou quase a totalidade, só ficámos com um piso disponível. Já a comercialização da habitação em Luanda sofreu a consequência de, à semelhança do que aconteceu noutros países, se comprar muito em planta. E houve situações em que o cliente não conseguiu que o projecto acabasse, investiu dinheiro, não conseguiu revê-lo. Hoje vende-se muito pouco em planta. Na Europa aconteceu a mesma coisa. Temos o edifício a acabar em Maio. Não temos nenhum indício que a comercialização não vá acontecer com alguma facilidade. Só vamos perceber ao fim de seis meses se os preços estão ajustados. E estamos a atingir um

segmento de mercado que paga pela qualidade e pela localização.

A comercialização dos projectos é toda feita pela Novinvest?

Não. Existem empresas em Angola muito competentes na parte da mediação imobiliária e estabelecemos parcerias com essas empresas. As mediadoras têm uma carteira de clientes muito boa. Mas trabalhamos sem exclusividade. Seria preciso muita audácia para acharmos que no mundo de hoje e na Angola de hoje dizer que vamos vender tudo sozinhos.

Como escolhem os arquitectos?

Temos uma regra: trabalhamos essencialmente com empresas angolanas. Sejam os projectistas, sejam os fiscalizadores, procuramo-los entre empresas angolanas. Depois, as boas experiências servem-nos para dar continuidade. E vamos mudando: para um novo projecto procuramos entidades que possam trazer mais-valias. Começa haver muita oferta e o que vier tem de ser diferente.

A Novinvest também está em Benguela. Projectam alguma diversificação geográfica?

Para já não. Temos em Benguela o Acácias Place que exemplifica a dificuldade que é vender nas províncias. Nas províncias as pessoas querem casas, não querem apartamentos. Se para lá residir as pessoas procuram moradias. O que requer sempre terrenos maiores.

E quais as perspectivas para Luanda?

Estamos a estudar um projecto inovador. Em Luanda tudo o que seja frente marítima é 'prime'. E é por aí que gostávamos que as coisas acontecessem.

Estamos a falar da Baía de Luanda?

É uma intenção, é uma ideia. Estamos com vontade de desenvolver um projecto residencial. Podemos utilizar um dos nossos dois terrenos mas em qualquer deles faria mais sentido implantar edifícios de escritórios.

Têm trabalhado o segmento médio alto. Não pensam entrar nos outros?

Gostaríamos de entrar mas não descurando a qualidade. Baixar a qualidade não está nos nossos horizontes. Estamos sempre dispostos a gastar um pouco mais para ter melhor. A qualidade paga-se. Trabalhamos para quem procura a qualidade.

O que implica urna compra?

Ou uma parceria.

Têm trabalhado o segmento médio alto. Não pensam entrar nos outros? Gostaríamos de entrar mas não descurando a qualidade. Baixar a qualidade não está nos nossos horizontes. Estamos sempre dispostos a gastar um pouco mais para ter melhor. A qualidade paga-se. Trabalhamos para quem procura a qualidade.

## 6.15 Efectivos da Polícia agraciados com novas moradias

*Novo Jornal*

*28 De Fevereiro 2014*

A POLICIA NACIONAL completa hoje 38 anos desde a sua criação. A construção de novos condomínios e a entrega de moradias aos efectivos marcam as comemorações da data.

O Comandante-geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, entregou ontem, de forma simbólica, as seis primeiras chaves de dois condomínios habitacionais que estão a ser erguidos para os efectivos da corporação na zona do Zango 3 e Luanda - Sul, em Viana.

No Zango, estão a ser construídas um total de 548 residências. O novo projecto habitacional está a ser desenvolvido num lote de 30 hectares e contempla já 172 moradias construídas, do tipo T2, T3 e T4 (dois, três e quatro quartos), segundo deu conhecer, Renaldo Faro, director técnico do Cofre de Previdência da Polícia Nacional, organismo engajado na construção de habitações sociais dos efectivos.

"O loteamento está projectado, nesta primeira fase, para 2805 habitantes num total de 548 fogos, distribuídos em 48 moradias dos tipos T2, 46 moradias (T3) e 180 apartamentos do tipo T3. Fez-se, numa primeira fase, a entrega de 172 habitações", explicou o responsável pelas obras do Cofre de Previdência da Polícia Nacional.

Já no conhecido projecto "Vila Azul", localizado em Luanda Sul, o Cofre de Previdência da PN, apresentou a conclusão de oito edifícios, avaliados em cerca de 18 milhões de dólares, a par das suas infra-estruturas, de acordo com o presidente daquela agremiação mutualista, Luís Alexandre.

Tido como o maior projecto habitacional da Polícia, o condomínio "Vila Azul" está a ser desenvolvido numa área de 100 hectares e nele prevê-se, no total, a construção de 2350 residências, desde edifícios e habitações sociais (vivendas).

Para além das habitações, os dois projectos vão beneficiar de infra-estruturas como redes viárias e de esgotos, para além de escolas, hospitais, esquadras, creches, centros comerciais, áreas de lazer e desportos colectivos, entre outros. Na urbanização "Vila Azul", por exemplo, projecta-se também a construção de um hotel, edifícios para escritórios e um instituto politécnico, para 1500 alunos.

O comissário-geral da corporação, Ambrósio de Lemos, visivelmente satisfeito com a empreitada, disse que as habitações vão de encontro com as necessidades dos seus efectivos. "São projectos sociais fruto da participação de todos os associados do cofre de previdência da PN. São projectos de venda resolúvel. Os polícias entram sem qualquer dinheiro e fazem um contrato com os bancos que financiam as habitações", explicou o comandante, acrescentando que o projecto também está aberto para o público em geral.

## 7. TERRA

### 7.1 Se não nos darem casas vamos ser bandidos

*Jornal Folha 08*

*01 De Fevereiro de 2014*

O celeuma, um mais, na longa avenida da brutalidade habitual deste governo que nos brinda, desde 1975, com actuações de uma prática, pior que a colonial, quanto a expulsão compulsiva da maioria de cidadãos pretos/pobres, considerados de segunda classe, logo sem o cobertor dos Direitos Constitucionais.

No caso concreto, emerge a última medida, discricionária/administrativa da Comissão Administrativa de Luanda, que demoliu as "suas" residências, atirando-os, desde o 22.01.14, para zonas descampadas do Zango 4 e da Kissama, não aconselhadas nem aos animais, melhor, os cães dos actuais governantes vivem melhor e com mais direitos.

Em pleno século XXI, a permanente exclusão e discriminação de cidadãos arredando-os das precárias residências, por inexistência de outras, erguidas por um Estado cada vez mais autoritário, viola descaradamente, o espírito e a letra do art.º 85.º da CRA (Constituição da República de Angola): "todo cidadão tem direito à habitação e a qualidade de vida".

Aqui chegados se nota, não só a insensibilidade, mas o desconhecimento das leis e daí, uma certa irracionalidade destes senhores, que nem curam de cumprir as leis, alegadamente, por eles feita e aprovada.

Assim não se sabe com que ferramentas do Direito Administrativo, trabalha José Tavares e a sua turma, quando tratam da espoliação. É verdade que o que vem contando é o direito da -arrogância governativa e da bajulação e culto de personalidade, que vai descambando para o mesmo precipício do da Coreia do Norte.

O local onde foram transferidos os ex-habitantes do bairro Quilombo, Chicala 1, onde o poder quer construir uma baía imobiliária, para os cada vez mais ricos e estrangeiros, que não se podem, na sua miope e colonial visão, misturar, com os pretos pobres, não tem as mínimas condições de habitabilidade humana "É uma zona para animais, até o soba da Kissama, aconselhou-nos a abandonar o local", denunciou J. Mona, hoje "tendizado" no Zango 4.

No entanto, o mais grave no rolo destes crimes públicos é o cinismo político, as mentiras e ilusões apresentadas no período eleitoral, pelo partido do governo, que imediatamente a seguir, refastelado no poder, as manda para o esgoto, passando a tratar os eleitores pobres e os afastados do poder, de forma desprezível. "Eles nem têm em conta que nos mandam para zonas sem transportes públicos, e com candongueiros difíceis, sem unidades de saúde e escolas para os nossos filhos. Numa só palavra mandam-nos ao desemprego", acusa Joaquim Lourenço, lançando o seguinte alerta: " se o governo entende que não tenho direito à habitação, então, vou preferir ser bandido para ter casa própria", concluiu.

A mesma situação de desespero está José Luís, armador e pescador de carreira, que vivia no Kilombo desde a terra idade, "onde aprendi a profissão até me tornar mestre e ter comigo cerca de 10 jovens a trabalhar nas minhas embarcações, que nesta situação, estão paradas, mas tenho de continuar a pagar impostos", denunciou, acusando o governo de malfeitor, pois desgraça os pobres para beneficiar os ricos e estrangeiros, contribuindo desta forma, para o aumento da delinquência.

O jurista Gil André, considera "irresponsável este acto da Comissão Administrativa de Luanda, dirigida pelo general José Tavares pois irá contribuir para a instabilidade social e o surgimento dos excluídos ou cidadãos de segunda classe, para além do acto violar o artigo 85º da CRA".

Por outro lado, advoga, a Comissão Administrativa de Luanda, pisoteou o artigo 23º CRA, que prevê direito de igualdade a todos, por atribuir residências a algumas famílias e excluir outras, motivo que levou a um confronto entre moradores.

"Uma senhora a quem foi atribuída a casa nº 0171, nunca viveu no Kilombo, nem lá tem filhos ou familiares, mas beneficiou em detrimento dos moradores que estão a viver ao relento. É isso que nos vai levar a uma nova guerra, pois são muitas injustiças", disse Adão da Costa.

### 7.2 Só angolanos admitem tamanha humilhação

*Jornal Folha 08*

*01 De Fevereiro de 2014*

Famílias inteiras foram arrancadas do Kilombo desde a madrugada do dia Não há razões absolutamente nenhuma para tanta crueldade. O nosso petróleo vale muito, mas não tanto como a nossa gente. O mundo que beneficia das nossas riquezas deveria se

preocupar em saber como este governo atropela os direitos do cidadão desta terra que fornece tais produtos.

As condições em que vivem as mulheres e crianças sobretudo, são insuportáveis, e só um povo humilde e pacífico, como é o angolano pode aceitar tamanha humilhação e sofrimento. Não há pressa para o luxo, há sim muita pressa para dar de comer, dar água, dar energia eléctrica, dar assistência médica, educação e habitação condigna a este povo que há 500 anos jamais parou de sofrer e ser humilhado.

Podia-se muito bem evacuar os habitantes de forma faseada e cada família ser direccionada para uma habitação digna disso mesmo e não escorraçados e atirados para a promiscuidade que o próprio PR se vangloriou em condenar. Se assim procedessem, também facilmente teriam detectado aqueles que se aproveitam da miséria dos outros para se enriquecerem. A Administração de Luanda diz que muita gente engana, fingem-se de desalojados somente para obter casas onde nunca vão habitar, mas de certeza absoluta quem engana não é o pobre que foi atirado corno animal para junto dos selvagens; são aqueles que conhecem os esquemas, aqueles que estão no mesmo governo. Agora, sentenciar a pobre gente por causa de meia dúzia de pessoas burladoras que já têm casa e querem se aproveitar da situação não está correcto. Repetimos, estes burladores estão no seio do governo. As pessoas lançadas para este descampado da Cabala em Quissama, voltaram aos tempos primitivos, "na era moderna". Esta situação de Cafarnaum justificava-se em tempo de guerra, hoje é largamente condenável. As vidas daquela gente esta bloqueada, aquelas criaturas pararam no tempo. E o Governador Provincial que para lá se deslocou dia 29 de Janeiro, mas manteve--se distante da realidade, também constatou e foi vaiado pela hipocrisia. Como se explica, lançarem pais, mães, filhas e filhos a viverem numa mesma tenda de cerca de cinco metros quadrados, para digamos: sete famílias, nesta composição?

Foi depois de receber esta triste ocorrência que o Presidente da CASA Abel Chivukuvuku se deslocou a frente de uma Caravana ao local para demonstrar solidariedade. Postos lá, foi barrado por um aparato de polícias pronto a tudo. Foi usada muita brutalidade corno sempre a policia nos habituou nos últimos tempos. Cerca de 30 homens armados 04 carros de transporte de polícias idas da Divisão do Kazenga e do Icole e Bengo, 02 helicópteros, formaram um cordão e não permitiram o acesso aos sinistrados do grupo que acompanhava o Presidente.

Contudo o Presidente da CASA, em companhia da Deputada Odete Ludovina Joaquim e seu chefe de Gabinete Milu Tonga, furaram a barreira até as tendas, pôs nada por Lei o interditava.

Depois de ter penetrado nas tendas, constatado a desgraça, Abel Chivukuvuku manifestou sua indignação ao responder as perguntas dos jornalistas que acompanharam a caravana.

### 7.3 Realojados vendem moradias no Zango

*Jornal de Angola*

*06 De Fevereiro de 2014*

Alguns ex-moradores do KI-lombo, na Chicala 2, que foram realojados no Zango 4, venderam ou arrendaram as casas que lhes foram entregues pelo Estado, no âmbito do Programa de Realojamento de Famílias em Condições de Risco.

A situação foi denunciada pelo vice-governador para a Área Política e Social, Adriano Mendes de Carvalho, que confessou a desilusão sentida pelo Governo Provincial de Luanda.

Em conferência de imprensa realizada para dar a conhecer o número de famílias realojadas no Zango 4 e na Cabala foi divulgada uma lista com o nome de 17 indivíduos desalojados do Kilombo, que venderam ou arrendaram as moradias que lhes foram dadas no Zango 4.

"O Governo Provincial de Luanda constatou com tristeza que das mais de 1.700 moradias distribuídas, 32,5 por cento já foram vendidas e outras arrendadas", afirmou Adriano Mendes de Carvalho, que garantiu depois que as autoridades da província de Luanda não vão permitir que estas acções de má-fé prossigam, pelo que vai punir as pessoas que assim procederem.

Muitas famílias, perante as medidas anunciadas de realojamento, mandam vir pessoas de outras províncias para, de forma oportunista, beneficiarem destas moradias, acrescentou o vice-governador, que pediu a todas as famílias que estão a ser realojadas para denunciarem aqueles que tenham este tipo de comportamento.

Entrega de terrenos loteados

Para desencorajar as ocupações ilegais e desordenadas, o Governo Provincial de Luanda decidiu entregar terrenos loteados e chapas de zinco a todos os que forem desalojados de casas de chapa.



Esta medida já foi adoptada com famílias que estavam no Kilombo e foram realojadas na Cabala, na sequência de um estudo sobre o modo de vida delas, que reside na pesca e agricultura.

"Transferimos essas famílias para a Cabala, no município do Icolo e Bengo, por se tratar de uma área onde podem desenvolver actividades como a agricultura, pesca, artes e ofícios, e beneficiar de vários serviços sociais", explicou o vice-governador de Luanda para a Área Política e Social.

## 7.4 Demolições vão ao Parlamento

*Jornal Manchete*

*07 De Fevereiro de 2014*

Grupo parlamentar da CASA-CE vai instar o presidente da Assembleia Nacional por causa dos desalojamentos que o governo angolano está a efectuar.

Abel Chivukuvuku prometeu uma CASA mais acutilante este ano, depois de na semana passada ter ido ao bairro da Quissama para onde foram transferidos populares, retirados das suas casas no Quilombo e colocados em tendas. Numa tenda estão a viver no mínimo treze pessoas. Chivukuvuku escreveu uma carta ao Presidente da República para verificar no qual as condições em que se encontram a viver as pessoas. O presidente da CASA-CE garante que a sua bancada parlamentar vai levar este assunto a debate no Parlamento.

"O grupo parlamentar da CASA-CE vai accionar a Assembleia Nacional porque esta tinha aprovada uma resolução que dava sugestões ao Governo como deve efectuar movimentações de cidadãos e o Governo não tem respeitado esta resolução da Assembleia Nacional", disse o líder da coligação.

Chivukuvuku assegura também que vai propor a deslocação de uma delegação parlamentar ao bairro da Quissama.

"O nosso grupo parlamentar vai sugerir também que um grupo de deputados se desloque a Quissama, eles são representantes do povo então é este povo que sofre que eles devem visitar e constatar", continuou.

Em relação à carta dirigida ao Presidente da República Chivukuvuku disse não ter obtido ainda nenhuma resposta, mas promete que dentro de dias vai voltar a visitar a Quissama.

Por isso, diz que vai "esperar até ao princípio da próxima semana para ver se o Presidente vai ou não ver as condições dos cidadãos que estão na

Quissama". E durante a próxima semana vai voltar lá para ver se houve alguma alteração ou não.

## 7.5 30 De Dezembro

*Jornal Folha 08*

*08 De Fevereiro de 2014*

A Rádio Ecclesia informa que um indivíduo intitulado secretário-geral do MPLA, anda na espoliação de terrenos dos camponeses em Viana, para construção de residências. O administrador diz desconhecer o acontecimento. Claro que o clima é de tensão. Pessoalmente não me é difícil perceber que por trás disto estão cidadãos estrangeiros.

Por exemplo, grande número de portugueses está na especulação imobiliária. Como conseguem o dinheiro para alugar apartamentos por cinco mil dólares mensais?

09.01 Horas. Repórter da Rádio Ecclesia informa que há um forte tumulto na cadeia de Viana. Os reclusos revoltaram-se contra os guardas. Há tiroteio e lançamento de gás lacrimogéneo. O trânsito está interrompido. A zona da cadeia é definida como extremamente calamitosa.

## 7.6 Ex-moradores da Chicala-3 abandonados no Zango

*Semanário Angolense*

*08 De Fevereiro de 2014*

As suas residências eram maiores em relação as que estão a ser distribuídas, lamentam os cidadãos e, como se não bastasse, as mesmas são de muito pouca qualidade, têm o tecto muito baixo, o que constitui um sério perigo para as pessoas altas. As casas são compostas por dois pequenos quartos de um metro e meio de lado e um minúsculo quarto de banho.

O Semanário Angolense (SA) esteve no terreno e constatou que as casas, não estão realmente bem acabadas e falta construir a sala, a cozinha e mais um quarto, tudo de dimensões bastante diminutas. Para além das casas não terem sido acabadas, os espaços são muito pequenos e nem cabe a mobília e haveres dos cidadãos. Pela marcação das partes não construídas, nota-se que as construções estão assentes apenas em blocos de areia e cimento, sem qualquer tipo de cabouco, o que periga a vida dos moradores sobretudo em épocas de chuva.

Desgastados com toda esta situação e sem meios financeiros, ainda foi dada à população a responsabilidade do acabamento das suas «mini-

residências». Pessoas há que desde o dia 22 de Janeiro até a presente data, têm os seus haveres ao relento porque simplesmente não cabem nas diminutas dimensões das ditas casas. Algumas famílias também dormem ao relento porque pelo número dos seus membros também não cabem no interior das mesmas.

Alguns populares aproveitaram para denunciar que algumas das casas que eram destinadas para eles já estavam ocupadas, fruto de um esquema dos próprios distribuidores. «Há quem recebeu as chaves de residências que já foram ocupadas por -outras pessoas alheias ao nosso processo.

Quando abriram a porta já as encontraram com haveres de outros.

Depois disso foi-lhes entregue outras casas mas com problemas nas portas, janelas a até mesmo no tecto», afirmam.

O SA contactou o órgão responsável, no terreno, pela distribuição das residências e, o senhor Santana, tentou explicar a situação de algumas pessoas a quem, foram entregues residências diferentes das que constam nas guias.

Santana alegou que a situação deveu-se ao facto de algumas casas estarem já com problemas de degradação, enquanto que outras estão sem as respectivas chaves.

Entretanto, os cidadãos trasladados da Chicala 3 afirmam que estão a ser vítimas de «cambalacho» e tudo não passa de manobras aproveitacionistas de indivíduos sem escrúpulos que sempre tiram benefício das desgraças dos outros. «Por isso há antigos vizinhos nossos que, por terem dinheiro, ou 'padrinhos na cozinha', estão a ir para outros locais do Zango, como no Zango 2, onde as condições e as casas são muito melhores», acusam.

## 7.7 Governo combate construção desordenada

*Jornal de Angola*

*12 De Fevereiro de 2014*

O Governo Provincial de Benguela dá prioridade às acções que visam combater a construção desordenada e à criação de um centro produtivo, anunciou o governador Isaac dos Anjos, que discursava durante um encontro com membros do conselho de auscultação e concertação social, convocado para analisar o estado de conservação e desenvolvimento de Benguela.

O governador Isaac dos Anjos disse que tal como o Lobito, o município sede da província também está a debater-se com falta de terrenos. Reiterou a necessidade se conquistar espaços e preservá-los.

Para isso é necessária uma boa gestão do território, em termos de ocupação útil, para evitar a diminuição da superfície agrícola e garantir que mais pessoas continuem a habitar a cidade.

Isaac dos Anjos salientou que, apesar de Benguela ser uma cidade centenária, não fica de fora dos problemas ligados à ocupação ilegal de terrenos, alguns com papéis passados, desde 1813. Daí considerar que Benguela "é uma região de conflitos de terras".

Com vista a dar solução a esta situação, o Governo Provincial optou por transformar terras menos produtivas em áreas residenciais.

Numa área de 5.000 hectares, localizada a Sul da cidade de Benguela, começa a nascer uma nova urbanização, cujos primeiros moradores receberam os títulos de concessão, durante a visita efectuada ao local pelo governador Isaac dos Anjos. As ruas têm entre 28 e 60 metros de largura. Existem lotes até mil metros quadrados. A centralidade é dez vezes maior que a área onde foi construída a velha cidade de Benguela que tem apenas 400 hectares.

A zona da Graça, por exemplo, na parte mais alta da cidade Benguela, é outra das áreas onde vai evoluir a urbanização da cidade, pelo facto de haver uma grande disponibilidade de terrenos na zona localizada entre a fábrica de cimento "Cimenfort" e as Bimbas, informou o governador Isaac dos Anjos.

"Aí vamos chamar de novo as terras ao seu dono, que é o Estado.

Depois vamos criar lotes urbanizados e infra-estruturados", explicou o governador de Benguela. "Já estão a ser feitos o levantamento, planeamento, avisos de loteamento e talhonamento, para a sua publicação em Diário da República. Só depois autorizamos a venda", disse.

## 7.8 Ensino dos filhos dos desalojados de Caxito demora a chegar

*O País*

*14 De Fevereiro de 2014*

Pais e encarregados de educação realojados nas tendas de Caboxa, em Caxito, província do Bengo, as segundas cabanas que enfrentam depois das de Mabubas, decidiram levar as crianças aos bairros de

origem e arredores, para vê-las frequentarem as aulas, que tiveram início efectivo na Quinta-feira, 6, um dia depois do acto que arcou a abertura oficial do ano lectivo 2014 ter sido presidido pelo vice-presidente da República de Angola, Manuel Vicente, em Menongue no Kuando Kubango.

A decisão resulta do facto de estar a demorar a colocação de salas adaptadas para as aulas da classe estudantil no novo centro de acolhimento 25 de Dezembro.

"Quando nós entrámos lá nas Mabubas, eles disseram que, tão logo começassem as aulas, os nossos filhos iam, imediatamente, à escola, mas nosso espanto foi verificar um movimento de cadastramento para obtenção do registo civil a condicionar a programação de inserção dos petizes em turmas adaptadas", queixou-se uma senhora, que pediu para o seu nome não ser citado nestas linhas, temendo duras represálias, como fez questão de desabafar.

Para ela, o registo dos miúdos não tem razão de ser uma vez que a alternativa escolhida passaria pela montagem de uma tenda, que funcionaria temporariamente como sala de aula, enquanto se esperava por melhores condições.

A encarregada, que propôs a «Cidadela de crianças» da ADPP, por sinal localizada próxima do centro dos desalojados de Caxito, em Caboxa, considerou ainda que o Governo não pensou em medidas ajustadas, por não ter contemplado a instituição cuja vocação é formar professores, onde ela acha que deviam solicitar professores para o efeito.

De acordo com a referida encarregada, «Cidadela de crianças» é um espaço que se encontra dentro da ADPP, que serve, ao mesmo tempo, para as crianças prenderem e para os professores estagiários aplicarem, na prática, instruções recebidas na Escola de Professores do Futuro (EPF).

Os seus vizinhos, ouvidos por O PAÍS, alegaram não acreditar muito nas promessas do género, pelo facto de o Governo local ainda não ter definido se vai construir casas para os desalojados ou não.

"Se ainda não há um projecto de construção de residências para nós, quanto mais de uma escola que precisa de atender compartimentos específicos e adaptados para o ensino", questionaram, argumentando ter sido esta a razão principal que os fez regressar com os filhos a Caxito, a fim de não perderem o início ou mesmo todo ano lectivo.

No centro de acolhimento de Caboxa, que manteve o nome de 25 de Dezembro, era notória a pouca movimentação de crianças, pois as poucas, no

terreno, ou estavam próximas dos pais ou brincavam livremente pelo espaço ali criado, interrompidos, de quando em quando, pelos encarregados cuja preocupação se

resumia em não quererem ver os seus filhos próximo de árvores e arbustos. As cobras foram apontadas como os animais que mais atravessam a mata em direcção às tendas das vítimas das chuvas de Natal, como também são conhecidos nestas paragens de Caboxa.

Transferidos sem os intrusos

Quando este jornal retractou sobre a situação dos referidos sinistrados, na altura realojados na zona da Mabubas, próximo da empresa Angospencer, que, por sinal, havia cedido um pouco do seu espaço, onde se ergueram tendas de várias espécies, os moradores haviam-se queixado da existência de intrusos, que se sobrepunham aos verdadeiros sinistrados, nos momentos de recepção da comida, por exemplo, por serem mais robustos em relação aos desalojados.

"Ao passarmos para Caboxa, esses indivíduos não arriscaram meter-se no nosso meio, nem reclamar que estiveram muito tempo connosco, sumiram sem deixar rastros" disse um cidadão, que, embora não tenha aceitado identificar-se, deixou indicações de ser um dos responsáveis do centro 25 de Dezembro .

Aliás, momentos depois, começou a falar com muita profundidade sobre o programa de segurança da área, tendo informado que a polícia está sempre lá, à entrada do 25 de Dezembro. Outra explicação por si dada foi sobre a eficiência na distribuição de alimentos, como arroz, feijão, óleo e fiambre, cujos sacos e caixas se viam amontoados no terreiro. Uma garantia contestada por uma sua vizinha, segundo a qual o quite só era entregue às famílias uma vez por mês.

Água e energia eléctrica estão disponibilizadas, de tal forma que, actualmente, este último bem, produzido por um gerador de 17.5 Quilovolts-amperes, permite assistência de televisão. No centro há ainda um posto médico, que conta com dois enfermeiros por dia.

## 7.9 Comissão Administrativa de Luanda 'Cada família vai receber apenas uma casa'

*O País*

*14 De Fevereiro de 2014*

Quando a nossa equipa de reportagem chegou ao local, encontrou uma senhora que contestava junto do representante da Comissão Administrativa de Luanda, Tadeu Fortes. A cidadã' que parecia ser uma moradora antiga daqueles prédios, reclamava o seu direito, reclamando que devia ter recebido uma casa melhor.

Com os nervos à flor da pele, a senhora nem sequer quis dar entrevista ao nosso jornal e mostrou-se persistente diante do assessor Tadeu Fortes, que deixou claro que cada família apenas irá receber uma casa.

Segundo aquele responsável, enquanto mantinha uma conversa 'não autorizada' com o nosso repórter, o Estado está a cumprir com a obrigação que tem para com aquelas famílias, que consiste em "atribuir, a cada uma delas, uma residência do tipo T3, no Zango Iv, para deixarem o edifício, já que está degradado e pode desabar, a qualquer altura, e colocar em risco a vida dos residentes".

O representante da comissão administrativa disse ainda que alguns cidadãos querem se aproveitar da

situação, exigindo a recepção de três casas quando só merecem uma. "Nem duas sequer estamos a dar, é uma a cada família e acabou", deixou claro ele, que não parava de citar que o Estado fez tudo que estava ao seu alcance. Os apartamentos, do edifício em causa, segundo o nosso interlocutor, são do tipo T1 e T2, por isso aqueles cidadãos não deviam ter razões de queixas, uma vez que estão a receber chaves de um apartamento T3. "São um total de 50 famílias e já entregamos as chaves a 42. Estas 8 famílias que aqui estão ainda insistem em não colaborar" , sentenciou Tadeu.

## 7.10 Emissões de títulos de reconhecimento de terras conhece avanços na Huila

*O País*

*14 De Fevereiro de 2014*

Dos sete títulos de reconhecimento previstos, um acaba de ser recentemente cedido à comunidade da Jamba II, no município da Humpata, a pouco mais de 20 quilómetros na zona Oeste da cidade do Lubango.

Caçula, com um título, que irá beneficiar membros da comunidade San, cujo processo está bastante avançado e o município de Caluquembe, com cinco títulos, deverão ser os próximos passos, anunciou Rita Soma.

Rita Soma defendeu, por outro lado, que a gratuidade salvaguardada pela Lei de Terras nº 9/04 de 9 de Novembro, no que à concessão de reconhecimento de terras diz respeito, encontra dificuldades no terreno, já que a conclusão de todo o processo envolve alguns custos que, na sua opinião, as administrações municipais que têm as áreas das comunidades beneficiárias deviam ter maior participação.

Segundo Rita Soma, ao arcarem com os custos inerentes ao processo, com os fundos que lhes são alocados através do orçamento geral do Estado, "estariam a combater a fome e a pobreza" uma das prioridades das políticas do Executivo angolano, sustentou.

Numa altura em que o assédio pelas terras comunitárias cresceu, Rita Soma disse que a nova lei de terras veio de certa forma dar resposta a favor daquelas comunidades que se acham incapazes de proteger as suas terras, encontram na lei a solução para o fim do problema. "É uma lei à altura da conjuntura", concluiu.

Dados avançados pela secção do ordenamento rural da Direcção Provincial da Agricultura, no âmbito da nova lei de terras, sugerem que foram emitidos na província da Huíla até ao presente momento um total de oito títulos de reconhecimento e 15 ao abrigo da anterior lei, perfazendo um total de 23 emissões de títulos de reconhecimento. No âmbito privado foram emitidos ao abrigo da Lei 9/04 de 9 de Novembro, um total de mil e 37 títulos de concessão a pequenos médios e grandes agricultores.

Os municípios da Matala e Gambos tradicionalmente pastoris são as zonas com mais áreas cedidas, segundo a responsável da secção do ordenamento rural daquela direcção, Rita Soma.

O aviso está lançado. As varias instituições, empresas e industrias da Huila têm o primeiro trimestre de 2014 para entregar à direcção local do ambiente o estudo sobre o impacto ambiental do âmbito da Lei nº 59/07 sobre o licenciamento ambiental

Segundo o chefe do departamento do ambiente da Huíla, Rafael Quirino, que reforçou o apelo a 31 de Janeiro, data que marca a comemoração do Dia Nacional do Ambiente, as empresas locais receberam já o ultimato para que no prazo estabelecido



cumpram com este requisito da lei sob pena de conhecerem a mão pesada da justiça.

Rafael Quirino anunciou que durante o período que vigorar os três meses será privilegiada a acção pedagógica junto das instituições. "O não cumprimento implicará penalização com multas, porque o Estado tem leis e a lei deve ser cumprida", lembrou o responsável.

Em reacção, o presidente de direcção da Associação Agro-pecuária, Comercial e Industrial da Huíla, AAPCIL, António Lemos, reputou de pertinente a lei que visa a protecção do ambiente, mas questionou os três meses dados para cumprimento da lei tendo considerado como tempo bastante irrisório para sensibilizar os visados pela legislação.

"Não sei o que é que se vai fazer contra os carvoeiros que não são empresas; contra as pequenas estações de serviços que poluem os nossos rios e que ninguém toca nelas, porque são ocupadas por estrangeiros", questionou o responsável que atende pela classe dos empresários na província da Huíla.

António Lemos promete trabalhar junto dos associados para mobilizá-los e sensibilizá-los para a necessidade do cumprimento da lei, mas alertou que os três meses estipulados são poucos para muitas empresas criadas com sacrifício e que são o garante do sustento de dezenas de famílias espalhadas pela província.

## 7.11 Moradores dos prédios "Sul-Africanos" dizem-se coagidos pelo GPL

*O País*

*14 De Fevereiro 2014*

Os moradores dos conhecidos prédios "sul-africanos", localizados no distrito do Rangel, estão a ser desalojados por alegadas condições degradantes em que se encontram os edifícios. Quarenta famílias já foram encaminhadas ao Zango IV; onde receberam, cada, um apartamento T3, mas mesmo assim sentem-se prejudicados.

Ao contrário daquelas que já estão no Zango, apesar do descontentamento, outras dez famílias ainda habitam nos edifícios porque defendem que a Comissão Administrativa de Luanda (CAL) deve negociar justamente com eles e não optar em "acordar uma coisa e fazer outra", afirmaram os moradores.

O cidadão Pedro Vasconcelos, de 38 anos, proprietário de um apartamento T4, no bloco 4, é um dos que ainda se encontram no local à espera de melhores negociações. A primeira negociação, como nos conta, "fizemos com o governo, acompanhados do nosso advogado, mas infelizmente, não foi tida nem achada. Temos documentos pedindo audiência ao presidente da CAL e nunca nos foi concedida".

Aquele cidadão aponta que as famílias deviam ser, pelo menos, ouvidas antes da ordem de despejo. Na esperança de serem atendidos, foi feita, segundo o Pedro, uma negociação com Tadeu Fortes, assessor do presidente da CAL para o sector administrativo' político e social.

Para o seu espanto, aqueles moradores foram ameaçados, quando esperavam ter uma conversa amena, segundo o que reportam. "Ameaçaram demolir os edifícios com as famílias aqui dentro. E mais: cortaram nos a água a energia, hoje (12/02)", disse, desesperadamente, o nosso entrevistado.

Por outro lado, de acordo o interlocutor, aqueles prédios existem há mais de 40 anos, as famílias cresceram e "o governo não quer se importar com isto. Eu vivo com 4 irmãos, cada um tem sua família constituída, estão a nos dar apenas um T3, com os compartimentos reduzidos. Agora, eu pergunto: como vamos viver? Não estão a dar as casas em função do agregado familiar, é triste", acrescentou.

"São casas inacabadas"

Pedra Vasconcelos e os seus vizinhos não paravam de frisar que não queriam ficar nos prédios para sempre' apenas precisam negociar com o GPL, porque as casas que estão a ser entregues carecem de melhorias. Para que sejam consideradas condignas, segundo ele, os cidadãos terão de gastar, no mínimo, 2 milhões de kwanzas.

"Estão a nos dizer que as casas têm os pavimentos ladrilhados, mas fomos ver, não é nada disso. As fossas são pequenas, temos de fazer tanque de água e construir o morro do quintal. Constatamos também que, por falta de espaço, as pessoas estão a deixar as mobílias fora de casa e, conseqüentemente, estão a ser roubadas", contaram.

Nós estamos a negociar, acrescentaram' para sermos ressarcidos em mais de uma casa, pois há oradores com agregado familiar menor que o nosso que receberam mais de uma residência. "A CAL disse que conversou com o nosso advogado e este disse que não merecemos, mas aquilo que o advogado escreveu vem contradizer esta alegação", sentenciou Pedro, que em seguida mostrou, documento.



Recorda que em 2006, quando fizeram o cadastro, a Comissão Administrativa de Luanda disse que iria indemnizá-los em função do número de famílias que vive numa casa.

Hoje, o discurso mudou e o advogado nunca mais foi visto - suspeitam que tenha sido corrompido.

"Somos 10 famílias que estamos nesta situação e assim vamos continuar até serem justos connosco. Estamos a ser coagidos a assinar o contrato de entrega das chaves para abandonar o edifício e nem sequer nos querem ver a reclamar. Estão a dizer para assinarmos e depois reclamar - nós já conhecemos este jogo", disse, sob anonimato, uma senhora que vive há 30 anos num daqueles edifícios.

A senhora é moradora do Bloco 2, tem 4 filhos (todos eles têm família constituída e vivem no apartamento da mãe). Alega também que uma casa no Zango, "de 3 quartos pequeninitos, não é suficiente para a extensa família que tem", acrescentou ela que já explicou a sua situação ao assessor Tadeu e este dissera que nada podia fazer.

## 7.12 Oito das 40 famílias recusam abandonar os prédios Sul-Africanos

*Jornal Manchete*

14 De Fevereiro 2014

Mais de 30 famílias que viviam em situação de risco, nos prédios conhecidos como dos Sul-Africanos, no distrito urbano do Rangel, em Luanda, começaram já a abandonar os edifícios, estando a ser realojadas no Zango IV, em Viana. Mas, oito famílias não manifestaram a intenção de abandonar o local, alegadamente, porque as casas oferecidas pela Comissão Administrativa de Luanda não reúnem as condições adequadas.

São no total 5 edifícios projectados para um tempo de vida útil não superior a 20 anos. Entretanto, hoje os conhecidos prédios dos Sul-Africanos no Rangel têm mais de 40 anos de existência e encontram-se já em avançado estado de degradação.

A situação de risco e de vulnerabilidade a que muitos cidadãos viviam neste local motivou as autoridades governamentais a efectuar um processo de desalojamento que durou pelo menos 10 anos para que as partes chegassem ao acordo.

Em declarações ao Manchete, a propósito de desalojamento destas famílias, a administradora do distrito urbano do Rangel, Maria Clemente da Silva,

afirmou que "realmente, esse é um processo muito antigo e que se pretende tirar as pessoas de lá há muitos anos. No entanto, o estado em que os prédios se apresentam é que motivou o Governo a determinar a retirada dos moradores para se evitar situações que pudessem ser piores".

Oito das 48 famílias que viviam nos prédios disseram "não" a proposta da Comissão Administrativa de Luanda, eles explicaram o porque. Fernanda Eduardo, residente, salientou que "nós não gostamos da proposta, visto que nós estamos numa área bem localizada e as casas que nós temos são casas ladrilhadas".

Manuel Constantino, outro morador, frisou que "eu não digo que não saio, eu estou disposto a sair desde que a administração de Luanda faça um acordo razoável em virtude do espaço que tenho para melhor acomodar a minha família".

Anabela dos Santos, por seu lado, disse que "desde que a Comissão Administrativa venha com boa negociação não vamos complicar a situação, para o nosso bem e também para a administração de Luanda".

A administradora do Rangel diz não compreender as razões de apenas 8 famílias de um grupo enorme de cidadãos que sabem perfeitamente os riscos a que são sujeitos em insistirem em permanecer nos prédios.

"Realmente são 48 famílias, a maior parte delas já saiu e 8 é que estão renitentes. Eu até não estou a perceber porque qualquer um de nós não aceitaria viver naquele estado, até não há necessidade de estar a argumentar assim tanto porque o cenário dos prédios fala por si, olhando para aquilo é lamentável e tudo que possa vir é bem-vindo", frisou, acrescentando que já arrancou o projecto de vedação do perímetro que vai terminar com a demolição dos edifícios em causa, embora não se saiba ao certo o que será feito nesse espaço.

## 7.13 Fiscais: os principais «predadores»

*Semanário Angolense*

15 De Fevereiro 2014

Este tipo de negócio está a enriquecer muita gente e é o principal causador do aparecimento de bairros sem qualquer condição de habitabilidade e da ocupação anárquica de terrenos.

Quando o governo precisar daquele espaço, encontra-o totalmente ocupado e começam então as demolições, com as consequências conhecidas por

que a prática não é nova, sendo que o GPL e o próprio Executivo sabem disso, mas deixam o «fenómeno» seguir solto.

Para além do Km 30, município de Viana, onde o governador Bento Bento chamara a atenção do administrador Zeca Moreno para ter cuidado com os seus fiscais, outra zona em que a «má fia» dos terrenos é forte nessa mesma circunscrição é a área do Kikuxi, onde se situam alguns empreendimentos públicos estratégicos. Parcelas de terras anunciadas como «reservas fundiárias do Estado», para futuros e importantes projectos para a província de Luanda, foram já invadidas por vários populares, provavelmente depois de as «comprarem» a fiscais da administração municipal.

São já às centenas as edificações de chapas aí erguidas, devendo aí surgir a breve trecho um novo bairro anárquico, que obrigará o governo a um esforço suplementar para tirar os seus habitantes de lá quando se decidir em concretizar os projectos previstos para a zona. E isto por culpa de próprios funcionários seus, os que fazem parte da «máfia» dos terrenos desse município.

De acordo com uma fonte da administração local, é a própria fiscalização municipal quem cria as condições e manda ocupar os terrenos a troco de algumas somas monetárias, aconselhando inclusive que, enquanto as pessoas vão ocupando os terrenos, instalem apenas barracas de chapa mas que as ocupem de imediato.

Vários desses fiscais e outros funcionários administrativos também ocupam terrenos, fazem as tais barracas e põem nelas pessoas ao seu serviço.

A intenção é, quando se distribuir terrenos urbanizados ou casas novas aos moradores daquelas áreas, eles acabem também por beneficiar.

É assim que muitos deles têm diversas casas em vários locais. «Isto é já uma prática antiga, que acontece em vários municípios de Luanda. Por isso é que quando se tenta acabar com um problema de construção anárquica num local, começa outro igualou pior que aquele noutra zona. São situações que envolvem gente bem situada e até mesmo elementos de altas patentes da Polícia e das Forças Armadas», considerou a fonte.

## 7.14 Normas absurdas em Cacucaco

*Semanário Angolense*

*15 De Fevereiro de 2014*

Na administração municipal do Cacucaco havia um grande movimento de pessoas quando a reportagem do *Semanário Angolense* chegou ao sítio, para tentar ouvir uma explicação da sua titular. Infelizmente, a administradora não estava presente e ninguém se prestou a dar qualquer informação. «Não estamos autorizados a falar para a imprensa», disse um indivíduo que não quis sequer dizer o seu nome nem a sua função lá.

Era visível que muitas daquelas pessoas que ali se encontravam queriam resolver situações que tinham a ver com terrenos. Alice, uma jovem que disse ter faltado ao serviço para esclarecer uma questão afirmou ironicamente: «A administradora, em regra, nunca está. Mas, se quiserem falar com ela, têm que esperar até ao fim do expediente, isto é, se aparecer».

Ela explicou que tem um terreno comprado à administração, mas está impedida de construir porque exigem que se trate uma série de documentos cujo valor ronda os cem mil Kwanzas. «Isso é absurdo. Quando compramos os terrenos, disseram-nos que devíamos aguardar orientações para autoconstrução dirigida. Já passou mais de um ano e nada. Há pessoas que começaram a construir mesmo assim, mas os fiscais apareceram e mandaram demolir o que já estava feito, porque há que se tratar primeiro os tais documentos, que custam somas elevadas. Isto é bastante estranho e acho que estas ordens não vêm de cima. Mas não temos onde nos queixar porque é tudo 'farinha do mesmo saco'», desabafou a cidadã.

Entretanto, a administradora de Cacucaco, Rosa Dias dos Santos, disse por ocasião da reunião no GPL que no seu município também são visíveis as ocupações ilegais de terrenos que são reservas do Estado.

Pedi aos munícipes para estarem bem informados sobre os locais onde compram terrenos. «Evitem comprar terrenos a terceiras pessoas», alertou.

## 7.15 A «máfia» dos terrenos em Luanda

*Semanário Angolense*

*15 De Fevereiro 2014*

O esbulho de terras a camponeses por figuras com alguma influência, para a criação de fazendas ou a construção de condomínios habitacionais, a que se junta a venda ilícita de terrenos por fiscais e outros funcionários das administrações municipais, que o

fazem a vários compradores ao mesmo tempo, está a criar uma situação potencialmente explosiva em alguns municípios de Luanda, sobretudo naqueles que faziam parte da chamada «cintura verde» da província.

A forma como são conduzidos determinados processos em Luanda, alguns supostamente com o beneplácito das administrações municipais, sempre em benefício de quem tem poder (político, financeiro ou militar) e em prejuízo dos camponeses, alguns dos quais estão fixados nas terras agora ambicionadas por terceiros há várias gerações, portanto, com algum direito sobre eles, deixam muito a desejar, chegando mesmo a criar um sentimento de revolta entre os populares esbulhados. De tal sorte que acabam por questionar se estamos mesmo independentes, já que tem havido «expropriações» que nem os colonos portugueses faziam.

O «fenómeno», se assim se pode chamar, não é novo. Teve inicialmente como foco os então municípios da Samba e Kilamba Kiaxi, direccionando-se agora, depois de esgotados os espaços naqueles, para os municípios de Cacucaco, Viana, Belas e Icolo e Bengo, onde várias povoações estão ser literalmente tomadas de assalto pelos esbulhadores de terras, sem o mínimo respeito pelos direitos dos seus habitantes, em alguns casos, sem prévio aviso. Está-se assim a matar a origem, a ancestralidade, a tradição, a cultura, a história e o modo de vida de diversas gerações que, por este andar, acabarão por ser forasteiros na sua própria terra.

O mais estranho é que no meio disso tudo há áreas marcadas e vedadas consideradas «reservas fundiárias do Estado», sendo estas as primeiras que os fiscais e demais funcionários administrativos se apressam em lotear e vender.

De acordo com um cidadão, que comprou uma parcela de terreno de 12 por 20 metros no interior duma «reserva fundiária do Estado» que já se encontra lotada de casas, o mesmo fiscal que lhe vendeu o terreno ao preço de 250 mil Kwanzas, voltou a vender o mesmo espaço a outros dois indivíduos.

Em face disso, o caso gerou polémica, mas o mesmo fiscal, em companhia de colegas da Administração Municipal de Viana, conseguiu outros dois espaços que cedeu aos compradores enganados.

O cidadão informou que casos idênticos são quase que diários tendo assistido a um em que o novo comprador, sem saber que o terreno já tinha «dono», chegou mesmo a «levantar as paredes», antes de lhe

surgir o primeiro com documentação' que atestava a titularidade sobre o espaço.

Este despoletou uma briga entre famílias que acabou com a demolição da obra e feridos. Mas o fiscal responsável pela falcatura desapareceu de cena, com protecção dos seus colegas da administração de Viana. «Estas situações acabam na Polícia e são do conhecimento das comissões de moradores e das administrações comunais e até da municipal, já que os cidadãos quando se apercebem que os elementos da comissão de moradores e da comuna são cúmplices no negócio, recorrem ao município, mas de nada lhes serve, porque nada se resolve e acabam sempre por perder, porque em alguns casos quem fica com o terreno é uma outra pessoa», disse.

## 7.16 «Estamos aqui desde 86»

*Semanário Angolense*

*15 De Fevereiro de 2014*

A área é conhecida por Sequele-2. E a reportagem do SA esteve no terreno, constatou o que está a ser feito e a melindrosa situação daquela gente. O mais velho Mateus Martins é o soba da localidade e, acompanhado de alguns dos seus «súbditos», recebeu a nossa equipa de reportagem para falar de sua justiça. O mais velho explicou que a sua comunidade existe desde 1986, quando toda aquela área era uma mata cerrada. Foi o trabalho deles que abriu os terrenos, depois de derrubarem árvores e limparem a zona de capim para depois criarem as suas lavras.

Segundo ele, produzia-se muita coisa, que era comprada por gente ida de Luanda. «Todos estamos devidamente registados na administração e trabalhamos aqui durante o tempo de guerra. As mães que aqui se encontram passaram mal para limparem as matas que aqui existiam. Somos pessoas simples, sempre trabalhamos a terra para ganhar o nosso sustento. Nunca quisemos ser um peso para o governo e até já fomos considerados seus parceiros. Mas hoje perdemos todo o valor», lamentou o ancião.

O soba Mateus Martins contou que depois que os tais militares tomaram a outra parte do Sequele-2, há alguns que aparecem de rompante nas casas, ou nas lavras, exigindo comida e violentando as nossas mulheres, sem respeitar sequer as idades. Duas dessas vítimas foram apresentadas aos repórteres do SA. Elas lamentaram a triste situação em que estão, apelando às entidades superiores do país para que não permitam os abusos desses homens que lhes invadiram as terras.

«Nós somos angolanos, queremos o bem do nosso país e do nosso governo. Aqui ninguém quer impedir

o progresso. Apenas queremos que nos respeitem como cidadãos, como seres humanos. Temos família, ao perdermos tudo o que temos o que será de nós e dos nossos filhos», questionou o soba Mateus Martins.

Ele disse ainda que, quando expuseram as suas preocupações à administração, foi-lhes dito que eles se encontravam numa reserva do Estado, pelo que teriam que sair. Em contrapartida, ser-lhe-ia dado um outro lugar para trabalhar.

«Prometeram-nos que receberíamos terrenos com a metade, das dimensões das nossas lavras. Quem ocupa 100 metros, recebe 50 e por aí. De repente, apareceu aqui um indivíduo chamado Cunha que, por sua vez, também vedou grandes extensões de terreno sem conversar com ninguém. E nem respeitar as lavras.

Os fiscais que o acompanhavam disseram que ele é o dono destas terras, com documentos tudo. Perante isso, nós nada pudemos fazer, mas ficamos admirados: desde quando é que esse senhor pode ser dono destas terras, se os primeiros a chegar aqui há mais de 30 anos fomos nós? Fomos nós que desmatamos tudo isto, trabalhamos duro aqui e hoje isto já tem donos», questionou uma das senhoras presentes, identifica por Dona Margarida.

A camponesa revelou que o tal senhor Cunha, está a aliciar os camponeses, comprando terrenos para revenda. Ela acusa mesmo a administradora municipal, Rosa Dias dos Santos, de ser cúmplice da apropriação dos terrenos. «Ela prometeu-nos uma coisa e está a fazer outra. Em vez de nos dar terreno num local onde possamos continuar a lavar, agora quer dar-nos pequenos lotes de 10 metros por 20, ainda por cima, lá do outro lado, em direcção ao mar, num local cheio de lodo e que foi um antigo cemitério. Nós não vamos aceitar isso», disse, indignada, a senhora.

No local onde se encontram, embora exista a placa a anunciar a «reserva fundiária do Estado», os terrenos estão a ser loteados pelos fiscais para posterior venda, conforme disseram os camponeses. «Nós estamos a ser corridos daqui e querem dar-nos terrenos pequenos e impróprios para lavar e as terras que nós trabalhamos vão ser vendidas a outras pessoas. Isto não é justo», concluiu o soba Mateus Martins.

## 7.17 O drama do sequele – 2

*Semanário Angolense*

*15 De Fevereiro 2014*

A par de Viana, o município do Cacuaco é um dos mais visados quanto ao problema da venda ilegal de terrenos. Até recentemente, era uma circunscrição particularmente piscatória e agrícola, com alguma indústria pelo meio. Situada ao longo litoral, em tempo de terra, albergou milhares de cidadãos deslocados das suas zonas de origem.

Muitas dessas pessoas, para não dependerem só da caridade das instituições do Estado, juntaram-se às populações locais passaram a trabalhar quer na pesca como na lavoura.

Grande parte dos terrenos que outrora eram lavras, hortas e quintas, transformaram-se em bairros, enquanto outros iam servindo para que o governo levar a cabo alguns projectos, como aconteceu com a centralidade de Cacuaco.

Algumas zonas foram transformadas em «reservas fundiárias do Estado», ao passo que outras seriam deixadas para que a população continuasse a cultivar a terra. Mas essas seriam depois alvos da cobiça de alguns militares, que as invadiram, em meio a espancamentos, violações e destruição das culturas, como mandioca, feijão e milho. Chegavam mesmo a queimá-las. Saliente-se que houve casos de morte nessas áreas.

Amedrontados, os camponeses pediram ajuda às autoridades, mas, ao invés de uma solução, arranjaram mais problemas. Os fiscais municipais e outros indivíduos, supostamente ligados ao governo provincial de Luanda, entraram em acção e, usando subterfúgios vários, foram tomando os terrenos da população, vendendo-os consoante a capacidade de cada comprador.

O negócio era tão lucrativo que, mesmo algumas áreas identificadas como «reservas fundiárias do Estado», não escaparam à ambição dos «mafiosos». Foi assim com os terrenos dos Mulenvos, de cima e de baixo, do Rio Seco e do Sequele-1, entre outros.

Ao longo da invasão, houve camponeses que resistiram, mas perderem tudo, aceitaram ficar com um pequeno talhão de alguns metros quadrados, deixando o resto (em maior extensão) com os invasores.

Mais recentemente, com a construção da via expressa Viana - Cacuaco, novos empreendimentos foram surgindo ao longo da rodovia, abarcando áreas mais no interior.



Aquelas áreas são todas ocupadas por camponeses que construíram nas suas lavras habitações rústicas, a maioria feitas de chapa, que lhes servem de abrigo durante a época de trabalho, assim como para guardar alguns produtos colhidos.

Recentemente, conforme soube o SA no local, as terras foram invadidas por militares das FAA, não se sabendo se a mando de quem, que, acompanhados por máquinas e sem prévio aviso nem tempo aos populares para que recolhessem alguns haveres, esmagaram tudo: casebres e lavras. Em seguida, como sinal de demarcação, abriram uma enorme vala que se estende por alguns quilómetros. Tudo o que ficou para lá da vala, que é proibido atravessar, deixou de pertencer aos camponeses.

Do lado de cá da demarcação, ficaram algumas comunidades de camponeses, que, como disseram, estão cheias de medo, sem saber o que será delas no futuro imediato. «Estamos aqui agora, mas não sabemos o que nos pode acontecer logo. De noite não conseguimos dormir, temos medo do que eles nos possam fazer», Disse uma idosa identificada por Domingas.

## 7.18 Reserva fundiária possui zona verde

*Jornal de Angola*  
19 De Fevereiro de 2014

O ordenamento da reserva fundiária sul de Benguela inclui 37 hectares de zona verde, para proporcionar condições ambientais equilibradas aos futuros moradores da área para a qual está prevista a construção de uma centralidade, garantiu o governador provincial.

Isaac dos Anjos deu esta informação em resposta a uma preocupação apresentada pela directora provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo, Alice Cabral, durante a visita realizada à zona fundiária a sul da província, com 4.799 hectares.

A central idade que ali vai ser construída inclui edifícios com andares unifamiliares, em parcelas de terra de mil metros quadrados, e eu já venda começa em Março. A localidade vai ter uma marginal que abrange as parcelas 19, 15, 11 e 30, destinadas à instalação de fábricas, comércio e prestação de serviços.

"A marginal do Mormolo corresponde à área adjacente à Estrada Nacional 250, que liga a cidade de Benguela ao Lubango", disse Isaac dos Anjos, acrescentando que próximo daquele perímetro vai ser

construída a auto-estrada periférica de Benguela, destinada a ligar as cidades do litoral.

O governador referiu que o talhão número 31, com 866 lotes ordenados, já está a receber antigos moradores dos bairros da Ilha e do Uche Antigo, que se encontravam em zonas de risco.

O empresário do ramo da construção civil Carlos Cardoso disse, por sua vez, tratar-se de um projecto de grande gabarito que vai valorizar as populações.

## 7.19 Baixa e Talatona dividem a fortuna do mercado Imobiliária

*Semanário Angolense*  
22 De Fevereiro 2014

No mercado imobiliário, como em qualquer negócio, a procura molda a rentabilidade. Assim, o centro antigo da Cidade de Luanda - a Baixa, e a região do Talatona, para onde a urbe mais cresceu, continuam a ser as zonas mais rentáveis da capital, por serem as mais procuradas.

Mais do que simplesmente termos essa ideia generalizada, a melhor prova dessa realidade está nos preços que se praticam na hora de fechar os negócios. E nessa hora, segundo o consultor imobiliário, Admilton Luís, ao *Semanário Angolense*, fazendo um mapeamento, Alvalade Maculusso, Miramar, Marginal e Talatona, lideram os negócios mais caros.

### Preços e valorização

Um apartamento T2 na Baixa está em torno de 200, 250, 300 mil dólares. Um T3 já é a base de 300, 350,400 mil dólares. «Estamos a falar de imóveis antigos», esclarece Admilton Luís, que nos fornece os dados.

O consultor acrescenta que tratando-se de moradias – casas - que normalmente são de T3, T4, T5 os preços situam-se entre os 950 mil dólares a mais de um milhão de dólares, chegando mesmo a atingir os 2 milhões de dólares.

Pelo entendimento que tem do mercado, Admilton aponta que com 300 a 400 mil dólares podem se encontrar casas nas regiões do Benfica e do Patriota. Lá a tipologia, acabamento e tamanho do lote determinam a valorização dos imóveis e assim os preços finais.

Baseado nesse conhecimento do mercado que o profissional consultado pelo SA tem a visão da valorização da região de Viana nos próximos tempos, assim como do Benfica.



Nesse mapa de valores a Ilha de Luanda e o Mussulo são um caso a parte, conforme a análise do nosso interlocutor. «A Ilha faz parte das Ingombotas. Ainda tem muitas casas rústicas. Mas esta a sofrer uma requalificação facto que também tem um potencial», considera. O Mussulo sendo turísticos não se enquadra no ramo habitacional propriamente dito mas tem tido alguma procura em termos de transacções imobiliárias, conta o Admilton.

#### Perfil dos clientes

Em termos de clientes, o especialista consultado por nós, aponta que para a modalidade de aluguer/arrendamento 90% dos interessados são estrangeiros. Desses estrangeiros, 70 a 75% são portugueses.

Os outros 25 a 30% que completam o total de interessados em alugar imóveis estão divididos entre outros estrangeiros, de acordo com o corretor. Agora temos tido também muitos chineses, americanos, israelitas e franceses, também têm aparecido muito.

No que diz respeito a vendas, a maioria dos clientes são angolanos e portugueses.

#### Ao fechar um negócio

Para Admilton Luís os principais cuidados que deve tomar uma pessoa que procura fazer negócio nesse mercado é antes de mais, procurar uma imobiliária.

«Primeiro: certificar-se que essa empresa é séria e procurar informar-se quais são os meios de

divulgação que essa empresa possui. Segundo: prestar atenção no tipo de contrato que se vai firmar com a empresa. Quando se solicita este serviço a pessoa não tem que pagar necessariamente a essa imobiliária. O pagamento só deve ser feito caso a imobiliária já realize o negócio de arrendamento ou venda do seu imóvel» - Aconselha o consultor.

Para ele uma atenção especial deve ser dada pelos proprietários de imóveis na hora da assinatura do contrato, na alternativa «exclusivo» ou «não exclusivo», em relação a imobiliária que vai intermediar o negócio.

Outro alertar que o profissional faz é que as pessoas tenham muito cuidado ao comprar imóveis que ainda não estejam prontos pois trata-se de um risco muito grande. «Tem-se de se checar a documentação. Posso garantir que mais de 60% dos empreendimentos que estão a ser erguidos em Angola não tem a documentação completa. Por isso que eu alerto, consultem um advogado, peçam cópias dos documentos dos imóveis que vão comprar, para não

serem vítimas de burladores, conforme tem acontecido muito».

#### Intermediários

A medida que o tempo passa o mercado está a tornar-se profissional em termos de corretores.

Para o consultor com quem conversamos os chamados intermediários de rua merecem todo o

respeito, mas a formação profissional já começa a fazer a diferença no mercado.

Em Angola, além das empresas fazerem formação interna a APIMA (Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola) tem dado formações as pessoas que querem começar no ramo. Há três anos o curso da APIMA custava 600 dólares.

A renda de um corretor, embora dependa da quantidade de negociações que «fechar», pode ser boa. Segundo Admilton Luís, pela realidade da empresa em que trabalha, há' que considerar as fases: há o iniciante, há o médio e há o avançado. «O tempo em que se está na profissão conta muito e também a forma profissional como nos posicionamos no mercado de forma geral. Mas um corretor médio deve ganhar entre quatro a oito mil dólares mensais».

## 7.20 Rui Falcão ameaça afastar funcionários envolvidos na venda ilegal de terrenos no município do Namibe

*Semanário Angolense*

*22 De Fevereiro de 2014*

Pairam suspeitas desde há muito que funcionários afectos aos distintos órgãos da Administração Municipal do Namibe têm andado envolvidos em negócios de terrenos, tendo como potenciais clientes pessoas com um elevado poder de compra.

Aliás, as suspeitas de envolvimento de tais funcionários têm sido adensadas pelos padrões de vida que eles ostentam, manifestamente incomparáveis com os salários que auferem no Estado.

Há sinais exteriores de riqueza visíveis que têm ajudado a encaixar as peças do puzzle: a quantidade e qualidade de casas, carros, concubinas, assim como diversos bens materiais de que dispõem.

Oficialmente, não se tem conhecimento de um único funcionário que tenha já sido demitido por tais práticas, mas os próximos dois meses poderão ser

cruciais, já que o governador Rui Falcão deu início a uma cruzada, tendo mesmo pedido inclusive a cabeça dos negociantes dos terrenos.

A boca pequena, sabe-se desde há muito que os negociantes têm estado a facturar entre os quatro (4) e os doze (12) mil dólares norte americanos, por um terreno com as dimensões de 20/30 metros quadrados.

Consta que alguns terrenos localizados nas imediações do rio Giraul, à saída da estrada 280 com destino ao Lubango, chegaram a ser vendidos entre os dezoito (18) e os trinta (30) mil dólares.

Nessa voragem pelo lucro fácil, não terão sido igualmente poupados espaços que antes constituíam reservas do Estado, mas que foram sacrificados para satisfazer interesses particulares.

Cruzada contra candongueiros Em alguns meios locais crê-se que um dos sinais dados pelo governador Rui Falcão tem a ver com algumas movimentações que ele procedeu recentemente no tecido governativo local.

A nomeação do antigo administrador municipal do Tômbwa para exercer as mesmas funções no município sede do Namibe está a ser encarada como um sinal de que o Executivo local pretende imprimir uma vassourada na administração local, expurgando do seu seio os funcionários conectados com práticas de corrupção.

Este sinal ganhou alguma consistência aquando da tomada de posse do antigo edil do Tômbwa João José Guerra de Freitas, a quem o governador Rui Falcão pediu para que, no prazo de dois meses, afaste todos os funcionários envolvidos na venda de terrenos.

O número 1 da província do Namibe disse, na ocasião, que não haverá contemplações para com os funcionários públicos que procedam à venda ilegal de terrenos, assim como com os fiscais que apliquem coimas inexistentes aos cidadãos.

«Há muitos negócios escuros no seio da Administração do Município relativamente à venda ilegal de terrenos, temos inclusive nomes dos implicados, pelo que serão tomadas as devidas medidas. Esses elementos terão de ser substituídos urgentemente, porque queremos administrar a vida das pessoas' com transparência.

Os quadros que servem a Administração devem ser íntegros e sérios», avisou, aparentemente inconformado.

«Não devemos ter contemplações, nem receios e muito menos nos coibirmos das acções que teremos de tomar em relação a essas pessoas que não servem a administração», disse, a concluir.

## 7.21 Governo Promove mais Deveres dos Cidadãos em Detrimento dos seus Direitos

*Jornal Manchete*  
28 De Fevereiro 2014

O coordenador do CNCDH - Conselho Nacional de Coordenação dos Direitos Humanos, Tunga Alberto disse, esta segunda-feira, 24 de Fevereiro, em Luanda, que o governo angolano mostra-se mais preocupado em promover os deveres dos cidadãos em detrimento dos seus direitos.

O responsável daquele movimento associativo teceu tais considerações quando convidado pelo Manchete a pronunciar-se sobre a actual situação dos Direitos Humanos no país.

O também activista cívico pensa que a alegada estratégia do Executivo angolano é fundamentalmente impedir que os cidadãos conheçam os seus direitos. "O Governo não está interessado em fazer com que os cidadãos conheçam os seus direitos e deveres, Está mais preocupado em promover e falar sobre o que os cidadãos devem fazer para com o Estado", disse.

Tunga Alberto apontou como exemplos as demolições e despejos força dos que se têm registado em Luanda e não só. "Quando o cidadão está a construir não existe Governo. Quando está a morar na sua casota vem o Governo com o discurso de sempre: a população construiu em zona de risco ou em reserva fundiária do Estado", explicou.

O activista é de opinião que o Estado devia divulgar a Lei n09/04 de 9 de Novembro - Lei da Terra e explicar igualmente aos cidadãos que a iniciativa e propriedade privadas não devem ser exercidas em reservas fundiárias do Estado, espaços que visam a produção de bens ou serviços públicos para a satisfação das necessidades públicas.

Segundo disse, ao invés de o Governo "dizer apenas que o cidadão tem obrigações, podia, também, avançar-lhe, que o Estado deve garantir o direito à educação ou habitação".

Falta de conhecimento dos seus direitos

O Conselho Nacional de Coordenação dos Direitos Humanos diz ter constatado por parte dos cidadãos, em vários pontos de Angola, uma clara falta de conhecimento no que tange os seus direitos, liberdades e garantias previstos no artigo 30º e seguintes da Constituição da República de Angola.

"Os direitos dos cidadãos só estão no papel. Eles não os conhecem, porque o Governo não está interessado", lamentou.

Os motivos que concorrem para este desconhecimento, de acordo com o nosso entrevistado, estão ligados à falta de iniciativa por parte do Estado em dar a conhecer aos cidadãos os seus reais direitos.

Tunga Alberto defende, entretanto, a tradução da lei fundamental em línguas nacionais para ajudar a população a entrar em contacto com os seus direitos.

"A Constituição da República de Angola só está mesmo em português.

Não foi traduzida em Kimbundu, Umbundo e outras línguas que facilitariam a sua leitura, visto que existe em Angola muitas populações que não dominam a língua oficial", rematou. Acrescentou que a promoção dos direitos e liberdades dos cidadãos vai permitir que "os mesmos os conheçam e os defendam". O activista cívico chamou à atenção as restantes forças vivas da sociedade, para a necessidade de conhecerem e interpretarem melhor os diplomas legais que compõem o ordenamento jurídico angolano.

"As autoridades tradicionais, e sobre tudo a polícia devem conhecer a lei para melhor actuar", aconselhou.

Violação de direitos fundamentais

O nosso entrevistado disse constatar com preocupação a violação sistemática do direito à informação por parte do Estado.

Tunga Alberto disse, lamentando, que os semanários publicados na capital do país ao fim de semana não chegam e ao resto das províncias do interior e litoral de Angola, tendo acrescentado que "a liberdade de imprensa e de expressão têm sido também violados". Concordado, deste modo, com a o relatório anual da Human Right a Watch publicado recentemente que a revela restrições ao exercício dos referidos direitos constitucionalmente consagrados. O defensor dos Direitos q Humanos fez ainda saber que os únicos serviços noticiosos que chegam as zonas recônditas

são os dos órgãos públicos, nomeadamente, TPA, RNA e Jornal de Angola.

Tunga Alberto acredita que a situação pode ser invertida se todas as forças vivas da nação se engajarem na promoção, divulgação e pressionar o Estado a garantir os direitos e liberdades dos cidadãos, apesar de e conhecer, por outro lado, que muito ainda deve ser feito.

Por outro lado, o nosso interlocutor saudou a realização do senso da população e habitação a ser materializado m Maio próximo, tendo avançado que o feito vai ajudar o Estado a desempenhar a sua função política com vista à promoção do bem-estar social e económico, um dos fins do Estado moderno. A criação da Secretaria do Estado para os Direitos Humanos, liderado pelo António Bento Bembe, homem do Fórum Cabindés para o Dialogo é outro elemento apontado pelo activista como sendo um sinónimo de avanço no combate a impunidade e consequentemente a defesa dos Direitos Humanos no país. "São aspectos que devem ser apontados. Mas ainda, temos muito caminho a percorrer", concluiu.

## 7.22 Famílias da Chikala e Kilombo não têm paz

*Terra Angolana*

*Fevereiro de 2014*

As famílias desalojadas da Chakala II e Kilombo, em Luanda e transferidas para o município da Quissama, a 75 quilómetros da capital continuam a viver sem paz. É que passados mais de trinta dias desde que suas residências foram deitadas a baixo pelo executivo provincial de Bento Bento, aquelas famílias continuam a navegar no mar de dificuldades. Carecem de água potável para consumo humano, não tem alimentos e a situação agrava-se ainda mais com ausência de equipamentos sociais tais como hospitais, escolas, mercados, etc. Marlene Mendes uma das afectadas revela que com a sua transferência compulsiva para Quissama a sua vida deu passos atrás.

"Aqui não há nada. Estão a dizer na rádio e da televisão que criaram condições aqui. Nós não tomamos banho, fazemos necessidades no capim, vivemos na poeira. Nós somos angolanos vivemos num país rico que tem petróleo, diamante, mercúrio, aonde é que vai todo esse dinheiro? Queremos que nos tirem daqui, estamos a sofrer", desabafou Marlene Mendes.

Outra cidadã que também revelou o seu desagrado perante a desumanidade do governo angolano, disse

que o governo devia antes de partir as casas do povo criar condições para o realojamento das pessoas e lamentou o facto de estar a partilhar a mesma tenda com outras famílias.

"Eu não vivia com monte de pessoas em minha casa. Eu apenas vivia com o meu marido e meus filhos, repara como estamos a viver aqui. 25 a 30 pessoas na mesma tenda. Isso não é vida", lamentou.

Nós no Kilombo vivíamos perto da cidade, tínhamos tudo próximo, a escola, hospital, o mercado o trabalho. Aqui praticamente nos vieram deitar fora", acrescentou outra senhora vítima do martelo demolidor de Bento Sebastião Bento e José Tavares.

## 7.23 Demolições prosseguem

*Jornal Inforsambila*  
*Fevereiro de 2014*

As demolições enquadram-se num plano do governo que quer transformar o Sambizanga, em cidade.

Por exemplo, no espaço que era o mercado roque santeiro, a primeira fase das obras de requalificação vai custar ao Estado perto de 500 milhões de dólares e previa-se estar concluída dentro de 24 meses.

Quando concluído o projecto prevê a acomodação de aproximadamente 400.000 pessoas em toda extensão de desenvolvimento urbano, actualmente ocupada por construções informais e implantada de forma desorganizada, devido a ausência de estradas apropriadas e falta de infra-estruturas sociais adequadas, segundo fez saber o director Nacional de infra-estruturas do Ministério do Urbanismo e Habitação.

As demolições no distrito do Sambizanga tiveram início em Agosto de 2007, no bairro da Petrangol, na altura tendo em vista o alargamento da estrada que dá acesso ao mercado dos Kwanzas e a estrada directa de Cacuaco.

Os primeiros moradores foram transportados para o Sapú, lugar que o Governo Provincial de Luanda (GPL) escolheu como novo destino de muitas famílias que durante muitos anos construíram suas vidas nas imediações da Refinaria de Luanda, uma zona nobre e sem qualquer risco aparente. Para trás ficaram escolas, amigos e toda uma vida feita.

Na altura algumas pessoas não resistiram em ver as suas casas a serem demolidas e houve mesmo pessoas que chegaram a morrer de trombose.

Passados mais de quatro anos, as obras da estrada não conhecem o seu fim, e mais casas foram demolidas.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Lixo hospitalar continua a ser um problema

*Semanário Angolense*  
01 De Fevereiro de 2014

A recolha do lixo hospitalar, ou resíduos hospitalares (RH), em Luanda, é deficiente e a direcção provincial de Saúde, não sabe como resolver o problema. As unidades sanitárias reclamam pelo trabalho que não está a ser executado pela empresa Recolix, encarregue da recolha do lixo hospitalar e os funcionários da Saúde, que consideram a situação como bastante grave, estão preocupados.

Para eles a falta de recolha do lixo hospitalar é um problema serio. «A Recolix não faz a recolha há algum tempo, sem que se saibam as razões e isso está a causar dificuldades ao nosso trabalho», revelaram.

Na mesma esteira, a directora provincial da Saúde, Isabel Massokolo, disse que «a preocupação de momento é justamente a recolha do lixo hospitalar. Estamos preocupados porque e há já algumas queixas, principalmente no centro ortopédico de Viana onde estão a fazer queimadas mesmo ao redor do hospital, o que não é bom, gostaríamos de apelar a todas Instituições de direito para que se consiga resolver este problema da recolha do lixo hospitalar», apontou.

Entretanto, contrariando as alegações do pessoal da Saúde, responsáveis da empresa vocacionada para a recolha do lixo hospitalar afirmaram, recentemente, que pelo menos umas médias de vinte toneladas de resíduos hospitalares são incineradas por dia, em Luanda, evitando assim a sua deposição em locais impróprios que podem perigar a saúde pública.

A empresa, que funciona há quatro anos, trata essencialmente resíduos provenientes de 54 unidades sanitárias públicas, indicadas pela empresa que gere o sistema de limpeza, a Elisal, e 44 privadas, a partir de contratos directos.

Localizada na zona dos Mulenvos, município de Cacuaco, possui um incinerador, composto por duas câmaras, com capacidade para queimar 14 toneladas de lixo por dia. O mesmo é usado igualmente para incinerar produtos perecíveis degradados, notas de banco em mau estado de conservação, entre outros.

A primeira câmara queima a 900 graus centígrados e a segunda atinge os mil e 200 graus centígrados para desfazer os gases produzidos durante a destruição

dos resíduos e reduzir assim o impacto negativo ao meio ambiente, à atmosfera e à saúde pública. A Recolix, conta adquirir mais um forno, que seria mantido de reserva na eventualidade de uma avaria no sistema actual.

Em relação aos atrasos na recolha, a empresa escuda-se no mau estado das estradas e das vias de acesso ao local de incineração, assim como os engarrafamentos. A recolha dos RH, que se fazia até meio da tarde, estendeu-se até as 22 horas. Todos estes constrangimentos, alegam, resultam em desgaste quer do pessoal como dos meios rolantes.

Tudo na mesma

A pré-recolha e a recolha dos RH, apesar dos maiores cuidados nos locais onde são produzidos, ainda continua a ser efectuada nas mesmas condições que os demais resíduos, os domésticos e outros, incluindo resíduos hospitalares contaminados. Os RH são geralmente acumulados em baldes ou caixas de lixo de plástico, com ou sem saco, caixotes de cartão e algumas vezes, em recipientes de alumínio munidos ou não de tampa, nos respectivos serviços.

Os equipamentos de recolha recebem, sem distinção, restos alimentares, embalagens de medicamentos, compressas e pensos dos tratamentos, sistemas, garrafas de soro, seringas, agulhas, etc. Frequentemente, estes equipamentos de recolha permanecem nas enfermarias ou nos locais de tratamento. Em alguns casos, as equipas de enfermagem utilizam carrinhos de tratamento munidos com caixote para resíduos, que podem ser de plástico, alumínio ou cartão, destinados a receber os resíduos dos tratamentos, como algodões, pensos, compressas utilizadas, seringas, agulhas, etc.

Geralmente há alguma falta de higiene com a existência de resíduos sólidos e líquidos no chão das unidades sanitárias. Os resíduos líquidos são, sem excepção, vazados nas pias das casas de banho ou dos laboratórios, acabando por ir para o sistema público de esgotos.

Apesar de haver uma empresa especializada na recolha dos RH, na maioria dos centros de saúde da capital e em especial nas províncias, a limpeza é executada por equipas afectas às próprias unidades e são constituídas por empregadas que estão encarregues não só da limpeza, mas também da pré-recolha, recolha e frequentemente armazenamento dos resíduos produzidos nas salas de tratamento, enfermarias, blocos operatórios, salas de parto, salas de espera, etc.



Os RH são removidos e transportados pelas empregadas de limpeza que, em algumas unidades, têm equipamentos rodados. Entretanto, na maioria das vezes, visto não existirem sacos para pré-recolha e recolha dos resíduos, os caixotes do lixo são transportados e vazados em contentores, após o que são lavados ou limpos com panos húmidos.

Quase sempre as equipas de limpeza nem sempre utilizam equipamento de protecção, tal como luvas e máscaras, mesmo no que diz respeito aos funcionários das empresas privadas de limpeza embora estas forneçam este tipo de equipamento.

A triagem dos resíduos varia conforme os serviços das unidades de saúde em questão e refere-se essencialmente a agulhas, cortantes e em alguns casos, placentas. Com efeito, a nível da maior parte das estruturas sanitárias, os RH não são objecto de triagem, excepção feita para as agulhas que são escolhidas e armazenadas em frascos de soro, garrafas de plástico ou embalagens de sumo recuperadas.

Os frascos ou garrafas cheios, são depois colocados nos contentores de armazenagem juntamente com os restantes resíduos, sendo no entanto frequente encontrar agulhas e outros cortantes nos caixotes de lixo.

Os resíduos traídos na fonte, principalmente as agulhas, juntam-se invariavelmente ao circuito ao nível da recolha e do armazenamento intermédio tendo pois o mesmo destino final que os restantes resíduos. Isto é particularmente perigoso para o pessoal médico e de limpeza, bem como para o pessoal de recolha das empresas autorizadas.

O material utilizado durante as intervenções cirúrgicas, como pinças, tesouras, etc., é esterilizado por autoclave ou estufa e reutilizado. O material de vidro nos laboratórios, também é utilizado após lavagem ou desinfectação.

#### Trabalho de equipa

A implementação de um plano de gestão de resíduos hospitalares constitui um factor positivo no controlo dessas doenças e na melhoria das condições de higiene e ambientais. O envolvimento de todas as partes que integram a gestão de resíduos é imprescindível. Deverá haver um forte trabalho em equipa, interligando os serviços centrais com as unidades de Saúde e devendo ser privilegiadas parcerias

público-privado na implementação das soluções mais adequadas.

É essencial que todos os funcionários, a todos os níveis, se consciencializem da importância da gestão de resíduos, como um aspecto essencial e prioritário para melhorar as condições sanitárias dentro dos espaços dos estabelecimentos de Saúde. É fundamental a adesão das chefias dos estabelecimentos de saúde ao processo de planeamento em gestão de resíduos hospitalares e programas de formação do pessoal deverão ser implementados e mantidos de forma continuada.

Igualmente, programas de sensibilização e consciencialização da população relacionados com a higiene, o ambiente sustentável e particularmente com os resíduos hospitalares, deverão ser amplamente realizados e mantidos de forma continuada a nível nacional.

Só assim se poderá ter uma contribuição forte e positiva para enfrentar os maiores flagelos existentes no domínio da Saúde em Angola.

## 8.2 Moradores clamam pela presença da Elisal

*Semanário Anglense*

*01 De Fevereiro de 2013*

Os munícipes dos bairros Simione e Lixeira decidiram, por iniciativa própria, fazer limpeza aos seus bairros, como forma de colmatar a ausência da Elisal.

Pertencentes ao município de Belas, aqueles bairros têm enormes quantidades de resíduos sólidos porque a empresa de lixo que fazia a recolha nas ruas uma vez por semana deixou de o fazer desde o final do ano transacto, o que obrigou os moradores a procurarem outras alternativas.

«As coisas não estavam a correr muito bem porque as ruas estavam todas sujas, o que não é muito

bom para imagem do nosso bairro, por isso decidimos unir-nos para uma causa comuns disse

Manuel Guedes.

O cheiro nauseabundo que a grande quantidade de lixo causava e a imagem do bairro estiveram na

base da união dos populares. Arminda Lopes falou sobre a questão da beleza que o próprio bairro ganhou nos últimos tempos, mas que tem sido degradada pelos resíduos sólidos. «O nosso bairro está a crescer e tem tido alguma organização, mas o lixo está a atrapalhar a nossa melhoria, daí a razão de

nos termos juntado para fazermos limpeza», acrescentou.

Os contentores postos em zonas estratégicas pela empresa que fazia a recolha ficaram abarrotados e acabaram por se tornar em lixeiras. Os terrenos baldios também têm sido solução para os populares destes bairros.

De acordo com a população, a limpeza que fazem não vai solucionar os seus problemas, por isso necessitam que a empresa encarregada da recolha do lixo volte a fazer o trabalho com urgência. Matias José disse que a situação está muito mal porque no seu bairro, actualmente, existem muitos locais com enormes quantidades de lixo.

«Não sei exactamente o que está a acontecer, porque nunca tivemos problemas com a recolha do lixo, todas as semanas os caminhões passavam e recolhiam, mas agora estamos a três semanas a espera», explicou.

Outro aspecto que está a causar a curiosidade nos populares, é o facto de que dentro destas semanas não apareceu a Elisal, nem os caminhões particulares que cobravam para fazerem a recolha Júlia Augusto pensa que se passa alguma coisa que causou a paragem da recolha do lixo e que abrangeu os particulares, porque para ela este seria o momento deles aproveitarem para ganhar com a recolha.

Para além de Júlia, as demais pessoas pensam haver um mistério em torno desta situação, mas eles esperam que tudo seja resolvido o mais depressa possível para bem do povo.

Enquanto no bairro Simione ainda dá para remediar, no bairro da Lixeira, fazendo jus ao nome, o problema é muito pior porque estão constantemente a fazer limpezas para tentar afastar o lixo das suas casas. Nesta zona a situação é muito mais preocupante porque os resíduos sólidos estão em grandes quantidades e crescem dia após dia. «Infelizmente não temos a mesma sorte que os outros têm, porque os caminhões da Elisal não passam para fazer a recolha desde Dezembro do ano passado.

Somos esquecidos por vivermos próximos da lixeira», lamentou o morador José Mário.

A acumulação de resíduos está a crescer bastante, que em algumas zonas as ruas estão a tornar-se intransitáveis devido ao lixo que ocupa todo espaço. As limpezas neste bairro têm sido maioritariamente para retirar o lixo dos locais de passagem a fim de não impedirem a circulação.

## A malária aproveita

Nestes bairros, o surto de malária tem crescido progressivamente chegando até a causar algumas

mortes. Os grandes montes de lixo fazem com que os mosquitos e outros insectos se desenvolvam muito mais e arrastem as doenças para as pessoas. De acordo com os moradores, nas primeiras semanas do ano muita gente ficou doente com paludismo porque o número de mosquitos, baratas e moscas aumentou progressivamente. «Desde que pararam de fazer a recolha do lixo, parece que o paludismo aumentou, temos tido uns mosquitos pequenos que estão a causar muita doença», sublinhou Maria Costa.

Suzete Magalhães explica que em sua casa três pessoas tiveram paludismo nestas últimas semanas e tudo se deve ao acúmulo de resíduos sólidos, porque antigamente as coisas não estavam neste ponto.

«Essas doenças não estão a acontecer apenas aqui, mas várias pessoas no bairro reclamam e tudo se deve a esta quantidade de lixo que temos. Alguma coisa tem de ser feita para melhorar tudo isto», frisou.

No bairro da Lixeira a situação é mais grave porque as crianças brincam constantemente nas grandes montanhas de lixo que existem naquele local. A praça que está ao longo da rua dos Cajueiros e em frente dos resíduos sólidos, também é um motivo que causa muitas doenças.

Alimentos perecíveis e não perecíveis são comercializados diariamente neste local provocando a propagação das bactérias.

## Cazenga e o lixo

o município do Cazenga é um local em que o lixo não acaba por mais limpezas que os moradores façam. Com a falta de contentores nos diversos bairros que compõe o município, a única solução que os populares encontram é deitarem o lixo nas pequenas lixeiras criadas por eles.

De acordo com os moradores, a recolha também tem sido muito deficiente, porque existe muita demora por parte da Elisal. «Parece que estamos esquecidos, porque ninguém exige nada, as empresas de recolha de lixo vêm uma vez por mês e fazem as coisas como se estivessem a ser obrigados», explicou Santos Félix.

As valas de drenagem praticamente não funcionam porque estão repletas de resíduos sólidos, o que dificulta bastante o escoamento das águas principalmente quando chove. O Hoje-ya-Henda é um dos grandes centros produtores de lixo no município. Com os diversos armazéns que contem a

área, o movimento é constante e a produção do lixo aumenta a cada dia que passa.

Joelcio Augusto lamenta a situação do município e diz que o grande problema reside na organização.

«Se não estivermos organizados nos aspectos administrativos, em termos de recolha de lixo será muito pior», relatou.

Os vendedores ambulantes espalhados pelas diversas avenidas do município e os diversos mercados criados nas ruas, são também aspectos que contribuem para o crescimento dos resíduos sólidos.

A próxima jogada do administrador, Tani Narciso, para melhorar a péssima situação que se vive, é a criação de brigadas de fiscais para acabar com a colocação de lixo em locais impróprios, principalmente nos separadores.

De acordo com o responsável dos serviços comunitários e espaços verdes no município, Carlos Almeida, o objectivo passa por disciplinar e orientar permanentemente as pessoas que colocam o lixo em locais impróprios e ao longo dos separadores das vias já intervencionadas. Entretanto fica a questão: Se não há recolha, nem local para depositar os resíduos, como deverão proceder os moradores?

Entre vários projectos que a administração já criou para acabar com os resíduos, nenhum foi eficaz até ao momento.

### 8.3 Novo modelo vai melhorar a limpeza da província de Luanda

*Semanário Angolense*  
01 De Fevereiro de 2014

Semanário Angolense (SA) SA- Qual é o papel da ELISAL no circuito da recolha e tratamento dos resíduos sólidos?

Manuel Loth (ML) - A ELISAL é uma empresa concessionária do sistema de limpeza da Província de Luanda, que actua também como operadora de limpeza.

No âmbito das suas atribuições, ela fiscaliza todos os serviços de limpeza prestados pelas operadoras, assim como gere a cadeia de infra-estruturas, que vai desde os pontos e estação de transferência até ao destino final, que é o aterro sanitário de Mulenvos.

Cabe ainda a ELISAL proceder ao acompanhamento e fiscalização das actividades das operadoras, após

aprovação dos Planos de Trabalho elaborados pelas mesmas empresas.

SA - Como avalia a situação do lixo em Luanda? A ELISAL e as operadoras têm estado a cumprir com o seu papel?

Manuel Loth (ML) - A cidade de Luanda conta com oito (8) milhões de habitantes, que produzem cerca de 6,5 mil toneladas de resíduos sólidos todos os dias. Limpar Luanda não é, em boa verdade, uma tarefa fácil, tendo em conta alguns constrangimentos que têm surgido, sobretudo no domínio de acessibilidades a determinadas zonas de Luanda, o mau estado de conservação de algumas vias, assim como a falta de equipamentos adequados.

A ELISAL e as operadoras de limpeza, apesar de algumas limitações, têm procurado responder da melhor forma à demanda.

Mas, esta tarefa tem sido dificultada, de certo modo, pelo crescimento urbano da cidade, que representa cerca de 20% ao ano em incrementos de novas superfícies.

As debilidades que têm sido observadas, sobretudo nas zonas periféricas reflectem as dificuldades por parte de algumas operadoras em acompanhar tal desenvolvimento.

SA- A população tem ajudado na limpeza da cidade?

ML- A limpeza de Luanda não depende única e exclusivamente da ELISAL e das suas operadoras.

Temos vindo a registar comportamentos negativos por parte de muitos populares que, ao invés de ajudarem a manter a cidade limpa, têm contribuído para o incremento dos focos de lixo.

Temos procurado inverter esta situação, educando a população para que mantenha a cidade e os seus bairros periféricos limpos.

SA- Nos últimos tempos o lixo voltou a invadir algumas áreas de Luanda ...

ML- Lamentavelmente, em algumas partes do território de Luanda tem-se registado a acumulação de vários focos de lixo, visto que durante o exercício de 2013 três operadoras viveram enormes dificuldades e tiveram mesmo que paralisar as suas actividades. Fomos obrigados a mobilizar outras operadoras, incluindo a própria ELISAL, que têm procurado colmatar os déficits resultantes de tais paralisações. É justamente nos espaços das empresas que fecharam as suas portas onde se encontram os maiores focos de lixo.

Acredito que, com o conjunto de medidas que entrarão em vigor, este tipo de situação será minimizada e só as empresas mais competentes terão possibilidades de permanecer no sector.

SA- Quais foram as razões que levaram tais empresas ao descalabro?

ML- O que podemos afirmar é que estas empresas encontram-se paralisadas, isso deve-se, em nosso entender, em grande medida, as enormes deficiências ao nível da gestão e falta de uma política de reinvestimento coerente, tendo em conta a realidade do sector.

Por que razão, de um total 19 operadoras, apenas três estão paralisadas?

SA- Em que consiste o modelo de «Área Umpa»? E por que razão decidiu-se abandonar o anterior modelo que consistia no pagamento por tonelagem?

ML- O novo modelo a ser implementado introduz, dentre outros o conceito de «Área Limpa», que corresponde a uma abordagem integrada de limpeza pública, onde o padrão de aferição é o cumprimento de um conjunto de, requisitos de natureza quantitativa e qualitativa. Assim, esta combinação garante o estado de limpeza de uma determinada área, permite um controlo mais adequado dos encargos financeiros e proporciona um ganho de qualidade a prestação de serviço por parte das operadoras de limpeza.

Dentre os vários motivos que estão na origem da mudança, destaca-se o facto do actual modelo não integrar o poder local na gestão e fiscalização dos serviços, igualmente existe um vácuo relativamente à fiscalização dos actos dos utentes.

Com o modelo de pagamento por tonelagem, algumas operadoras não prestavam os serviços na perspectiva de limpar a cidade, mas perseguiram uma óptica meramente comercial, de forma a aumentar os níveis de facturação.

SA- Consta que o anterior modelo visava penalizar as empresas mais fracas e favorecer das mais «pesadas»...

ML- O benefício das mais fortes advém do facto de as mesmas, para além de cobrirem suas áreas, terem também de cobrir o deficit provocado pelas empresas menos eficientes, acabando por ganhar aquilo que os outros deixavam de arrecadar.

SA- Em termos de dinheiro, quanto é que a ELISAL deve as operadoras?

ML- A relação da ELISAL com as Operadoras rege-se por contrato onde estão identificados os canais e meios para o tratamento destas questões, o que não nos permite aborda-las nesta sede, na perspectiva que pretende.

SA- Fala-se também de uma dívida recíproca, ou seja, das operadoras para com a ELISAL...

ML- Sim, corresponde à verdade, visto que, no passado, foram levados a cabo vários projectos que visaram o potenciamento em equipamentos das operadoras e muitas delas até o momento possuem uma elevada dívida para com a ELISAL.

SA- A iniciativa de venda de lixo por parte dos particulares teve sucesso?

ML- Este é um programa de iniciativa do Governo Provincial de Luanda, pelo que somente este órgão poder a prestar os esclarecimentos que se impõem.

SA- Quais são os projectos da ELISAL?

ML- A empresa tem como foco a delimitação da sua actividade como concessionária e é nesta perspectiva que projectamos etapas para o desenvolvimento da gestão dos resíduos sólidos na província de Luanda, em harmonia com o definido no PESGRU (Dec 196/12 do Min do Ambiente).

Neste sentido, 3 etapas foram perspectivadas, a -saber: a primeira tem como foco a saúde pública, infra-estrutura e integração do poder local; a segunda visa a implementação do sistema de valorização de resíduos, com maior participação da população; a terceira e última etapa, atingindo maior maturidade dos processos de limpeza, com maximização da reciclagem e utilização de instrumentos do poluidor pagador.

Os principais factores que influenciaram o desenvolvimento destas perspectivas foram: a mudança da divisão política e administrativa da província, englobando 2 novos municípios: a inclusão das comissões de cidades e municípios na prestação de serviço de limpeza pública de pré-recolha de resíduos nas áreas de difícil acesso e também no acompanhamento e validação da prestação de serviço das operadoras de limpeza.

Queremos fazer uma cobertura de 100% do território para prestação dos serviços de limpeza, assim como dar uma maior contribuição e participação da população, dos comerciantes, das industriais e afins que por ora incipientes.

## 8.4 O dilema da Boavista

*Semanário Angolense*  
01 De Fevereiro de 2014

O bairro Boavista é considerado, a nível de Luanda, como um dos bairros mais deploráveis em termos de saneamento básico. Apesar de geograficamente estar próximo ou mesmo dentro do casco urbano da cidade capital, o seu nome, «Boavista», é um verdadeiro paradoxo diante da realidade daquela área.

A partir de rua Kimakienda, que dá acesso ao porto de Luanda, é possível ter uma visão do bairro todo. Ali, as construções desordenadas e humildes, para além de quantidade de lixo existente, deixam qualquer um atónito e a questionar: «como é possível conviver com tal situação?».

A agravar a situação, a partir da rua Kimakienda, onde começa a Boavista, de uma ponta a outra não existe nenhum contentor para o depósito do lixo. Os resíduos sólidos são amontoados no interior do bairro, inclusive em pequenas valas junto aos dois chafarizes que abastecem água para a população daquela zona.

Domingas Manuel moradora na Boavista há 11 anos, diz que há mais de três anos que a situação piorou por falta de contentores de lixo no bairro. «A Boavista vive este cenário há muitos anos, agora com a falta de contentores a situação piorou. Por exemplo, há três anos que a ELISAL tirou o único contentor que havia na rua Kimakienda e de lá para cá, passamos a depositar o lixo nestas valas.

A ELISAL pode fazer um mês sem recolher o lixo das valas e das poucas vezes que aparece, tira só a metade. Também falta compreensão entre nós moradores, há pessoas que chegam a deixar lixo na porta do vizinho quando a vala enche a responsável do chafariz fecha o fontenário e obriga todos a limparem e a queimarem o lixo. Só depois de limpa é que volta a abastecer a população».

Devido a quantidade de lixo existente naquela zona, os moradores vêm-se obrigados a conviver com baratas, moscas, mosquitos, ratos e vermes o que tem contribuído para o surgimento de algumas doenças.

Maria do Carmo, moradora da Boavista há 13 anos, diz que as doenças mais frequentes naquele bairro, são a malária, febre tifóide e diarreias. «Mas nos últimos anos, com a presença dos agentes comunitários da saúde, as enfermidades e os casos de óbito começaram a reduzir».

A cidadã referiu ainda que «os agentes da saúde nos têm ensinado como é que devemos tratar a água,

distribuem cloro, as mulheres grávidas recebem mosquiteiros no centro de saúde, quando temos um doente em casa levamos logo ao centro. Não digo que não há pessoas doentes aqui, mas já não é como antes».

### Diferente da Boavista

Já no distrito do Rangel a recolha de lixo não é motivo de problema para os populares. Segundo os moradores, a inquietação prende-se com o antigo problema das águas salobras que em algumas zonas, nascem nas ruas, quintais e até mesmo no interior das residências. As conhecidas ruas da Lama, Dona Amália, Imperial e a rua do Povo são as mais afectadas pelas águas salobras.

«Graças a Deus o lixo não é um problema para nós, as operadoras têm feito a recolha regularmente. A verdade é que falta organização da nossa parte. Nós moradores não temos cumprido com o horário estipulado para deitar o lixo (18h), por isso vê-se aqui -alguns lugares com lixo», deplorou.

O SA soube que houve uma baixa em termos de morte por doenças devido a intervenção das entidades sanitárias locais.

## 8.5 Samba e Benfica atolados de lixo e charcos

*Semanário Angolense*  
01 De Fevereiro de 2014

O depósito de lixo em locais não apropriados e as águas residuais estagnadas um pouco por todas as ruas e cantos da Samba e do Benfica fazem parte do «cartão-de-visita» destes bairros da cidade capital.

Há montanhas e montanhas de lixeiras espalhadas por ambos bairros, denotando-se ainda a presença de resíduos utilizados durante o período da quadra festiva, ou seja, há pouco mais de um mês.

Há cheiros nauseabundos a tresandar no ar, odores pestilentos que levam os transeuntes a desviar o olhar e a levar as mãos às narinas, como primeira reacção defensiva.

Há zonas em que os moradores perderam o rasto dos carros do lixo, não se lembrando com exactidão quando eles foram vistos pela última vez. Há memórias vagas: «Parece que foi em finais de Novembro ou no começo de Dezembro!», atiram.

Eles mostram-se apreensivos com o triste cenário que se vive na Samba e o Benfica, numa altura em que as chuvas dão sinais de aproximação. Paradoxalmente,



os moradores, que temem pela sua segurança, são eles os produtores das monumentais lixeiras, mas pouco ou nada têm contribuído para a melhoria das questões de saneamento e limpeza nos seus respectivos bairros.

«Há crianças que continuam a levar o lixo aos contentores, aos locais onde eles existem. De contrário, não têm tido outra saída senão abandoná-lo em qualquer canto, a qualquer hora», conta Teresa, uma moradora do Benfica, profundamente desgastada com a situação do lixo e das águas paradas na sua área de residência.

A ameaça de chuvas constitui motivo de preocupações para os habitantes dos dois bairros, geograficamente localizados a jusante, sendo por isso verdadeiros escoadores das águas pluviais que têm corrido em direcção ao mar.

Apesar dos esforços que foram feitos com a construção na vala de drenagem de águas pluviais da Samba, este canal de escoamento tem sido, lamentavelmente, usado para o depósito de resíduos sólidos. «Infelizmente, não são apenas os moradores que atiram o lixo para a vala, há também empresas que enviam os seus camiões para aqui descarregarem restos dos materiais de construção», denuncia Mussungo André, morador da Samba há mais de 40 anos.

Focos de doenças o bairro da Samba tem sido um dos lugares mais concorridos, sobretudo aos fins-de-semana, devido à enorme procura de peixe na «Mabunda», um vasto mercado ao céu aberto, a escassos metros da praia, sem as devidas condições higiénicas.

Todavia, o lixo que lá se produz não é unicamente resultante da comercialização do pescado. No mercado vendem-se também roupas de diversas marcas, vários produtos alimentares, bebidas alcoólicas, alimentos já confeccionados em «barracas» improvisadas, que não oferecem as mínimas condições higiénicas.

No local deu para observar que muitos alimentos têm sido confeccionados junto aos amontoados de lixo, com muitas moscas, baratas e ratos à mistura, o que constitui um verdadeiro atentado à saúde pública.

Apesar do potencial risco de contaminação, Maria António, dona de uma das barracas de comes e bebes, não parece incomodada com o cenário dantesco à sua volta.

Questionada pela reportagem do *Semanário Angolense* sobre as condições de higiene, disse, de

forma algo surpreendente, que «os clientes já se acostumaram ao ambiente».

Com um ar sorridente, adiciona: «Eles não complicam, o que importa é ter a comida bem preparada».

Indiferente ao lixo e aos perigos à saúde humana, Maria dava os últimos retoques no pitéu agendado para o almoço, cujos preços variavam entre os 300 kwanzas e os 800, enquanto clientela aguardava pela refeição. Sem se mostrar minimamente perturbada com o lixo, as moscas, ratazanas e baratas, estava tudo numa boa!

## 8.6 Saneamento básico em Viana é lamentável

*Semanário Angolense*

*01 De Fevereiro de 2014*

Actualmente o município de Viana é o que mais cresce à nível da província de Luanda, com o aumento quase que constante de novos bairros. Contudo, a falta de um serviço competente na recolha de lixo e do saneamento básico é bastante notório, porquanto, com o aumento da população também cresceu substancialmente a produção de lixo.

Os resíduos acumulam-se em enormes quantidades, também porque o sistema de recolha anterior baixou de nível. Anteriormente a operadora, além de recolher os amontoados em diversas zonas do município, também fazia a recolha de porta à porta nos diferentes bairros. Os moradores já estavam habituados e todos os dias depositavam o lixo doméstico, em sacos, diante das suas portas. A partir das seis horas da manhã os camiões rondavam os bairros e com fortes buzinas avisavam os moradores. Dessa forma, mesmo os mais distraídos eram alertados e ninguém guardava lixo. O sistema funcionou bem até meados de 2012; depois, para surpresa da população, foi desaparecendo até que "os camiões deixaram de circular. Não tendo outra alternativa, os populares foram depositando o lixo nas ruas, nas valas e, sobretudo, no espaço do caminho-de-ferro e mesmo sobre a lilha. Em alguns pontos existem contentores mas, mesmo aqueles, ficam tão abarrotados que o lixo se acumula no chão, porque não são descarregados regularmente.

O *Semanário Angolense* (SA) visitou alguns bairros do município de Viana e constatou que, no bairro da Caop, por exemplo, junto da estação do CFL, por detrás do muro, há uma praça, ao lado há uma dependência da empresa de distribuição de água e,

por incrível que pareça, ao redor há um grande foco de lixo produzido pelas vendedoras a que se acresce o lixo doméstico depositado pelos moradores.

A situação é alarmante e está a tornar-se num sério problema de saúde pública. Às vezes, gente há que incendeia o lixo e a situação torna-se simplesmente insuportável por causa do fumo que se infiltra pelas casas e provoca uma tosse que põe em perigo, principalmente, a saúde das crianças.

A lixeira está a crescer e a invadir o quintal do caminho-de-ferro. A operadora SGO que tem a responsabilidade de recolher o lixo em Viana, de vez em quando destaca uma equipa para recolher o lixo, mas os trabalhadores limitam-se a juntar o lixo, mas não o removem do local.

Esta situação, de lixo acumulado, regista-se em quase todos os bairros e estradas daquele município, conforme foi constatado pelo SA. Em alguns lugares as concentrações de lixo são tão grandes que assustam.

Os moradores preocupados com a situação e com o perigo que os focos de lixo podem causar à saúde dos seus filhos e não só, pela procriação de vermes, mosquitos e cheiros nauseabundos, apelam a quem de direito para encontrar soluções viáveis para o caso.

A esta propósito, as comissões de moradores e a população em geral de alguns bairros, já escreveram cartas para a administração municipal e o gabinete da direcção-geral da SGO, responsável pelo saneamento básico, mas nunca tiveram qualquer resposta.

«Como munícipe de Viana encontro-me muito preocupado com o saneamento básico do nosso município visto que estamos em época de chuva; não sei como vamos viver com tanta lixeira que ultimamente se regista em algumas zonas do nosso município; acho que deviam contratar mais operadoras para trabalhar na recolha do lixo cá no município, porque Viana está a crescer a cada dia que passa e o número de moradores aumenta.

Por este motivo, as operadoras que prestam serviços na área do saneamento básico devem ser mais responsáveis e fiscalizados pela administração local», disse o jovem Viegas, estudante universitário.

## 8.7 Dos Anjos também soterrado pelo lixo

*Jornal A capital*

*06 De Fevereiro de 2014*

Até às primeiras horas da manhã de sexta-feira, 07, com o fecho desta edição praticamente consumado, o jornal A Capital aguardava ainda por um comunicado do Governo de Benguela a dar conta dos resultados do concurso público que elegeu novas operadoras para a recolha e tratamento do lixo nas principais cidades da província.

Ainda que se admita que a nota tenha sido disponibilizada à imprensa momentos mais tarde, na pior das hipóteses, não há como fugir da observação crítica de agentes envolvidos num negócio que vai movimentar três mil milhões de Kwanzas, surgindo questionamentos à volta do factor transparência.

Talvez não merecesse qualquer objecção se o governador Isaac dos Anjos não tivesse a «coragem» de apontar graves falhas ocorridas na gestão do general Armando da Cruz Neto. Não se está a falar, por ora, de contratos não ratificados pelo Tribunal de Contas ou sem um prazo de execução definido, dois dos pecados descobertos pelo Eng. agrónomo, mas de aspectos que, embora bem menos graves, acabam por ser adversos a práticas de boa governação e de transparência.

De acordo com fontes deste jornal, Isaac dos Anjos, que prefere não acreditar que a recolha de resíduos sólidos seja «um negócio dos governantes», fica mal na fotografia quando se olha para a entrada em cena de uma Rangol, na Baía Farta, há já uma semana, com algumas das partes interessadas alheias aos resultados do concurso, provavelmente já homologados.

Esta nova operadora, substituta da Sanágua, firma que se dizia «muito surpreendida» com todas as movimentações, tem a companhia de uma outra estreante no mercado, cujo nome continuava no segredo dos Deuses.

O que já se sabia, sempre na linha do que este semanário vinha noiciando, é que a Sanágua e a Ambitec foram excluídas, acabando como sobreviventes do anterior figurino a Vista e a Ambíáfrica. Nem mesmo a empresa que fiscaliza esta empreitada, a Eco-urb, que também se encontrava à espera da sua

sorte, pelo menos até há uma semana, tinha informações sobre a substituição de operadoras.

Um quadro sénior da Vista confidenciou que as empresas com nota positiva foram informadas de forma isolada. «Não posso pormenorizar detalhes sobre os critérios para a definição do novo modelo, talvez o Governo o faça quando prestar todas as informações sobre os resultados, mas a verdade é que continuamos neste processo», acrescentou a fonte deste seminário.

Outro aspecto relevante apurado pelo A Capital é que a Rangol, empresa que não pôde ser consultada (ainda não estará instalada), pretendia adquirir parte do equipamento da Sanágua, mas terá recebido nega da empresa que abandona o circuito.

Perante esta trapalhada, houve quem quisesse saber se o Conselho de Auscultação e Concertação Social, que ouviu Isaac dos Anjos abordar um «assunto polémico por envolver muito dinheiro», teve conhecimento destas movimentações «susceptíveis a interpretações pouco abonatórias em relação a um dirigente que vem desmontando ilegalidades com a chancela do seu antecessor. «Pelas repercussões que tais declarações provocaram, impunha-se uma explicação ao pormenor e atempada, diferente de um comunicado de imprensa», sugere um dos nossos interlocutores.

Ele lembra que na transição da era de Dumilde Rangel para a de Armando da Cruz, há cinco ou seis anos, o anterior vice-governador para a área Técnica e de Infra-estruturas, Eng. Henrique Calengue, na altura director do Gabinete de Estudos e Plano, esteve na administração a prestar todas as informações inerentes ao aumento do número de operadoras o «Não estou a dizer que a gestão foi das melhores, até porque acaba de ser criticada pelo actual governador, mas estou a ressaltar o gesto», frisou.

Apesar de não ser um interveniente directo, o Sindicato da Administração Pública e Serviços, parceiro social do Governo Provincial de Benguela, é também uma parte interessada que se limita a tomar apontamentos de rumores. O secretário para os assuntos jurídicos, Custódio Kupessala, confirma que a sua organização gostava de ter já uma informação oficial, sendo certo que terá de dar solução ao problema dos cerca de 500 funcionários que ficam no desemprego por força da saída de duas operadoras. «Pretendemos incluí-los nas empresas que entram, é muita gente sem emprego. Mas precisamos, como deve perceber, de uma informação precisa», adverte.

## 8.8 Mais e cinco mil famílias já consomem água potável na periferia da Gana

*Jornal O Continente*  
07 De Fevereiro de 2013

Cinco mil e 806 famílias residentes nos arredores do município da Ganda, 201 quilómetros a Este da cidade de Benguela, começaram, terça-feira, 4 de Fevereiro, a beneficiar do consumo de água potável, com o início do funcionamento de três sistemas de produção e abastecimento implantados nas áreas de Lukuakua, Tchikandula e Cachiquengue.

Concebido pelo governo provincial de Benguela, no âmbito do Programa Águas para Todos (PAPT), o projecto consistiu na construção de furos de captação e comporta tanque reservatório, com capacidade de cinco mil litros, e dois chafarizes, para atender seis pessoas em simultâneo, cujo funcionamento se processa através do sistema de gravidade e drenagem.

O administrador adjunto da Ganda, Bartolomeu Dumbo, que procedeu à entrega formal das infra-estruturas básicas, incentivou às comunidades beneficiárias a utilizar os chafarizes de modo cuidadoso, para que os mantenham conservados por muito mais tempo.

Um soba da povoação da Tchikandula contou à imprensa que, há 12 anos, a população consumia água abastecida através de bombas manuais construídas pela organização não governamental Oxfam.

Disse que, com o passar do tempo, os equipamentos degradaram-se e as pessoas percorriam longas distâncias em busca de água para o consumo.

A inauguração dos três sistemas de produção e abastecimento de água aos habitantes de Lukuakua, Tchikandula e Cachiquengue enquadrou-se no âmbito dos festejos do 53º aniversário do início da Luta Armada de Libertação Nacional, assinalado no dia 4 de Fevereiro.

## 8.9 Reciclagem. O lixo recupera vidas

*Jornal Agora*  
07 De Fevereiro de 2014

O troar do gerador, entrecortado pelo maquinar de lâminas de carpintaria e serralharia, confirma a dinâmica robotizada que trava o olhar à entrada de uma improvisada unidade de produção. Lado a lado

com montes de garrafas de plástico desalinhasadas sobre terra batida; abrigadas debaixo de toldos de chapas cansadas e empoeiradas, dezenas de mãos despacham rotinas.

Numa paisagem dominada por gestos e despedida de conversas, tudo à volta remete para o ambiente mecânico de uma fábrica até tropeçarmos na vocação familiar por detrás da

azáfama operária.

Aninhada sobre panos africanos, à sombra de uma ampla bancada de madeira resguardada da chinfrineira produtiva, uma criança dorme sob o olhar intermitente da mãe, desdobrada entre a vigilância materna e a transformação de garrafas de plástico em vassouras.

O processo desenvolve-se a partir do centro de operações da VassoForça, microempresa de reciclagem nascida a partir do trabalho da Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APACP) com a população da lixeira do Golf II.

"Começámos por desenvolver um projecto a partir da preocupação de realojar as famílias, dando-lhes água e tecto, mas a determinada altura deparamo-nos com questão do emprego", conta Gilberto Domingos João, cofundador da APACP, assessor e chefe de produção da VassoForça.

Às voltas com a dificuldade de desenrascar uma ocupação para alguns dos realojados depois de a maior parte ter sido encaminhada para o mercado laboral graças à abertura dos parceiros sociais -, a associação lembrou-se de tirar partido do know-how dos antigos catadores de lixo.

#### FORMAÇÃO SOB IMPULSO DO BRASIL

"Melhor do que ninguém, eles estão habituados a reaproveitar. O que fizemos foi ensinar-lhes a fazer o que já faziam de uma forma mais significativa", assinala o assessor, desconstruindo as etapas de uma caminhada de superação.

O ponto de partida surgiu a partir das viagens da presidente da associação, Deolinda Bebiana de Almeida, que, numa deslocação pelas províncias, travou conhecimento com um empresário brasileiro especializado na área da reciclagem.

Do encontro casual para o planeamento de uma formação em reutilização de resíduos,

escreveu-se a solução para os problemas de empregabilidade de pelo menos 22 pessoas.

Quase três anos cumpridos desde o "treino", expressão que resume a experiência do ex-formando Carlos Adão António, a Vasso-Força prepara-se para duplicar a equipa para 44 elementos.

Desde o primeiro momento na linha de montagem, Carlos António compensa com os movimentos o que não consegue transmitir por palavras.

Embora exiba no corpo o castigo de 54 anos de provações - marcados pela sobrevivência à lixeira do Golf II -, o decano das operações da VassoForça carrega e corta garrafas com a energia ininterrupta de uma máquina.

Antes, recorda entre dentes, "a vida ia-se levando", enquanto agora "vai bem". Neste encaminhar do destino, o ex-catador do Golfe orgulha-se de exibir um tecto, situado no mesmo Zango onde as garrafas de plástico, doadas por empresas e particulares, colocam-se ao serviço da limpeza das ruas da capital.

#### VASSOURAS POR MÊS PARA A EUSAL

"O nosso principal cliente é a Elisal", revela Gilberto Domingos João, de contas ajustadas nas encomendas da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda, que em tempos chegou a solicitar 1.000 vassouras por mês - correspondentes a uma facturação de 1 milhão de Kwanzas.

"Dava-nos muito jeito porque conseguíamos pagar mais facilmente o nosso pessoal e ainda obter algumas reservas", recorda o chefe de produção da microempresa, entretanto atingida - através das restrições da Elisal pelos apertos do Orçamento Geral do Estado.

Apesar do contratempo, a Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza não se desviou da natureza transformadora, e, fiel à vocação do projecto de reciclagem, superou os desperdícios, renovando-os.

O princípio materializa-se na diversidade de criações que a VassoForça vai produzindo a partir do lixo: além das vassouras, trabalhadas em três modelos, a empresa desenvolve camas e puffs - igualmente a partir de garrafas de plástico - e, mais recentemente, também se aventurou no fabrico de blocos de construção ecológicos.

"Até o nosso parceiro brasileiro fica surpreendido, porque o que ele nos deixou como

formação é muito menos do que já recebeu", nota o assessor da microempresa de reciclagem.



A diferença entre o antes e o depois percebe-se pelo anunciado alargamento da estrutura da empresa, e pelo "orgulho" que aproxima os relatos de Florínda Vunge, de 31 anos, e de Anselmo José, de 28.

Juntos na celebração da mudança, os colegas de reciclagem ocupam-se de tarefas complementares: ela acompanha a entrada das garrafas na cadeia de produção, ele encarrega-se de acertos de serralharia.

Entre uma e outra etapa do processo, que termina com acabamentos de pintura e um produto 80% reciclado, percorrem-se amontoados de serradura - resultantes dos cabos de madeira - e desperdícios de plástico, numa sucessão de sobras que promete ter os dias contados.

"Estamos a estudar possíveis aplicações para estes materiais", adianta o chefe de produção, de olho na transformação do PET termo técnico que designa a matéria-prima por detrás das criações da Vasso-Força - em peças de roupa.

Os planos de 'vestir o plástico' esbarram, contudo, na dificuldade de encontrar um parceiro no meio industrial, impenetrável diante da concorrência de actores mais astutos.

#### REASSENTAR FAMILIAS COM BLOCOS ECOLÓGICOS.

A desvantagem no sector do vestuário promete contudo inverter-se no domínio da construção, com a aposta nos blocos ecológicos.

"Estamos a reassentar 500 famílias, num total de 3.600 pessoas, por isso esta aplicação acaba por ser uma forma de aumentar a nossa auto-suficiência", nota Gilberto Domingos João.

A perspectiva abre caminho à edificação de uma aldeia ecológica inédita, e ao alargamento do número de beneficiários do projecto.

"Como somos uma empresa integradora, temos lugar para todo o tipo de pessoas, incluindo surdos, mudos e portadores de outras deficiências. Por isso, quantos mais projectos tivermos, mais gente conseguiremos empregar".

Os planos de expansão assentam não apenas na diversificação produtiva, mas também em novas oportunidades de negócio: depois dos resultados animadores obtidos em Luanda, a microempresa prevê estender a actividade ao Huambo. Para transformar vidas.

## 8.10 Centralidade de Cacuo vive sérios problemas

*Semanário Angolense*

*08 De Fevereiro de 2014*

Depois de uma enxurrada que se abateu sobre Luanda, a equipa de reportagem do *Semanário Angolense*, viajou até à Centralidade de Cacuo, com vista a constatar os rumores, segundo os quais, a Centralidade de Cacuo debatia-se com a falta de água e energia eléctrica.

À nossa chegada ao novo conglomerado habitacional, deparámo-nos com jovens, mulheres sentadas com criança ao colo, com recipientes para água e materiais de limpeza. Abordámo-las e disseram: «somos trabalhadores de limpeza, trabalhadora de limpeza.»

O ambiente estava calmo, vendo-se aqui e ali algumas pessoas circularem; edifícios há que ainda se encontram fechados, a maior parte dos detentores de apartamentos, ou por falta de meios para lá chegarem ou por o sítio carecer de outras necessidades indispensáveis, vão adiando a sua mudança para o novo bairro, sendo, porém, já visível a aflição dos poucos moradores.

Prosseguindo a nossa caminhada exploratória, encontrámos uma instituição encerrada, que, ao que soubemos, é uma instalação da tristemente célebre EDEL; por detrás, jovens com bidões, de 25 litros, sobre a cabeça, acarretando água para suas respectivas casas.

Aliás, nunca se sentiu a presença do precioso líquido nas torneiras das casas da Centralidade de Cacuo. Outros cidadãos transportavam recipientes idênticos aos últimos, amarrados às costas, como se de bebés de tratasse, tudo para pelo menos encontrar alguém que os contratasse para qualquer trabalho doméstico.

Negócio da água é rentável

No decurso da ronda ao local, a equipa do SA cruzou-se com um jovem, de nome Marcos, que, conduzindo um motorizada de três rodas, carregava 20 bidões de água para os edifícios, custando cada recipiente 150 mil Kwanzas,

Marcos, morador da vila de Cacuo, explicou que fazia os seus biscates nalguns mercados, como do Kikolo e do Panguila, mas, desde que se apercebeu do problema da falta de água na Centralidade, decidiu transportar água com o seu motociclo para os referidos edifícios.

Outras duas mulheres batalhadoras, com bebés ao colo, carregavam igualmente bidões de água em



direcção ao bloco I, II, III e IV. Questionadas sobre onde carretam a água, uma delas respondeu que saía do bloco X, de onde a tiram gratuitamente, mas que, devido à distância e à subida e descida das escadas para a cada casa, cobram entre 300 e 250 Kwanzas por cada recipiente.

Com isso quer dizer que os preços de cada bidão de água varia em função dos andares, se for do quarto para baixo 250 do quarto em diante 300 kwanzas. Donas de casa que abandonam as suas residência de manhã cedo em direcção à Centralidade à procura de algum trabalho para o sustento de casa.

Rosa Sebastião, moradora da Centralidade, disse a este jornal que estão sem água desde que foram lá viver, porque, segundo os construtores da obra, esses edifícios estão numa inclinação e lá o líquido tem pouca pressão.

Também falta hospital

Para além da água, a Centralidade está desprovida de um hospital, administração local, os semáforos não funcionam, causando grandes transtornos aos automobilistas, principalmente no período da noite.

«Acarreto água para a minha casa, não tenho dinheiro para pagar as senhoras todos os dias, vivo com uma filha, uma neta e o meu marido, quantos bidões de água tenho de comprar para uma semana, é muito dinheiro gasto», reclamou Rosa.

Por seu lado, Manuel Tavares, igualmente morador, há dois meses, explicou que os mestres da obra alegaram que é necessário comprar alguns tubos colossais para inverter a situação da água, uma das principais necessidades carências, senão a principal.

Há algum tempo, também já se registava dificuldade em termos de energia eléctrica. Esse «centralista» revelou que outro problema que apoquentas os habitantes diz respeito à fragilidade das chaves dos apartamentos, que facilmente se destroem.

«As chaves são muito frágeis, já houve casos de moradores que, ao abrirem a porta, a chave partiu-se e ficou presa na fechadura, situação essa que forçou a que alguns a passassem a noite fora de sua casa e outros arrombassem a porta» informou Manuel.

Mosquitos, ratos, baratas...

Acrescentando que, nesses casos, muitos recorrem aos chineses para que estes ajudem a retirar a chave sem causar dano à porta. Caso contrário, a situação complica-se.

Segundo o nosso interlocutor, as dificuldades que enfrentam são piores que na periferia. Por uma questão de prevenção, ele mandou fazer cópia da sua chave, mas com um material mais resistente.

Outro incómodo é o jardim de capim à volta dos edifícios, que tem causado muitos mosquitos durante a noite. O mínimo movimento de pessoas é suficiente para agitar os mosquitos, a que se juntam baratas, ratos, formigas, perturbando o sossego dos moradores.

«Pelo menos que resolvessem mínimo das dificuldades antes da venda ou da distribuição das casas, eu, para ter água, tenho de movimentar a carrinha com bidões até à cidade», expressou.

Disse sentir receio de ali viver, pois os problemas a cada dia que passa vão-se multiplicando uns após outros», lamentou o morador, acrescentando que até o tipo de blocos com os quais foram construídos os edifícios são frágeis, temendo que um dia as edificações venham a desabar, pelo facto de ouvir que algumas delas já apresentam fissuras.

«Para mim, estes prédios não têm resistência, pelo tipo de blocos com foram edificadas, prova disso, ao tentar esburacar a parede, ela desfaz-se como se fosse um bloco feito com massa fraca», desabafou.

Pensa que devia haver um controlo de nivelamento dos prédios a cada cinco meses para que houvesse melhor verificação da estrutura. «Mas, por fora, a estrutura arquitectónica é uma beleza», admitiu o residente. Entretanto, alguns prédios da Centralidade do Kilamba, propriamente no bloco X, também estão com alguns problemas de energia eléctrica.

## 8.11 Investimento público na energia e águas

*Jornal de Angola*

*13 De Fevereiro de 2014*

O Governo Provincial do Cuanza Norte prevê investir, este ano, 1,332 mil milhões de kwanzas no sector da Energia e Águas, de acordo com o Programa de Investimentos Públicos (PIP) local.

O documento do Governo do Cuanza Norte para o ano económico de 2014 indica que a soma consagrada ao sector da Energia e Aguas representa 21 por cento do total dos investimentos previstos.

Entre os projectos a serem desenvolvidos neste sector fazem parte a construção da rede de captação e distribuição de água em localidades dos municípios do Bolongongo, Samba Cajú e Cambambe.

No sector de energia está prevista a construção de uma rede de distribuição de média e baixa tensão de energia eléctrica nas cidades de Ndalatando (capital da província) e do Dondo (sede do município de Cambambe), assim como a construção da linha de transporte de energia da barragem de Capanda para o município de Quiculungo. O Programa de Investimentos Públicos do Cuanza Norte para o presente ano económica compreende um orçamento de 6.267 milhões de kwanzas destinados à concretização de 29 projectos de construção e reabilitação de infra-estrutura em diversos sectores públicos.

## 8.12 Moradores da centralidade de Cacuo clamam por apoio Urgente

*Jornal Manchete*

14 De Fevereiro de 2014

Os moradores da Centralidade de Cacuo, continuam a enfrentar uma série de carências como à falta de água potável canalizada, assistência sanitária e transportes públicos. Os mesmos pediram a intervenção imediata da administração municipal, no sentido de resolver a situação o mais urgente possível.

O representante da comissão de moradores da mesma centralidade, Nelson dos Santos, começou por referir a situação da escola que ali foi construída, para albergar os alunos aí residentes. Segundo o mesmo, efectuaram-se mais de seis mil matrículas em diversas classes, mas até ao momento os estabelecimentos ainda mantêm as portas fechadas e nem sequer foram apetrechados.

Quanto ao abastecimento de água potável, Nelson dos Santos, disse que os moradores têm que percorrer longas distâncias a busca do preciso líquido.

Os mesmos já pediram várias vezes a EPAL no sentido de resolver o problema, tendo esta empresa, por sua vez, se comprometido em dar respostas ao assunto, o que não aconteceu até agora.

A falta de serviços de saúde é também outra preocupação daqueles moradores. Até ao momento nem sequer foi construído um posto de saúde na zona, o que obriga os residentes a recorrer ao hospital municipal de Cacuo.

Por sua vez, a administradora municipal considerou que o problema que os moradores da Centralidade de Cacuo apresentaram devem merecer maior atenção.

A responsável não deixou de mostrar a sua preocupação com a situação da escola, uma vez que o ano lectivo já teve o seu início e a mesma ainda mantém as portas fechadas.

"É responsabilidade do Governo, não só a nível local, mas também da província de Luanda. Nas escolas da Centralidade de Cacuo foram inscritos cerca de cinco mil alunos e esta é a altura que a Direcção Provincial de Educação deve encontrar solução urgente para resolver a situação dos moradores", disse.

A administradora Rosa Janota Dias dos Santos anunciou, por outro lado, que está para breve a colocação de posto de saúde móvel para atender a população, até que seja construído um hospital de referência naquela zona.

## 8.13 Corimba sem água e sem luz

*Jornal Folha 08*

15 De Fevereiro de 2014

O Bairro da Carimba, sito no município da Samba está sem água há mais de 4 meses e a energia eléctrica vem e vai, por vezes durante mais de quinze dias. Os moradores da antiga rotunda estão a atravessar momentos difíceis, pelo facto de as empresas distribuidoras de água e energia de Luanda os ter votado a um esquecimento quase total. Facto curioso é que, como acontece noutros bairros, sempre que há falhas no fornecimento de energia eléctrica os moradores são obrigados a contribuir com valores monetários, que geralmente são entregues aos fiscais da Edel que se deslocam àquela área. Pouco depois, a energia é restabelecida. Mas, três ou quatro dias depois a escuridão volta a tomar conta do local. Os munícipes, vítimas desta injusta exploração, queixam-se das consequências que esta situação pode criar, como o aumento da delinquência e a deterioração dos víveres depositados nas suas arcas.

O verdadeiro problema é que esta trapaça dos homens da Edel, não é do cunho da Edel, pois esses homens nem são funcionários da Edel e o facto de os dirigentes dessa empresa continuarem a envidar esforços para aumentar a sua eficácia e criar condições para que se verifique uma melhoria sensível nas condições de aprovisionamento de energia eléctrica na cidade capital, é reduzido a pouca ou nenhuma coisa pelo facto de alguns dos seus ex-fiscais fazerem desta prática dolosa e enganadora um dos seus principais meios de sobrevivência.

## 8.14 Novação

*Jornal Acapital*

15 De Fevereiro de 2014

Uma empresa de capitais luso-angolanos vai investir no aproveitamento e transformação de resíduos sólidos em Angola, onde, para o efeito, prevê aplicar cerca de 7 milhões de dólares para o desenvolvimento do negócio, inicialmente, na província do Bengo.

O projecto mereceu já a aprovação da Agência Nacional para o Investimento Privado de Angola, com quem a Resifluxe celebrou recentemente um contrato a proposto.

Depois do contrato selado, os investidores representados pela jurista Noémia Pedro consideram estarem as bases criadas para que a empresa possa dar início à implementação do projecto ao nível da província eleita.

O negócio, segundo fontes da referida empresa, consistirá no aproveitamento e transformação de resíduos sólidos, o que, para tais fontes, marcará o início de um verdadeiro processo de reciclagem do muito que se leva ao lixo.

Na mesma ocasião, 22 outros contratos de investimentos, avaliados em perto de 300 milhões de dólares norte americanos foram celebrados entre o organismo encarregue de implementar a política sobre Investimento em Angola e empresas promotoras.

Entre os contratos rubricados constam projectos que prevê a instalação de uma unidade de salga e secagem de bacalhau na província de Benguela.

A ANIP considera satisfatório o volume de investimentos aprovados, embora a maioria deles fuja das áreas mais carentes como o sector da agricultura.

O governo angolano estabeleceu vários incentivos fiscais para os investidores apostarem em projectos nas províncias, como isenção de taxas aduaneiras, que podem chegar aos 50 por cento, para além de isenção de imposto industrial, pode atingir uma isenção de 15 anos, dependendo do encaixe do projecto nas prioridades definidas pelo governo.

Mas, ainda assim, a agricultura parece não cativar ainda a preferência dos investidores, a olhar para os projectos que chegam a ANIP.

## 8.15 Sistemas de distribuição nas comunidades rurais

*Jornal de Angola*

16 De Fevereiro de 2014

Este ano, 38 novos sistemas de captação e distribuição de água potável vão ser instalados nos 11 municípios do Huambo, no âmbito do Programa Água para Todos, anunciou o director provincial do sector.

Jorge Andrade referiu que o Programa Água para Todos, "além de contemplar os 11 municípios, vai beneficiar as sedes comunais, ombalas e aldeias.

A instalação de mais sistemas de captação e distribuição de água consta da lista das grandes prioridades do Governo, visando incentivar a população no consumo de água potável. Jorge Andrade informou que os novos sistemas de distribuição de água nas zonas rurais vão evitar que a pessoas percorram grandes distâncias para se abastecerem.

No âmbito do Programa Água para Todos está prevista a inauguração, nos próximos tempos, de mais sistemas de distribuição na cidade do Huambo, anunciou o director Jorge Andrade.

O director provincial da Energia e Água anunciou mais 19 mil ligações domiciliarens nos próximos três anos, para beneficiar as populações dos bairros de São João, Calomanda e São Pedro.

Jorge Andrade disse que a expansão da rede de distribuição de água à cidade do Huambo vai cobrir 45 quilómetros da rede domiciliar.

## 8.16 Moradores deitam o lixo em frente à escola

*Jornal de Angola*

17 De Fevereiro de 2014

O Instituto Médio de Economia do Kilamba Kiaxi (IMEKK), no Bairro Popular, foi cercado pelo lixo despejado no local pelos moradores da zona. O cheiro não deixa em paz os alunos e trabalhadores da escola e os próprios moradores causadores da situação.

Para além do lixo o instituto vive no meio de buracos e águas paradas resultado de valas em mau estado de conservação e dos trabalhos intermináveis ao longo da via que liga a Rua Machado Saldanha à Rua da Gabela, situação agravada pela existência de sistemas de canalização antigos.

A porta de entrada para os trabalhadores e para a direcção da escola está vedada pelo lixo, que surge de todos os lados. O muro do estabelecimento serve também de parque de estacionamento e de oficina. Os vendedores ambulantes que por ali passam agravam a situação despejando mais lixo nas valas de escoamento.

Os mecânicos compram os materiais nas lojas ao longo de toda a extensão da Rua Machado Saldanha e é junto à escola que arranjam os carros e deixam as peças desnecessárias e as carcaças de carros. A directora do Instituto Médio de Economia do Kilamba Kiaxi, Irene Costa, disse à reportagem do Jornal de Angola que já não sabe a quem mais escrever para solucionar esta situação.

"Não conseguimos entrar no recinto escolar pela porta principal porque colocaram aí o contentor. A população deita o lixo aqui porque é onde foi colocado o contentor e porque não aceitam ir mais longe."

#### Tomada de consciência

Irene Costa diz que para acabar com a situação os moradores têm de tomar consciência e a administração do bairro Neves Bendinha deve exigir às empresas de recolha de lixo a colocação dos contentores em locais apropriados: "Não podem pôr contentores de lixo junto às instituições escolares. Quando chove o lixo e os vermes entram para o pátio da escola, o que parece um cenário de filme de terror".

A directora do IMEKK pediu aos pais e encarregados de educação que parem de mandar as crianças deitar o lixo. "Elas chegam ao local e depositam o lixo no chão por não terem altura e os mais velhos, como não querem pisar no lixo, despejam por cima do que encontram. Pedimos aos órgãos de comunicação social que divulguem esta informação para chegar a quem de direito."

Manuel André, contínuo do instituto, contou que a situação tem vindo a piorar porque o lixo está a afectar a direcção geral, a sala de informática e uma sala de aulas.

#### Muros partidos

"Às vezes deitam fogo ao lixo e o fumo entra nas salas e os alunos ficam com medo. Nós é que temos de apagar o fogo. O contentor é trocado de lugar de tempos em tempos e quando a empresa recolhe o lixo não tem cuidado e atira o tractor contra o muro da escola, danificando-o." Valdemar Chinino é estudante de contabilidade no IMEKK e não está contente com o cenário que se vive na escola. "Esse

lixo causa doenças graves. Temos tido aulas mas há salas onde o cheiro é intenso e não conseguem funcionar."

Estefânia Tchitino é empregada de limpeza no Instituto Médio de Economia do Kilamba Kiaxi e sente-se indignada com a situação que já fugiu do controlo da instituição.

"Nós varremos sempre a parte exterior do recinto escolar mas desde que essas lixeiras apareceram limpamos até onde começa o lixo porque os bichos são muitos."

A funcionária conta que os moradores deitam o lixo em qualquer sítio estando o contentor cheio ou vazio:

"Já recolhi um cão morto e tive de o colocar no contentor, isso é errado e não pode continuar a acontecer."

Os alunos não deixam de vir à escola mas reclamam por causa do cheiro". O administrador do Bairro Neves Bendinha, Manuel Feliciano, disse ao Jornal de Angola que o problema do lixo está a ser acompanhado pela administração do bairro tendo a situação piorado ultimamente "porque a empresa Soproenge que prestava serviço de recolha de lixo está com problemas".

A recolha de lixo é feita pela Elisal e outras empresas contratadas.

"Estamos a trabalhar com a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda a quem fornecemos dados todas as semanas e enviamos fotografias com o estado em que se encontram algumas zonas do bairro", explicou Manuel Feliciano, recordando que antes de a Soproenge ter problemas a administração do bairro já tinha pensado em tirar o contentor de lixo da porta de entrada do Instituto de Economia.

"Temos uma lista com 29 áreas que precisam de apoio urgente porque para além do lixo há águas paradas e buracos, o IMEKK está em décimo primeiro lugar."

O administrador do Bairro Neves Bendinha referiu que a administração ainda não recebeu meios para trabalhar.

"Reportámos a situação à Comissão Administrativa de Luanda propondo medidas, o nosso trabalho é feito com deficiências mas está a ser concluído porque se não fizessemos nada os problemas ainda eram piores".

Manuel Feliciano explicou que o contentor vai ser colocado no Parque Infantil Augusto Ngangula, que



também se encontra em estado avançado de degradação, estando por isso fechado e habitado

### 8.17 Soyo consome água potável em breve

*Jornal de Angola*  
17 De Fevereiro de 2014

Uma nova estação de tratamento água (ETA) é construída dentro próximos três meses na comunidade da Ilha da Ponta do Padrão, no município do Soyo.

As obras de construção da estação financiada pelo Governo Provincial do Zaire e a cargo de uma empresa italiana, arrancam em breve no sentido de fornecer água aos cerca de 5.000 moradores da ilha.

A futura estação da Ponta do Padrão vai produzir de início 40 metros cúbicos de água potável, quantidade que ascende gradualmente 50 metros cúbicos por dia.

No projecto está igualmente contemplada a instalação de chafarizes e lavadouros, com oito posições cada, no sentido de levar água potável para todos os moradores da do Padrão.

O governador do Zaire, Joanes André, visitou a ilha acompanhado pelo seu homólogo do Cuando Cubango, Higino Carneiro, e apelou ao empreiteiro a cumprir o prazo contratual.

O chefe executivo da Euro Mec, construtora da estação, Gianandrea de Cândido, disse que os estudos feitos pela empresa demonstraram que o local ideal para a captação da água a ser dessalinizada para o consumo humano deve ser a a foz do rio Zaire.

Com esta estratégia devia-se aproveitar a areia que o caudal do rio transporta para o mar, como primeiro elemento para filtração da água. "Nós vamos construir furos de quatro a cinco metros de profundidade, de onde vamos retirar a água para os tanques, conhecidos por pulmão, antes de ser tratada a partir da ETA da Ponta do Padrão", acrescentou o responsável. Os moradores da Ponta do Padrão, na voz do soba Lúcio Nelembi, agradeceram ao Governo Provincial do Zaire pelo esforço que desenvolve para levar água potável aos habitantes da ilha.

A população da ilha espera que se aposte também na construção de escolas para que as crianças deixem de percorrer longas distâncias, até à cidade do Soyo, com vista a prosseguir os estudos.

### 8.18 EP AL reuniu os quadros técnicos

*Jornal de Angola*  
18 De Fevereiro de 2014

Termina hoje, em Luanda, a primeira reunião de quadros da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) sobre o tema "Desafios para o Futuro". O presidente do conselho de administração, Lionídio Celta, informou que os projectos do Bita e Quilonga são os maiores em curso.

"Com a entrada em funcionamento dos dois projectos até 2030, todos os habitantes de Luanda vão beneficiar do abastecimento de água", disse.

Lionídio Ceita anunciou uma reestruturação da EPAL para que todos os trabalhadores possam estar preparados e enfrentar os próximos desafios.

No projecto das 700 mil ligações domiciliárias estão executadas 200 mil, "mas apenas 100 mil estão a funcionar, isso se deve à falta de iniciativa e autoridade de algumas Administrações Municipais", acrescentou.

O maior problema no abastecimento de água a Luanda é a falta de comunicação entre os clientes e a empresa. O presidente do conselho de administração da EPAL referiu que a falta de organização, de quadros profissionais competentes e os falsos diplomas constituem uma preocupação dentro da empresa.

O engenheiro da Empresa Pública de Águas de Luanda, Albertino Viegas, informou que o sistema de captação, tratamento e transporte de água no Quilómetro 44, está na fase final. Está em marcha a reabilitação do centro de distribuição do Marçal. Quando as obras ficarem concluídas, em Outubro de 2015, vai aumentar a capacidade de armazenamento de água em Luanda. Albertino Viegas disse ainda que está em curso o projecto do centro de distribuição de água em Talatona, que fica concluído no prazo de 12 meses. O centro de abastecimento do Calumbo fica concluído no prazo de 14 meses e vai cuidar do sistema de tratamento, abastecimento e captação de água do Zango. "A obra de ampliação e tratamento de água do Distrito Urbano da Maianga fica concluída em 2017. Os centros de abastecimento do município do Cazenga e Benfica ficam concluídos em Junho de 2015.

O projecto das 700 mil ligações domiciliárias termina em Dezembro deste ano, com o sistema de abastecimento de água do Kapari", informou o engenheiro Albertino Viegas.



## 8.19 As perspectivas no fornecimento de água e energia

*Jornal de Angola*

*21 De Fevereiro de 2014*

Os sectores da água e energia são de uma importância estratégica de elevado nível para Angola, os angolanos e o desenvolvimento socioeconómico do país. A qualidade de vida dos angolanos depende também da disponibilidade destes dois recursos. A água é condição essencial para a existência humana e sem ela a vida toma-se impossível.

Nos tempos modernos que correm, viver sem energia é impensável. O desenvolvimento, principalmente de cariz tecnológico, consome, em grande parte, energia. Os televisores funcionam com luz eléctrica, tal como os frigoríficos para a conservação dos alimentos, as lâmpadas entre muitos outros aparelhos essenciais para sustentar o lar.

Conseguimos assim entender a importância da água e da energia e a forma como estes dois factores essenciais de desenvolvimento afectam a vida dos angolanos.

Não é por acaso que a água e a energia ocupam um lugar de destaque no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Mesmo antes da sua elaboração, com base no Programa do Governo do MPLA saído das últimas eleições de 2012, esta já era uma prioridade.

Sempre foi prioridade do Governo de Angola, principalmente no pós-guerra, desenvolver estes dois sectores, com o grande objectivo de dar maior dignidade e qualidade de vida superior aos angolanos, de Cabinda ao Cunene.

Em 2002 o panorama do fornecimento de água e energia era bastante inferior ao presente. O número de sistemas de água, estações de tratamento, furos de água, chafarizes, barragens, sistemas eléctricos, cabos de alta e média tensão, entre outros equipamentos, é hoje incrivelmente superior ao que havia há 11 anos.

O Plano Nacional de Desenvolvimento é bem claro quando coloca os dois sectores num lugar de destaque, com o intuito máximo de aumentar e promover, no caso das águas, o abastecimento de água potável à população e de água para uso do sector produtivo e para serviços adequados de saneamento. A melhoria da qualidade dos serviços, a construção de mais sistemas, a melhoria na gestão do recurso, aplicação de tarifas e outros são as grandes prioridades para os próximos anos em termos de abastecimento de água às populações.

Na energia, as grandes prioridades passam pelo aumento da qualidade do seu fornecimento para satisfazer as grandes necessidades de consumo. O aumento da capacidade de produção e o desenvolvimento da rede de transporte de energia estão entre as grandes metas a atingir. Olhando para exemplos concretos e de maior vulto, no sector das águas, salta à vista o programa, de iniciativa presidencial, "Água para Todos".

Este programa teve início no ano de 2007 e pretende assegurar o acesso à água potável a cerca de 80 por cento da população angolana, com destaque para as áreas rurais. Segundo dados oficiais, a cobertura rural deste programa encontra-se perto dos 60 por cento e continua a subir. Só no ano de 2013 foram perto de 400 mil os angolanos que beneficiaram dos serviços de água, no âmbito deste programa. O programa tem assim dados animadores, com cobertura em todo o território nacional, e estes dados apenas contemplam os pequenos sistemas e outros ligados ao "Água para Todos", visto que existem os investimentos públicos de vulto em execução, com reabilitação, expansão e construção de grandes sistemas de abastecimento aos centros urbanos e áreas periurbanas.

Na energia a capacidade nacional de fornecimento aumentou de forma bastante significativa, sendo que, só em 2013, foram concluídas cerca de 17 novas centrais térmicas, em todo o país. Os investimentos na energia são muito grandes, atingindo valores na ordem dos milhares de milhões de dólares. Os maiores investimentos estão previstos para os próximos tempos, havendo uma grande incidência na construção e reconstrução de barragens e, de igual modo, na expansão dos sistemas de transporte e redes de distribuição.

A importância da água e da energia são inegáveis e é necessário reconhecer os seus avanços e perceber os problemas que ainda persistem. É fundamental perceber-se que tanto na água como na energia tudo funciona à base de infra-estruturas e os esforços que estão agora a ser feitos serão sentidos, na sua maior parte, a médio prazo. A guerra que vivemos dizimou quase a totalidade das estruturas de água e energia e os esforços para reerguer a sua maioria e criar novas são titânicos mas possíveis e têm sido prioridade do Executivo.

O número crescente de habitantes também é um factor a ter em conta e cresce exponencialmente, aumentando a procura destes dois recursos, porque, em certas situações, as dificuldades que ainda persistem, embora em menos escala, em relação à disponibilidade, sem cortes, dos serviços.

## 8.20 Mais de 18 mil toneladas de resíduos sólidos recolhidas mensalmente

*Semanário o Continente*  
21 De Fevereiro de 2014

Dezoito mil e 620 toneladas de resíduos sólidos são recolhidas mensalmente na cidade do Huambo pela Envirobac, empresa de saneamento básico a quem o governo provincial adjudicou a actividade.

Em declarações, quarta-feira, à imprensa, o director adjunto da operadora, Martinho Pindali, informou que os resíduos sólidos são recolhidos em todas as avenidas da cidade, com maior realce para as zonas comerciais.

Apontou a ruas Mariano Machado, Vicente Ferreira, Garcia da Horta e Avenida da República como as de maior produção de resíduos e também as que mais desrespeitam os horários de deposição do lixo.

Solicitou, por este motivo, o apoio da administração municipal e da Direcção do Comércio, disciplinem os negociantes, para manter o saneamento básico da urbe.

Martinho Pindali enalteceu o comportamento cívico dos cidadãos, no que tange ao depósito de lixo nos contentores nas horas estabelecidas (6, 12 e 16), facilitando, deste modo, a sua recolha.

Lamentou o estado de degradação da via de acesso ao aterro sanitário, nesta época chuvosa, o que impossibilita a circulação de camiões de recolha e transporte de lixo, augurando que tal situação, que já é do conhecimento do governo provincial, seja ultrapassada a curto prazo.

A Envirobac, de acordo com Martinho Pindali, pretende expandir as suas acções aos demais municípios da província ainda este ano. Com 263 trabalhadores, a empresa de saneamento básico possui quatro compactadores, cinco basculantes, quatro camiões, treze tractores e 450 contentores, visando manter a cidade do Huambo limpa.

## 8.21 Falta de água potável causa doenças

*Jorna de Angola*  
22 De Fevereiro 2014

Ngingundo Paca disse que, nos dois primeiros meses deste ano, já foram registados quatro novos casos da doença nas duas aldeias. Também há casos de uma

doença, a "schistosoma mansoni", provocada pelo consumo de água imprópria.

O responsável referiu que a falta de um sistema de abastecimento de água potável naquelas localidades está na base do surgimento das doenças intestinais, uma vez que as populações consomem a água dos rios e lagoas.

Como medidas de prevenção da doença, os consumidores, sobretudo crianças, devem ferver ou desinfectar a água, para evitar a propagação das doenças.

Apesar de não ter causado ainda vítimas mortais, as doenças constituem um grande problema de saúde pública no município, atacando sobretudo crianças e idosos.

Explicou que a "schistosoma mansoni" é uma doença intestinal que ataca mais o sistema digestivo e urinário. Os pacientes apresentam dores de barriga, urina acompanhada de gotas de sangue e endurecimento da parte umbilical. Ngingundo Paca apontou como solução definitiva para o problema, a construção de um sistema de captação e tratamento de água potável nas aldeias de Lambo e Savanga.

O administrador municipal adjunto de Ambuila, Luís Banda, reconheceu que existem dificuldades na aplicação de medidas mais adequadas para estancar a propagação da doença, uma vez que as vias de acesso às aldeias estão intransitáveis. A aldeia Lambo está separada de Ambuila pelo rio Vamba. Para atingir a localidade, que dista 90 quilómetros da vila, as populações fazem o percurso a pé. Dai a necessidade da construção de uma ponte sobre o rio, para garantir a circulação de pessoas e bens. "A situação é do conhecimento do governo e constitui grande preocupação. Espero que num futuro breve, a situação seja resolvida para poderemos devolver a saúde às populações", disse. O administrador adjunto referiu que apesar das equipas técnicas de saúde estarem a ser mobilizadas para acudir as populações afectadas, "os cuidados de saúde vão ser cada vez mais difíceis de garantir devido às chuvas torrenciais na região".

## 8.22 Novas Empresas sem Meios

*Jornal A Capital*  
22 De Fevereiro 2014

Ninguém pode projectar para a Catumbela e a Baía Farta uma imagem semelhante à que se observa sempre que as empresas de recolha de lixo paralisam as suas actividades, sobressaindo focos de resíduos na via pública, mas uma conjectura nesse sentido não

seria escândalo nenhum, uma vez que as novas operadoras, a Ressorb e a Rangol, estão sem meios para fazer face à demanda em duas das principais cidades da província de Benguela.

No mercado há já quase um mês, estas empresas têm vindo a «pisar o olho» à Ambitec e à Sanágua, excluídas do negócio na sequência do concurso público lançado pelo Governo, acenando com a possibilidade de compra ou aluguer de algum equipamento de trabalho. Até ao momento, conforme apurou o semanário *A Capital*, a dupla em causa está longe de ver satisfeitos os seus anseios. Fontes bem posicionadas,

nadas, ainda à espera que o Executivo de Isaac dos Anjos explique à opinião pública os contornos do concurso, cumprindo uma promessa de há duas semanas, advertiram que o negócio proposto pelas novas firmas nunca será consumado a preço de saldo. «Se pagarem como deve ser, posso alugar», sintetizou fonte de uma das operadoras excluídas, para mais adiante, b0 quiaberto, lamentar a contratação de empresas sem meios para tamanha empreitada.

De acordo com o nosso interlocutor, a ideia que prevalece é a de que ambas foram empurradas para o negócio de três mil milhões de Kwanzas, ficando em causa a transparência evocada na reunião do Conselho de Auscultação e Concertação Social. Daí que vários agentes, entre os quais a empresa que fiscalizava as empreitadas no anterior figurino, a Eco-urb, pretendam conhecer os critérios para a inclusão de uns e

a exclusão de outros.

Um funcionário administrativo da Vista, empresa que, a par da Ambífrica, conseguiu convencer a comissão de avaliação das propostas, explicou que o Governo se limitou a chamar os vencedores e a informar que continuava a contar com os seus préstimos. «Foi assim, nada mais. Por isso, não temos informações sobre o que determinou as vitórias e as derrotas», sintetizou a fonte.

Dias antes do apuramento dos resultados, um colaborador directo de Isaac dos Anjos admitia que as empresas com equipamento, estaleiros e conhecimento do mercado partiam com alguma vantagem, embora cientes de que estas mais-valias não representavam uma vitória antecipada. Tanto é que, como agora se observa, duas das quatro veteranas acabam afastadas do modelo que surge para pôr fim ao cortejo de ilegalidades denunciado por Dos Anjos, também ele mal na fotografia.

## A AMARGURA DO DESEMPREGO

A tento ao desenrolar dos acontecimentos, ainda que não directamente ligado ao negócio, está o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Serviços, preocupado com os jovens que perdem o emprego, muitos com salários por receber. Tal como a generalidade da opinião pública que ouviu o governador criticar a gestão anterior, este Sindicato, enquanto parceiro do Executivo, esperava ter acesso a uma informação oficial sobre as empresas excluídas e as que ficam.

Segundo o secretário para os assuntos jurídicos, Custódio Kupessala, este informe ajudaria a integrar trabalhos das firmas afastadas aquelas que agora começam a operar. «Neste momento, tanto quanto sabemos, alguns estão a ser colocados. Queríamos que as coisas acontecessem sem as contrariedades que observamos», prosseguiu. Perante este cenário, o Sindicato da Administração Pública e Serviços deverá manifestar ao Governo Provincial toda a sua insatisfação. «Estarnos a preparar uma reacção para os próximos dias», avisou Custódio Kupessala.

O sindicalista avança, por ora, que trinta trabalhadores da Ambitec conseguiram enquadramento, ficando os demais 71 na amargura do desemprego. Dos cento e trinta antigos funcionários da Sanágua, apenas 30 conseguiram colocação. Custódio Kupessala achou pertinente informar que a Ambífrica, empresa que continua no negócio, vai despedir um total de 50 funcionários, numa primeira fase, por força da redução do seu raio de acção, imposta pelo novo figurino do programa de saneamento básico.

Movido por casos como estes, o criminologista Alberto Chimene, quadro sénior dos Serviços Prisionais, adverte que a inexistência de «empregos seguros» dá lugar a muitos dissabores.

«Começo por apontar a criminalidade, uma realidade que enferma a nossa sociedade. Está ligada, sem dúvida, a problemática do desemprego», apontou o especialista, num debate sobre o assunto, co-organizado pela PGR e a DNIC.

Num recado que teve o Governo como principal destinatário, Alberto Chimene afirmou que a polícia faz mais do que deve em prol do combate à criminalidade. «Não é tanto com esta actuação da Polícia, repito. São as acções sociais, capazes de garantir empregos seguros, que ajudam a prevenir e a combater o crime», salienta.

## 8.23 Ofensa a Verdadeira Transparência

*Jornal A Capital*

22 De Fevereiro 2014

Os depoimentos recolhidos pelo jornal A Capital sugerem que não basta chegar a um Concelho de Auscultação e Concertação Social e dizer que Benguela conta com cerca de 3 mil milhões de Kwanzas para acções inscritas no programa de saneamento básico. Diz-se que a transparência é mais do que uma mera referência ao valor, sem que surjam elementos que possam ajudar os conselheiros, em particular, e a sociedade, em geral, na hora das contas finais quanto à aplicação dos recursos.

Dos Anjos é «libado» à primeira, sendo certo que não se conheciam os resultados do concurso público no dia do discurso que terá caído mal a Cruz Neto, o destinatário das críticas relativas a contratos não ratificados pelo Tribunal de Contas e a pagamentos de valores acima da capacidade de resposta.

Até aqui, dizíamos, está tudo bem. O que não se percebe é que, conhecidos os resultados, certamente que com novos contratos já rubricados, exista o vazio que a muitos incomoda.

Romper com o passado «insustentável» seria, como se indica agora que as novas operadoras já facturam, anunciar quanto é que cada uma recebe mensal ou anualmente. Seria, se possível, dizer quanto é que se vai aplicar em aterros sanitários ou em centros de transferência de resíduos.

Com estes dados, nunca revelados à opinião pública, seria possível aferir os gastos no final do presente exercício. Havendo informações tranca das a sete chaves, Isaac dos Anjos não conseguirá nunca mostrar que «o negócio do lixo não é dos governantes, ao contrário do que ele mesmo diz ser um entendimento nacional.

Quem não vai na conversa é o jurista David Mendes, que teceu breves considerações quando se debruçava sobre a PGR e o combate à corrupção. Movido pelo que se passa um pouco por todo O país, refere que os políticos e governantes são os barões de um negócio que envolve muitos milhões. «Se um grupo de cidadãos, devidamente organizado, propuser a criação de uma cooperativa que trate da recolha de lixo, nunca será aceite», ressalta.

## 8.24 Motorizadas Armadilhadas vendem água Porta a Porta

*Jornal de Angola*

23 De Fevereiro 2014

A falta de água potável em alguns bairros da capital alimenta o negócio da venda porta a porta em motorizadas. Os vendedores são na sua maioria adolescentes que conduzem as motorizadas sem nenhuma experiência nem cautela.

Os distribuidores posicionam-se às primeiras horas do dia onde "está a correr" água. Enchem os bidões e depois vão para os bairros. Os "kupapata de água" como são conhecidos, andam de porta em porta e vendem cada bidão a 50 kwanzas.

Bernardo Faustino faz o negócio há mais de três meses e contou á reportagem do Jornal de Angola, que factura pouco com a prestação deste serviço mas fica satisfeito "porque levo água potável às famílias que vivem nas áreas onde não existe distribuição ao domicílio nem sequer fontenários".

Há zonas que não têm "uma gota de água, e nem todos tem dinheiro suficiente para comprar cisternas, por isso nós abastecemos os mais necessitados.

Em alguns casos as pessoas ligam para nós e encomendam o número de bidões que precisam. Eu tenho muitas encomendas".

Abel Jaime tem dez anos, vive com um tio e há dois meses que faz este trabalho. A moto é do tio aprendeu a conduzir sozinho. Mas há muitos com a idade dele a fazer serviço de "kupapata da água". Os pais têm conhecimento que os filhos fazem este trabalho. "De manhã vendemos água e à tarde vamos à escola, fizemos este trabalho para podermos comprar material escolar e roupa", disse Abel Jaime.

## 8.25 Asfalto em farrapos obriga ao corte de trânsito

*Jornal de Angola*

24 De Fevereiro de 2014

O Largo da Cimex, donde parte a Rua Stuart de Carvalhais, no Bairro Neves Bendinha, está sem asfalto e repleta de lixo. A Polícia Nacional cortou o trânsito na zona, porque a via está intransitável.

Ao longo da via aberta ao trânsito e que liga o Largo da Cimex à Rua Stuart Carvalhais, vende-se de tudo, desde bens alimentares a vestuário. Os taxistas param onde podem e não podem, o que provoca filas intermináveis de carros.



O chão está coberto de roupa de fardo e outros produtos. Os moradores daquela zona têm muitas reclamações a fazer e esperam dias melhores. Yuri de Oliveira contou à reportagem do Jornal de Angola que as ruas do bairro estão degradadas.

"Muito lixo no asfalto, as pessoas urinam na rua, carros avariados tomam conta dos passeios que já não existem e tudo tende a piorar porque o mercado do Bairro Popular não é suficiente para receber todos os vendedores. Nos Congolezes, no Nelito Soares, também não há espaço por isso a solução é vender na rua", disse Yuri de Oliveira.

#### Ruas intransitáveis

Os agentes da Esquadra Móvel fecham as ruas intransitáveis. Os taxistas "furam" as barreiras e criam ainda mais confusão. "Os moradores nem sabem se há administrador, nunca o vimos. Temos falta de energia e água. Como não existem balcões das empresas distribuidoras, temos de nos dirigir à EDEL no Golfe II para comunicar as avarias e sermos socorridos, quando temos uma administração que devia resolver esses assuntos", disse Yuri de Oliveira.

O posto da EDEL que está na Administração do Bairro Neves Bendinha só serve para pagamentos. Mas os serviços de piquete da EDEL e da EPAL atendem sempre as chamadas dos moradores quando estes fazem reclamações. E a única coisa positiva.

O taxista Mendes Panzo disse à nossa reportagem que é difícil trabalhar nestas condições: "não há passageiros porque o troço da Cimex até ao Avô Kumbi está intransitável por causa dos buracos. Há dois anos que a obra arrancou. Neste momento os trabalhos estão na zona da Escola Amizade Angola e Cuba. Nunca mais terminam. Não existe recolha de lixo porque os carros não podem circular".

Osvaldo Paulo é taxista e disse que o trabalho é dificultado pela Polícia, que fecha as ruas sem prévio aviso: "não temos paragens para os táxis e os polícias para nos deixarem trabalhar exigem gasosa.

#### Recolha de lixo

Os passageiros já não aceitam vir para aqui, e ferem ir a pé até ao Hospital dos Queimados e lá apanham o táxi". O responsável da esquadra móvel para os carros não ficarem danificados". A Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, o Governo Provincial e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda é que têm de resolver os problemas da recolha de lixo. Mas é difícil, enquanto as ruas do bairro não estiverem transitáveis. Os usuários da rua guardam com expectativa a reabilitação da rua.

## 8.26 Sector da energia e águas prevê uma abertura de 80 % na zona rural e 100 % urbana

*Semanário Económico*

*27 De Fevereiro de 2014*

Em 2017, o sector da energia e águas na província do Huambo prevê atingir uma Cobertura de 80 por cento na zonal rural e 100 por cento na zona urbana.

Actualmente conta com 39, 3 por cento, cifra considerada bastante baixa referiu o provincial de energia e águas, Jorge Andrade á imprensa.

O programa de abastecimento de água potável aos municípios da província do Huambo está a decorrer sem sobressaltos, tendo em conta os trabalhos que estão a ser realizados em prol do aumento de cobertura e da melhoria da qualidade do líquido.

A garantia é do director provincial de energia e águas, Jorge Andrade, em declarações na terça-feira 25, realçando que, neste momento, estão a trabalhar nos documentos de concursos do programa Agua para todos para 2014, que sofreu um "incremento substancial", em relação aos anos anteriores, sem no entanto revelar números.

Para além de aumentar o volume da água distribuído nas comunidades, segundo disse, está também a decorrer o projecto de monitorização e aprimoramento da qualidade de água, de acordo com os padrões delineados pela Organização Mundial de Saúde.

"Estamos a ter um grande apoio do Ministério da Energia e Aguas, com o programa que já está em curso de requalificação dos sistemas de abastecimento de água de todas as sedes municipais do país", explicou.

## 8.27 Bairro Popular 'engolido' por aterro sanitário

*Jornal Agora*

*28 De Fevereiro de 2014*

À porta de residências, e paredes-meias com estabelecimentos comerciais, um entulho desordenado de lixo polui a paisagem. Pneus usados, caixas de cartão, pedaços de madeira e desperdícios domésticos amontoam-se a céu-aberto, transformando as ruas do bairro Neves Bendinha, sobretudo a Machado Saldanha, num autêntico aterro sanitário.



O problema, segundo os moradores ouvidos pelo Agora, arrasta-se desde Dezembro, altura em que a empresa Soproenge, responsável pela limpeza no distrito do Kilamba Kiaxi, abandonou as operações.

"Se girarem bem, verão que todo o município está mal. Nem quero imaginar quando cair uma chuva forte", protesta a moradora Margarida António, indignada com o silêncio das autoridades. "Já falamos muito sobre a situação, mas isto está cada vez pior".

#### SILÊNCIO DA ADMINISTRAÇÃO DO BAIRRO NEVES BENDINHA

O descontentamento em relação à actuação das entidades responsáveis, principalmente da administração local, também ressalta das palavras de Irene Costa, directora do Instituto Médio de Economia do Kilamba Kiaxi (IMEKK).

"Já tirámos fotografias para mostrar o cenário ao administrador, escrevemos cartas e enviámos as reclamações para a Administração Distrital do Bairro Neves Bendinha. Mas, o que se fez apenas foi retirar o contentor de lixo que estava junto ao muro da escola. O lixo contínuo no chão", disse a directora do IMEKK, instituição que chegou a ter portão bloqueado por entulho.

Além de apontar o dedo aos responsáveis locais, Irene Costa não poupa críticas aos munícipes que, no seu entender, têm contribuído para agravar a situação.

"Já se tornou um hábito para os moradores atirarem o lixo para o chão e, deste modo, complicam o serviço da administração do município", nota a directora, alertando para os riscos de saúde que decorrem da exposição a um ambiente insalubre.

#### VERMES INVADEM SALAS DE AULA DO INSTITUTO MÉDIO DE ECONOMIA.

"Quando chove, o lixo toma posse do quintal da escola, que fica carregado de vermes. Estes, por sua vez, percorrem pelas paredes do instituto e pelas salas de aula, tornando-se muito complicado estudar com esta situação".

Fora do recinto escolar, Francisco Miguel, de 39 anos, não esconde o receio de ver a situação resvalar para um cenário ainda mais descontrolado. "O lixo está a constituir uma fonte de doenças, o que nos deixa cada vez mais preocupados", afirma este morador do Bairro Popular.

A ameaça para a saúde pública levou um grupo de habitantes a arregaçar as mangas, lançando uma campanha para remover a lixeira.

A acção, desenvolvida em regime de voluntariado e sob lema 'Beleza e Paraíso Terrestre', está a ser organizado cerca de 40 pessoas afectas à Igreja Messiânica.

"Já temos feito actividades do género", declara Flávio Cabuçu, responsável por esta iniciativa que se promete estender a outras áreas da capital, nomeadamente ao Cazenga, ao Sambizanga, à Ingombota e a Viana.

#### CAMPANHA DE LIMPEZA LANÇADA COMO GESTO DE SOLIDARIEDADE

Seja qual for a localização das operações, Flávio, de 32 anos, destaca o espírito de entreatajuda, por detrás de cada intervenção, a começar pelo bairro Neves Bendinha, onde a Igreja reforçou a equipa de voluntários com o contributo dos moradores que deram uma mãozinha - e alguns sacos nas operações de limpeza.

"Tomámos esta iniciativa, sem benefício financeiro próprio, uma vez que os moradores do Kilamba Kiaxi passam por um período difícil. Fazemos esta campanha como símbolo de solidariedade, porque, sem isso, a nossa própria saúde corre perigo".

Flávio Cabuçu lembra, no entanto, que a "actividade, por si só, não é suficiente para travar o lixo que ameaça 'engolir' o distrito".

Apesar dos múltiplos e insistentes alertas, avanço do entulho sobre residências, carros e vias promete e temizar-se perante a inércia das autoridades.

#### PARTILHA DE RESPONSABILIDADES COM COMISSÃO ADMINISTRATIVA DE LUANDA.

"Estamos a trabalhar com a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) a quem fornecemos dados todas as semanas e enviamos fotografias com o estado em que se encontram algumas zonas do bairro", garantiu ao Jornal de Angola o administrador do bairro Neves Bendinha, recusando prestar esclarecimentos ao Agora.

De acordo com as declarações de Manuel Feliciano ao diário nacional, mais do que reportar casos concretos à CACL, a administração tem proposto medidas.

"Se nada fizessemos, os problemas ainda seriam piores", defendeu o responsável, sem clarificar de que forma a administração tem actuado.

À falta de um trabalho visível das autoridades, é o lixo que salta à vista de quem circula no Neves Bendinha.

## 8.28 Débil fornecimento de água e luz enfurece moradores do Morro Bento

*Continente*

*28 De Fevereiro de 2014*

Os moradores do Morro Bento, ao município de Belas, por exemplo, queixam-se se dos constantes apagões sem qualquer justificação da Edel. Este facto, segundo alguns moradores ouvidos pela nossa reportagem, está a criar grandes transtornos na conservação de bens para o consumo.

Para os munícipes, o débil fornecimento da luz eléctrica tem incentivado à presença constante de marginais, sobretudo às noites, que aproveitando-se da escuridão, fazem das suas, criando acções criminosas, tais como assaltos à mão armada, violações sexuais à mulheres e outras acções delituosas. Entre as moradoras descontentes, encontramos a senhora Maria de Almeida, vive no referido bairro há mais de 20 anos, sector B, zona-2. A cidadã, refere que a situação da energia eléctrica agudizou-se em 2008, quando o seu bairro começou a ser habitado por cidadãos estrangeiros de várias nacionalidades, que à dada altura começaram a erguer vários empreendimentos para fins comerciais, o que começou a prejudicar as pessoas vulneráveis.

À nossa reportagem, moradores do Morro Bento, sublinham que os "apagões" são constantes, porquanto dificilmente ficam dois ou três dias com energia "excepto nas casas cujos donos têm possibilidades de celebrar um contrato à um PT privado", disse um dos moradores falando sob anonimato, para quem o problema de energia eléctrica carece de uma solução urgente por parte da empresa responsável pela distribuição, referindo-se ao concreto à EDEL, que de acordo com o nosso interlocutor ao pagar a factura de consumo, não são descontados os dias não consumidos.

Para além da problemática da luz, os populares ouvidos pelo Continente, afirmam que o Morro Bento enfrenta igualmente débil fornecimento de água potável. Os moradores revelam, mesmo, que por falta de água canalizada nas residências, socorrem-se dos tanques, muita das vezes de água não tratada, com consequências imprevisíveis, pois, suspeitam que podem contrair qualquer doença. Aqueles munícipes disseram que têm percorrido longas distâncias à procura do precioso líquido para a satisfação das necessidades vitais. Segundo dados oficiais, Angola é um país com muitos recursos minerais e hídricos, o que deixa inquietos àqueles populares que não compreendem o fracasso das

autoridades em garantir com regularidades estes dois bens fundamentais, que segundo os mesmos, na ausência destes, a vida fica complicada, numa altura em que muito se fala do "Projecto água para Todos".

Em 2013, refira-se, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, falando à imprensa, prometeu mais energia e água, o que para os luandenses, até ao momento, nada está a ser concretizado.

## 8.29 A água que não estamos com ela

*Jornal Informasambila*

*Fevereiro de 2014*

Programa "Água para Todos", promovido pelo Executivo angolano, a partir de 2007, dizem que o País possui actualmente uma taxa de cobertura a nível de 55 por cento, ou seja mais cinco milhões de angolanos beneficia de água potável.

A situação do angolano está cada vez mais difícil.

No Sambizanga, em algumas cada vez mais difícil. No zonas, a água também há capítulo da água por exemplo, muito que deixou de jorrar o Executivo está longe de nas torneiras.

cumprir com objectivo do Em 2009, contaram alguns milénio a que se propôs moradores, o governo honrar até 2015 (próximo montou 13 fontenários, no ano). O Programa Água valor de 16 milhões de para todos cresce em dólares cada, mas três meses números mais revela-se um depois os mesmos ficaram fracasso na prática. A dura inoperantes.

realidade que a população Na comuna do NgolaKiluanji dos bairros do Sambizanga os chafarizes geridos pela demonstra isso mesmo. ACAPC, uma organização A água fica muito longe dos da sociedade civil, não são cidadãos, e por isso, as suficientes para atender água motorizadas de três rodas para todos. O que aqui (kupapatas), nalguns casos, retratamos é apenas a ponta trocaram o transporte de do icebergue duma situação

pessoas e alguma desoladora que afecta mercadoria, para levar água sobretudo a capital do país, ali onden as demais províncias.

Porém, nos discursos oficiais, mais virados para o exterior do que para o cidadão nacional, "O país está a avançar e a vida dos angolanos também está a melhorar progressivamente.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Se não nos darem casas vamos ser bandidos

*Jornal Folha 08*

*01 De Fevereiro de 2014*

O celeuma, um mais, na longa avenida da brutalidade habitual deste governo que nos brinda, desde 1975, com actuações de uma prática, pior que a colonial, quanto a expulsão compulsiva da maioria de cidadãos pretos/pobres, considerados de segunda classe, logo sem o cobertor dos Direitos Constitucionais.

No caso concreto, emerge a última medida, discricionária/administrativa da Comissão Administrativa de Luanda, que demoliu as "suas" residências, atirando-os, desde o 22.01.14,

para zonas descampadas do Zango 4 e da Kissama, não aconselhadas nem aos animais, melhor, os cães dos actuais govemantes vivem melhor e com mais direitos.

Em pleno século XXI, a permanente exclusão e discriminação de cidadãos arredando-os das precárias residências, por inexistência de outras, erguidas por um Estado cada vez mais

autoritário, viola descaradamente, o espírito e a letra do art.º 85.º da CRA (Constituição da República de Angola): "todo cidadão tem direito à habitação e a qualidade de vida".

Aqui chegados se nota, não só a insensibilidade, mas o desconhecimento das leis e daí, uma certa irracionalidade destes senhores, que nem curam de cumprir as leis, alegadamente, por eles feita e aprovada.

Assim não se sabe com que ferramentas do Direito Administrativo, trabalha José Tavares e a sua turma, quando tratam da espoliação. É verdade que o que vem contando é o direito

da -arrogância govemativa e da bajulação e culto de personalidade, que vai descambando para o mesmo precipício do da Coreia do Norte.

O local onde foram transferidos os ex-habitantes do bairro Quilombo, Chicala 1, onde o poder quer construir uma baía imobiliária, para os cada vez mais ricos e estrangeiros, que não se podem, na sua míope

e colonial visão, misturar, com os pretos-pobres, não tem as mínimas

condições de habitabilidade humana "É uma zona para animais, até o soba da Kissama, aconselhou-nos a abandonar o local", denunciou J. Mona, hoje "tendizado" no Zango 4. o entanto, o mais grave no rolo destes crimes públicos é o cinismo político, as mentiras e ilusões apresentadas no período eleitoral, pelo partido do governo, que imediatamente a seguir, refastelado no poder, as manda para o esgoto, passando a tratar os eleitores pobres e os afas-

tados do poder, de forma desprezível. "Eles nem têm em conta que nos mandam para zonas sem transportes públicos, e com candongueiros difíceis, sem unidades aúde e escolas para os nossos filhos. Numa só palavra mandam-nos ao desemprego", acusa Joaquim Lourenço, lançando o seguinte alerta: " se o governo entende que não tenho direito à habitação, então, vou preferir ser bandido para ter casa própria", concluiu. a mesma situação de desespero está José Luís, armador e pescador de carreira, que vivia no Kilombo desde a tenra idade, "onde aprendi a profissão até me tornar mestre e ter comigo cerca de 10 jovens a trabalhar nas minhas embarcações, que nesta situação, estão paradas, mas

tenho de continuar a pagar impostos", denunciou, acusando o governo de malfeitor, pois desgraça os

pobres para beneficiar os ricos e estrangeiros, contribuindo desta forma, para o aumento da delinquência.

O jurista Gil André, considera "irresponsável este acto da da Comissão Administrativa de Luanda,

dirigida pelo general José Tavares pois irá contribuir para a instabilidade social e o surgimentos dos

excluídos ou cidadãos de segunda classe, para além do acto violar o artigo 85º daCRA".

Por outro lado, advoga, a Comissão Administrativa de Luanda, pisoteou o artigo 23º CRA, que prevê di-

reito de igualdade a todos, por atribuir residências a algumas famílias e excluir outras, motivo que levou a um confronto entre moradores.

"Uma senhora a quem foi atribuída a casa nº 0171, nunca viveu no Kilombo, nem lá tem filhos ou familiares, mas beneficiou em detrimento dos moradores que estão a viver ao relento. É isso que nos vai levar a uma nova guerra, pois são muitas injustiças", disse Adão da Costa.

## 9.2 Assaltos atormentam moradores

*Jornal A Capital*  
15 De Fevereiro de 2014

Numa clara demonstração de ousadia, um grupo de meliantes assaltou uma residência, nas imediações de um posto policial, pela segunda vez em menos de 48 horas. Os assaltos, ocorridos a 24 e 25 de Janeiro, representam a evidência, mais uma, de que as coisas não vão bem no km 30.

Os meliantes aproveitaram-se da ausência do proprietário do imóvel, o cidadão Osvaldo Ventura, de 30 anos de idade, tendo levado, só na primeira investida, um televisor plasma, o gerador eléctrico e duzentos mil kwanzas.

Tudo isto enquanto o jovem, feliz por ter recebido mais um filho, encontrava-se em casa da sogra, em companhia da esposa e dos outros filhos.

Osvaldo Ventura disse ter feito uma participação à Polícia no dia seguinte ao assalto, para posteriormente, por questões de segurança, tratar de colocar uma corrente na porta principal.

"Nem esta medida foi suficiente", indicou o jovem, pouco antes de ter apresentado detalhes do regresso dos meliantes.

De acordo com o nosso interlocutor, eles conseguiram arrombar a porta que acabara de receber reforço em termos de segurança e lavaram consigo um decodificador, uma máquina de lavar, o reproduzidor da viatura, roupa e outros utensílios.

"Desta vez, os gatunos fizeram uma varredura completa em casa. A única coisa que eles deixaram foi um colchão pequeno e a cama onde durmo", lamentou.

O jovem revelou que um dos indicadores da existência deste grupo de marginais é que o seu vizinho havia sofrido dias antes um assalto em circunstâncias iguais.

"Tem sido assim desde o final do ano passado, com os moradores bastante preocupados", reforça. Numa outra ocorrência, indivíduos não identificados protagonizaram um assalto uma cantina, que culminou com o proprietário feito refém, depois de agredido. "Foi obrigado a entregar todo o dinheiro feito naquele dia e alguma mercadoria", contou um cidadão identificado apenas por Abdul.

Explicou que os cinco assaltantes, portadores de duas armas de fogo do tipo AKM, duas catanas e uma faca, levaram 30 mil Kwanzas, duas caixas de recargas

telefónicas e quatro latas de leite. "Disseram que me matavam se não lhes desse o que queriam", denunciou.

Confrontada com o cenário de insegurança, a polícia tem realizado patrulhas diurnas e nocturnas no sentido de apanhar os autores destes crimes.

Segundo fonte ligada à unidade policial em referência, já se encontram detidos quatro supostos integrantes da quadrilha que vem fazendo das suas. "Neste momento estamos a trabalhar com estes quatro. Estão a colaborar connosco e, acreditamos, eles vão nos levar até aos outros", confidenciou.

A mesma fonte deu a conhecer a existência de pistas que podem levar-à captura e à detenção de outros elementos suspeitos "Uma vez que esta zona é bastante movimentada, devido ao mercado que aqui se encontra, acreditamos na existência de mais grupos. Faremos tudo para capturar os mesmos", concluiu.

## 9.3 Comandante PAULO DE ALMEIDA "Índice de criminalidade em Angola não é elevado"

*Novo Jornal*  
21 De Fevereiro de 2014

A criminalidade que se assiste em Angola é própria de um Estado que está a organizar-se e ruma em direcção ao desenvolvimento. Os índices são menores, comparativamente a outros países da região Austral, afirmou esta semana, em Luanda, o segundo comandante da Polícia Nacional, Paulo Gaspar de Almeida.

O comissário traçou este quadro na quarta-feira, dia 19, durante a abertura do ano de instrução e preparação combativa das forças da Polícia de Intervenção Rápida, que decorre no Autódromo de Luanda.

Apesar disso, o comandante sublinhou que a corporação está preocupada com os delitos que ainda apoquentam a sociedade. "Estamos a falar da criminalidade violenta, das chamadas ofensas corporais graves, dos homicídios, roubos com utilização de armas de fogo. Estamos a falar do roubo de viaturas, dos roubos e assaltos às agências bancárias e de todos aqueles cidadãos que saem das agências bancárias, transportando valores e que estão sujeitos a perder a vida", observou o orador.



Paulo de Almeida referiu-se ainda às "ações contra estabelecimentos comerciais e os comerciantes" e "alguns homicídios premeditados", introduzindo na lista de preocupações da corporação o tráfico de droga e de moedas, que saem de Angola para outras latitudes do globo.

A imigração ilegal é outra das preocupações enunciadas pelo comandante. "São essas as bases fundamentais das nossas preocupações no momento e para as quais nós devemos ter uma perspectiva de preparação e de instrução. Temos que estar preparados e organizados para contrapor este estado de situação", advertiu a segunda mais alta patente da Polícia Nacional.

#### 9.4 Crimes Diminuem, Diz a Policia

*Jornal A Capital*  
22 Fevereiro de 2014

'A situação da segurança pública na cidade de Luanda é preocupante', explicaram os estudiosos da Polícia, eles que, no documento que está a ser citado pelo semanário A Capital, constataram, no

entanto, uma redução do número de crime em relação ao período homólogo anterior.

Ou seja, nos primeiros de seis meses de 2013, isto é, já na condição de comandante provincial de Luanda, o 'comissário chefe António Maria Sita, o índice de criminalidade registou números de certo modo inferiores aos aqui relatados. Na verdade, os números constantes deste estudo representam uma redução de 12 por cento em relação aos primeiros seis meses do ano passado.

Esta redução, tal como constataram os analistas, decorreu de uma diminuição de 10 por cento, dos casos de homicídios frustrados, e de apenas 1.37 por cento nas violações sexuais. Reduziram ainda com maior incidência os casos de roubo e furto de viaturas, numa incidência de 35 por cento.

Trata-se de uma constatação, entretanto contrastante com o sentimento de insegurança crescente entre os cidadãos. Todavia, para isso, os especialistas têm uma explicação. Embora haja a redução de ocorrências, a criminalidade em Luanda tende a ser mais violenta, sobretudo com o emprego constante de armas de fogo nos casos de homicídio voluntário.

#### 9.5 Luanda: 9 Crimes comuns registados, 20 Crimes esclarecidos três deles em flagrante e 17 investigados, 45 pessoas detidas dentre elas 18 estrangeiro ilegais

*Jornal A Capital*  
22 De Fevereiro de 2014

Ao longo do período em análise foram subtraídas dos seus proprietários 322 viaturas, figurando estas entre os bens mais procurados por grupos de marginais) perdendo no entanto para os telemóveis) num total de 376 aparelhos roubados ou furtados, há no entanto) a destacar 8 episódios de roubo de valores em dependências bancárias,

Há mais estrangeiros no mundo do crime em Luanda do que vitimas dele.

Esta constatação retirada do informe policial e sustentada pelo registo de 655 estrangeiros envolvidos em crimes contra 440 que foram vítimas, entre as nacionalidades mais visadas não como vítimas mas como autores estão os chineses os vietnamitas os portugueses os guineenses congolese e malianos por essa mesma ordem.

#### 9.6 Criminalidade a doença de Luanda

*Jornal A Capital*  
22 De Fevereiro 2014

Qual é a zona mais violenta da província de Luanda? Se pensou em Cazenga, Viana ou Sambizanga está redondamente enganado. Estas três circunscrições, famosas por registarem, até há bem pouco tempo, um maior número de ocorrências crimes ao nível da capital angolana estão ser relegadas para lugares subalterne no que à contabilidade do índice criminalidade diz respeito. A esta conclusão chegaram os especialistas da Polícia Nacional encarregues de elaborar um estudo sobre o comportamento da criminalidade em Luanda nos últimos seis meses do recuado ano de 2013.

Entre os meses de Julho e Agosto do ano passado, a cidade de Luanda ferveu de tantas ocorrências criminais. Ao longo desse período, segundo o informe a que o semanário A Capital teve acesso, registaram-se 2 mil e 519 crimes de foro comum. A prática destes crimes levou, para as cadeias da cidade, mil e 224 cidadãos neles implicados. O documento



sustenta, ainda, que a província de Luanda regista uma média de 408 crimes por mês.

Esse informe policial, recheado de visões críticas de técnicos especializados, divide a cidade por um total de 13 regiões policiais. Estas, vulgarmente conhecidas como Divisões, controlam a evolução da criminalidade no território correspondente. Assim, ao contrário do que se pode parecer, não são os bicos intrincados do Sambizanga, as casas precárias do Cazenga ou o superpovoamento de Viana a chamarem para si as maiores ocorrências criminais na cidade de Luanda.

Dentre as divisões policiais, a Samba é aquela que mais ocorrências registou ao longo do período em análise. Com efeito, o comando de divisão da Samba registou 391 crimes comuns nos últimos três meses do ano passado, liderando a lista. Imediatamente a seguir à Samba vem a divisão policial do Kilamba Kiaxi que contabilizou, no mesmo período, 314 crimes. No Top 3 da criminalidade figura, tam bém, a região do Sambizanga, o único da "velha guarda", entenda-se dos tradicionalmente mais violentos, a figurar nos lugares cimeiros do novo contexto criminal de Luanda.

Essa migração geográfica da criminalidade em Luanda foi notada, inclusive, pelos especialistas que elaboraram o estudo, eles que se manifestaram preocupados com o facto. Notaram, por exemplo, que o grosso da criminalidade na capital angolana está concentrada em cinco regiões.

Eles apontaram os municípios de Viana e Cazenga que, associados aos distritos urbanos do Kilamba Kiaxi, Maianga e Samba representam 55 por cento do total de crimes registados em Luanda durante o período análogo. Do mesmo modo que manifestaram preocupações, os especialistas procuraram compreender o fenómeno, destacando o facto de haver, em tais regiões, um maior índice de crescimento demográfico, económico e social.

Zonas antigamente problemáticas estão a reduzir os índices de criminalidade, com destaque para a Ingombota que, com 260 ocorrências, figura em quarto lugar. Em quinto se posiciona a ainda problemática Viana com 257 casos, seguida da divisão da Maianga que, em sexto lugar, registou 238 crimes ao longo dos últimos seis meses de 2013. Depois deste caso, seguem-se com um menor índice de ocorrências as demais regiões (ver caixa), sendo as menos violentas a Zona Económica Especial (ZEE), com apenas quatro crimes em seis meses, e o município da Quissama, com 36 crimes ao longo do mesmo espaço de tempo.

A tendência da criminalidade na província de Luanda, segundo referiram os analistas, é preocupante. Mas enfatizaram o facto de a violência não se restringir ao campo da segurança pública. Há vários factores conexos, tal como referiram, apontando como exemplo o desemprego, a desestabilização familiar e o êxodo rural. Como causas da criminalidade que se vai tomando alta na capital estão, ainda, identificadas a globalização do crime e as organizações de malfeitores.

## 9.7 Onde há mais Crimes e os Crimes mais Comuns

*Jornal A Capital*

*22 De Fevereiro 2014*

- 1º Samba 391 crimes
- 2º Kilamba Kiaxi : 314 crimes
- 3º Sambizanga 271 crimes
- 4º Ingombota 260 crimes
- 5º Viana 257 crimes
- 6º Maianga 238 crimes
- 7º Rangel: 218 crimes
- 8º Cazenga 208 crimes
- 9º Cacuaco: 195 crimes
- 10º Icolo e Bengo: 73 crimes
- 11º Central idade do Kilamba 54 crimes
- 12º Quissama 36 crimes
- 13º Zona Económica Especial: 04 crimes

### 1º CONTRA A PROPRIEDADE

1.385 Crimes - Esse tipo de crime representa 55 por cento das ocorrências registadas em toda a cidade no período em análise, sendo, por isso mesmo, o mais frequente, conforme a seguir se discrimina: ROUBOS 692 casos FURTOS 419 casos.

### 2º CONTRAS AS PESSOAS

764 Crimes - Aqui, essa tipologia representa 30 por cento do total das ocorrências, sendo aqui, no entanto, que se acham os episódios com maior violência Vejamos as ocorrência Ofensas corporais 532 caso Violações sexuais 532 caso Homicídios voluntários 532 caso Homicídios frustrado 50 casos.

## 9.8 Um Assalto por dia

*Jornal A Capital*  
22 De Fevereiro 2014

Não é, de todo modo, a tipologia de crime mais comum. No entanto, os homicídios voluntários, pela sua, carga violenta e pelo conseqüente impacto junto da população, estão entre os crimes de maior destaque. Entre os seis meses decorrentes de Julho a Dezembro de 2013, a cidade de Luanda catalogou 197 homicídios voluntários, numa média de ocorrência de 1.09 por dia. Ou seja, todos os dias pelo menos uma pessoa é assassinada na província de Luanda.

De tal modo a situação vai se tomando preocupante que os homicídios voluntários representam, já, 08 por cento do total de crimes registados em toda a cidade e são praticados, sobretudo, com recurso à arma de fogo. As estatísticas policiais indicam que dos 197 casos registados, 96 foram praticados com armas de fogo, 43 com armas brancas e 312 por espancamento. Uma nova tendência que vai ganhando espaço é o homicídio por asfixia, com 10 casos. As demais situações homicidas envolveram objectos contundentes (5 casos), estrangulamentos (2), objecto perfurante (1) e afogamento (1).

Deve destacar-se, segundo preocupação levantada pela própria Polícia, o crescimento dos casos de justiça por mãos próprias. No período em análise, foram registados cinco episódios, sendo 1 por carbonização, 2 por objecto de arremesso e 03 por objecto cortante.

Os homicídios são, regra geral, praticados na via pública, com 105 casos, e no interior de residências, com 46 casos. Os estabelecimentos comerciais seguem-se com 16 casos.

## 9.9 Silêncio das vítimas é um dos principais obstáculos

*Jornal de Angola*  
23 De Fevereiro de 2014

Os casos de violência doméstica desceram um pouco com a entrada em vigor da Lei 25/11, mas ainda muito elevados. A socióloga Kezita Mixinge, o psicólogo Alfredo Sango e o pároco da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Manuel Casimiro João, defendem que a redução dos casos é possível se as famílias adoptarem padrões de vida assentes nos valores que regem a sociedade. Mas a aplicação da Lei e o seu cumprimento também ajudam muito.

António e Júlia "disparavam rajadas" de críticas, um contra o outro. Ferirem-se com palavras passou a ser um hábito. As vezes as discussões no lar acabavam em pancadaria. Júlia perdia sempre. Ficava com as marcas das agressões e com vergonha de sair de casa naquele estado, acabava por faltar ao serviço. O marido passava à agressão física, quando estava embriagado.

Em Angola, a violência doméstica tem registado, nos últimos tempos, menos casos. Mas os que existem ainda são muitos e às vezes resultam em mortes. No ano passado, o Ministério da Família e Promoção da Mulher registou a ocorrência de dez mil casos "onde as mulheres foram as principais vítimas", revelou Maria Augusto, directora nacional dos Direitos da Mulher.

Algumas pessoas, disse, pensam que a violência doméstica só está ligada a conflitos entre marido e mulher ou filhos "mas, é muito mais abrangente". A violência doméstica é toda a acção ou omissão que causa lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente que atenta contra a pessoa humana, no âmbito das relações familiares e comunitárias. Isso pode acontecer em todo o lado e não apenas em casa.

"A violência doméstica vai deste a violência sexual, psicológica, física, verbal ao abandono da família. A violência física é a mais frequente e a que deixa marcas visíveis. Mas os maus-tratos psicológicos magoam mais e são os mais difíceis de ultrapassar", diz o psicólogo, Alfredo Sango.

Apesar de só em 2010 a violência doméstica em Angola ser identificada como um problema social, o fenómeno não é novo. Hoje, precisou, continua a ser um dos grandes flagelos da sociedade angolana e não ocorre somente com pessoas pobres e de baixo nível educacional. Este problema tem acontecido em famílias ricas, cultas e respeitáveis.

"Tudo depende das relações entre homens e mulheres. Várias são as causas que estão na base. O ciúme, os casamentos forçados, o desemprego, o consumo excessivo de álcool, pobreza, poligamia, crença no feiticismo, distribuição de heranças, intolerância e factores culturais têm a ver com a violência no lar", esclareceu a socióloga Kezita Mixinge.

Evitar a violência

"A nossa sociedade pode viver longe dos casos de violência doméstica extrema, até porque é uma das graves violações dos direitos humanos", disse a socióloga, Numa análise ao problema da violência

doméstica, pode-se concluir que os factores que estão na base deste comportamento são a desagregação da família tradicional, desestruturação socioeconómica das famílias, a desorientação cultural e a deturpação da escala de valores morais.

O psicólogo Alfredo Sango está de acordo com este diagnóstico e acrescenta que a sociedade angolana pode viver longe da violência doméstica: "a Lei 25111 é um instrumento fundamental para combater a violência doméstica, mas são necessárias medidas complementares, para vencer este mal. Se avançarmos nesse sentido, acaba a violência doméstica. É um processo difícil mas possível", realçou Alfredo Sango.

Frei Manuel Casimiro João, pároco da igreja de Nossa Senhora de Fátima (Igreja de São Domingos), afirmou que tem realizado curso para noivos e passa mensagens para que as pessoas sejam bondosas, carinhosas, humildes, generosas e pacientes.

#### Mudança de comportamentos

O silêncio das vítimas ainda é um dos maiores obstáculos ao combate à violência doméstica. A sociedade tem uma máxima: "entre marido e mulher não metas a colher". Isso quer dizer que é preciso fechar os olhos à violência no lar. Vizinhos, familiares e amigos sabem que sobretudo mulheres e crianças são frequentemente vítimas de violência doméstica, mas nada fazem.

A aprovação da Lei 25111 veio mudar este panorama de cumplicidade para com crimes graves. "Com a aprovação da Lei, as pessoas passaram a denunciar os actos de violência doméstica com maior frequência nas esquadras policiais e nos centros de aconselhamentos familiares. A impunidade acabou", afirmou a directora nacional dos Direitos da Mulher, Maria Augusto.

A Lei 25/11 estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas e combate e punição dos actos de violência doméstica. Determina como punições, as indemnizações e prisão que vai de dois a oito anos, em caso de flagrante delito.

A Legislação em vigor impôs aos agressores uma mudança de postura e já começa a diminuir o número de casos de violência doméstica.

"Em contrapartida estão a aumentar os casos de fuga à paternidade", revelou Maria Augusto.

António Joaquim é um exemplo de mudança de postura. "Tive de deixar o álcool, porque senti o mal que fazia à minha mulher. Sempre que consumia

bebidas alcoólicas, era violento. Depois de passar a bebedeira, ficava triste ao ver que ela estava magoada, tive que mudar de comportamento", afirmou. Com 47 anos, António Joaquim completa 25 anos de convivência com a mulher, Júlia dos Santos, no próximo mês de Março. Antes do surgimento da lei, ingeria bebidas alcoólicas até ficar inconsciente. Adoeceu. Mas recebeu sempre o carinho da mulher: "meti a mão na consciência e deixei de fazer escândalos e ofender publicamente a minha mulher. Nunca mais bebi", referiu.

#### Apoio às vítimas

Para garantir assistência, apoio e protecção às vítimas desprovidas de amparo, o Executivo, através dos Governos Provinciais, está a construir Centros de Aconselhamento Familiar e casas de abrigo temporário. Neste momento, estão construídas dez casas de abrigo nas províncias do Bié, Cabinda, Uíge e Luanda. Os centros de aconselhamento promovem a paz e tolerância na família. Em todo o país existem salas de atendimento às vítimas de violência doméstica e centros de aconselhamento, localizados nas Administrações Municipais das províncias do Bié, Benguela Zaire, Cabinda, Cunene e nas Direcções Provinciais da Família e Promoção da Mulher, nas esquadras policiais, no Ministério Público e organizações da sociedade civil, como os comités provinciais da OMA.

#### Plano de combate

Em 2013, o Ministério da Família e Promoção da Mulher elaborou um plano de combate à violência doméstica que está a ser executado por uma comissão integrada pelo Ministério da Saúde, que trata dos casos que necessitam de assistência médica, do Ministério do Interior, que actua quando há crimes, Ministério da Justiça, que vela pelo cumprimento da Lei, Ministério da Comunicação Social, para ajudar na sensibilização da sociedade, com a transmissão e divulgação de programas nos órgãos de imprensa, e o Ministério da Assistência e Reinserção Social para o acolhimento e assistência social das vítimas.

Com a Lei 25/11 e todos os apoios às vítimas, ninguém deve ficar em silêncio face aos agressores e denunciar todos os casos que atentam contra a vida de outrem.

## 9.10 População faz entrega voluntária

*Jornal de Angola*

*25 De Fevereiro de 2014*

Habitantes da Gabela entregaram voluntariamente quatro armas de fogo, no quadro da campanha de desarmamento da população civil, refere um comunicado da Polícia Nacional.

O documento salienta que a entrega voluntária é reflexo das campanhas de sensibilização que a corporação realiza destinadas a haver maior segurança das pessoas e a prevenir crimes com armas de fogo.

O processo de desarmamento voluntário, que começou em 7 de Março de 2008, permitiu que tivessem sido entregues 4.276 armas, 2.08 carregadores, 27.593 munições, 15 projecteis e 37 granadas de mão.

De forma coerciva foram recolhidas 2.311 armas de fogo, 23 carregadores e 306 munições, O desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas constitui uma aposta do Executivo, que inaugurou em Março de 2008 um programa que tem como objectivo redução do espectro da proliferação de armas de fogo e garantir

a manutenção e consolidação da paz e da democracia.

A execução do programa aprovado pela resolução 47/08, de 4 de Julho, tem dado suporte a acções de recolha, armazenamento e custódia de todas as armas ligeiras e de pequeno porte em posse da população civil e dos ex-militares.

Até Outubro de 2013, segundo dados do Ministério do Interior, foram recolhidas um total de 87 mil 999 armas de fogo de diversos calibres, das quais 75.945 entregues de forma voluntária, traduzindo a adesão e resposta positiva da sociedade neste processo.

## 9.11 Causas da criminalidade em Angola

*O País*

*28 De Fevereiro de 2014*

Segundo um relatório apresentado pela Assembleia Nacional, lido pelo deputado Américo Kwononoca, entre as causas que concorrem para a criminalidade destacam-se as de natureza psicológica, social e biológica.

O referido documento ressalta ainda que, para além de distúrbios de natureza psicológica, a história da

vida dos criminosos aponta fundamentalmente para factores de natureza sociológica, tais como o desemprego, sub-emprego, urbanização, elevada densidade demográfica, processo de industrialização, imigração ilegal, fome e miséria.

São também apontadas como causas promotoras da delinquência e criminalidade, as políticas públicas que promovem grande concentração de rendimentos num grupo reduzido de pessoas e as assimetrias grupais ou regionais, segundo o documento a que O PAÍS teve acesso.

### Crimes mais comuns

Olhando para a tipologia dos crimes, os mais comuns são apontados como sendo o furto, roubo, ofensas corporais, homicídios voluntários e violações, seguindo-se a posse de estupefacientes, ameaças, condução ilegal, roubo de viatura e burlas.

Dos crimes registados em 2013, foram esclarecidos (processos instruídos e encaminhados) 80 por cento, contra 84,4 por cento registados em 2012. No ano passado, de acordo com o relatório, o esclarecimento de crimes por parte da Polícia Nacional (PN) foi maior nas províncias do Kuando Kubango, Huambo, Lunda-norte, Namibe e Malanje. Benguela, Bié e Cunene são apontadas como as províncias que esclareceram menos crimes, situando-se em 50 por cento. Atendo-nos ainda ao documento que temos vindo a citar, em 2013 foram detidas 36 mil e 103 suspeitos, o que equivale a 1, 10 detido por processo instruído.

O relatório diz que o número de detidos é relativamente maior nas províncias do Bié, Benguela, Luanda, Lunda-Norte, Moxico e Huambo, como ilustra o quadro. Com base nestes dados, presentemente estão detidos 21 mil e 259 reclusos em todo o país, como ilustra o quadro de reclusos no período de 2005 a 2013, apresentado no relatório, segundo dado do Ministério do Interior (MININT).



## 10. AMBIENTE

### 10.1 Cheias no rio Caitou cortam a estrada

*Jornal de Angola*  
09 De Fevereiro de 2014

As fortes chuvas que se abatem sobre a região norte do município de Camuculo provocaram cheias no rio Caltou e as ligações com a sede da província do Namibe foram cortadas.

Como alternativa, os automobilistas estão agora a utilizar a via Camucuiol Bentiaba/Namibe, um percurso particularmente crítico, de 300 quilómetros. A estrada da Bibala está intransitável.

Pedro Mulangui, motorista de autocarro, disse a reportagem do Jornal de Angola que a situação é muito difícil para os automobilistas pelo desgaste dos veículos e morosidade da viagem.

"O troço Bentiaba/Camucuiol está muito degradado e os camponeses sofrem também, já que os seus produtos ficam estragados, porque levam muito tempo a ser escoados para as cidades, devido ao reduzido número de viaturas que circulam", referiu.

Apesar das fortes chuvas que se fazem sentir, a seca ainda é uma realidade em algumas zonas do Camucuiol, como Cacimbas, Pirangombe e Chingo, se explicou o soba grande da localidade, Macuva Teixeira.

"Nesta região chove muito e ficamos sem saída, porque os rios estão cheios. Os riachos de Caluondo e Chipopilo estão cheios e dificultam também a transumância", disse.

Dificulta na movimentação

A administração do Camucuiol está a recorrer a tractores para retirar os carros que ficaram enterrados no Caitou e fazer o transbordo de alguns bens das populações.

Ana Angelina Vaz, habitante do Caitou, disse que as cheias do rio estão a dificultar a movimentação para a sede da província e outras localidades na procura de bens de consumo e apelou ao governo para que construa uma ponte sobre o rio. Reconheceu que a situação vai ser mais crítica a partir de Março, quando as chuvas atingirem o seu pico na região do Camucuiol, podendo afectar, também, a via do Bentiaba, provocando o total isolamento.

Com o rio Caitou a transbordar, aumentaram os charcos e doenças como a malária, disse o chefe da Repartição de Saúde, do Camucuiol, Job Fortunato.

A falta de professores está a dificultar a expansão dos programas de alfabetização e de aceleração escolar a mais localidades do município do Camucuiol, revelou o chefe de repartição da Educação, Tovi Mahapio. Quanto às consequências da seca no sistema de ensino, Tovi Mahapi disse ser uma situação recorrente há três anos, mas sublinhou que os pais e encarregados de educação têm sido desencorajados a levarem as crianças para as pastagens e a manterem-nas nas escolas com o apoio do programa de merenda escolar.

Descartou qualquer influência das cheias no sucesso deste ano lectivo, porque, explicou, as escolas situam-se longe dos rios. O novo administrador do município do Camucuiol, José Sombo, defendeu um trabalho de equipa para a solução dos principais problemas das comunidades.

O município do Camucuiol está situado 280 quilómetros a norte da cidade do Namibe e tem uma população de 46 mil habitantes que vive da pastorícia e da agricultura de subsistência nas comunas de sede, Chingo e Chinquite.

### 10.2 Desabamento de casa mata criança no Zaire

*Jornal de Angola*  
11 De Fevereiro de 2014

O desabamento de uma casa, provocado pela chuva torrencial que caiu na quinta-feira sobre Mbanza Congo provocou a morte de uma criança de nove anos, no bairro Sagrada Esperança.

Em comunicado de imprensa, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros informou na sexta-feira que a criança se encontrava no quarto em companhia dos pais e não resistiu à queda dos blocos sobre o sítio onde se encontrava.

A chuva provocou a inundação de cinco casas, no bairro 11 de Novembro, e destruiu os haveres dos seus moradores. Os bombeiros estão a proceder à sucção das águas nas casas inundadas.

Nos últimos dias, Mbanza Congo tem sido fustigada por fortes chuvas, que estão a abrir buracos nas ruas dos bairros suburbanos.



### 10.3 Mudanças climáticas comprometam a pesca

*Jornal de Angola*  
12 De Fevereiro de 2014

O facto de não serem tidas em conta as alterações climáticas na gestão das pescas compromete o desenvolvimento do sector e o bem-estar das populações que vivem desta actividade, afirmou ontem a ministra das Pescas.

Vitória de Barros Neto disse, na abertura do seminário sobre "Vulnerabilidade dos Recursos Pesqueiros e as Mudanças Climáticas no Sistema da Corrente Fria de Benguela", que a nível mundial se verifica uma redução dos recursos marinhos vivos. Isto é muitas vezes atribuído ao excesso de captura, sem incluir os efeitos das mudanças climáticas que afectam a dinâmica dos recursos, a dispersão dos ovos e larvas, com efeitos directos sobre os peixes adultos.

A discussão do tema foi promovida pelo Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (INIP), o que a ministra considerou oportuno, por se tratar de um assunto relativo a uma actividade que produz alimento para milhões de famílias e contribui para o crescimento económico de várias nações. Vitória de Barros Neto realçou a necessidade de se ter informação e bases científicas sólidas para aplicar o princípio da Gestão das Pescas na óptica do Ecossistema e assinalou o facto de o Executivo apoiar a criação e desenvolvimento dos programas regionais Benguela, Pescas, Ambiente, Interação e Formação, o Grande Ecossistema da Corrente da Guiné e da Comissão da Corrente de Benguela, para criar excelência na investigação pesqueira e obter resultados consistentes.

Com a aquisição de uma embarcação costeira, conhecimentos e equipamentos, o Ministério das Pescas vai dotar o INIP de mais capacidade de investigação para a manutenção da série de dados temporais já existentes, e desenvolver as novas séries para melhorar o conhecimento disponível sobre a dinâmica dos recursos marinhos e a variabilidade oceanográfica.

A analista das Pescas e Aqui cultura do Fundo das Nações Unidas para Alimentação, Cassandra de Young, disse que o projecto de formação é contínuo e serve para dotar os participantes de conhecimento sobre o sistema de pescas. É um projecto global, no âmbito do qual já se realizaram acções de formação semelhantes na Índia, em países da América e da Ásia, afirmou, anunciando estar agora voltado para a

Corrente Fria de Benguela, onde estão integradas Angola, África do Sul e a Namíbia.

### 10.4 Famílias desalojadas beneficiam de apoio

*Jornal de Angola*  
13 De Fevereiro de 2014

As famílias do município do Chitato e da comuna de Camaxilo, Caungula, que perderam as suas casas em consequência das fortes chuvas do mês de Janeiro,

receberam do Governo da Lunda Norte produtos alimentares e materiais de construção.

As 178 famílias do município do Chitato e as 24 da comuna de Camaxilo, receberam cada uma 25 chapas de zinco, para permitir a reconstrução das casas destruídas.

O governador provincial, Ernesto Muangala, que é também o coordenador da Comissão Provincial de Protecção Civil, entregou às famílias, material de cozinha, roupa, cobertores e bens de primeira necessidade.

Ernesto Muangala afirmou que já foram criados mecanismos eficazes para que as famílias não enfrentem dificuldades devido aos danos provocados pelas chuvas.

"Já foram criadas todas as condições para que as famílias afectadas não enfrentem grandes dificuldades, por ser um problema social ao qual o Governo dedica uma atenção especial", afirmou.

O governador exigiu a revitalização dos trabalhos da Comissão de Protecção Civil, com vista a serem encontradas soluções imediatas para os problemas causados pelas catástrofes naturais.

Para o apoio, às famílias, cujas residências ficaram totalmente destruídas, Ernesto Muangala disse que a Comissão Provincial Multisectorial para a Protecção Civil aprovou uma verba de 19.440 milhões de kwanzas, que possibilitou a aquisição dos meios entregues.

Há contactos permanentes junto das estruturas centrais dos ministérios do Interior e da Assistência e Reinserção Social, no sentido de serem reforçados os recursos materiais que permitam oportunamente assistir as populações desabrigadas. O governador da Lunda Norte revelou uma grande preocupação com o elevado índice de problemas provocados pelas chuvas e garantiu que o Orçamento Geral do Estado presta uma atenção especial ao programa social, que visa

fundamentalmente prevenir e apoiar as famílias prejudicadas pelas calamidades naturais.

Ernesto Muangala revelou que o OGE/20 14 reserva, para a Lunda Norte, uma verba de 65 milhões de kwanzas, exclusivamente destinada às acções de precaução e ajuda a problemas resultantes dos acidentes provocados pelos fenómenos da natureza.

Além disso, o governador Ernesto Muangala afirmou estarem à disposição do Governo Provincial mais 45 milhões de kwanzas, para actividades de divulgação e sensibilização junto das populações para não construírem em zonas consideradas de risco.

## 10.5 Industrias e zonas residenciais: dilema

*Novo Jornal*

*14 De Fevereiro de 2014*

Para quem deixa a antiga rotunda da Camama em direcção a Luanda Sul, percorrendo todo o resto da extensa avenida até à zona do Kikuxi, depara-se com uma realidade muito presente por aqueles arredores de Luanda: A presença de unidades fabris, principalmente de blocos, misturadas com zonas residenciais. Uma realidade comum por aquelas paragens, muito embora este assunto não seja um caso exclusivo. A zona sul de Luanda, mais concretamente a do Benfica, é uma das que mais cresceu nas duas últimas décadas, e a realidade não foge muito da que se assiste em Viana ou no Kikuxi.

Nos últimos anos, esta questão tem sido motivo de várias abordagens por parte de ambientalistas, sobretudo pelo impacto que a presença destas unidades industriais têm causado no ambiente e, por conseguinte, à saúde pública.

Um estudo realizado em Luanda entre 2004 e 2006, pelo Centro de Excelência em Ciências para a Sustentabilidade em África, no qual foram analisadas 92 amostras, concluiu que a cidade apresentava níveis muito elevados de poeiras (pela constatação das grandes quantidades depositadas nos tejadilhos dos carros, varandas, tectos e até mesmo no interior das habitações).

Contudo, uma realidade semelhante é também constatável através da inversão dos papéis dos protagonistas: Zonas anteriormente menos habitadas foram tomadas por residências, pelo que se constata hoje um dilema cuja resolução não dependerá somente da vontade de moradores que se queixam da alegada poluição, nem tampouco do interesse dos

proprietários das indústrias, como defendem especialistas ouvidos pelo Novo Jornal.

### PAZ E A EXPANSÃO DA CIDADE

Se por um lado o advento da paz trouxe ao país novas perspectivas de desenvolvimento económico, abriu-se também uma nova frente:

A necessidade de expansão da cidade levou a que zonas anteriormente não residenciais fossem transformadas em áreas de habitação.

Os exemplos mais evidentes são o bairro do Benfica, Palanca, Talatona, Kikuxi e Morro Bento, apenas para citar alguns.

"No final dos anos 90 havia poucas áreas residenciais no Morro Bento e lá foram sendo construídos oficinas, estaleiros e fábricas, como é o caso da Nori. Conforme a cidade foi crescendo, estes locais foram ficando rodeados de casas e a fábrica da Nori está agora cercada de pessoas que reclamam dos maus cheiros. De quem é a culpa? A fábrica deve sair ou as casas não deviam ter sido construídas ali?", questionou ambientalista Vladimir Russo.

E aponta outros exemplos: A Cimangola, a Refinaria de Luanda e os estaleiros de construção civil, na área do GAMEK, para não falar dos armazéns grossistas, que, segundo disse, estão a ser "expulsos" da cidade como, por exemplo, o caso mais recente da Macambira.

### AUSÊNCIA DO PLANO DIRECTOR

Para o especialista em questões ambientais, a situação derivou da falta de um plano director para Luanda e da ausência de concertação entre as administrações municipais e os agora distritos urbanos, com o Governo Provincial de Luanda.

"Uns autorizam com base na sua perspectiva e acabamos por ter zonas residenciais misturadas com zonas industriais, apesar de este aspecto estar a ser resolvido com os pólos industriais, por exemplo, de Viana com a Zona Económica Especial", salientou.

A ausência do Estado em alguns casos é também uma constatação que o ambientalista não deixa de assinalar como tendo encorajado a que situações do género tivessem lugar em algumas zonas de Luanda.

"Como o Estado não estava presente e não fazia os loteamentos, as pessoas foram construindo logo a seguir ao casco urbano e em zonas com acessos, embora precários, mas que forneciam alguma segurança. Os arruamentos, energia, água, esgotos, etc. só vieram (onde chegaram), oito/dez anos

depois. Estes locais poluentes estão agora rodeados de casas e de populares que reclamam do barulho, da poeira e do trânsito de veículos pesados. De quem é a culpa? Quem deve sair?", voltou a interrogar.

#### ATROPELO À LEI

De acordo com Vladimir Russo, a licença ambiental deve ser a primeira a ser emitida, antes de qualquer outra. No entanto, segundo afirmou, muitos dos investidores apresentam uma licença de construção ou um título de cedência da terra (o direito de superfície) para avançarem como os projectos, quando a lei diz claramente que a licença ambiental precede qualquer outra.

"É verdade que muitos destes empreendimentos não estiveram sujeitos a estudos de impacto ambiental, instrumentos que ajudam a verificar a compatibilidade ambiental e social de um determinado projecto com a sua área de inserção. Quem faz o estudo não tem bases de comparação por falta de um plano director ou planos municipais de ordenamento de território. Isso impede uma análise objectiva sobre se o local é apropriado ou não", exemplificou.

#### ACTUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A participação da sociedade civil em organizações de base comunitária também serviria para emitir as suas opiniões, defendeu Vlademiro Russo. Outro espaço importante para discussão passa pelos Fóruns de Concertação e Auscultação Social.

"Mas para participar nestes fóruns e organizações, o cidadão deve estar informado e não agir de forma precipitada com recurso à violência. O Ministério do Ambiente e os governos provinciais estão abertos para receber reclamações e queixas e é seu dever dar solução para os problemas apresentados pelos cidadãos, quer de forma individual quer de forma colectiva", apontou.

O presidente de Direcção da Juventude Ecológica Angola (JEA), José Silva, assegurou que a organização tem olhado para este assunto com alguma preocupação, embora reconheça ser esta a realidade de um país que durante algum tempo não levou em linha de conta o ordenamento do território e a gestão ambiental.

Em muitos casos, realçou, muitas indústrias não têm um plano de gestão ambiental, sendo que parte dos resíduos líquidos são despejados sem tratamento prévio nas linhas de água, a partir das quais a população se abastece, sem esquecer a emissão de gases.

"Em grande parte dos casos não existe uma preocupação destas empresas em relação à população em redor. É verdade que em muitos casos foi a população que invadiu o espaço das indústrias, talvez por falta de fiscalização ou actuação da administração local do estado", admitiu.

A JEA, cuja missão continua centrada na educação ambiental, ensaiou em 2007 um pequeno projecto de levantamento de indicadores ambientais, o qual ficou pelo caminho por falta de algumas componentes para finalizar o trabalho.

Com a posse da nova direcção, em Outubro último, José Silva deu a conhecer a intenção de se criar um Comité Técnico Científico para dar respostas a questões que carecem de uma componente mais especializada.

"De certa forma sentimos que a nossa acção em relação a estes aspectos ainda não é a mais visível ou desejada. A nossa acção está mais virada para pressionar as autoridades, com pronunciamentos a nível da comunicação social, a intervenção em fóruns e a denúncia de algumas situações", reconheceu.

#### POLUIDOR-PAGADOR

O "princípio clássico" da gestão ambiental "poluidor-pagador" podia, no entender de José Silva, ser uma solução para alguns problemas que se registam, não só nos casos aqui abordados da presença de indústrias em zonas residenciais, mas em situações onde fosse possível exigir das entidades empresariais a reposição de alguma normalidade.

"Se olharmos para a Lei de Bases, esse princípio pode não estar tão visível, mas existem várias disposições na legislação ambiental que se articulam com aquele princípio do poluidor-pagador", esclareceu.

Entretanto, acrescentou, já foi aprovada legislação sobre crimes ou transgressões ambientais, a qual, de certa forma, responde ao espírito do princípio "poluidor-pagador".

"Julgamos ser necessária uma melhor aplicação deste princípio, e isto só é possível com uma fiscalização mais eficaz, bem como a cultura de denúncia e o recurso, à acção popular por parte do cidadão, quando sentir que a sua qualidade de vida está em causa", lembrou.

#### PRINCÍPIO DA COMPENSAÇÃO

O responsável da JEA falou ainda do "princípio da compensação, responsabilização ou prevenção".

O princípio da compensação, avançou, aplica-se, por exemplo, em situações em que existem projectos que, pela sua natureza, causam impactos ao ambiente mesmo depois de executadas as recomendações do estudo de impacto ambiental.

Segundo o especialista, além da responsabilidade social corporativa, os investidores "são obrigados" a compensarem a região onde está a ser aplicado o projecto com outros investimentos, designadamente na área da educação, cultura, ou ainda em áreas que geram algum impacto económico.

E avançou com o exemplo do caso da refinaria do Lobito onde, ainda antes do início da construção, já foi anunciado que será construído e instalado um laboratório ambiental e uma escola na comuna do Culango.

#### PRIMAZIA À PETROLÍFERA

Ainda de acordo com a opinião de José Silva, tem-se dado mais atenção a estas questões junto da indústria petrolífera, por esta ser muito propensa a acidentes, apesar das normas de segurança apertadas e dos investimentos realizados.

"Pensamos que se deveria dar maior atenção a outras actividades, as quais, apesar de impacto mais reduzido, não deixam de causar danos ao ambiente e, muitas vezes, têm graves implicações na qualidade de vida dos seres vivos e na saúde humana".

### 10.6 Palanca. Vala inacabada enluta famílias

*Jornal Agora*

*14 De Fevereiro de 2014*

'Perigo de morte!' É o sinal de alerta mais adequado para se colocar ao longo das margens da vala de drenagem que, proveniente do Centro Emissor do município do Cazenga, rasga a rua 'D' do bairro Palanca, no distrito do Kilamba Kiaxi, município de Luanda, passa pelos bairros Popular, Cassequel, Catinton (Rocha Pinto) e desemboca na Praia da Nicha, no município de Belas.

Mas, por que razão colocar um painel com uma informação alarmante, numa infra-estrutura que serve para escoar as águas brancas (da lavagem de loiça e roupa), pluviais e dos esgotos? A razão é simples. No ano passado, em Dezembro, morreram duas pessoas afogadas na vala em referência.

Como a terceira é de vez, decidimo-nos a mover a nossa equipa de reportagem ao local, porquanto Manuel Brás, jovem de 16 anos, natural de Luanda,

foi a terceira pessoa que perdeu a vida afogada, no dia 1 de Fevereiro de 2014, de uma lista 'fúnebre' de mortes por afogamento, que já começa a engordar sem motivos plausíveis.

'PARAÍSO' TRAIÇOEIRO. À primeira vista, quando franqueámos a rua 'D' do Pai anca, salvo algumas elareiras da água salobra da vala, que transborda de tão cheia, vislumbra-se o verde do Jardim do Éden - paraíso, de plantas verdes dispostas completamente na vala como um manto. Mas é tudo miragem, dado que o perigo é eminente.

Quem se desloca do centro de Luanda para o município de Luanda, pela avenida Deolinda Rodrigues (estrada de Catete), não passa incólume à fábrica de tabacos (FTIJ). No outro lado, a cerca de 15 metros, está a rua 'D', ao atravessar a vala. Alguns automobilistas se sentem-se aflitos pelo solavanco que a saliência da infra-estrutura subterrânea provoca ao estômago, mas isso são outro assunto.

Na rua 'D', em que está a vala que corta perpendicularmente a estrada de Catete, as obras estão paralisadas, há montanhas, entulhos, detritos, carros à venda perfilados ao longo das margens e lavadores de carro que exercem o seu trabalho diariamente naquela zona. A matéria-prima dos lavadores de carro é a água. Logo, não é preciso adivinhar onde os jovens retiram a principal matéria para ganhar o pão de cada dia: na vala. Mas, esta, apesar do risco que acarreta, é a única fonte que tem para desenvolver as suas actividades. Panzo Mateus, ex-colega do finado Manuel Brás, revelou ao Agora como sucedeu a morte do amigo. "Ele foi à busca de água na vala, encheu o balde e, como recipiente estava muito cheio, não suportou o peso e escorregou.

Acto contínuo, foi arrastado pela correnteza para minutos depois falecer. Ainda gritamos por ajuda, mas o auxílio infelizmente chegou tarde. Foi muito triste ver o meu amigo falecer daquela maneira", recordou.

Questionado sobre a ocupação que exerce diariamente no bairro Palanca, Panzo foi pragmático: "sou chefe de família Tenho dois filhos. Para os sustentar, está cada vez mais complicado, porque estou desempregado e a situação está difícil para quem não tem emprego. Prefiro lavar carros a roubar. Sou órfão de pai. A minha mãe não trabalha, pelo que não quero arranjar mais problemas para a minha família", desabafou.

"A vala de" drenagem onde faleceu Manuel Brás e outros cidadãos angolanos estida e tem cerca de quatro metros de profundidade. A mesma, objecto da



nossa reportagem, começa no Centro Emissor do Cazenga e termina na Praia da Nicha, no município de Belas", informou a este jornal uma fonte limpa junto do Governo Provincial de Luanda. Ao longo deste percurso que abrange três municípios da província de Luanda, quantos casos de luto e dor terão acontecido, não reportados por omissão? Mas esta é uma situação que compete, principalmente, às famílias lesadas. Decidimo-nos então a prosseguir a reportagem.

"ELE SEMPRE FOI UM JOVEM ESTUDANTE".

Confusa, revoltada e invadida por um sentimento de nostalgia, Luísa de Sousa Brás, mãe do falecido, até à morte do seu filho, no dia 1 de Fevereiro, desconhecia que este era lavador de carros.

"O Manuel saía de casa de manhã e só voltava à tarde, porque frequentava um curso técnico num centro de formação profissional.

Ele sempre foi um jovem estudante. Como é que o meu filho perdeu a vida, justamente na semana que veio passar uns dias comigo, meu Deus?", interrogou e lastimou.

Luísa de Sousa apelou à administração distrital do Kilamba Kiaxi para que resolva a situação desta vala que já ceifou três vidas, antes que outras famílias fiquem igualmente enlutadas.

ZAGOPE PARALISOU OBRAS HÁ OITO MESES.

A onda de reclamações dos moradores tem subido de tom, desde o falecimento do primeiro cidadão que, em pleno estado de embriaguez, escorregou para a vala de drenagem, obra da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda, sob empreitada da empresa Zagope Construções e Engenharia, S.A., instituição que, curiosamente, ignorou as questões do Agora, enviadas por e-mail. A secretária da mesma empresa barafustou e não deu dados sobre uma figura que respondesse às questões levantadas pelos moradores do bairro Palanca.

Aliás, entre os munícipes daquela parcela do Kilamba Kiaxi, o sentimento é de revolta. João Gonçalves, residente no Pai anca há mais de 25 anos, disse que a situação se complicou desde que a Zagope abandonou os trabalhos de construção da vala há oito meses. Aquele munícipe afirmou estar apreensivo. Avizinham-se as chuvas e, de Fevereiro a Abril, todos sabemos que elas são muito intensas", advertiu.

"Ninguém esclarece nada sobre este assunto, que está a constituir enorme perigo para os nossos filhos e não só. Por outro lado, acredito que o administrador

não está interessado em melhorar a situação do bairro, porque não sentimos mudanças", alega, contundente.

Nicolau Duarte, igualmente morador do bairro Palanca, acusa os fiscais da Administração do Kilamba Kiaxi de serem coniventes com a morte do jovem lavador de carros, em virtude de estes assistirem impávidos e serenos ao trabalho que desenvolvem no dia-a-dia, apesar do risco que representa 'acarretar' água suja na vala.

"Eles é que são os homens da lei, mas o que fazem aqui não é certo. Cobram dinheiro aos pobres jovens, invés de correrem com eles.

Isto é muito feio, uma vez que tinham a missão de os prevenir", sublinhou.

ENTIDADES FECHAM-SE EM COPAS. Não foi possível a equipa de reportagem do Agora obter uma reacção de José Francisco Correria, administrador do distrito do Kilamba Kiaxi, sobre as duas mortes que ocorreram no fim de 2013, incluindo o falecimento de Manuel Brás, este ano, porque o gestor daquela municipalidade está fora do país.

"Senhores, já vos disseram que o administrador não está presente. Aqui não há ninguém autorizado a responder por ele", disse o director do gabinete daquele responsável.

A Zagope Construções e Engenharia S.A., empreiteira da vala de drenagem inacabada, também se fechou em copas, relativamente à data de arranque das obras da vala da rua 'D', no bairro Palanca. Por ora, a mesma está assoreada com lixo, terra e outros detritos.

Há probabilidades de as coisas se agravarem quando as chuvas se abaterem sobre Luanda. Os moradores por aquelas bandas estão temerosos.

## 10.7 Bairro Huambo pode ser engolido nos próximos dias

*Jornal Manchete*

*14 De Fevereiro de 2014*

O bairro surgiu, num abrir e fechar de olhos, tendo as casas sido construídas junto a vala de drenagem, com material precário. O mesmo localiza-se no município da Maianga, junto ao campo de futebol do Inter Clube de Luanda.

Segundo constatou o Manchete, o perigo é eminente, sobretudo no tempo chuvoso, altura em que o bairro



fica inundado, verificando-se a destruição de muitas residências.

No local, Mariana Epalanga, moradora, contou ao Manchete que, devido esta situação, muitos dos habitantes estão a abandonar o bairro, indo morar com os seus familiares nas outras circunscções. "Os que não têm para onde ir vão a casa de familiares, os outros alugam casas noutras bairros", disse a interlocutora.

Por seu lado, dona Ngueve Francisco, igualmente moradora, contou que "em tempos caiu uma chuva que inundou as casas e por pouco as crianças seriam levadas pela corrente das águas". Questionada pela nossa reportagem sobre os motivos que fazem as pessoas insistirem em viver neste bairro, Maria Fernando disse: "Na altura não havia possibilidade de viver num outro sítio que não fosse aqui, não tínhamos possibilidades". Por sua vez, Cristina Abel lembrou que "quando nós viemos viver aqui a vala foi pequena, não tinha esse buraco grande, era apenas uma ravina de nada".

Por causa do amontoado de lixo e das águas paradas foi difícil até para a nossa equipa de reportagem fazer a ronda na zona, mas os moradores parece estarem já habituados com o cenário.

Mário Eduardo revelou que "a vala iniciou na RS, lá já tinha mais de 50 casas que foram destruídas pela chuva, do outro lado foram arrasadas 35 moradias. Móveis de casa, senhoras e crianças já foram levadas pelas águas das chuvas e ninguém está a resolver esse assunto".

Por seu turno, Jaime Pascoal adiantou que "ainda existem senhoras que deitam pneus aqui na vala, aqui é um centro de mosquitos, por exemplo neste bairro, os casos de paludismo é mesmo muito alarmante".

Os residentes desta zona pedem a intervenção imediata das autoridades competentes para solucionar os problemas que os aflige.

Isaac Tomás, frisou que "o Governo tem que dar mesmo uma solução urgente, porque estamos a viver extremamente mal".

Para responder as inquietações dos moradores a administração do distrito da Maianga prometeu pronunciar-se nos próximos dias. O bairro Huambo está situado no Rocha Pinto, distrito urbano da Maianga, por detrás do campo do Inter Clube de Angola.

## 10.8 GPL

*Jornal Manchete*  
14 De Fevereiro 2014

Nos últimos tempos assiste-se em Luanda, uma carência gritante da gestão dos jardins e zonas arbóreas.

O cenário em que se apresentam actualmente os jardins, é extremamente desolador. Nas poucas avenidas que se encontram relvas, estas estão totalmente seca por falta de regas periódicas e manutenção, pelo que a cor verde já deu lugar a castanha, tirando assim o valor tanto ornamental quanto ambiental. Existem inúmeras questões que continuam sem respostas. É responsabilidade do GPL gerir ou adjudicar esta responsabilidade a terceiro sem no entanto descorar da cobrança de responsabilidade quando estes não cumprem com o contrato.

Meus senhores, é do conhecimento dos angolanos que Luanda é a cidade espelho do país, a cidade modelo, portanto qual é a razão do abandono das zonas verde. O mesmo acontece com as zonas arbóreas, depois da tentativa de se plantarem mais árvores um pouco por todas" artérias da cidade, infelizmente, muitas delas hoje estão também a secar.

## 10.9 Exploração ilegal de madeira causa graves danos

*Jornal de Angola*  
19 De Fevereiro de 2014

A exploração desenfreada de madeira nos quatro municípios da província de Cabinda, por madeireiros não licenciados pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal, está a provocar enormes danos ao Ambiente. A situação é alarmante, pois o "garimpo de madeira", além de causar danos à flora, causa também a migração de muitas espécies animais, com maior incidência para os elefantes, que fogem para áreas habitadas.

As manadas de elefantes que se movimentam no interior da floresta estão a se refugiar-se junto das aldeias, onde devastam as lavras e derrubam as casas. O técnico da Secretaria Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Manuel Nunes Barata, em disse ao Jornal de Angola que o negócio de exploração ilegal de madeira está a aumentar todos os dias devido aos elevados lucros que propicia.

"Ao abaterem as árvores usam motosserras, causando forte poluição sonora na floresta, o que leva milhares de animais a fugir" denunciou Manuel Nunes Barata,

para quem essa prática mexe com o ciclo de vida de muitas espécies animais.

Manuel Nunes Barata defende que a exploração da madeira deve ser feita de forma racional, na perspectiva de criar reservas para as futuras gerações e que não deve haver ambição pelo lucro fácil.

A par da exploração desenfreada da madeira que se verifica um pouco por todas zonas florestais de Cabinda, o técnico da Secretaria Provincial do Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente indicou também a caça furtiva e o abate indiscriminado de árvores para a produção de carvão e lenha como factores que estão a contribuir para a degradação rápida e sistemática do Ambiente.

Manuel Nunes Barata condenou essas práticas, que atribui a cidadãos nacionais e estrangeiros ilegais. E avisou que o abate indiscriminado de árvores vai provocar num futuro breve a erosão dos solos e alterações no ecossistema.

Mais fiscalização

O Executivo criou o Parque Nacional do Maiombe, administrado por técnicos qualificados e com uma equipa de 16 fiscais. Manuel Nunes Barata diz que o "garimpo" de madeira e a caça ilegal têm os dias contados.

Numa primeira fase os fiscais estão a trabalhar na sensibilização e educação da população sobre a necessidade de acatar as regras ambientais, visando a preservação da fauna e flora existentes na floresta do Maiombe.

O técnico da Secretaria provincial do Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente esclareceu ainda que preservar a floresta permite a sua exploração para fins comerciais mas tudo tem de ser feito de uma forma disciplinada e racional tendo sempre em atenção as quantidades a abater e apenas as espécies permitidas por lei.

"Cabinda possui várias espécies florestais de alto interesse económico e que são as que dão maior rendimento" disse Manuel Nunes. O governo Provincial de Cabinda está preocupado com a preservação do Ambiente. Por isso lançou projectos nesse domínio para garantir o equilíbrio ambiental.

Manuel Nunes Barata deu como exemplo a inclusão de jardins e a plantação de árvores em novas zonas habitacionais, tendo em conta a importância que as plantas têm na produção de oxigénio e de sombra.

"A cintura verde de uma zona urbanística ajuda a absorver o pó existente na atmosfera, devido à

existência de árvores que servem de tampão. O dióxido de carbono produzido pela respiração das pessoas também é absorvido pelas árvores" disse.

"Um trabalho realizado recentemente culminou na requalificação, preparação de jardins e arborização de largos e artérias da cidade de Cabinda" sublinhou, lamentando o atraso que se regista nas obras de construção do aterro sanitário de Cabinda. A falta do aterro faz com que muito lixo produzido na cidade e periferia seja depositado na zona do Ntó a céu aberto, causando com isso muitas doenças às populações vizinhas.

Projectos ambientais Manuel Nunes Barata considera imprescindível a conclusão das obras do aterro sanitário, por ser de extrema importância e contribuir para a redução de gastos que o Estado faz na importação de fertilizantes, na medida em que os resíduos sólidos podem servir para a produção de adubos utilizados na agricultura.

Quando existir a separação de metais, plásticos e papéis, estes recursos ganham elevado valor depois de um processo de reciclagem. Por isso, Manuel Nunes Barata reiterou a necessidade de ser concluída com urgência a construção do aterro sanitário, prevista para o primeiro semestre do ano em curso.

## 10.10 Vítimas das chuvas recebem apoio

*Jornal de Angola*

*19 De Fevereiro de 2014*

Pelo menos 35 chefes de família que perderam as suas casas e outros haveres, em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a localidade de Cangundo, município do Negage, no Uíge, receberam apoios, consubstanciados em chapas de zinco, bens alimentares, roupa diversas e cobertores.

O chefe do Departamento de Protecção Civil e Bombeiros da província, Eduardo André, que entregou os bens, disse que esta medida faz parte de programa destinado a assistir 113 chefes de família, num agregado correspondente a 1.442 pessoas, nos municípios de Negage, Milunga e Bembe.

"Apesar das quantidades não serem suficientes, acreditamos que, ainda assim, vão ajudar a minimizar as dificuldades que estas pessoas têm enfrentado, depois de perderem tudo, incluindo as suas casas", disse.

"Vamos prosseguir com este gesto, visto que, além desta localidade, existem outras dos municípios de

Cangola e Bembe, onde pelo menos 262 pessoas estão ao relento, pelo mesmo motivo", acrescentou.

Eduardo André apontou a fraca qualidade do material empregue nas construções e o derrube de árvores, como alguns factores que estão na base da destruição de muitas habitações pela força dos ventos e da água.

Nesse sentido, Eduardo André pediu à população para construir em locais seguros e com materiais mais resistentes.

O regedor de Cangundo, Francisco Rafael, agradeceu a medida em nome da população. "Estamos satisfeitos com este apoio dado pelo Governo, mas esperamos que não fique por aqui, porque aqui temos muitas pessoas com idade avançada a necessitar de muito apoio para poderem sobreviver", alertou.

A autoridade tradicional lembrou que a chuva do dia 17 de Janeiro destruiu 35 residências e dois reservatórios de água, deixando ao relento 92 famílias. "Essas famílias ficaram ainda mais empobrecidas. Depois de verem as suas casas destruídas, albergaram-se em casas de familiares, amigos ou vizinhos. Com este apoio, algumas delas vão poder recuperar as suas habitações", disse.

A regedoria de Cangundo tem uma população calculada em 8.868 habitantes, distribuídos por seis aldeias: São Paulo, Quissete, Cacongo, Cangundo, Catumbo e Cahidi.

## 10.11 Falta de chuva compromete colheitas

*Jornal de Angola*  
21 De Fevereiro de 2014

A ausência prolongada de chuva desde Novembro no município do Nzeto, Zaire, pode comprometer a presente época agrícola naquela região, declarou o presidente da UNACA, António dos Santos.

A situação está a preocupar os camponeses da região que já antevêm uma penúria alimentar nos próximos meses, devido à destruição das sementes lançadas à terra.

"A situação é preocupante e, caso não chova nos próximos tempos, corremos o risco de perder todas as culturas", lamentou o presidente da UNACA.

Os agricultores do projecto Agricultava, implantado na região por uma empresa israelita em parceria com o Ministério da Agricultura, também estão preocupados com a persistente falta de chuva.

António dos Santos disse que 400 hectares de mandioca e milho cultivados estão à beira da destruição porque a fazenda do Agricultava não dispõe de sistema de irrigação. O município do Nzeto, situado a 230 quilómetros da cidade de Mbanza Congo, acolheu em Outubro passado a abertura da campanha agrícola na província do Zaire.

O município tem 18 cooperativas agrícolas e quatro associações de camponeses. O Nzeto tem uma população de 60 mil habitantes que se dedicam à agricultura e pesca.

## 10.12 Residentes pedem socorro

*Jornal de Angola*  
22 De Fevereiro de 2014

Por todo o lado existem placas que proíbem a deposição de lixo na vala. Mas os avisos são ignorados. Pneus, sacos de plástico, lixo doméstico, entulho, tudo é lançado na vala ou depositado nas suas margens.

Outra situação preocupante é a ponte para travessia de peões de um lado para o outro do bairro Cassequel, que está totalmente danificada. As pessoas passam com carros de mão e bacias à cabeça sem a mínima preocupação, pondo em risco as suas vidas.

Teresa Simão mora no bairro há mais de dez anos e disse à reportagem do jornal de Angola que a ausência de contentores de lixo é a uma das razões para a desastrosa condição higiénica do bairro. "Não temos contentores de lixo, as empresas de recolha de lixo e de manutenção sanitária não passam por aqui. É necessário, um local para colocarmos o lixo", disse. Os habitantes estão preocupados com as condições de higiene do bairro, mas outros já estão habituados até com o cheiro nauseabundo que vem da vala de drenagem. Ana Pedro vende a famosa "magoga" bem ao lado da vala. Explica porque montou a sua quitanda ao lado da vala entupida com lixo e entulho: "a paragem dos táxis é neste local, sempre vendi aqui, já estou acostumada ao mau cheiro, às moscas e mosquitos", disse.

Nas épocas de chuva a situação fica ainda mais grave, porque a vala enche e há necessidade de utilizar a As pessoas passam na ponte sem a mínima preocupação e põem em risco as suas vidas ponte, mas é muito arriscado por causa do seu mau estado. "Trabalho num posto médico aqui ao lado e testemunho casos de malária com muita frequência no tempo da chuva, é por causa da vala" explicou à nossa reportagem Paulo Tomás.

Alguns residentes na tentativa de terminar com o lixo queimam-no, mas mesmo assim não obtêm os resultados esperados. Os moradores do Cassequel pedem socorro à Administração Municipal. O lixo e a água estagnada matam!

### 10.13 Asfalto em farrapos obriga ao corte de trânsito

*Jornal de Angola*

*24 De Fevereiro de 2014*

O Largo da Cimex, donde parte a Rua Stuart de Carvalhais, no Bairro Neves Bendinha, está sem asfalto e repleta de lixo. A Polícia Nacional cortou o trânsito na zona, porque a via está intransitável.

Ao longo da via aberta ao trânsito e que liga o Largo da Cimex à Rua Stuart Carvalhais, vende-se de tudo, desde bens alimentares a vestuário. Os taxistas param onde podem e não podem, o que provoca filas intermináveis de carros.

O chão está coberto de roupa de fardo e outros produtos. Os moradores daquela zona têm muitas reclamações a fazer e esperam dias melhores. Yuri de Oliveira contou à reportagem do Jornal de Angola que as ruas do bairro estão degradadas.

"Muito lixo no asfalto, as pessoas urinam na rua, carros avariados tomam conta dos passeios que já não existem e tudo tende a piorar porque o mercado do Bairro Popular não é suficiente para receber todos os vendedores. Nos Congolese, no Nelito Soares, também não há espaço por isso a solução é vender na rua", disse Yuri de Oliveira.

#### Ruas intransitáveis

Os agentes da Esquadra Móvel fecham as ruas intransitáveis. Os taxistas "furam" as barreiras e criam ainda mais confusão. "Os moradores nem sabem se há administrador, nunca o vimos. Temos falta de energia e água. Como não existem balcões das empresas distribuidoras, temos de nos dirigir à EDEL no Golfe II para comunicar as avarias e sermos socorridos, quando temos uma administração que devia resolver esses assuntos", disse Yuri de Oliveira.

O posto da EDEL que está na Administração do Bairro Neves Bendinha só serve para pagamentos. Mas os serviços de piquete da EDEL e da EPAL atendem sempre as chamadas dos moradores quando estes fazem reclamações. É a única coisa positiva.

O taxista Mendes Panzo disse à nossa reportagem que é difícil trabalhar nestas condições: "não há

passageiros porque o troço da Cimex até ao Avô Kumbi está intransitável por causa dos buracos. Há dois anos que a obra arrancou. Neste momento os trabalhos estão na zona da Escola Amizade Angola e Cuba. Nunca mais terminam. Não existe recolha de lixo porque os carros não podem circular".

Osvaldo Paulo é taxista e disse que o trabalho é dificultado pela Polícia, que fecha as ruas sem prévio aviso: "não temos paragens para os táxis e os polícias para nos deixarem trabalhar exigem gasosa.

#### Recolha de lixo

Os passageiros já não aceitam vir para aqui, e ferem ir a pé até ao Hospital dos Queimados e lá apanham o táxi". O responsável da esquadra móvel para os carros não ficarem danificados". A Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, o Governo Provincial e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda é que têm de resolver os problemas da recolha de lixo. Mas é difícil, enquanto as ruas do bairro não estiverem transitáveis. Os usuários da rua aguardam com expectativa a reabilitação da rua.

## II. IMIGRAÇÃO

### II.1 Polícia Nacional cerca ilegais

*Jornal de Angola*  
09 De Fevereiro de 2014

O serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Cuando Cubango registou nos últimos sete dias, no município do Calai, dois casos de violação de fronteira, que envolveram quatro indivíduos de nacionalidade namibiana. A fronteira sul entre Angola a República da Namíbia tem 685 quilómetros, sendo 335 terrestres e 350 fluviais, e encontra-se sob o controlo da 128 Unidade da Polícia de Guarda Fronteira (UPGF), e uma unidade instalada na sede do município do Calai. As autoridades estão a realizar campanhas de sensibilização nas comunidades sobre os perigos da imigração ilegal.

### II.2 Polícia da SADC prioriza combate a imigração ilegal

*Jornal O País*  
28 De Fevereiro de 2014

O combate a imigração ilegal que é uma constante no país, de acordo com o comandante e comissário Geral da polícia nacional, Ambrósio de Lemos, é uma das prioridades que a polícia estabeleceu com os homólogos da Namíbia, Zâmbia e dos dois Congos.

Segundo o comissário-geral, todos os dias são detidos no país, entre 30 a 40 imigrantes ilegais, sem contar com aqueles que passam despercebidos da polícia, mas que são surpreendi dos pela corporação já em território nacional. Para travar o fenómeno Ambrósio de Lemos destacou a importância que a cooperação com as polícias dos países mencionados tem tido, embora tenha admitido existir cada vez mais uma preocupação do executivo em melhorar os investimentos tendentes a tornar mais eficazes os mecanismos de controlo das fronteiras do país.

No dia em que a polícia nacional celebra 38 anos de fundação, o comandante-geral disse que a corporação está em constante modernização e desenvolvimento baseado num programa implementado anualmente gizado para o sector.

Ambrósio de Lemos disse que o 28 de Fevereiro que hoje se assinala deve servir de reflexão para se poder aferir " o que somos como estamos e o que pretendemos daqui para frente" conclui, referindo

que todas acções devem estar voltadas para bem das populações.

Destacamento policial de helicóptero inaugurado no Lubango

A região sul que compreende as províncias do Namibe, Cunene e Huíla conta a partir de terça-feira 25 de Fevereiro com uma divisão de helicópteros da polícia inaugurada pelo comandante e comissário-geral da polícia nacional, Ambrósio de Lemos.

Segundo o mais alto responsável da corporação, o destacamento é o resultado de um estudo que concluiu a importância de descentralizar as unidades de helicópteros face as necessidades que o país vai manifestando " Quer operativas quer de prestação de serviços à população, mesmo em caso de acidentes de viação havia essa necessidade de descentralizarmos os nossos helicópteros", avançou.

Numa zona eminentemente pastorícia, Ambrósio de Lemos, vaticinou o papel importante que os meios aéreos deverão desempenhar ao serviço da corporação mormente no combate ao crime de roubo de gado e de viaturas em particular.

A divisão de helicópteros localizada na zona do aeroporto velho da Mukanka conta com dois helicópteros com um hangar de 540 metros quadrados com uma sala protocolar, camarata e instalações sanitárias.

Ambrósio de Lemos anunciou que Huambo, Negaje (Uíge) e Lunda-Sul, serão as próximas regiões a beneficiarem de divisões de helicópteros.

Durante a sua estada de algumas horas na cidade do Lubango, o comissário-geral da polícia nacional, reuniu com os membros do conselho consultivo local, visitou a unidade da polícia de intervenção rápida UPIR e constatou o andamento das obras bastante avançadas e em fase de conclusão do edifício que irá albergar a delegação provincial do ministério do interior.



### 11.3 Imigração ilegal negócio de seitas

*Jornal de Angola*

*28 De Fevereiro de 2014*

O director nacional do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) considera preocupante a imigração ilegal e diz que a grande proliferação de seitas religiosas altera "a nossa forma de ser e estar" e é fonte de auxílio à entrada clandestina de estrangeiros no país.

Em entrevista ao Jornal de Angola, José Paulino Cunha da Silva fala dos problemas que se vivem na instituição, dos indícios de suborno por parte de alguns funcionários e aponta soluções para o combate à imigração ilegal.

